

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ**  
**ESCOLA DE DIREITO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**  
**DOUTORADO EM DIREITO**

Francisco Roberto Dias de Freitas

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO CRATO/CE: TRABALHADORES RURAIS,  
DISPUTAS E REFLEXOS SOCIOAMBIENTAIS**

Curitiba

2017

**Francisco Roberto Dias de Freitas**

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO CRATO/CE: TRABALHADORES  
RURAIS, DISPUTAS E REFLEXOS SOCIOAMBIENTAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em cumprimento  
às exigências para a obtenção do título de Doutor em Direito

Orientador: prof. Dr. Vladimir Passos de Freitas

Coorientador: prof. Dr. Darlan de Oliveira Reis Júnior

Curitiba

2017

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR

F866q  
2017

Freitas, Francisco Roberto Dias de

A questão agrária no Crato/Ceará : trabalhadores rurais, disputas e reflexos socioambientais / Francisco Roberto Dias de Freitas ; orientador: Vladimir Passos de Freitas ; coorientador: Darlan de Oliveira Reis Júnior. –2017.  
216 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017

Bibliografia: f. 195-216

1. Direito agrário. 2. Migração. 3. Política pública. 4. Movimentos sociais.  
I. Freitas, Vladimir Passos de. II. Reis Júnior, Darlan de Oliveira. III. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Direito.  
IV. Título.

Dóris 4. ed. – 342.1247

Biblioteca Central

**Francisco Roberto Dias de Freitas**

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO CRATO/CE: TRABALHADORES RURAIS,  
DISPUTAS E REFLEXOS SOCIOAMBIENTAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de doutor em Direito.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Vladimir Passos de Freitas (Orientador)

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

---

Prof. Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho (Membro do PPGD)

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Blanchet (Membro do PPGD)

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

---

Prof. Dr. Julián Mora Aliseda (Convidado)

Universidad de Extremadura

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Adriana da Costa Ricardo Schier (Convidada)

Centro Universitário Autônomo do Brasil - UNIBRASIL

Curitiba, 28 de agosto de 2017.

À Rosa Maria, pelo amor de todos os dias.

Ao meu pai José Dias (*in memoriam*),  
cuja presença estará sempre viva em  
minhas lembranças.

“Só os roçados da morte  
compensam aqui cultivar;  
e cultivá-los é fácil;  
simples questão de plantar;  
não se precisa de limpa, de  
adubar nem de regar;  
as estiagens e as pragas fazem nos  
mais prosperar;  
e dão lucro imediato;  
nem é preciso esperar pela  
colheita: recebe-se na hora  
mesma de semear”.  
(Morte e Vida Severina/ João  
Cabral de Melo Neto).

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Vladimir Passos de Freitas, por acreditar na proposta da tese e aceitar a incumbência da minha orientação, mas também em especial pelo acolhimento, atenção, valiosas contribuições, confiança e liberdade de criação, os meus sinceros agradecimentos.

Ao Professor coorientador, Dr. Darlan de Oliveira Reis Junior, pelas críticas construtivas, recomendações e discussões que foram fundamentais em todas as etapas da tese e, em particular, ao “camarada”, amigo, sempre presente, o meu muito obrigado.

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná e à Fundação Universidade Regional do Cariri, pela realização do Programa DINTER PUC-PR/URCA. A todos os professores do Programa, pelas valiosas contribuições acadêmicas. E, em especial, ao Professor Dr. Francisco Carlos Duarte, cuja participação foi fundamental para a elaboração deste trabalho.

Às secretarias de ambas as Instituições envolvidas no DINTER, em particular Daiane Kuster e Eva Curelo, pelo suporte técnico.

Aos colegas de sala de aula, que proporcionaram o confronto de ideias e valores durante o processo de doutoramento e, em nome de todos, evidencio o amigo João Luis do Nascimento Mota pelo estímulo, companheirismo e amizade ao longo de toda essa jornada. À amiga, também professora da Universidade Regional do Cariri, Maria Oderlânia Leite, pelas sugestões que agregaram valor à pesquisa e principalmente pela amizade, o meu agradecimento.

Aos amigos da Universidade Regional do Cariri, Emerson Ribeiro, Frederico Rommel, Robson Ávila, Rodolfo Sousa, Flávio Queiroz, Juliana Oliveira, Isabelle. Em especial, a “base que não balança” Waltécio Almeida, amigo de todas as horas, e Ana Isabel Cortez, querida amiga, sempre presente. Ao amigo de sempre, Osvaldo Guedes, muito obrigado.

Às Instituições ligadas aos trabalhadores rurais de Crato/CE, que contribuíram com as informações disponibilizadas para construção da tese.

À minha família, em especial Betisa de Freitas (mãe), Socorro e Natália (irmãs) e José Dias (irmão), agradeço pelo apoio, paciência, compreensão e amor de sempre.

À minha nova família, representada por D. Joana e Júnior Marinho, por toda amizade, confiança e o prazer de tê-los como amigos.

A Deus, pelo dom da vida.

## RESUMO

É realizada a análise da questão agrária e suas repercussões para os trabalhadores rurais no município do Crato/CE, localizado na região do Cariri cearense. O agrário é entendido como um complexo que envolve as formas de apropriação e posse da terra, a produção, a questão fundiária, as relações de trabalho e os conflitos decorrentes do processo de ocupação do espaço, entre os proprietários e os trabalhadores rurais. A questão envolve a luta por direitos, conquistas e perdas, a ação estatal através das políticas públicas, o problema das migrações, as relações estabelecidas com a classe dos proprietários, bem como as formas de organização e resistência dos movimentos sociais do campo. A ausência de políticas públicas e a não participação dos trabalhadores rurais na elaboração e deliberação das mesmas é definidor central nas condições sociais no campo. A metodologia consistiu em pesquisa histórica – Lei de Sesmarias (1375), Lei de Terras (1850), Estatuto da Terra (1964), documentação e jornais dos séculos XIX, XX e XXI; análise de dados oficiais e a realização de trabalho de campo, com a coleta de relatos verbais dos representantes dos trabalhadores rurais e das entidades patronais. O estudo abordou as contradições do mundo agrário no decorrer do tempo, as práticas de resistência, como no caso das migrações, as políticas de controle realizadas pelo aparato estatal e pelos grandes proprietários, os programas governamentais de assistência ao setor agrícola, as formas de organização dos trabalhadores rurais na atualidade e seu protagonismo na luta por melhores condições de vida.

**Palavras-chave:** Agrário. Migrações. Políticas Públicas. Movimentos Sociais.



## **ABSTRACT**

This thesis proposes to analyze the agrarian question in the municipality of Crato / CE, located in the Cariri region of Ceará. The agrarian is understood as a complex that involves the forms of appropriation and possession of the land, production, land issue, labor relations and conflicts arising from the process of occupation of space between owners and rural workers. The issue involves the struggle for rights, conquest and loss, state action through public policies, the problem of migration, relations established with the landowners class, as well as the forms of organization and resistance of the social movements of the countryside. The methodology consisted of historical research - Law of Sesmarias (1375), Land Law (1850), Land Statute (1964), documentation and newspapers of the 19th, 20th and 21st centuries; analysis of official data and the accomplishment of fieldwork, with the collection of verbal reports of representatives of rural workers and employers. The study dealt with the contradictions of the agrarian world in the course of time, resistance practices, as in the case of migrations, control policies carried out by the state apparatus and large landowners, governmental assistance programs for the agricultural sector, forms of organization of the rural workers in the present time and their protagonism in the fight for better conditions of life.

**Keywords:** Agrarian. Migrations. Public Policy. Social Movements.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Chapada do Araripe, Crato/CE	58
Figura 2 - Usina e seu plantio de bananas	69
Figura 3 – CHABLOZ, Jean Pierre, 1943. Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará	82
Figura 4 – A grande marcha. Foto Diários Associados, Fortaleza, julho de 1943. Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará	83
Figura 5 – Casa de Taipa com telhado de palhas na sede de Crato nos anos 20.	91
Figura 6 – Casa de Taipa com telhado de cerâmica nas Guaribas em Crato.	91
Figura 7 – Cisterna de placa no Semiárido construída nas Guaribas em Crato	95
Figura 8 – Cisterna de placa com numeração de identificação nas Guaribas em Crato.	95
Figura 9 – Reservatório do Abastecimento de Água	122
Figura 10 – Esgotamento sanitário	122
Figura 11 – Torneira com hidrômetro	122
Figura 12 - Compras de hortaliças efetuadas por uma cliente no polo de lazer.	140
Figura 13 - Boxes de bananas e hortaliças	140
Figura 14 - Ambiente limpo e bastante arborizado com árvores centenárias	140
Figura 15 – Plantio de banana e mandioca irrigadas	166
Figura 16 – Mini usina de lacinios e derivados	166
Figura 17 – Casa de Farinha	166
Figura 18- Primeiras paredes das futuras moradias.	167
Figura 19 - Moradia construída junto com a cisterna calçadão.	167
Figura 20 – Moradia construída com mão de obra local	167
Gráfico 1 – Linhas de Crédito do PRONAF direcionadas aos trabalhadores rurais inseridos no PAA no Município de Crato, jan./out.-2016.	142
Gráfico 2 – Valores Absolutos e Relativos das Quantidades de alimentos enviados para as Instituições de caridades oriundas do PAA no Município de Crato – 2016.	143
Quadro 1 – Distribuição absoluta e relativa das famílias beneficiárias pelo PSJ em Crato, consoante a aquisição de mecanização agrícola de 1995/2010.	111
Quadro 2 – Distribuição absoluta e relativa das famílias beneficiárias pelo PSJ em Crato, consoante a aquisição da eletrificação do tipo rural de 1995/2005	114
Quadro 3 – Distribuição absoluta e relativa das famílias beneficiárias pelo PSJ em Crato, conforme o subprojeto de abastecimento de água de 1998/2012.	117
Quadro 4 – Distribuição absoluta das comunidades com suas respectivas famílias beneficiárias pelo PSJ em Crato, conforme o subprojeto de abastecimento de água e esgoto sanitário simplificado de 2013/2016.	123

Quadro 5 – Distribuição absoluta e relativa das variáveis idade e sexo dos trabalhadores rurais do município de Crato/2016.	147
Quadro 6 – Distribuição absoluta e relativa das variáveis: assistência técnica, plantio, acessibilidade a terra e faixa de renda auferida na atividade referente aos trabalhadores rurais do município de Crato/2016.	149
Quadro 7 – Distribuição absoluta e relativa das variáveis: moradia, rede de esgoto, fossa séptica, água tratada e postos de saúde são responsáveis pela sanidade dos trabalhadores rurais do município de Crato/2016	151

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABRASCO** – Associação Brasileira de Saúde Coletiva  
**ACB** - Associação Cristã de Base  
**ACCOA** - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Região do Cariri  
**AGF** - Aquisição do Governo Federal  
**APAE** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
**APAPROMEJE** - Associação dos Pais, Padrinhos e Amigos do Projeto Menino Jesus  
**APEC** - Arquivo Público do Estado do Ceará.  
**Art.** – Artigo  
**ARENA** - Aliança Renovadora Nacional  
**ASA** - Articulação no Semiárido Brasileiro  
**Ass.** – Associação  
**ATI** - Acessória Técnica de Informação  
**BACEN** - Banco Central do Brasil  
**BASA** - Banco da Amazônia  
**BB** - Banco do Brasil  
**BIRD** - Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento  
**BM** – Banco Mundial  
**BNB** - Banco do Nordeste  
**BNDE** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
**BNDES** - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social  
**BPMP** - Biblioteca Pública Menezes Pimentel  
**CAETA** - Comissão Administrativa de Trabalhadores para a Amazônia  
**CAGECE** - Companhia de Água e Esgoto do Ceará  
**CCSJ**- Conselho Comunitário do São José  
**CEASA** - Centrais de Abastecimento do Ceará  
**CEDOCC**- Centro de Documentação do Cariri  
**CE** – Estado do Ceará  
**CEF** - Caixa Econômica Federal  
**CENAL** - Comissão Executiva Nacional do Alcool  
**CEPAL** - Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe  
**CD** – Conselho Deliberativo  
**CDA** - Central de Distribuição de Alimentos  
**CF/88** - Constituição de 1988  
**CH<sub>4</sub>** – Gás metano  
**CL** - Central de Licitações  
**CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho  
**CMAC** - Conselho Municipal de Apoio Comunitário  
**CMg** - Custo marginal  
**CNA** - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil  
**CNAL** – Conselho Nacional do Alcool  
**CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
**CNPJ** - Cadastrado Nacional de Pessoa Jurídica  
**COELCE** - Companhia de Eletricidade do Ceará  
**CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento  
**CONSEA** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
**CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

**CPT** - Comissão Pastoral da Terra  
**CRAJUBAR** - Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha  
**CSN** - Companhia Siderúrgica Nacional  
**D.** – Dom  
**DAP** - Declaração de Aptidão  
**DEM** - Partido Democratas  
**Dist.** – Distrito  
**ELETOBRÁS** - Centrais Elétricas Brasileiras  
**EGF** - Empréstimo do Governo Federal  
**ELIRUR** - Escola de Líderes Rurais  
**EMATERCE** - Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará  
**ERB'S** - Entidades Representativas  
**EU** – União Europeia  
**EUA**- Estados Unidos da América  
**EX<sup>cia</sup>** – Excelência  
**EXIMBANK** - Banco de Exportação e Importação do governo americano  
**EX<sup>mo</sup>** – Excelentíssimo  
**EXPOCRATO** - Exposição Agropecuária do Crato  
**EXPROAF** - Exposição dos Produtos da Agricultura Familiar  
**EZ/EC** - Programa Zonas de Empoderamento e Comunidades Empresarias  
**FAO** - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação  
**FECOP** - Fundo Estadual de Combate a Pobreza  
**FETAGs** - Federações de Trabalhadores na Agricultura  
**FETRAECE** - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura no Estado do Ceará  
**FGV** – Fundação Getúlio Vargas  
**FIEC** - Federação das Indústrias do Estado do Ceará  
**FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
**FUMAC** - Fundo Municipal de Apoio Comunitário  
**GEE** – Gases do efeito estufa  
**GGPAA** - Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos  
**GO** – Estado de Goiás  
**GRET** - Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra  
**GRUNEC** - Grupo de Valorização Negra do Cariri  
**IBD** - Instituto Biodinâmico  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IES** - Instituição de Ensino Superior  
**IGP-DI** – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna  
**IICA**- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura  
**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
**LDB** - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional  
**LEADER** - Programa Ligações entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural  
**LEC** – Linha Especial de Comercialização  
**MAPA** - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
**Morad.** - Moradores  
**MEC** – Ministério da Educação  
**MESA** - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome  
**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MF** – Ministério da Fazenda  
**MPOG** - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
**MSTTR** - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
**MT** - Ministério do Trabalho  
**NPR** - Nota Promissória Rural  
**N2O** - Óxido nitroso  
**OPEP** - Organização dos Países Exportadores de Petróleo  
**ONG** – Organização não Governamental  
**ONGs** - Organizações não Governamentais  
**ONU** - Organização das Nações Unidas  
**PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos  
**PACS** - Programa de Ação de Convivência com a Seca  
**PAEG** - Programa de Ação Econômica do Governo  
**PAPP**- Programa de Apoio ao Pequeno Produtor  
**PCB** - Partido Comunista Brasileiro  
**PC do B** - Partido Comunista do Brasil  
**PCS** - Programa Comunidade Solidário  
**PDS** - Partido Democrático Social  
**PDT** - Partido Democrático Trabalhista  
**PEP** - Prêmio de Escoamento do Produto  
**PFZ** - Programa Fome Zero  
**PGS** - Programa Garantia Safra  
**PGPM** - Política de Garantia de Preços Mínimos  
**PIB** - Produto Interno Bruto  
**PJMP** - Pastoral da Juventude do Meio Popular  
**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
**PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
**PNCF** - Programa Nacional do Crédito Fundiário  
**PNHR** - Programa Nacional de Habitação Rural  
**PNRA** - Programa Nacional de Reforma Agrária  
**PO** - Puros de Origem  
**POLONORDESTE** - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste  
**PPGD** - Programa de Pós - Graduação em Direito.  
**PPP** – Projeto Político Pedagógico  
**PR** – Estado do Paraná  
**PREVIL** - Projeto de Reabilitação Vida Livre  
**PROÁLCOOL** – Programa Nacional do Alcool  
**PROCAMPO** - Programa de Apoio a Formação na Licenciatura em Educação do Campo  
**PRONAF** - Programa do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
**PROS** - Partido Republicano da Ordem Social  
**PROVAP** - Programa de Valorização da Pequena Produção  
**PSJ** - Projeto São José  
**PT** – Partido dos Trabalhadores  
**PUC/PR** - Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
**P&D** - Pesquisa e Desenvolvimento  
**PIMC** - Programa 1 Milhão de Cisternas  
**RIMISP** - Centro Latinoamericano para *el Desarrollo* Rural  
**RJ** – Estado do Rio de Janeiro  
**RN** – Estado do Rio Grande do Norte

**SAAEC** - Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato  
**SAAES** - Sistema de Abastecimento Água e Esgoto Sanitário  
**SAESS** - Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário Simplificado  
**SAN** - Agenda da Segurança Alimentar e Nutricional  
**SAPPP** - Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas do Pernambuco  
**SECAD** - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade  
**SESC** - Serviço Social do Comércio  
**SDA** - Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará  
**SEMTA** - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia  
**SESU** - Secretaria de Educação Superior  
**SFN** - Sistema Financeiro Nacional  
**SIM** - Serviço de Inspeção Municipal  
**SINDURCA** - Sindicato dos Docentes da URCA  
**SISAR** - Sistema Integrado de Saneamento Rural  
**SINTRAF** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar  
**SNCR** - Sistema Nacional de Crédito Rural  
**SOAFAMC** - Sociedade de Apoio a Família Carente  
**SP** - Estado de São Paulo  
**Snr.** - Senhor  
**Sr.<sup>a</sup>** - Senhora  
**St.** - Sítio  
**STTR** - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
**STTRs** - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
**SUS** - Sistema Único de Saúde  
**TV** - Televisão  
**UDR** - União Democrática Ruralista  
**UFCA** - Universidade Federal do Cariri  
**UFBA** - Universidade Federal da Bahia  
**UFMG** - Universidade Federal de Minas Gerais  
**UFS** - Universidade Federal de Sergipe  
**UFU** - Universidade Federal de Uberlândia  
**UGP - PSJ III** - Unidade de Gerenciamento de Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (UGP - Projeto São José III)  
**ULTAB** - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
**UNB** - Universidade Federal de Brasília  
**URCA** - Fundação Universidade Regional do Cariri  
**USP** - Universidade de São Paulo  
**UT** - Unidade Técnica  
**V.** - Vossa

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. O MUNDO AGRÁRIO .....	23
1.1 O MUNDO AGRÁRIO E SEU DESENVOLVIMENTO.....	23
1.1.1 O agrário no Novo Mundo: o caso do Brasil.....	27
1.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	39
1.2.1 Legislação Agrária e o Estatuto da Terra .....	39
1.2.2 A relação do agrário com o camponês.....	51
1.3 O AGRÁRIO NO CRATO.....	56
1.3.1 A origem do conceito de Cariri .....	56
1.3.2 Apropriação territorial.....	60
1.3.3 Complexidade e relações de trabalho .....	63
2. MIGRAÇÕES: DESTINO, ESCOLHAS OU PODER? .....	70
2.1 SECAS, MIGRAÇÕES E POLÍTICAS DE CONTROLE POPULACIONAL NO ESTADO DO CEARÁ ..	71
2.2 A BATALHA DA BORRACHA: UMA ALTERNATIVA PARA MINIMIZAR A MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO CEARÁ .....	79
2.3 ÊXODO RURAL EM CRATO.....	86
3. POLITICAS PÚBLICAS: PROGRAMAS E PROJETOS DE COMBATE À POBREZA RURAL EM CRATO/CE .....	99
3.1 PROJETO SÃO JOSÉ (PSJ) .....	104
3.1.1 Subprojeto produtivo: Mecanização Agrícola.....	109
3.1.2 Subprojeto de infraestrutura: eletrificação rural e abastecimento de água .....	112
3.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: O CASO DO PROCAMPO.....	125
3.2.1 Atuação do PROCAMPO pela Fundação Universidade Regional do Cariri .....	128
3.3 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): ORIGENS, CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA E INFLUÊNCIA NA ECONOMIA CRATENSE.....	131
3.4 CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CRATO: PERFIL SOCIOECONÔMICO	146
3.4.1 Idade e sexo.....	147
3.4.2 Assistência técnica, plantio, acesso à terra e renda auferida.....	148
3.4.3 Tipo de moradia, rede de esgoto, fossa séptica, água tratada e acesso a posto de saúde .....	149
4. MOVIMENTOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RURAIS EM CRATO/CE.....	154



4.1 DISCURSOS E ORGANIZAÇÕES.....	154
4.2 SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS (STTR) DE CRATO.....	159
4.3 ATUAÇÕES DA DELEGACIA REGIONAL DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NA AGRICULTURA NO ESTADO DO CEARÁ (FETRAECE) EM CRATO/CE.....	168
4.4 O CONFLITO POBREZA <i>VERSUS</i> RIQUEZA.....	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	189
REFERÊNCIAS .....	195

## INTRODUÇÃO

O ano de 1877 foi marcado por uma seca que assumiu contornos dramáticos e colocou o Ceará no noticiário nacional. A Câmara Municipal do Crato informou ao então presidente da Província do Ceará, os problemas vivenciados, segundo a ótica dos vereadores:

Esta Camara julga do seu dever levar ao conhecimento de VEx<sup>cia</sup> a critica situação em que se acha este municipio, resultante da falta de chuvas opportunas. [...] Esta zona por sua reconhecida uberidade, desde muitos anos produz para abastecer aos seus habitantes e aos dos municípios vizinhos, no entanto que hoje, quando o inverno declina para seu termo, raríssimas e a longos intervalos, tem cahido as chuvas, de maneira que será inevitavel a perda quasitotal da colheita do anno, e, para agravar estas já tão afflictivas apprehensões, converge em espantoso n<sup>o</sup> os emigrantes dos municipios e provincias vizinhas, onde e absoluta a falta de chuvas, bem como de gêneros alimenticios. [...] Nestas circunsancias, Ex<sup>mo</sup> Snr, não se pode esta Camara furtar ao triste dever de reclamar a V. Ex<sup>cia</sup> medidas tendentes, senão a prevenir os efeitos desse flagelo, ao menos a modifical-os tanto quanto couber nas forças dos poderes publicos [...].<sup>1</sup>

Ainda segundo os vereadores, a falta de chuvas, além de prejudicar a colheita, aumentava o número de migrantes a percorrer as ruas, estradas e fazendas da região, chegando ao número de quatro mil emigrados. Interessante notar o termo que os políticos usavam para se referir aos atingidos pela seca: “flagelados”, como se as razões escapassem ao problema agrário da posse e do uso da terra.

Tal relato é importante, não só porque ressalta a situação de miséria e de falta de água em que o nordeste brasileiro esteve imerso desde a sua colonização, mas ainda porque foi a partir do ano de 1877 que esse problema passou a ser visto também como uma questão social, posto que nas palavras dos Vereadores de Crato (op.cit.) pode-se ler que é possível “prevenir os efeitos desse flagelo”. Assim, pode-se vislumbrar uma mudança de concepção sobre os estios, que, além de climáticos, também são sociais, uma vez que são capazes de destruir vidas, ou seja, não levavam em conta a mudança da estrutura agrária na forma de ocupação e uso, centrada no latifúndio, o que permaneceu inalterado. Com esse novo pensamento e as lutas de então, foi propiciada a implementação de políticas públicas voltadas para o socorro dos flagelados, mas essas tinham caráter compensatório.

Dessa forma, pode-se afirmar que a implementação de políticas públicas voltadas aos problemas sociais gerados pela seca não surge para modificar o *status quo*. Possui em

---

<sup>1</sup>CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO. Ofício da Câmara Municipal do Crato ao Presidente da Província do Ceará, Caetano Estelita Cavalcant Pessoa, em 21 de abril de 1877, caixa 34, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

sua essência um caráter também classificatório, isto é, tipifica o grupo social que visa atingir. Vale ressaltar que a existência de políticas públicas não implica necessariamente a livre iniciativa do poder público. Geralmente são resultados de conquistas através de lutas que envolvem, dentre outros aspectos, conforme Linhares e Silva (1999, p. 47) as relações de poder, formas de propriedade, posse, uso da terra, as técnicas, as relações de trabalho/produção, a problemática da migração, além da questão fundiária, que, no Brasil é marcada pela injustiça social. Nesse sentido, são pertinentes as ideias de Bracaleonet *al.* (2015, p. 5), quando afirmam que a construção de políticas públicas é um processo dinâmico, não linear, que busca implementar ações (ou não ações) a partir de uma gama de opções postas por meio de análises políticas e técnicas.

O Estado tem o controle das análises políticas e técnicas devido à forma de governança brasileira basear-se num modelo representativo e não participativo. Diante dessa afirmação, verifica-se a existência de um distanciamento do poder público em dialogar com a sociedade civil e, portanto, questiona-se: a implementação de políticas públicas que atendem ao trabalhador rural estão beneficiando os trabalhadores rurais cratenses, que historicamente têm sido alijados de bens materiais e culturais, tanto pelos ditames naturais - cite-se a estiagem - como pelo parco acesso aos direitos sociais? Diante de tal questionamento, elabora-se a seguinte hipótese: a intervenção do Estado, como último responsável por implementar as políticas públicas advindas, ou não, de lutas da sociedade civil, é fundamental para gerar um processo de equidade social para os trabalhadores rurais no município de Crato/CE.

Nesse sentido, esse estudo teve por objetivo conhecer as políticas públicas para os trabalhadores rurais e entender como e/ou em quais aspectos elas intervêm na vida dos trabalhadores rurais cratenses, bem como as tensões, os conflitos, as lutas por direitos e as distintas formas de organização dos grupos sociais envolvidos.

A questão da relação entre a organização dos trabalhadores rurais e o papel do Estado brasileiro na definição das políticas públicas é central nessa tese. A ausência de políticas públicas para o campo contribuiu, por décadas, para o quadro social dramático vivido pelos trabalhadores rurais. A democracia brasileira precisa envolver os trabalhadores rurais no que diz respeito à definição das políticas públicas para o campo, não tratando os mesmos como meros receptores dos programas e projetos desenvolvidos com os recursos públicos através dos órgãos governamentais. A existência de direitos constitucionais deve ser

garantida pelo Estado brasileiro, assim como a definição das políticas públicas deve partir do diálogo com a sociedade, nesse caso, os trabalhadores rurais.

A realização da escrita envolveu a articulação entre a discussão teórica e a pesquisa empírica. O diálogo entre o trabalho de campo e a reflexão teórica em leituras e em aulas no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), foram importantes para a compreensão da problematização do tema.

Seguindo os parâmetros da pesquisa qualitativa, foram utilizadas diferentes técnicas de coleta de dados, tais como relatos verbais junto aos representantes institucionais e pesquisa documental, além de observação *in loco*. As fontes para a pesquisa foram variadas, como documentos históricos, dados estatísticos, pesquisa de campo, relatórios, em diversos órgãos públicos como o Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), livros, revistas especializadas, *internet*, dentre outras. O método de análise seguiu o caráter exploratório/qualitativo<sup>2</sup> e quantitativo, para dar resposta ao objetivo e proporcionar o aprofundamento sobre a realidade empírica em um contexto investigativo e contemporâneo. Tomando como ponto de referência a coleta dos dados, utilizando o método de análise tabular e descritivo, verifica-se a construção de quadros, gráficos e figuras, cuja finalidade, dentre outras, é classificar/subdividir os trabalhadores rurais quanto às variáveis: idade, sexo, assistência técnica, plantio, acesso à terra, faixa de renda, tipos de moradia, rede de esgoto, fossa séptica dentro/fora da moradia, qualidade da água consumida, existência de posto de saúde nas comunidades ou proximidades.

Por fim, a escolha pela investigação da implementação de políticas públicas na questão agrária justifica-se pela sua análise conter, dentre outras abordagens, a intervenção do Estado, formas de organização, impactos do exercício da atividade econômica, estabelecimento da ação do Direito em uma sociedade democrática, conforme estabelece a Constituição de 1988 (CF/88). No entanto, a realidade social é mais complexa e pode também ser entendida através do estudo acadêmico. Nesse caso, as complexidades e distintas

---

<sup>2</sup>Desde a década de 1980 a utilização da tecnologia faz parte tanto da coleta como da análise de dados em pesquisas científicas, alterando os seus padrões. Também as pesquisas qualitativas podem fazer uso de programas para análise de dados, sem que o pesquisador espere que estes realizem o trabalho de análise automaticamente; na realidade, apenas auxiliam na pesquisa. Entre tais programas auxiliares para a análise de dados qualitativos, citam-se: NUD\*IST (gerenciador de referências para biblioteca pessoal), ATLAS\*ti (planejar projetos) e MAXqda (importa e exporta materiais de diferentes fontes) (FLICK, 2009, p. 33); (MOZZATO; GRYBOVSKI, 2011).

dimensões contidas na questão agrária se relacionam com os propósitos da linha de pesquisa “Sociedades e Direito”, do PPGD. Vale assinalar que a trajetória do pesquisador, como professor do Departamento de Economia da URCA, traduz-se na realização do estudo vinculado à extensão e ao ensino, de forma a contribuir para o entendimento das políticas públicas que atendem ao trabalhador rural cratense. O diálogo entre os campos do conhecimento – Direito e Economia – é salutar e pode avançar o estudo sobre o tema.

Parte-se do princípio que o homem modifica o meio pelo trabalho e também por esse é modificado, sendo que a ação humana deve ser vista dentro da perspectiva que leve em conta, para além dos aspectos econômicos, os aspectos políticos, sociais, culturais e ambientais. Nesse sentido é que emerge a sustentabilidade que, de acordo com Velarde e Aliseda (2015, p. 17): “(...) pode ser entendida como o estado de condição (ligado ao uso e ao estilo) de um sistema ambiental quando se trata de produção, renovação e mobilização de substâncias e elementos na natureza, minimizando assim a produção de processos de degradação do sistema, presentes e futuros”.<sup>3</sup> Em Sacks (2008, p. 107): “a sustentabilidade tem de ser uma escolha – uma escolha de uma sociedade global que pensa à frente e que atua em uma harmonia com a qual não está acostumada”. A junção de bem-estar e sustentabilidade na área política, econômica, cultural, jurídica e ambiental deve conter um caráter indivisível, a fim de que consolide a dignidade dos trabalhadores rurais cratenses.

No tocante à delimitação do espaço geográfico do estudo, o município de Crato está localizado na parte extremo sul do Estado, a 567 km da capital Fortaleza, e faz parte da Região Metropolitana do Cariri. É integrado aos principais pontos do país por estradas, por exemplo, a rodovia BR-116, e o aeroporto Regional do Cariri. Além da sede, o Município possui nove distritos: Baixio das Palmeiras, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Bela Vista, Ponta da Serra, Santa Fé e Santa Rosa (AQUINO, 2014, pp.165-166).

Consoante o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o espaçamento geográfico de Crato (MDA, 2005, p. 145) não ultrapassa os 58.000 hectares. Desse total, as grandes propriedades rurais consideradas produtivas são somente 2 (duas), correspondendo a 864,4 hectares, contra 18 propriedades tidas como grandes propriedades não produtivas, totalizando 15.610, 4 hectares. Apontadas como minifúndios e médias propriedades

---

<sup>3</sup> No original: “sustainability can be understood as the state of condition (linked to usage and style) of an environmental system when it comes to production, renovation, and mobilization of substances and elements in nature, so minimizing the production of system degradation processes, both present and future”.

produtivas, têm-se os valores de 9.158,4 e 3.116,9 hectares, respectivamente. As demais propriedades observadas, denominadas pequenas propriedades, compreendem 12.743 hectares, para um montante de 276 propriedades. Vale assinalar que 80 pequenas propriedades são consideradas produtivas, contendo 3.665,2 hectares.

A tese contém quatro partes. A primeira, intitulada “O mundo agrário”, também poderia ser chamada de “sangue, suor e lágrimas”, porque a luta do povo nordestino pelo acesso à terra, de uma forma ou de outra, esteve ligada ao uso da violência física, econômica, política, jurídica e social. Essa luta inicia-se no período colonial, atravessa todo o século XX e entra no século XXI. No Cariri não faltam exemplos. Consoante Ramos (2011, pp.87-97), pode-se citar o caso do Caldeirão, liderado pelo Beato José Lourenço, nos anos 30 do século XX, onde os trabalhadores rurais, desprovidos de terra para plantar e criar pequenos animais e aves para seu sustento e da sua família, viam na figura do Beato um homem que lhes ofertava um mundo imaterial. A apropriação territorial depende do emprego dos dados coletados em uma perspectiva histórica, econômica, jurídica, social e ambiental. Já o subitem “Complexidades e relações de trabalho” teve como literatura consultada as ideias de Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos (2010), Jorge Luis Nassif Magalhães Serratti (2012), Ana Sara Ribeiro Irffi (2014), Darlan de Oliveira Reis Júnior (2014), dentre outros.

Na segunda parte foi realizada uma abordagem teórica, voltada à temática do processo migratório. Com esse propósito, foram mostradas as causas e consequências dos movimentos migratórios do Estado do Ceará, em uma visão climática, política, religiosa, dentre outras. Para o subitem “Êxodo rural em Crato/CE”, buscou-se verificar as ações do poder público e as repercussões do fenômeno na sociedade.

Na terceira parte foram analisadas as políticas públicas de programas e projetos de combate à pobreza rural, tais como o Projeto São José (PSJ), Programa de Apoio à Formação na Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Vale ressaltar que o emprego da pesquisa documental foi crucial para responder esses subitens. O subitem “Caracterização dos trabalhadores rurais” foi realizado por meio dos dados coletados e sua tabulação.

A última parte da tese, intitulada “Movimentos sociais dos trabalhadores rurais em Crato/CE”, no subitem “Discursos e organizações” teve como ponto central as ações desenvolvidas pelos trabalhadores rurais cratenses dentro dos movimentos sociais nos quais estão contidos (sindicatos, associações, federação, dentre outros). Os movimentos sociais são a expressão dos trabalhadores rurais em Crato/CE ao elevar, difundir e transmitir os debates

voltados para a questão agrária. Como exemplo de conquista dos movimentos sociais, a política de assentamentos rurais, como o Assentamento 10 de Abril, existente no município de Crato. Essa parte reporta as ações adotadas pelo sindicato dos trabalhadores rurais e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura no Estado do Ceará (FETRAECE) em Crato/CE para garantir e proteger os direitos fundamentais dos trabalhadores rurais naquela cidade. Do outro lado, foi abordado o grupo do agronegócio vinculado ao poder político nacional, regional e local, representado pela Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Região do Cariri (ACCOA), enfatizando sua atuação no crescimento e desenvolvimento da Exposição Agropecuária do Crato (EXPOCRATO). Para dar resposta ao último subitem do estudo, abriu-se espaço para uma discussão envolvendo o antagonismo riqueza *versus* pobreza, sob a ótica da regionalidade.

## 1. O MUNDO AGRÁRIO

### 1.1 O MUNDO AGRÁRIO E SEU DESENVOLVIMENTO

O agrário é entendido como sendo um *habitat* composto por terras, normas técnicas, jurídicas, econômicas e sociais voltado para produção, distribuição e consumo de alimentos. O termo “mundo”, neste contexto, advém da complexidade e problemas tais como fome, miséria e violência no campo, envolvendo terra, capital e trabalho. Para compreender o mundo agrário, inicia-se com o uso e ocupação da terra atrelada à ação do homem como agente pensante, atuante e transformador da natureza. Deste modo, é da união da terra com o homem que provém toda a complexidade desse mundo, com suas relações sociais. A questão agrária variou nas diferentes sociedades, pré-capitalistas, capitalistas ou socialistas, com seus diferentes tipos de organização do trabalho, ocupação e uso do solo.

Ao fazer referência à terra neste mundo, não é fato desconhecido, por exemplo, nas ciências sociais, que os povos nativos da América do Sul<sup>4</sup> cultuavam e ainda fazem referências espirituais à terra como sendo o expoente máximo nos rituais sagrados, adjetivando-a de “mãe terra”. Segundo Silva (2012, p.23), dentre esses povos encontram-se os bolivianos, que praticam o ritual da Ch’alla, uma libação à *Pachamama* (Mãe Terra). A razão para essa forte aliança com o *homo sapiens* deve-se à sua necessidade de retirar dela o alimento necessário para sua própria existência. No instante em que adotou práticas agrícolas, conciliando animais e vegetais, reduziu significativamente o tempo necessário dedicado ao labor, como o caso da adoção do sistema de irrigação efetuado pelo povo Maia. Com o avanço desse processo (MARÉS, 2003, p. 12), a agricultura fez da terra um espaço privado, os homens, ou melhor, cada homem passou a controlar o seu produto e, a partir daí, promoveu-se uma mudança de comportamento ético, passando o ser humano a se considerar o destinatário do Universo, subjugando todos os animais e plantas e, ao final, a supremacia de alguns homens sobre todos os outros homens. O ser humano perdera o paraíso, no mito de criação.

---

<sup>4</sup> Dentre os grandes povos nativos que vivem em harmonia com a natureza em um vasto espaço territorial, havia os Incas, presentes principalmente na região central dos Andes. Esses povos cultuavam os animais, os ancestrais e os espíritos naturais tais como o sol, a chuva, água e a terra manifestados em um sistema de símbolos e ritos, entrelaçando o real com o imaginário, traduzindo a maneira sobrenatural de como entendiam o mundo (DILLENBURG, 2015, p.90).



A partir daí a terra e seus frutos passaram a ter donos, um direito excludente, acumulativo e individual. Direito tão geral e pleno, que continha em si o direito de não usar, não produzir. Este direito, criado pelo ser humano e considerado a essência do processo civilizatório acabou por ser, ele mesmo, fonte de muitos males, agrediu de forma profunda a natureza, modificou-a a ponto de destruição, agrediu o próprio ser humano, porque lhe quebrou a fraternidade, permitindo que a fome e a necessidade alheia não lhe tocassem o coração (MARÉS, 2003, p.12).

Ao transitar por várias fases da história e assumindo um papel de bem econômico, a terra como objeto/ fator de produção inserido no mundo agrário é vista como uma ferramenta de poder econômico, reserva de valor e controle social. Essa afirmação é confirmada com profundidade pela pesquisadora Virginia Rau, em sua obra *Sesmarias Medievais Portuguesas*, publicada em 1945, na qual expõe a complexidade da formação do Estado Português, enfatizando a terra sob o prisma do direito, uso, apropriação e expropriação. Vale destacar que a política sesmarial implantada em Portugal é diferente do Brasil, como será demonstrado adiante.

No capitalismo, a questão agrária assume particularidades. A questão da propriedade da terra, seus usos, a relação capital e trabalho, a dimensão das unidades produtivas, a luta do campesinato, compõem o quadro que deve ser analisado na sua especificidade. Por exemplo, a questão do latifúndio. Mesmo tal questão deve levar em conta a história do país em análise, com suas diferenças regionais. No caso brasileiro, a luta pela terra ocorre há séculos e tem desdobramentos até os dias atuais.

Nessas condições e sob o controle do latifúndio, define-se como sendo uma grande extensão de terras concentrada nas mãos de uma só pessoa ou pequeno número de pessoas, estimulando, desta forma, o poder de oligarquias. O uso da terra é feito com fins exclusivamente especulativos. Pelo lado social, pode-se afirmar que é a forma mais explícita de exclusão social, ou seja, tem o poder de unir os males fome, pobreza, violência e miséria nas relações sociais no campo. É importante destacar que o latifúndio é classificado de duas maneiras: produtivo e improdutivo.

Pelo aspecto econômico, o latifúndio atrelado ao agronegócio e utilizando ferramentas da contabilidade rural, como o fluxo de caixa e a relação de custo benefício, informa que a atividade é produtiva e viável. Contudo, no social, possui um viés negativo, ou seja, não consegue promover a distribuição de renda auferida que, pelo contrário, concentra-se. Outro ponto negativo materializado no latifúndio é a sua produção ser nociva ao solo, por

fundamentar-se na monocultura voltada ao abastecimento do comércio exterior, e não ao consumo interno. Assim sendo, a adoção do uso da rotação de culturas ricas em nitrogênio é bastante eficiente na correção de solo.

Outro entrave presente no latifúndio é a redução de mão de obra, que atinge grande parte dos trabalhadores; por analogia, reduz significativamente o consumo das famílias da classe trabalhadora e a circulação de papel moeda no comércio dos municípios onde estão localizados. Com isso, compromete a arrecadação fiscal dos mesmos, impactando de forma negativa os investimentos públicos destinados à saúde, educação, pavimentação de estradas e outros.

Ao analisar o processo produtivo do latifúndio pela ótica da questão ambiental, verifica-se na pecuária bovina, no Brasil, a ação nociva do latifúndio ao meio ambiente, demonstrada de duas maneiras: de um lado, através da eliminação da vegetação nativa, ao utilizar o fogo como principal agente no desmatamento indiscriminado, dando origem aos enormes campos de pastagens que servem de matéria prima para alimentar esses ruminantes; de outro lado, segundo Paulino e Teixeira (2010, p. 12), “os sistemas pastoris sejam para a produção de carne ou leite que convivem continuamente com emissão de gases do efeito estufa (GEE) como metano (CH<sub>4</sub>) e óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), originados de processos metabólicos nos animais e de aplicação de fertilizantes nitrogenados, respectivamente”.

Ao conduzir a discussão do mundo agrário para as ideias de Malthus em “Ensaio sobre a População”, obra publicada no final do século XVIII (1798), percebe-se que o autor acreditava que o desenvolvimento desse Mundo provocaria uma elevação na qualidade de vida dos trabalhadores rurais, através junção dos fatores de produção adicionados à questão da produção, produtividade e renda auferida na agricultura. Para tal afirmação, o estudo reforça o argumento por meio da seguinte passagem da obra: “[...] desenvolvimento agrícola de um país, a quantidade de capital empregado na terra e a quantidade de produção conseguida por ele representam uma proporção sempre crescente em relação à grandeza da renda” (MALTHUS, 1996, p.104). Essa visão puramente tecnicista deve-se ao seu pensamento capitalista negar a existência da luta de classes. Walras (1996, pp. 159-160), defensor do capitalismo, também caminha nesse mesmo trajeto e aponta a terra como sendo o centro de comando de todo processo responsável pela geração de riqueza, somada às árvores, frutas, legumes, cereais e forragem para alimentação dos homens e animais. Esses componentes são as bases para a formação de renda e servirão como ponto de partida para a promoção da qualidade de vida.

Segundo Jevons (1996, pp. 171-177), a qualidade de vida das pessoas no mundo agrário, bem como o seu desenvolvimento, gira em função não do valor dos produtos, mas da utilidade que pode ser abstraída de cada bem adquirido por uma pessoa. De posse dessa utilidade e ao empregar as ferramentas do cálculo integral e diferencial da ciência matemática nasceu o conceito de utilidade marginal,<sup>5</sup> de tal magnitude que as pessoas atingirão o ponto ótimo de consumo no momento em que essas utilidades marginais advindas dos bens consumidos forem proporcionais aos seus respectivos preços.

Diferentemente das ideias dos autores acima e possuidor de um pensamento crítico e analítico do capitalismo, Karl Marx, em sua obra “O Capital” (1867), ao conduzir sua discussão para o desenvolvimento do mundo agrário na Inglaterra, afirmou que a qualidade de vida dos trabalhadores rurais entre os anos de 1770 e 1780 não avançou, pelo contrário, agravou-se. Discorreu suas explicações com ênfase na aplicação da Lei dos Pobres,<sup>6</sup> apontando, dentre as inúmeras explorações sofridas por esses trabalhadores, a péssima remuneração recebida pela venda do seu trabalho. Dessa forma:

A Lei dos Pobres e a sua administração eram as mesmas em 1795 e 1814. Recorde-se de como essa lei era aplicada no campo: sob a forma de esmolas, a paróquia completava a diferença entre o salário nominal e a soma nominal necessária à manutenção da mera vida do trabalhador. A relação entre o salário pago pelo arrendatário e o déficit salarial coberto pela paróquia nos mostra duas coisas: primeiro, a queda do salário abaixo de seu mínimo; segundo, a que ponto o trabalhador rural era um composto de assalariado e indigente, ou o grau em que fora transformado em servo de sua paróquia (MARX, 2013, pp.747-748).

A cientista social Wood (2001, p.88) concorda e compartilha com o ideário marxista. Vê a ação do capitalismo e seu desenvolvimento no campo como sendo um sistema que tem como características a promoção das desigualdades sociais, o individualismo, a exploração da força de trabalho, a alienação das massas, entre outras. Ao

---

<sup>5</sup> Suponha-se que uma economia contenha somente duas mercadorias representadas por W e Z. A primeira é uma calça jeans e a segunda uma camisa de tecido sintético. Continuando o processo numa condição de *coeteres paribus*, as mercadorias encontram-se ligadas a uma função de utilidade, a derivada parcial da função utilidade em relação a W e a derivada parcial da função utilidade em relação à mercadoria Z. Por fim o modelo é finalizado ao empregar o quociente nos respectivos preços das mercadorias, tem-se:

$U = f(W,Z) \rightarrow \partial U/\partial W = \partial U/\partial Z = PW/PZ$  (ponto ótimo).

<sup>6</sup>A *Poor Law* de 1601 decretou que todos os pobres capacitados deveriam trabalhar para ganhar seu sustento, e a paróquia deveria providenciar esse trabalho. Não obstante, toda a carga assistencialista recaiu sobre a paróquia através de impostos ou taxações locais. Estes incidiam sobre todos os donos de casas e arrendatários, ricos ou não, de acordo com o aluguel das terras ou casas que ocupavam. O *Statute of Artificers* unificado a essa Lei, poderia receber o codinome de Código de Trabalho, uma vez que a *Poor Law* tinha uma administração local sob a tutela de paróquias, onde cada uma delas ficava responsável para empregar homens capazes de treinar órfãos e crianças carentes para cuidar de idosos, pessoas com enfermidades e sepultar indígenas. Pelo aspecto econômico vale mencionar que essas paróquias individualmente tinham a sua própria tabela de impostos (POLANYI, 2012, pp.94,95).

trazer a discussão para a questão do melhoramento na agricultura, tendo como quadro teórico de referência o caso da Inglaterra a partir do século XVI, a autora enxerga que o termo “melhorar” vai além de simplesmente tornar a agricultura melhor, ou seja, auferir eficiência, produtividade e lucratividade.

O melhoramento não decorreu, a princípio, de inovações tecnológicas significativas - embora se usassem novos equipamentos, como o arado de rodas. Em geral, tratou-se mais de novos avanços nas técnicas de cultivo, ou até de simples refinamento e aperfeiçoamentos dos regimes: cultura mutável ou itinerante, alternativo períodos de cultivo com período de alqueive; rotação de culturas; drenagem de pântanos e terras aráveis, etc (WOOD, 2001, p. 89).

O melhoramento, na visão dos latifundiários, transpõe um ambiente além da adoção de novas técnicas e formas do cultivo. Significa novas formas e conceitos do que vem a ser uma propriedade e, por analogia, rompe com as velhas tradições de como a terra deve ser lavrada. Ao adentrar nesse novo cenário, a propriedade moldada pelo melhoramento, os latifundiários acreditavam que uma forma de tornar a terra mais produtiva e lucrativa para eles era expropriar os camponeses da terra. Conforme a autora, o período compreendido entre os séculos XVI e XVIII é marcado por pressões em eliminar direitos consuetudinários que interferiam na acumulação capitalista (WOOD, 2001, p.89-90).

Os problemas da produtividade, da propriedade, do trabalho, da exclusão, das relações sociais, estavam presentes não apenas nas reflexões sobre a Europa, mas também no chamado Novo Mundo.

### **1.1.1 O agrário no Novo Mundo: o caso do Brasil**

Ao discorrer sobre o mundo agrário no solo brasileiro, destaca-se o papel dos povos nativos, dentre eles os inseridos na língua Tupi Guarani que, mesmo antes da chegada do homem branco colonizador, tinham uma economia agrícola que mostrava elevado grau de equilíbrio homem/natureza. Por sua vez, essa inter-relação, em grande parte, foi oriunda das relações de parentescos, dos rituais sociais, religiosos e da capacidade de cooperar em suas formas tradicionais de subsistência ao privilegiar os princípios da reciprocidade, troca, intercâmbio, solidariedade e autonomia produtiva (LUCIANO, 2006, pp. 190, 191).

Ao efetuar uma análise comparativa da agricultura de subsistência dos povos nativos com a cultura europeia durante o descobrimento do Brasil, no século XVI, tem-se

uma agricultura não só voltada à subsistência, mas o emprego da monocultura incorporada ao latifúndio regido pelo sistema de sesmarias, que será mencionado posteriormente. O período colonial no Nordeste, durante o ciclo econômico da cana de açúcar, é um exemplo a ser mencionado, pois além da predominância dos verdes canais nas propriedades, havia também o plantio de subsistência, em especial o cultivo da mandioca, uma vez que a farinha servia de alimento para os escravos e trabalhadores livres.

Nesse sentido, a estrutura do complexo agrário do Brasil Colônia era composta pela monocultura da cana-de-açúcar e algodão no Nordeste, com tamanha expressividade que os imigrantes europeus viram, no solo brasileiro, uma oportunidade de auferir bons lucros com a grande lavoura, voltada para o abastecimento do mercado externo e o emprego da mão de obra escrava africana que finaliza o tripé: monocultura, escravos e imigrantes

Não dissociando esses três componentes do complexo agrário, o acesso à terra altera, de acordo com Secreto (2007, p.14), “com o fim do regime das sesmarias em 1822 e com ela a suspensão de doações futuras até que se convocasse a Assembleia Geral Legislativa. Entre 1822 e 1850 não existiu outra forma de acesso à terra que não fosse a posse, a tradição operou sem limites no vácuo legislativo”. A promulgação da lei de terras de 1850, ocorrida durante o governo de D. Pedro II, encerra com a tradição vigente até então, dando lugar a uma nova forma de aquisição da terra: a compra. Ao adotar uma política de elevação de preço das terras, o Estado estimula a concentração de terras, os latifúndios, a agricultura exportadora e dificulta a sua aquisição pelos pobres.

Os excluídos da terra foram protagonistas de fatos históricos que ocorreram no Brasil durante a República Velha, provocados pela instabilidade no mundo agrário e tendo como pressuposto básico a junção do poder econômico com a política latifundiária. Pode-se citar o confronto armado de Canudos, que aconteceu no interior do Estado da Bahia, de 1896-97, quando o arraial foi destruído (OLIVEIRA, 2012, p. 18) “após 11 (onze) meses de conflitos armados, 4 (quatro) expedições militares e 25.000(vinte e cinco mil) mortos. Estes são apenas alguns números daquela que foi a maior guerra civil em território brasileiro”.

Outro episódio que marca essa instabilidade aconteceu na Fazenda Caldeirão, localizada no Município de Crato, sob a liderança do beato José Lourenço. A comunidade Prata (2012, p.8) “vivia um espaço físico e geográfico fechado, nativo ou pouco explorado onde o homem sobrevive com dificuldades alimentadas pela fé, crenças e esperança”. Os lavradores, vítimas da fome, do desemprego, da miséria, da seca, dentre outras mazelas, viam na figura do Beato uma oportunidade de obterem uma qualidade de vida melhor no

campo, uma vez que o Estado não garantia o cumprimento dos seus direitos fundamentais, conforme determinava a Constituição de 1891. Sem dúvida, uma das razões para o massacre e destruição do Caldeirão foi a recusa dos lavradores de vender a sua força de trabalho para os latifundiários da região, sob um regime de semiescravidão.

Por outro lado, existia o banditismo social, pois vários bandos de cangaceiros percorreram a savana nordestina fazendo justiça com as próprias mãos. Entretanto, os mais destacados foram os bandos de Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino, Lampião e Maria Bonita, Corisco e Dadá<sup>7</sup>. Estes bandos, diferentemente de Antônio Conselheiro e do Beato José Lourenço, acreditavam que a injustiça social no mundo agrário não seria solucionada com reza, mas com derramamento de sangue.

Nesta via, o agrário é envolvido por discussões teóricas na academia, no meio político, nas políticas públicas e nos movimentos sociais no decorrer do século XX e permanece nos dias atuais. Nas décadas de 40, 50 e 60 do século passado ocorreram grandes disputas. Conforme Ramos Filho (2011, p. 1), a formação das primeiras Ligas Camponesas, no nordeste brasileiro, e sua relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), inaugura uma ação política do campesinato para além das revoltas populares. Em 1946, o então senador da República, Luis Carlos Prestes, proferiu discurso na Assembleia Nacional Constituinte, defendendo a proposta de reforma agrária da bancada do PCB, constituindo um marco nos programas políticos de reforma agrária no Brasil. É importante destacar que a reforma agrária, consoante Rua (2009, p. 78), dentro das políticas públicas encontra-se inserida na arena distributiva, ou seja, relativa às políticas redistributivas, devido ao seu conteúdo possuir um elevado grau de conflito.

As Ligas Camponesas surgiram por volta de 1945. Elas foram uma forma de organização política de camponeses que resistiram à expropriação e à expulsão da terra. Sua origem está associada à recusa ao assalariamento. Foram criadas em quase todos os estados brasileiros e tinham o apoio do PCB, do qual eram dependentes. Em 1947, o governo decretou a ilegalidade do Partido e, com a repressão generalizada, as ligas foram violentamente reprimidas, muitas vezes pelos próprios fazendeiros e seus jagunços (FERNANDES, 2015, p.4). Mesmo não sendo a reforma agrária imediata o eixo central das Ligas Camponesas constituídas pelo PCB em 1945, mas uma aliança operário-camponesa,

---

<sup>7</sup>Corisco & Dadá. Direção: Rosemberg Cariry. Produção: Rosemberg Cariry; Jefferson de Albuquerque Jr. e Jurema de Moura. Intérpretes: Chico Diaz; Dira Paes; Antônio Leite; Regina Dourado; Chico Chaves; Denise Milfont e outros. Roteiro: Rosemberg Cariry. Música: Toinho Alves e Quinteto Violado. Rio de Janeiro: Riofilme, c1996. 1 DVD (106 MIN), NTSC, COLOR. Produzido por Cariry Produções. Baseado em fatos reais.

nesse momento já se buscava ressaltar a necessidade de se (re) definirem novas políticas no âmbito agrário, haja vista a importância de se repensar a posse da terra com relação ao latifúndio, que detinha intensa concentração de áreas ocupadas no país, excluindo assim grande parcela da população presente no campo (SILVA, 2009, p. 2).

O marco histórico da mobilização camponesa no Nordeste, com conotação de Ligas Camponesas, é datado em 1954, no engenho Galiléia, localizado no município de Vitória do Santo Antão/PE, decorrente de um litígio entre o proprietário do engenho e os foreiros, surgindo a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas do Pernambuco (SAPPP). Esse movimento expande-se rapidamente devido às condições políticas e sociais serem favoráveis e explica-se pelo fato de sua base social – o foreiro representar uma categoria ameaçada de extinção. O “Galileu” simboliza o campesinato nordestino que vive próximo aos empreendimentos capitalistas, representando um obstáculo a sua expansão. Colocar em questão as condições de sua existência social significa questionar também as vias possíveis de desenvolvimento do capitalismo no campo: este é o problema levantado pela mobilização camponesa no Nordeste dos fins da década de 50. A luta dos “galileus” desnuda a situação ambígua do campesinato; por isso se transforma na grande luta do trabalhador rural brasileiro contra as condições de exploração a que está submetido (BASTOS, 1984, p.18).

Ao conseguir chamar a atenção não só da mídia local, mas nacional, o movimento promovido pelos “galileus” foi definido como Liga por alguns jornais conservadores do Recife, vinculando o acontecido com as Ligas do PCB na década de 40. Desde modo, mascaram as mazelas no campo e colocam a opinião pública contra o movimento. Fato confirmado por Francisco Julião durante entrevista cedida ao Jornal “O Pasquim”, datado de 12 de janeiro de 1997 (SILVA, 2009, p.4).

Não fundei a Liga, ela foi fundada por um grupo de camponeses que a levou a mim para que desse ajuda. A primeira Liga foi a da Galiléia, fundada a 01 de janeiro de 1955 e que se chamava Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco [...]. Quem batizou a SAPPP com esse nome “Liga”, em 1955 foram os jornais do Recife para torná-la ilegal. A Liga Camponesa começou sendo crônica policial. Qualquer coisa relacionada com a Liga estava na página policial, porque consideravam que tudo o que acontecia no campo não era senão uma série de delitos cometidos pelos camponeses sob a orientação desse fulano de tal, esse senhor advogado e agora deputado que criava conflitos, tirando a paz do campo<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup>Mais detalhes ver **Ligas Camponesas** (Entrevista de Julião ao jornal ‘O Pasquim’, edição de 12/01/1997). Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2012/01/Ligas-camponesas-alguns-esclarecimentos.pdf>>. Acesso: 21 nov. 2015

O sentido da frase “tirar a paz do campo” demonstra que os camponeses lutam por direitos e contra a opressão vivenciada na lida pelos donos da terra, por exemplo, o pagamento do foro. E mais, reivindicar direitos, políticas públicas voltadas à arena regulatória, ou não, que favoreçam os desprovidos da terra, na visão dos que possuem o domínio sobre a mesma, são ações que provocam instabilidade.

Todavia, a questão agrária no Brasil teve ainda maior destaque durante o governo do presidente João Goulart, nos debates na sociedade civil, na Igreja, dentre outras. Com base nessas discussões, parte da população brasileira discutia a necessidade da mudança na estrutura e organização do campo, enquanto outra parte da sociedade defendia a manutenção da estrutura fundiária. O governo Goulart via a questão agrária como um problema crônico, principalmente no aspecto da concentração da terra. Para tentar alterar o cenário, Goulart anunciou uma política agrícola de Reforma Agrária com apoio dos movimentos sociais.

Uma demonstração de apoio à reforma agrária proposta por João Goulart pelos movimentos sociais aconteceu durante o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte/MG, no mês de novembro de 1961, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) (NATIVIDADE, 2013, p. 37).

[...] a reforma agrária que defendemos e propomos diverge e se opõe frontalmente, portanto, aos inúmeros projetos e indicações e proposições sobre as pretensas “reformas”, revisões agrárias e outras manobras elaboradas e apresentadas pelos representantes daquelas forças, cujos interesses e objetivos consultam, sobretudo ao desejo de manter no essencial e indefinidamente o atual estado das coisas. A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações antieconômicas e anti-sociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento agrário do país.<sup>9</sup>

Mesmo com o apoio dos movimentos sociais e da sociedade civil, a estratégia de reforma agrária proposta por Goulart fracassou devido a vários fatores, tais como ausência de capital nos cofres públicos para pagar as indenizações, fragilidade na relação Brasil - Estados Unidos, ausência de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), desestruturação do

---

<sup>9</sup>Ver ARAUJO, Fernando A. S. **Declaração do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da reforma agrária**, 2006. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1961/11/17.html>>. Acesso: 29 out. 2015.



Balço de Pagamentos e a reação dos setores conservadores,<sup>10</sup> dentre outros. Neste sentido, conforme as palavras de Diamico (2007, pp. 73-74), a Reforma, caso viesse a concretizar-se, representaria, de verdade, o rompimento das velhas oligarquias agrárias no mundo agrário e alteraria o controle econômico e dos latifúndios. Uma demonstração de mudança radical seria a alteração do §16 do artigo 141 da CF/46, que condicionava as desapropriações de terra à “prévia e justa indenização em dinheiro” – preceito constitucional que, na prática, impedia a reforma agrária e a redistribuição de terras e provocou uma revolta dos setores de direita.

Ainda neste período protagonizado pela Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), liderada pelo ex-presidente do Banco Central da Argentina Raúl Prebisch, no Brasil representado pelo advogado Celso Furtado, a questão agrária, conduzida pela forte presença do Estado, é vista como uma mola propulsora responsável pelo crescimento e desenvolvimento econômico com inclusão social, pois é a partir desse setor que os demais setores, como o industrial, alcançarão sucesso no mercado e, por analogia, contribuirão para a promoção do estado de bem-estar social.

A tese central da CEPAL na época, protagonizada no Brasil pela contribuição de Celso Furtado e diagnosticada no Plano Trienal 1963-1965, destaca o caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial. Este problema estrutural do setor agrícola brasileiro justificaria mudança na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo (Presidência da República, 1962). Ainda ligada a essa tese de rigidez da oferta agrícola, as teses cepalinas atribuem ao setor agrícola uma tendência a gerar tensões estruturais sobre a inflação e crises frequentes de abastecimento de alimentos (DELGADO, 2009, p. 53).

A Igreja Católica também chamava a atenção dos seus fiéis para a relevância da questão agrária, mostrando-lhes a função social da Igreja. Com isso, consegue mudar o pensamento de boa parte desse contingente populacional, contrapondo-se ao Estado ditatorial e denunciando a situação de penúria na qual vivem ou sobrevivem os trabalhadores rurais. Conforme Delgado (2009, p. 54), nesse contexto político a Igreja Católica teve

---

<sup>10</sup>Dentre os indicadores macroeconômicos do governo de Goulart, verifica-se uma redução na taxa de crescimento do PIB, de 8,6% em 1961, para 0,6% em 1963; neste ano, o produto industrial apresentou taxa negativa de crescimento, -0,2%, algo que não ocorrera desde o início da 2ª Guerra Mundial. Por outro lado, a inflação, medida pelo IGP-DI/FGV, seguiu trajetória francamente ascendente, saltando de 30,5% em 1960 para 47,8% em 1961, e para 51,7%, 79,9% e 92,1% nos anos seguintes. A instabilidade na condução da política econômica reflete-se de forma mais imediata ao verificar-se que, neste período de 32 meses, ocuparam a pasta da Fazenda cinco ministros: Walter Moreira Salles, Miguel Calmon, San Thiago Dantas, Carvalho Pinto e Ney Galvão (FONSECA, 2004, p.588).

importante papel na luta política de organização do sindicalismo rural brasileiro, ao mesmo tempo em que exerceu influência na conceituação do direito da propriedade fundiária, legitimado em sua doutrina social pelo princípio da função social. Este princípio, que não é exclusivo da Doutrina Social, irá se inscrever de direito nas normas do Estatuto da Terra de 1964<sup>11</sup> e, mais tarde, na Constituição brasileira de 1988. O princípio da função social substituiu “de jure” a velha tradição do direito de propriedade, proveniente da Lei de Terras de 1850, que trata a terra como se fosse uma simples mercadoria.

Na década de 60, com um foco mais direcionado ao Plano Trienal e com posição distinta da CEPAL e da Igreja Católica, emerge o pensamento econômico dos economistas e econométricos da Universidade de São Paulo (USP), liderado pelo professor, depois Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, que polemiza contra as teses da Reforma Agrária. O argumento chave deste grupo nega a existência de uma questão agrária, ao desconsiderar a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevalentes no meio rural como um problema econômico relevante, visto que com essa estrutura agrária teriam sido adequadamente cumpridas as funções da agricultura no desenvolvimento econômico (DELGADO, 2009, p. 55).

Neste contexto, o governo de João Goulart, ao tentar alterar a estrutura agrária, foi vítima de conspiração interna por setores conservadores da direita da política brasileira, como os latifundiários, do capital externo (em especial dos Estados Unidos da América). Taxado de comunista e não seguindo as recomendações de Washington, João Goulart foi retirado do governo por meio de um golpe militar iniciado na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964.

Após o golpe militar de 1964 (1964-85) as décadas de 60 e 70 caracterizam-se pelo forte controle do Estado no sistema econômico e jurídico brasileiro, ou seja, o Estado interfere diretamente na economia. Neste contexto, na busca de tornar o setor agrário brasileiro moderno e competitivo, os militares centralizam a sua política agrícola no Sistema

---

<sup>11</sup>O Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 1.964, foi alterado pela Lei 11.443, em 05 de janeiro do corrente ano, no que diz respeito aos Contratos de Parceria e Arrendamento Rurais, normatizados e regulamentados, basicamente, nos artigos 95 e 96 do próprio Estatuto. Com relação aos Contratos de Arrendamento Rural, a nova lei estabelece que o arrendatário: i) para iniciar o plantio de uma cultura cujos frutos não poderão ser colhidos antes de terminado o prazo contratual, deverá ajustar, previamente com o arrendador (proprietário da terra), a forma de pagamento do uso da terra por este excesso de período, ii) em igualdade de condições com terceiros, terá preferência na renovação do Contrato de Arrendamento Rural, devendo o arrendador, em até seis meses antes do vencimento do contrato, fazer ao arrendatário uma Notificação Extrajudicial em que exponha em detalhes as propostas existentes e dando-lhe a opção de igualá-las, ou sobrepujá-las (GERMANI, 2007, p.48).

Nacional de Crédito Rural (SNCR),<sup>12</sup> Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM),<sup>13</sup> dentre outros.

Desde o início do SNCR, o governo federal estipulou que as reservas bancárias oriundas das contas correntes (depósitos à vista) deveriam ser aplicadas em favor da agricultura nacional. É importante registrar que a legislação que regula o Sistema Financeiro Nacional (SFN) obriga os bancos a transferirem parcela significativa das suas captações à vista ao Banco Central (BACEN) – os técnicos denominam os recursos envolvidos na transferência de “exibibilidade bancária”.<sup>14</sup> Para fortalecer os financiamentos do SNCR, o BACEN criou uma abertura no sistema da exigibilidade, de modo que uma parcela dos depósitos à vista pudesse ser utilizada no financiamento rural (BÚRIGO, 2010, p.431).

No campo da macroeconomia, o setor agrário exerceu um forte papel na formação do Produto Interno Bruto (PIB), devido à adoção da política monetária expansionista com crédito rural subsidiado com endividamento externo e, por analogia, estimulou o processo de substituição de importações. Contudo, os benefícios dessa política agrícola adotada pelos militares foram para as grandes lavouras (latifúndios) de algumas regiões do território brasileiro. Pode-se apontar as regiões Sul e Sudeste, tendo como órgãos credores o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), dentre outros. Arelada

---

<sup>12</sup>Atualmente, o Sistema Nacional de Crédito Rural é constituído de órgãos básicos, vinculados e articulados. Como órgãos básicos têm-se Banco Central do Brasil (BACEN), Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Nordeste (BNB). E são órgãos vinculados o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bancos privados e estaduais, caixas econômicas, cooperativas de crédito rural e sociedades de crédito. Por fim, os órgãos articulados constituem órgãos oficiais de valorização regional e entidades de prestação de assistência (ANTÃO; CAMPANHOLO, 2011, pp.4-5).

<sup>13</sup>A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) foi um dos principais instrumentos de política para os produtos básicos da agricultura brasileira. O objetivo central dessa política era a garantia de renda dos agricultores e a manutenção da oferta dos produtos agrícolas. Contudo, o governo federal passou, a partir do final da década de 80, a encontrar dificuldades para manter as políticas de apoio à agricultura como a PGPM, que garantia o preço mínimo para os agricultores, via os programas de Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimo do Governo Federal (EGF). Os cortes nas políticas de crédito e na PGPM começaram na década de 80 e se aprofundaram nos anos 90, com a predominância das políticas neoliberais dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, os principais instrumentos de garantia de preços, comercialização e estoques são: o AGF, o programa de garantia de preços mínimos, o prêmio de escoamento do produto (PEP), o contrato de opção de venda de produtos agrícolas, a cédula de produtor rural, o empréstimo de governo federal (EGF), a nota promissória rural (NPR) e a linha especial de comercialização (LEC). Esses instrumentos são acessados, na maioria das vezes, somente por médios e grandes produtores, empresas e cooperativas. Isso se deve principalmente à preferência do governo e bancos por contratos maiores. Apesar de que a agricultura familiar acesse pouco, os instrumentos de comercialização contribuem para escoar a produção de uma região, favorecendo um maior equilíbrio nos preços dos produtos agrícolas e elevando quando eles se encontram muito baixos (NUNES, 2007, p.13).

<sup>14</sup> Esta regra visa impedir que as verbas depositadas sejam re-emprestadas aos clientes. Para o governo, o procedimento é importante para controlar a circulação excessiva de dinheiro na economia e, por consequência, a formação de uma pressão inflacionária gerada pelo seu uso nos circuitos de consumo.

ao SNCR e à PGPM, destaca-se a Revolução Verde,<sup>15</sup> implantada pelos militares como uma ferramenta de desenvolvimento do mundo agrário, por deter no seu bojo elevado nível tecnológico, utilizando sementes geneticamente modificadas nos plantios em substituição às sementes crioulas. Esse modelo oriundo da teoria neoclássica, implementado não somente no Brasil, mas em países em processo de desenvolvimento, tem como tema central a elevação da produtividade com o menor uso de insumos.

O discurso da produtividade vem sendo utilizado para mascarar os impactos negativos deste modelo, como os danos associados à saúde dos trabalhadores rurais, uma vez que os efeitos dos defensivos sintéticos na saúde humana, em especial os crônicos, não têm sido caracterizados de forma adequada. Diferentemente de décadas passadas, hoje os ganhos de produtividade são cada vez mais tímidos e os efeitos nocivos dessas substâncias, tanto para o meio ambiente quanto para a saúde humana, tornam-se mais perceptíveis e debatidos publicamente. O menor retorno sobre o rendimento médio das culturas e os custos crescentes com os insumos químicos, somados aos problemas ambientais e de saúde, trazem à tona o debate a respeito da visibilidade dos impactos socioambientais e da saúde, bem como acerca da transição para modelos mais justos e ambientalmente sustentáveis (PORTO; SOARES, 2012, p. 19).

Ao conduzir o avanço tecnológico, tanto na mecanização como nas ciências biológicas e químicas, o trabalhador rural defronta-se com duas situações. Para amenizar a inelasticidade da oferta de terras, adota-se mais fator tecnológico proveniente das ciências biológicas. Para solucionar o problema envolvendo a inelasticidade da oferta de mão de obra, emprega-se mais o fator tecnológico de mecanização. Portanto, o trabalhador deve adotar a estratégia que for mais vantajosa e menos dispendiosa em termos comparativos e relativos.

Nesta via, em termos econômicos o objetivo do trabalhador rural é maximizar receitas, minimizar custos e maximizar lucros. Entretanto, o emprego do fator mão de obra e questões envolvendo a sustentabilidade com preocupação quanto ao meio ambiente no capitalismo, infelizmente não vêm em primeiro plano. Evidentemente, quanto mais se degrada o meio ambiente, em particular o solo, maior número de fatores deve ser empregado

---

<sup>15</sup> Apoiada em uma promessa de aumento da oferta de alimentos que proporcionaria a erradicação da fome, a Revolução Verde resultou em um novo modelo tecnológico de produção agrícola que implicou na criação e no desenvolvimento de novas atividades de produção de insumos (químicos, mecânicos e biológicos) ligados à agricultura. Esse modelo produtivo passou, no entanto, a apresentar limites de crescimento a partir da década de 1980, com a diminuição do ritmo de inovações, o aumento concomitante dos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a identificação dos impactos ambientais advindos do uso intensivo desses insumos, em especial dos agrotóxicos (ALBERGON; PELAEZ, 2007, p. 32).

para manter o mesmo nível de produção. Daí o cultivo necessita cada vez mais do uso de novas tecnologias para contrapor a ação antrópica ao meio ambiente. Pode-se citar como exemplo a atividade do agronegócio no Brasil

Nas ações antrópicas encontradas no mundo agrário envolvendo a produção de grãos, em que predomina o agronegócio, percebe-se que há uma instabilidade no campo envolvendo o ecossistema e a atividade agrícola, pois geralmente essa atividade opera em grandes áreas, utilizando elevados volumes de capital físico (máquinas e equipamentos), financeiro (papel moeda, títulos, ações, dentre outros), detém poder político/ jurídico e, por último, segue uma trajetória contrária à sustentabilidade. Essa instabilidade não é somente devida à extensão da área plantada/colhida, mas também à qualidade dos alimentos produzidos. Infelizmente, em uma atividade que estimula o aparecimento de doenças cancerígenas<sup>16</sup> para as pessoas, só há vencedor(es) no curto prazo, todavia no longo prazo todos são derrotados.

No campo dos movimentos sociais, surge, na década de 80, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para contrapor o modelo desenvolvimentista nos moldes da escola neoclássica conduzida pelo regime militar, fundamentada no emprego da tecnologia por meio da Revolução Verde, citada logo acima. Esse movimento é favorável à pequena propriedade rural, à agroecologia, à agricultura, ao uso de defensivo natural, etc.

O Movimento teve origem graças à ação efetiva da Comissão Pastoral da Terra (CPT),<sup>17</sup> que até o momento era quem conseguia mobilizar e promover encontros de camponeses. Foi através de um desses encontros em nível nacional, ocorrido em Goiânia/GO, que foi criada uma comissão para a elaboração de um movimento camponês em escala nacional. Em 1983, aconteceram mais dois encontros preparativos apoiados pela CPT para que no ano seguinte, em 22/01/1984, fosse oficialmente fundado o MST (FERNANDES, 2010, p. 165).

A data de 1984 é uma marca histórica para o Movimento, porque foi neste ano que aconteceu o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel/PR,

---

<sup>16</sup> De acordo com as informações contidas no dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) afirma que o modelo químico - dependente adotado pelo agronegócio configura-se como um processo de insustentabilidade ambiental, pois no seu espaço se cria um território com muitas e novas situações de vulnerabilidades ocupacionais, sanitárias, ambientais e sociais. Tais vulnerabilidades induzem eventos nocivos que se externalizam em trabalho degradante e escravo, acidentes de trabalho, intoxicações humanas, cânceres, más-formações, mutilações e seqüelas (CARNEIRO *et al.*, 2015, p.109).

<sup>17</sup> Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade que igualmente foi responsável por divulgar relatos de histórias de cerceamento da liberdade e de sofrimento físico e psicológico a que eram submetidos os trabalhadores rurais do Brasil. Naquela época e ainda hoje, a sede da CPT tem sido local de acolhimento de trabalhadores que conseguiam escapar de fazendas, onde eram submetidos a regimes de trabalho forçado (ROCHA; BRANDÃO, 2013, p.198).

alertando as pessoas para a importância da reforma agrária no combate às desigualdades e injustiças sociais no país. Bertero (2006, p. 164) diz que a luta do Movimento é contra o latifúndio e, conseqüentemente, a favor da democratização da terra, vista por ele como um bem comum, cuja propriedade é injustamente concentrada e que, por isso, precisa ser redistribuída, por meio de uma reforma agrária. Concebe a dita reforma agrária como solução não só à desigualdade e à injustiça sociais, senão também aos demais males que afligem a população brasileira, rural e urbana: desemprego, pobreza, fome, violência e analfabetismo.

Desde sua origem, o MST tem representado uma novidade política na cena brasileira, por suas formas de luta, organização e propostas. Trata-se de inovações que foram se fazendo tanto a partir das experiências do público envolvido, com suas histórias particulares de lutas e das lideranças que foram se constituindo, quanto também de uma interlocução e concorrência política com outros atores em cena, em especial com o sindicalismo rural. Mas também se desenvolveram a partir das disputas com as organizações patronais, que reagiram com violência às ocupações, e com as instituições estatais (ministérios e agências diversas) que ora reprimiam, ora absorviam algumas demandas (MEDEIROS, 2009, p. 4).

O Movimento, de uma forma ou de outra, ameniza esse cenário nocivo em que vivem os trabalhadores rurais sem terra, pois o MST é um movimento que contém uma função social e utiliza a sua luta não só pelo direito ao acesso a um pedaço de terra aos seus integrantes, mas pela garantia do cumprimento dos seus direitos individuais/coletivos, conforme determina a Constituição cidadã de 1988:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

.....

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento. (BRASIL, 1988, p. 2-3).

É importante destacar que para que o Movimento permaneça em operação no longo prazo, faz-se necessário que o seu planejamento, metas e gestão contenham no seu bojo a ação coletiva onde todos os seus integrantes tenham direito a voz e voto, uma vez que a união é o primeiro passo para elevar as chances na efetivação de políticas públicas, por exemplo, a construção de moradias de alvenaria com saneamento básico. Delgado (2010, p.

99) fala que no período posterior à Constituição de 1988, houve avanços de direitos sociais, incluindo direitos agrários, que afirmam compromissos com a igualdade. Apesar dos avanços no campo jurídico institucional, houve constrangimentos no campo econômico. A desigualdade praticamente manteve-se inalterada. A situação fundiária atual apresenta dois perfis básicos: i) mantém sua desigualdade, não obstante o novo ordenamento de direito agrário prescreva o princípio da função social da propriedade fundiária; ii) os procedimentos e as omissões da política fundiária do Poder Executivo e dos demais poderes de Estado arbitram contraditoriamente a reprodução dessa desigualdade. Ao fazê-lo, incidem em vício evidente de ilegitimidade em face do ordenamento constitucional que legitima o direito de propriedade.

Portanto, o MST, como movimento social, tem plena convicção de que o projeto de reforma agrária do governo federal está paralisado, apesar do dinamismo dos assentamentos que vêm ocorrendo em todo o país. Pode-se citar o caso do assentamento 10 de abril, em Crato, que será discutido na última parte. Para o Movimento, os assentamentos representam o primeiro passo e não o último, para que os assentados possam gozar de uma vida longa com dignidade, tendo acesso aos benefícios sociais como moradia, saúde, alimentação e educação.

Um obstáculo relevante contra o Movimento é a ação da bancada ruralista dos latifundiários no Congresso Nacional, liderada pelo senador Ronaldo Caiado, do Estado de Goiás, do Partido Democratas (DEM), vulgarmente conhecida como a União Democrática Ruralista (UDR), que define os integrantes do MST como um bando de desocupados, desordeiros, invasores de terra e outros. Defendendo os interesses do agronegócio e pertencentes a uma elite conservadora, a UDR abusa do poder político e econômico e lança a opinião pública contra o Movimento, usando um tripé muito forte, o ideário da Revolução Verde, o ordenamento jurídico e a mídia.

Em Crato, dentre os movimentos sociais no campo, destaca-se a presença da Igreja Católica, em particular com as ações da Associação Cristã de Base (ACB), sob o controle ideológico e político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desenvolvendo um papel social como forma de corrigir as imperfeições do Estado a favor dos trabalhadores rurais da agricultura familiar. Suas atividades com esses trabalhadores são voltadas para a agricultura e pecuária sustentável, nos moldes da agroecologia. Durante o período compreendido entre 2011 e 2015, o Município passou por um período de grande estiagem e a ACB teve um papel essencial perante os trabalhadores por ela assistidos, na orientação e

estímulo ao cultivo de hortaliças, usando pouca água por meio da técnica da irrigação por gotejamento.

Neste contexto, a ACB, além de proporcionar uma renda para esses trabalhadores através da feira realizada toda sexta-feira, próxima a sua sede, divulga os benefícios dos produtos ofertados pela agroecologia à saúde, não só de seus consumidores, mas de toda a sociedade caratense. No tocante à execução de projetos provenientes de políticas públicas, a ACB executou durante nove anos o projeto Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), do Governo Federal e o Programa de Ação de Convivência com a Seca (PACS), do Governo do Estado do Ceará na região. Nestes dois programas, a ACB atingiu a marca de 8.025 cisternas instaladas. Neste período, a ACB iniciou o trabalho com agroflorestação, obtendo bons resultados, além da experimentação inicial das cisternas de placa. Atualmente, a instituição executa três projetos: Jovens Familiares Produzindo no Cariri, com patrocínio da Petrobras; Programa Uma Terra, Duas Águas, em parceria com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA); Quintais Produtivos, patrocinado pelo Governo do Estado do Ceará.<sup>18</sup>

Sem dúvida, a crise econômica, política e institucional pela qual atravessa o país nesse momento, também repercute no mundo agrário, agravando ainda mais a situação dos trabalhadores rurais hostilizados e expropriados do campo e impedidos de exercerem a plena cidadania no Estado democrático e de direito, como determina a Constituição brasileira promulgada em 05 de outubro de 1988. Por fim, as discussões envolvendo os trabalhadores rurais de forma direta ou indireta é o resultado do grito de uma massa de excluídos oriundos de uma complexidade, heterogeneidade e desigualdade social no mundo agrário.

## 1.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

### 1.2.1 Legislação Agrária e o Estatuto da Terra

A primeira forma que assumiu o ordenamento jurídico das terras brasileiras foi a do regime de concessão de sesmarias. As concessões de sesmarias, entretanto, não representaram o resultado de um processo interno de evolução de formas anteriores de apropriação. Resultaram da transposição, para as terras descobertas, de um instituto jurídico existente em Portugal (MOTTA, 2009, p.78). As primeiras normas reguladoras da apropriação da terra no Brasil originaram-se, portanto, da especificidade da sua condição de colônia portuguesa, a partir do século XVI. Em função disso, a apropriação territorial no

---

<sup>18</sup>Ver a ACB. **Projetos**. Disponível em: <<http://www.acbrato.org/#!/projetos/c21kz>>. Acesso: 02 dez. 2015.



Brasil desenrolou-se, desde o início, determinada por duas condições históricas precisas. De um lado, pela sua inserção no vasto campo da expansão comercial europeia dos séculos XV e XVI e, de outro, pela sua especificidade de possessão portuguesa. Do primeiro aspecto decorrem as características do aproveitamento econômico das novas terras descobertas. O segundo aspecto determinou o estatuto do solo colonial, isto é, a transposição, para o novo território, das normas reguladoras da propriedade da terra em Portugal (SILVA, 1996, p.21).

Essa política inicia-se em Portugal no ano de 1375, no reinado de D. Fernando I, a fim de solucionar os problemas enfrentados pelo Reino no século XIV, dentre os quais destacamos a escassez de alimentos. A chamada Lei de Sesmarias, de 1375, aplicada em Portugal, tinha como princípio reestruturar o sistema fundiário no país, fixando os trabalhadores à terra com o objetivo de estimular a produção (PEREIRA, 2008, p.1).

A posse da terra dava-se por meio das Cartas de Sesmarias, instituídas em 1375 em Portugal, durante o processo de formação do Estado nacional português, as quais garantiam a posse vitalícia da terra, sendo que a utilização produtiva da mesma era condição fundamental para sua manutenção. Em princípio, as terras que recebiam a denominação de sesmarias eram terras abandonadas e incultas, concedidas pela Coroa portuguesa para pessoas que se comprometiam a lavrá-las por um tempo determinado. Uma das razões para que a Coroa tomasse essa atitude era povoar as terras que tinham pertencido aos muçulmanos no período conhecido como Reconquista (PANIAGO, 2011, p.102). Deve-se destacar que uma das características contidas na legislação da política sesmarial portuguesa era a aplicação da expropriação da terra, caso não fosse lavrada.

Existe uma contradição sobre o emprego das sesmarias em Portugal e no Brasil, como mostra Marés (2003, p. 62):

As sesmarias nasceram em Portugal para que o Poder Público dispusesse das terras não trabalhadas, mesmo que de propriedade alheia, para oferecer a quem realmente a quisesse trabalhar, na medida de seu trabalho; enquanto no Brasil a mesma concessão é negada a quem quisesse trabalhar e produzir por sua conta e entregue a quem tivesse o poder de explorar o trabalho alheio adquirido à força, compulsoriamente, seja como escravo ou trabalhador livre, que tinham que aceitar as condições independentes de sua vontade: a liberdade é opção entre várias alternativas. Liberdade de escolher uma única alternativa ou morrer ou ser preso como vagabundo, é opressão. O belo ideal de 1375 de fazer da terra fonte de produção não foi implantado no Brasil, as sesmarias geraram terras de especulação do poder local, e originaram uma estrutura fundiária assentada no latifúndio, injustiça e opressão.

No Brasil, diferentemente do que ocorria em Portugal, o interesse da Coroa lusitana não era produzir alimentos para suprir o mercado doméstico, pelo contrário, sua produção enfatizada pela monocultura tinha dois objetivos: consolidar a posse do território e fornecer produtos oriundos da terra conquistada para a Europa. Vale observar que os colonos que aqui habitavam eram uma população muito pequena, comparada com a imensidão de terras disponíveis e agricultáveis.

Em análise comparativa entre o regime sesmarial de Portugal e o do Brasil, Bomfim (2015, p. 16-17) cita algumas premissas básicas: i) Portugal, em 1375, era agitado pelo impasse sócio-rural; grande população rural, para uma extensão diminuta de áreas agricultáveis; o Brasil Colônia ressentia-se de uma situação exatamente inversa daquela: um território incomensurável e sem população; ii) No Brasil Colônia não havia, nos primórdios da colonização, propriedades privadas, sendo que todo o território desocupado e desabitado era propriedade da Coroa portuguesa; a primeira lei de Sesmarias em Portugal veio à luz no bulir de uma realidade caótica dominial, como um antídoto contra a propriedade particular inculta; iii) No Brasil Colônia, as terras estavam incultas por inexistência de população; Portugal do século XIV tinha suas terras inaproveitadas por comprometimento das atividades agrícolas, em razão de crises sociopolíticas; iv) No Brasil Colônia, distribuíam-se terras através de doações; após suas formalidades, os imóveis deveriam ser transferidos para o patrimônio particular do donatário, visando, com isso à colonização portuguesa. Forçava-se a exploração agrícola pelo detentor da área, ou violavam-se alguns poderes do exercício da propriedade privada, cedendo arbitrariamente sua posse a outrem que se dispusesse a cultivá-la, mediante a paga de uma renda; v) Na Colônia, o sesmeiro deveria pagar o tributo do dízimo devido à Ordem de Cristo; em Portugal, pagava-se uma renda ao proprietário, que não poderia recusá-la.

Ao sair do período colonial e adentrar no regime imperial, uma mudança no regime sesmarial aconteceu, com a promulgação da resolução datada de 17 de julho de 1822, que põe um ponto final no regime sesmarial, com a suspensão da aquisição de novas terras até quando fosse convocada a Assembleia Geral Constituinte. Entretanto, segundo Nozoe (2006, p. 595), as sesmarias concedidas pelos magistrados do Desembargo do Paço tiveram validade através dos Decretos de 22 de abril, 22 de junho e 25 de novembro de 1808 e Alvará de 25 de janeiro de 1809.

Vinte anos haviam decorrido da Resolução de 17 de julho de 1822, pondo término ao regime de sesmarias, quando, por avisos de 6 de junho e 8 de julho de 1842, o Governo

Imperial solicitou à seção dos negócios do Império do Conselho de Estado uma proposta de reforma legislativa sobre sesmarias e a colonização (ROCHA; CELESTINO, 2010, p. 2). Assim sendo, o governo prepara o terreno para que em 1850 fosse instituída a Lei de Terras.

Com a promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, chamada Lei de Terras, estabeleceu-se a base jurídica da propriedade privada da terra no Brasil. A Lei de Terras, em seu artigo 1º, proibiu a aquisição de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. No artigo 4º, revalidou as sesmarias que se achavam cultivadas; e, em seu artigo 5º, legitimou as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária. De acordo com o Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentou a Lei de Terras, as sesmarias e as posses tinham um prazo máximo de 2 (dois) anos para serem medidas e registradas nos livros das casas paroquiais. Com esse procedimento legal, as sesmarias e as posses passaram a ser reconhecidas juridicamente. E a aquisição de terras devolutas passou a ser proibida por outro mecanismo que não fosse a compra e venda em hasta pública (OLIVEIRA, 2012, p. 26).

Com a nova legislação, segundo Follhes *et al* (2012, p.30), o conceito de terra devoluta foi alterado,<sup>19</sup> sendo entendido como todas as terras existentes no território brasileiro que não se incorporaram legitimamente ao domínio particular, bem como as já incorporadas ao patrimônio público, porém não afetadas a qualquer uso público.

Nesta via, a Lei de Terras deu uma nova face às terras devolutas, ou seja, passaram a ser uma mercadoria com valor de uso e valor de troca.<sup>20</sup> De acordo com Oliveira (2012, pp. 27-28) a Lei de Terras foi um divisor de águas. O título, domínio da terra, passou a ser superior à posse efetiva. Alguém que abre a posse da terra não tem, automaticamente, direito de propriedade sobre ela. Mas alguém que tem o título da terra, seu domínio, portanto mesmo sem nunca tê-la ocupado de fato, tem o direito de propriedade privada sobre ela. Na prática, a implantação da legislação territorial no Brasil representou, antes de tudo, a vitória

---

<sup>19</sup>Art. 3.º São terras devolutas:§ 1.º As que não acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial ou municipal.§ 2.º As que não se acharem no domínio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.§ 3.º As que não se acharem occupadas por posses que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimidas por esta Lei.§ 4.º As que não se acharem occupadas por posses, que apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimidas por esta Lei (BRASIL, 2015, p.1).

<sup>20</sup> [...] se trata aqui de como uma coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência (*Lebensmittel*), isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção. [...] os valores de uso das mercadorias formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais (*stoffliche Träger*) do valor de troca [...] o valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço (MARX, 2013, pp.113-114).

dos grandes fazendeiros em detrimento dos povos nativos, escravos, posseiros e agregados, camponeses desterrados, que, na crise do trabalho escravo, tiveram seu trabalho subjogado ao cativo da terra.<sup>21</sup>

Do mesmo modo que a Constituição de 1824 e a Lei nº 601/50 beneficiaram as elites agrárias, com a proclamação da República, a Constituição de 1891 seguiu conceitos similares aos da Constituição anterior na questão agrária, contribuindo para o fortalecimento e consolidação dos latifúndios, ao mesmo tempo em que dificultava a aquisição de terras para os mais pobres. Segundo Linhares e Silva (1999, p. 76), no art. 64 da Constituição de 1891 se garantia a transferência das terras públicas para o patrimônio dos estados da federação, dando-lhes a prerrogativa de legislar sobre o tema. Assim, abria-se ao poder local, oligárquico e coronelista, a possibilidade de legitimar suas ações de açambarcamento fundiário. Originava-se, desta forma, mais uma corrida em direção à formação de amplos domínios fundiários no país, reafirmando a ordem latifundiária.

A questão envolvendo terras públicas e devolutas compreende as terras públicas como sendo as terras ocupadas para algum uso da Coroa ou governo local, como praças, estradas, escolas, prédios públicos, etc., que foram reconhecidos como domínio público. Estas terras teriam que estar sendo usadas, confirmando a ideia de que a propriedade pública tem seu assento no uso, na destinação e enquanto está sendo usada e destinada (MARÉS, 2003, p.69). Segundo as ideias do autor, a definição de terras públicas fornece subsídios suficientes para confirmá-las como espaço territorial em que os indivíduos não podem ter seu acesso nem benefício vetados. Já as terras devolutas (CARVALHO *et al*, 2014, p.103) são específicas do direito pátrio, e encontram-se definidas na Lei de Terras de 1850 como sendo as terras que: i) não se achassem aplicadas a algum uso público ou de domínio particular por título legítimo; ii) tenham sido sesmarias incursas em comisso por falta de cumprimento das condições do título ou não revalidadas pela Lei; e iii) não sejam posses que, apesar de não se fundarem em título legal, tenham sido legitimadas pela Lei. Como se pode perceber é uma definição por exclusão. Até a Constituição de 1891, as terras devolutas existentes eram todas da União. A partir de então, as terras devolutas foram transferidas aos

---

<sup>21</sup>De forma similar a essa situação vivida pelas camadas menos favorecidas, têm-se os imigrantes europeus naquela época, pois viviam constantemente sob um regime de exploração por meio da extorsão, devido às dívidas contraídas por parte dos seus patrões. Não é exagero afirmar que os imigrantes pertenciam a uma classe intermediária entre os povos nativos e o escravo africano. Uma obrigação que eles tinham ao pisar no solo brasileiro, com quem os contratasse, era o pagamento da sua viagem, que poderia ser efetuado por meio do seu trabalho. Dentre as extorsões sofridas pelos imigrante, impostas pelos patrões, as mais comuns foram a compra de alimentos para o seu sustento e para sua família, praticadas com preços elevados, e o pagamento de aluguel pelo uso da moradia, que seguia a mesma lógica, ou seja, os aluguéis cobrados não eram baratos.

Estados, ficando reservadas à União apenas as áreas destinadas à defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro e os terrenos de marinha.

No Nordeste, tanto a Lei nº 601/50 quanto a Constituição brasileira de 1891, compostas pelos seus artigos, parágrafos e incisos, não beneficiaram, de modo geral, a grande massa de trabalhadores do campo a ter o direito a um pedaço de terra. Pelo contrário, estimularam e fortaleceram o poder dos grandes fazendeiros denominados de coronéis, usando uma ferramenta comum desde os tempos anteriores ao da proclamação da República: a violência, tendo o jagunço ou capanga como protagonistas. Dois aspectos contribuíram para a continuidade desse cenário. Primeiro, a agricultura/pecuária baseada no modelo capitalista era bastante incipiente. Segundo, o distanciamento espacial das capitais nordestinas do restante dos seus municípios dificultava a chegada de ideias progressivas, a fim de contrapor o *status quo* imposto pelos coronéis.

O aparelho repressor do Estado, configurado pela polícia, também recebia e cumpria ordens dos coronéis. Deste modo, conseguia controlar um vasto contingente populacional, hostilizando os trabalhadores rurais que viviam em uma condição de pobreza ou abaixo da linha de pobreza. Mesmo sob ameaças, vários deles se recusavam a seguir os mandos dos coronéis. Um dos caminhos foi o trabalho em cooperação, característica camponesa, em que uma das formas consiste no chamado mutirão. Neste caso, a cooperação é mais do que a simples partilha do trabalho parcelar. Representa, antes de tudo, o símbolo de uma organização e união de luta no campo.

Fixados em uma área com dificuldade de acesso, estios e terras não tão boas para o plantio de lavouras de subsistência, os trabalhadores rurais eram assim tanto em Canudos de Antônio Conselheiro como no sítio Caldeirão do Beato José Lourenço, que tiveram suas estruturas organizacionais destruídas em combates com as forças armadas do exército nacional. Segundo Sales (2004, p. 44), o ponto diferencial para esse último foi o bombardeio com o emprego do avião, durante o segundo ataque, onde trabalhadores rurais não tiveram chance alguma de escapar do fogo cruzado e acreditavam que Nossa Senhora da Conceição e a Santa Cruz do Deserto iriam ajudar na batalha.

Pelo lado do banditismo, Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, destacou-se entre os outros caudilhos citados anteriormente pela quantidade de integrantes de seu grupo, duração no cangaço, crueldade, serventia e ataques aos coronéis e outros. Dentre as suas andanças pela savana nordestina, destaca-se um fato histórico ocorrido em Juazeiro do Norte: a concessão da falsa patente de capitão do Batalhão Patriótico, arquitetada pelo padre

Cícero Romão Batista e redigida pelo agrônomo Pedro Albuquerque Uchoa. Em troca da patente, Lampião largaria a vida de caudilho e combateria os revoltosos da Coluna Prestes. No entanto, ele não cumpriu sua palavra e deixou a Coluna atravessar a savana nordestina. Além do mais, o caudilho estava ciente de que a sua patente era falsa e, portanto, não o protegeria da fúria das volantes dos “macacos”. Decidiu, então, continuar no crime e, daí por diante, o rei dos cangaceiros foi referenciado como “Capitão” (LIRA NETO, 2009, pp. 469, 479).

De posse da patente de Capitão, e também conhecido como o Rei do Cangaço, Virgulino percorreu as savanas nordestinas junto com o seu bando, composto por trabalhadores sem terras/trabalho/esperança, que enxergavam no cangaço a única alternativa de vida. Na sua vida de caudilho, Lampião, consoante Figueira (2015, pp.264-267) tentou invadir a cidade de Mossoró/RN em 1927, mas foi derrotado, deixado para trás o seu comparsa Jararaca, que foi espancado e morto pelas forças cidadinas.

A Constituição de 1891 também moldou e estimulou, em conjunto com a Lei nº 601/1850, os alicerces para o surgimento e robustez de grupos oligárquicos, como foi o caso de Antônio Pinto Nogueira Accioly que, por duas décadas, controlou a política cearense, ora ocupando o lugar de presidente estadual, ora manipulando adestrados “testas de ferro”. Utilizando o voto como veículo de poder e dominação, seguindo os trâmites legais conforme a Constituição, perpetuaram por gerações o poder, com ou sem apoio popular. A fraude era uma cena bastante comum durante o processo eleitoral como, por exemplo, o aparecimento do voto de eleitores que já tinham falecido. O “voto de cabresto” foi uma tática criada pelo grupo dominante para obrigar os eleitores a votarem neles, como meio de liquidar dívidas ou favores. Os eleitores ou os cidadãos comuns que tentassem modificar essa situação vantajosa e confortável dos grupos oligárquicos geralmente pagavam um preço com a sua própria vida (LIRA NETO, 2009, pp. 278-280). Vale assinalar que todo esse contexto, marcado pela ação de jagunços, cangaceiros, coronéis, oligarquias e religiosos, tendo como expoente máximo o Padre Cícero, em teoria é finalizado, conforme Diniz (1999, p. 22), na década de 30, com a Revolução liderada por Getúlio Vargas. Essa afirmação provém da bandeira de mudanças erguida por Getúlio, porque estava relacionada com a temática da justiça social, com a questão da igualdade e das liberdades políticas.

Pelo lado político, com o fim da República Velha e o início da Era Vargas, que permaneceu a primeira vez no poder por quinze anos (entre 1930 e 1945), o Brasil adotou um novo modelo de governança montado para uma sociedade urbana industrial mais

complexa e diferenciada, contrária a um sistema de base agroexportadora (DINIZ, 1999, p.24). Para Leopoldi (1999, p.123), Vargas montou as bases para a adoção da política industrial brasileira com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda (RJ), construída com recursos do Banco de Exportação e Importação do governo americano (EXIMBANK).

Tanto na República Velha como no governo de Getúlio Vargas não havia uma política de reforma agrária, deixando os trabalhadores rurais mais uma vez vulneráveis nas relações com os detentores da terra. Apesar de avanços nas leis trabalhistas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no setor agrário o Estado deixou predominar a livre negociação entre os proprietários de terras e os trabalhadores. Entretanto, para esses últimos não restaram muitas opções, a não ser vender o seu trabalho por um valor monetário irrisório. Os que não tinham onde morar fixavam residência nas terras dos fazendeiros, sob a condição de morador de favor, expressão utilizada ainda hoje no sertão nordestino.

Com o advento do Estatuto da Terra, houve a divisão da propriedade rural em latifúndio produtivo/improdutivo, minifúndio, propriedade familiar e outros. Segundo a Constituição brasileira de 1988, a terra tem função social.<sup>22</sup> Consoante Santos (2013, p.75), essa expressão “função social” configura-se em um recorte dentro das estruturas do capitalismo. Tem matriz econômica – política e só adquire razão de existir quando se está a tratar de bens de produção, daí explica-se em linhas gerais porque a terra tem função social.

Neste sentido, a justiça social no Estatuto é representada pela função social da terra, que é integral quando (Lei 4.504/64; art. 2º § 1º): i) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; ii) mantém níveis satisfatórios de produtividade; iii) assegura a conservação dos recursos naturais; iv) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (SCHMITZ; BITTENCOURT, 2014, p. 578).

As expressões “justiça social” e “função social da terra”, este último substantivo como um imóvel rural, são ambas utilizadas em uma perspectiva do modo de produção capitalista. Logo, a base da produção das mercadorias no campo presume a consolidação da propriedade privada, em consonância com a Lei. No entanto, no momento em que o Estado adota uma política de caráter intervencionista na promoção de um estado de bem-estar

---

<sup>22</sup>Conforme a Constituição do Brasil de 88, no seu art. 186, a propriedade rural produtiva somente é possuidora de função social, caso sejam cumpridos simultaneamente os critérios e graus estabelecidos em lei: i) aproveitamento racional e adequado; ii) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; iii) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; iv) exploração que favoreça o bem - estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988, p.87).

social, o seu objetivo pode ser atingido através de uma reforma agrária ou da política agrícola.

Para diferenciar o que pertence ao campo e fora dele (imóvel rural), o Estatuto, através do art.4º do decreto 55.891/65, define o imóvel rural como sendo o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada.<sup>23</sup>

Acerca da distinção entre imóvel rural e urbano (TERCEIRO NETO, 1994, p. 21), a resposta advém inicialmente pelo Código Tributário Nacional, sob a Lei nº 5.172, datada de 25/10/1996, cujo art. 32 inclui na competência dos municípios o imposto predial e territorial urbano e considera zona urbana a definida em lei municipal. É no seu parágrafo 2º que se concedem plenos poderes ao município em delegar, identificar e tipificar as áreas que são destinadas à construção de loteamentos, indústrias e comércios, bem como seu prolongamento.

Ainda referenciando o art.4º do Estatuto da Terra, sob o decreto nº 55.891/65, ao mencionar o que lhe compete em definir o minifúndio, esse segue a mesma ideia do conceito de latifúndio como entrave à promoção e desenvolvimento do mundo agrário, pois, além de inibir ou desestimular a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos que retiravam da terra o seu sustento, não cumpre a sua função social.

Como essas duas formas de divisão de propriedade devem ser abolidas e tornar as suas terras produtivas, ou seja, cumprindo a função social, o Estatuto sobre a influência do decreto nº 55.891/65 nos informa, no art. 20, que o mecanismo encontrado foi a adoção da desapropriação, de modo que a produção seja feita dentro do modelo concorrencial, em conformidade com as ideias de Meirelles (2010, p. 646), em que o preço dos produtos correspondentes seja igual ao seu Custo marginal (CMg). É correto mencionar que:

"Latifúndio", o imóvel rural que:

a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup>BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm)>. Acesso: 12 dez.2015.

<sup>24</sup>Idem, 1964, p.2.



Outra medida adotada pelo Estatuto da Terra em corrigir as imperfeições do minifúndio e latifúndio mostra-se no art. 11 do parágrafo segundo, que faz referência às terras devolutas, reafirmando que, durante o processo produtivo oriundo do lavramento da terra, a produção deve seguir uma racionalidade econômica dos fatores de produção e a lucratividade obtida na atividade “X” será eficiente quando o preço for igual à receita marginal.<sup>25</sup>

Pelo prisma das suas raízes, o Estatuto da Terra de 30/11/64 não surgiu somente pela simples boa vontade do presidente Castelo Branco. Sua origem deve-se em muito ao debate ideológico em torno da “Guerra Fria”, levante dos movimentos sociais no campo como a CPT, as Ligas Camponesas no Nordeste, a ULTAB, dentre outros. Como resposta aos Movimentos, Castelo Branco criou o Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (GRET), tendo como líder o economista Roberto Campos, a fim de solucionar a problemática do mundo agrário. Segundo De Salis (2008, p. 115), esse Grupo foi criado para atender 2 objetivos principais: em primeiro lugar, o grupo seria o responsável por desenvolver os preceitos da reforma agrária, previamente definidos pelo governo, convertendo-os em um conjunto de leis que regulamentassem a posse e uso da terra, bem como os instrumentos legais para a realização da reforma agrária e a aplicação da política agrícola. Em segundo lugar, o grupo foi pensado como o lócus de discussão, pretensamente desprovido de motivações ideológicas, por estarem seus membros incumbidos de realizar uma avaliação técnica no que concerne à execução da reforma agrária.

Não só a reforma agrária, como também qualquer política pública a ser implantada, deve ser precedida da existência de capital nos cofres públicos, que o governo brasileiro, naquele momento de instabilidade econômica, política, social e ambiental não possuía. A saída encontrada foi tributar as terras. Nesse percurso, afirmam Reydon e Oliveira (2012, p. 02), a cobrança de impostos sobre a terra foi bastante eficiente, por exemplo, nos Estados Unidos. O Brasil, ao contrário, se caracteriza por não cobrar adequadamente os impostos sobre a propriedade da terra, quer rural, quer urbana. Assim, não somente o valor do imposto arrecadado é irrisório frente a outras fontes de impostos, como também não contribui com um papel regulador.

Mesmo sem dinheiro suficiente em caixa, o governo realizou as desapropriações, efetuando seu pagamento em capital (papel moeda), consoante Schmitz e Bittencourt (2014, p. 601) dissertam, seguindo a determinação da Constituição e da Emenda Constitucional

---

<sup>25</sup> Para mais detalhes, ver Meirelles (2010, p. 655)

10/1964, todavia, com prazos bastante elásticos, variando em função da avaliação de cada imóvel, benfeitorias e demais desembaraços.

Logo, pode-se dizer que o governo dos militares não representou ou fortaleceu a política agrícola para os trabalhadores rurais e muito menos efetuou uma reforma agrária. Pelo contrário, deu margem para que ocorresse a modernização e avanços dos latifúndios, principalmente nas décadas de 70 e 80, consolidando desta maneira o capitalismo agrário com a formação de empresas rurais,<sup>26</sup> por exemplo, a Girassol Agrícola, beneficiadas pelo SNCR e a PGPM.

No Crato, essa modernidade, durante essas duas décadas, foi acompanhada pela implantação da Usina de Açúcar Manoel Costa Filho, a qual contribuiu para o fechamento dos engenhos de rapadura e mudança da relação de produção. Para melhor compreensão do cenário político, econômico e social pelo qual atravessava o município de Crato, ocorreu no dia 14/06/1976 o discurso do governador do Ceará, Adauto Bezerra, na inauguração da Usina, em que estimulou os produtores de cana de açúcar não só do Crato, porém de toda a região do Cariri cearense, a abandonar a produção de rapadura, chamada de atraso, a se tornarem fornecedores de matéria-prima para a Usina. Para se ter uma ideia da real situação vivenciada pela atividade canavieira da época, é importante assinalar trechos impressos do discurso inaugural da Usina pelo governador, publicado pelo Jornal Tribuna do Ceará em 15/06/1976 (GONÇALVES, 2011, p. 52).

[...] Grande é a alegria que hoje reina em toda a região do Cariri, é que neste momento concretiza-se um sonho de muitas décadas. O sonho era a criação de uma usina de açúcar, para que produzisse mais riquezas e assegurasse o bem-estar de milhares de famílias caririenses. Desde o princípio a cana de açúcar foi um dos pilares da economia caririense, a seiva de que a região se alimentou na fase crítica de seu crescimento. [...] É certo, entretanto, que a economia canavieira, com o passar do tempo, tornou-se obsoleta. A rapadura e o aguardente deixaram de ser fonte de riqueza, constituindo-se em causa de empobrecimento dos produtores, cuja situação se tornará insustentável. Não havia outro caminho a seguir senão o de implantar, no mais curto prazo, a indústria açucareira (BEZERRA, 1976, p. 1); (GONÇALVES, 2011, p.52).

Naquela época a Usina praticava a queimada do canavial como forma de facilitar o corte da cana e, com isso, conseguir reduzir acidentes de trabalho. Não existiam as

---

<sup>26</sup>O inciso VI do art. 4º, da Lei de Nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, dispõe: “Empresa rural é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel, segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo” (OPITZ; OPITZ, 2016, p. 82).

colheitadeiras mecânicas, que seriam boas para a preservação do meio ambiente pelo baixo fluxo de queimadas e a elevação da fertilidade do solo, ocasionada pela incorporação dos restos culturais com o solo.

A relação de trabalho altera-se com a implantação da Usina, em consequência da decadência dos antigos engenhos de rapadura cratenses localizados, entre outros, nos sítios Fundão, Palmeiral e Bebida Nova. Diante dessa mudança, meeiro, morador e rendeiro foram substituídos pelo trabalhador assalariado. Como não havia mais como sobreviver nas áreas próximas aos engenhos, grande parte desses trabalhadores migraram para a zona urbana cratense, formando bairros periféricos como o Caixa d'água e o Seminário. Em nível regional, deslocaram-se para Brasília e para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Os poucos que permaneceram nessas localidades substituíram a cana de açúcar pelo cultivo da banana, hortaliças, feijão, milho, andu e coqueiro.

De posse do novo ambiente imposto pela desigualdade social do campo, os trabalhadores rurais tornaram-se assalariados, na condição de contratação permanente ou temporária. Vale salientar que aqueles que exerciam funções como de almoxarifado, escritório e manutenção de máquinas e equipamentos enquadraram-se no primeiro grupo. Os trabalhadores conceituados como temporários somente eram contratados no período da safra. No entanto, essa remuneração em capital oscilava em função da quantidade de cana cortada, de modo que os trabalhadores rurais mais produtivos eram melhor remunerados.

A introdução das relações de produção não só na Usina de Açúcar Manoel Costa Filho, mas em todo o sistema agroindustrial, tendo como meio de pagamento da sua mão de obra o regime salarial, seja ele permanente ou temporário, não difere do sistema considerado arcaico, retrógrado ou rudimentar dos engenhos, pois na sua essência essa modernidade conseguiu, na verdade, separar os trabalhadores rurais (quem realmente confecciona os produtos) dos meios de produção, tornando-os nada mais do que um conglomerado de homens a serem explorados economicamente.

## 1.2.2 A RELAÇÃO DO AGRÁRIO COM O CAMPONÊS

Antes de iniciar a discussão, é importante deixar explícito o que vem a ser um camponês. Qual a sua origem? Para responder essas indagações, recorre-se às palavras de Marques (2008, p. 60):

A origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da idade média européia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. Em contraste com o forte enraizamento territorial que caracteriza o camponês europeu, a trajetória do nosso campesinato é marcada por uma forte mobilidade espacial. O predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas por essa classe social tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social.

E complementa:

A definição de camponês ganhou um papel de destaque nas ciências sociais a partir da década de 50 adquirindo uma identidade política em nível nacional e cita o caso das Ligas Camponesas, quando a concentração de terras e a extrema desigualdade social são verificadas e com ela advêm as alterações nas relações de trabalho e emergem como premissas da questão agrária no Brasil. Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul - dependendo de sua origem, se imigrante ou não. O mesmo também acontecia com os grandes proprietários de terra, que eram conhecidos como estancieiros, senhores de engenho etc.

Marcelo do Nascimento Rosa e José Henrique Rodrigues Stacciarini definem os camponeses como sendo seres sociais isolados, ausentes de relações de mercado por se dedicarem à autossuficiência de forma rústica.<sup>27</sup> Não obstante, esse conceito altera-se nas últimas duas décadas do novo século, retirando desse ser adjetivos de atrasado, rude, ignorante e alienado político, transferindo-o para o bojo do ideário da agricultura familiar influenciado pelas ideias do *Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural* (RIMISP).<sup>28</sup>

<sup>27</sup>NASCIMENTO ROSA, Marcelo do; STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. **Luta Pela Permanência na Terra: as estratégias de reprodução camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO)**. Disponível em: <[http://pdf.blucher.com.br/openaccess/coletanea-interdisciplinar/vol1/V1\\_Cap23.pdf](http://pdf.blucher.com.br/openaccess/coletanea-interdisciplinar/vol1/V1_Cap23.pdf)>. Acesso: 02 jan.2016

<sup>28</sup>RIMISP é uma organização regional sem fins lucrativos que desde 1986 apóia processos de mudanças institucionais, transformação produtiva e fortalecimento das capacidades de atores e grupos sociais nas sociedades rurais latinoamericanas. O RIMISP tem escritórios nas cidades de Quito, Santiago (escritório principal) e Manágua e um ponto focal em La Paz. Seu propósito é o crescimento econômico com inclusão social e sustentabilidade ambiental nas sociedades rurais latinoamericanas. O RIMISP espera e assume como obrigação incidir em dinâmicas de mudança social, de maneira direta ou indireta, através de estratégias e políticas de governos nacionais ou sub-nacionais, de agências internacionais, de empresas privadas e de organizações e movimentos sociais (RIMISP, 2016, p.1).

As ideias do RIMISP conduzem a relação do agrário com o camponês, de acordo com Bergold (2014, p. 104), e seu pensamento dominou debates e políticas a partir da década de 90. Dentre os pesquisadores influenciados pelo Centro, destacam-se Freitas e Botelho (2011, p.46), que afirmaram que o campesinato, por vezes, limita a sua própria compreensão nas sociedades contemporâneas. Do ponto de vista das ciências econômicas, a economia camponesa seria a resultante da equação simplista que conjuga exclusivamente a produção agrícola como receita total, subtraída da demanda interna da família (autoconsumo/subsistência) e dos gastos para aquisição de produtos essenciais à sua reprodução, não produzidos por ela, mas adquiridos nas cidades. Pelo flanco da racionalidade econômica, é resultado das interações sociais do campesinato e transcende a ordem moral da natureza econômica posta em evidência na literatura, para ser objeto teórico da antropologia e da sociologia.

De outra forma, pode-se afirmar que a racionalidade no campesinato não é somente econômica, envolve juízo de valores, relações sociais, justiça social, tensões, imperfeições nas relações das estruturas de mercados, entre outros mais. Ribeiro (2009, p. 8) analisa a racionalidade no campesinato como uma transposição a ser compreendida em sua dimensão processual, na medida em que falantes e ouvintes buscam entender-se sobre o mundo objetivo, social e subjetivo. A razão comunicativa encontra como solo para a sua existência o mundo vivido, que é regido pelas relações comunicativas e articulado em três componentes: a personalidade, a sociedade e a cultura.

De pensamento oposto, Shanin (2005, p.1) argumenta que o camponês é uma mistificação. Para começar, “um camponês” não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um braço contratado romperão, muito frequentemente, qualquer continuidade de gradações regulares. Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos. Uma conceituação mais estrita do contexto social salientará tudo isso e ainda mais, pois, tomando alguns exemplos, significados semelhantes podem ser atribuídos a “um camponês” em diferentes períodos e sociedades. A heterogeneidade dos camponeses é indubitável. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura

societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto histórico (na realidade, apenas analiticamente é possível dividir o diacrônico e o sincrônico nos fenômenos sociais).

De acordo com Fernandes (2005, p. 8), no interior desse processo há os trabalhadores assalariados qualificados e os boias-frias, de origem rural e urbana. Estes últimos estão em movimento decadente por causa do desemprego estrutural, gerado pela mecanização da agricultura e a informatização da indústria e do comércio. Uma tendência na trajetória da vida dessas pessoas é a de tornarem-se camponeses por meio da ocupação de terra ou das políticas de crédito fundiário. É importante destacar que a ocupação da terra é uma saída para a ressocialização dessas pessoas que foram excluídas da condição de trabalho. Da mesma forma, trabalhadores desempregados de origem urbana encontram nessa possibilidade a condição de ressocialização. A ocupação gera o conflito. Isso é fato. Entretanto, é preciso estar atento para a amplitude do fato e observar suas dimensões. É importante assinalar que essa conflitualidade que acontece no interior da relação do agrário com o camponês sofreu forte interferência da adoção da política neoliberal, aplicada pelos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, motivados pela fraca ação estatal em criar mecanismos que possibilitassem fortalecer o campesinato nacional.

Para contrapor a difusão do modelo neoliberal metamorfoseado com o título de globalização, os movimentos sociais voltados ao agrário ganharam força, dos quais se sobressaíram os sindicatos dos trabalhadores rurais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG),<sup>29</sup> o MST e a CPT, como forma de organização, planejamento e divulgação das suas ações direcionadas a promoção do bem estar social não somente dos camponeses, porém de todas as pessoas inseridas em algum tipo de movimento social que retiram do sal da terra a fonte da sua sobrevivência.

Outro movimento que discorda e age contra as ações do neoliberalismo, do latifúndio e ao agronegócio é a Via Campesina<sup>30</sup>. Consoante Vieira (2008, p.131) essa Via é

---

<sup>29</sup> Em 22 de dezembro de 2013 completou 50 anos. Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos (CONTAG, 2016, p.1).

<sup>30</sup> A Via Campesina é um movimento internacional que agrupa milhões de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, povos sem terra, indígenas, migrantes e trabalhadores rurais de todo o mundo. Defende a agricultura sustentável em pequena escala como modo de promover a justiça social e a dignidade. Se opõe firmemente ao agronegócio e as multinacionais que estão destruindo os povos e a natureza. Compreende aproximadamente 164 organizações locais e nacionais em 73 países da África, Ásia, Europa e América. No total representa aproximadamente 200 milhões de camponeses e camponesas. É um movimento autônomo, pluralista e multinacional, sem nenhuma filiação política, econômica ou de qualquer outro tipo (VIA CAMPESINA, 2011, p.1).

uma organização internacional de camponeses que desenvolve ações em escala internacional e muitas vezes é vista como um processo novo e surpreendente. Em contraste com análises do passado que indicavam o seu desaparecimento ou, ao menos, um lugar subalterno para o campesinato na transformação social, as análises sobre os movimentos sociais na contemporaneidade apontam para um papel preponderante dos movimentos rurais.

Ciente da importância dos movimentos sociais na melhoria da qualidade de vida dos camponeses, Oliveira (2007, p.9) vê a destruição dos camponeses provocado pela sua inserção no mercado capitalista da seguinte maneira:

[...] o camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, tornar-se-ia vítima ou fruto desse processo, pois ficaria sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros (para poder ter acesso à mecanização, por exemplo) e aos baixos preços que os produtos agrícolas alcançam no momento das colheitas fartas. Assim, muitas vezes a grande produção pode ser sinônimo de falência, em função da queda dos preços no mercado. No ponto de chegada desse processo de integração do camponês ao mercado capitalista ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam, portanto. Vários autores chamam esse processo de "farmerização" do campesinato, ou seja, eles se tornariam *farmers* do tipo norte-americano.

É importante destacar que durante vários anos a principal reivindicação dos camponeses era ter um pedaço de terra para plantar, colher e alimentar sua família. Hoje, nos moldes do capitalismo as suas reivindicações vão além do simples acesso à terra, ou seja, almejam políticas públicas, reforma política, fortalecimento da agricultura familiar, inibir as ações do latifúndio, do agronegócio, estimular a agroecologia e, cumprimento das leis trabalhistas para aqueles que têm carteira assinada, entre outras.

A presença da carteira de trabalho assinada em benefício dos camponeses além de representar uma conquista trabalhista é um fator previdenciário de suma importância na relação empregado/empregador juntos em um único espaço amplo e complexo que é a combinação dos substantivos terra/salário. Uma remuneração salarial considerável é uma condição necessária, contudo não suficiente, pois na interação do agrário com o camponês no seu íntimo o que esse protagonista quer é melhorar sua qualidade de vida. Todavia para que isso aconteça é necessário que ele tenha em mãos além da remuneração citada acima, máquinas e equipamentos adequados a fim de elevar tanto sua produtividade no labor como reduzir os acidentes de trabalhos provocados por falha técnica. Não obstante é por meio

---

desse instrumento que os seus direitos básicos são garantidos; por exemplo, Brasil (1988, p.6) no Art.7 nos incisos IV salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; V piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; VI irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo e VII que estabelece a garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

Neste sentido, a reforma agrária como política pública vem como principal veículo para amenizar ou inibir as injustiças na relação do agrário com o camponês, rompendo com o monopólio da terra assim como proporciona alteração na estrutura política e social no campo. Ela é a maior expressividade de luta pelos camponeses, porque os mesmos não detêm máquinas e/equipamentos e muito menos terra suficiente que lhe ofertem uma vida com dignidade e, com isso são obrigados a dedicar sua força de trabalho e a se “assalariar” temporariamente. Vale destacar que esta reforma agrária não pode se dissociar de uma reforma política que possibilite o não uso da violência física dos latifundiários contra os camponeses e vice - versa, promova a justiça social, entre outras mais.

Nessa reforma política é essencial que os camponeses tenham acesso ao sistema financeiro, ou seja, deve haver uma política pública de crédito rural subsidiado diferentemente daquela praticada na década de 80 quando os latifundiários e grandes pecuaristas podiam comprar tratores, colheitadeiras, reboques, adubos químicos, dentre outros, com facilidade devido à burocracia do sistema financeiro privilegiá-los. Desse modo, com a elevação do montante de capital transacionado, ganharam os bancos, ganharam os fabricantes de máquinas e/equipamentos agrícolas porque elevaram a venda dos seus produtos. Um fato que merece destaque é a participação dos políticos nesse rol, logo estes não se dissociam dos banqueiros, nem dos fabricantes de máquinas e defensivos agrícolas e muito menos dos latifundiários e grandes pecuaristas sendo mais presentes em épocas de eleições. Mas, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o PAA que será discorrido à frente, ficou mais conhecido como uma política pública em auferir renda aos pequenos trabalhadores rurais, quilombolas, povos nativos e extrativistas.



### 1.3 O AGRÁRIO NO CRATO

#### 1.3.1 A origem do conceito de Cariri

A etimologia do vocábulo Cariri “na expressão de *Pôrto Seguro*, significa *tristonho, calado, silencioso, cf. outros*”. “Essa conceituação deve-se aos adjetivos *calados, cabisbaixo e soturno atribuídos aos povos Kariris por Angyone Costa*” (PINHEIRO, 2010, p.11). Segundo Farias Filho (2007, p. 30), dentre os povos nativos que habitavam não só a região, mas o Nordeste brasileiro inteiro, os Kariris detinham o maior nível tecnológico. Esta afirmação do autor está intrinsecamente vinculada ao uso de utensílios domésticos e ao tipo de moradias por eles construídas.

[...] cultivavam mandioca, milho, feijão e algodão. Dormiam em rede de 12 a 14 pés por 6 a 7 pés, capaz de conter quatro homens ou ao ar livre em volta da fogueira, fabricavam cerâmica, construam abrigos de pau a pique cobertos de palha (FARIAS FILHO, 2007, p. 30).

Sobre os povos nativos, é correto afirmar:

Além dos Cariris na Região havia outros grupos de povos nativos de várias etnias: Tupinambá, Jucá, Cariú, Proká, Kariri, Xucuru, Icozinho, Tapuia, Xokó, Tremembé, Caxago, Aramuru, Karapó, entre vários outros (FARIAS FILHO, 2007, p. 37).

O espaço territorial no qual se encontravam os Kariris durante o período colonial estendia-se por uma longa faixa de terra, que ia desde o planalto da Borborema até os limites dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Foi através da guerra com os povos nativos que foram implantados povoados pelo interior, que serviam de apoio à aquisição de novas terras (FARIAS FILHO, 2007, p. 40). Para garantir a posse dessas novas terras conquistadas ou usurpadas dos povos nativos da região, os colonizadores sabiam que os novos povoados a serem ali formados dependiam da catequização ou domesticação dos nativos. Para isso contou com o apoio da Igreja Católica, representada pelos monges capuchinhos e jesuítas, para o êxito da empreitada. Com o trabalho dos nativos domesticados, os colonizadores vislumbravam as chances desses povos poderem efetuar a lida com o gado. É importante destacar que as ações desses grupos religiosos estimulavam a consolidação da política sesmarial na região.

Em trânsito nessa via, foi no ano de 1779, sob o regime das Leis Pombalinas,<sup>31</sup> que os nativos da tribo Kariri foram expropriados das suas terras, as quais foram conseguidas por meio da doação. Sobre esse episódio:

[...] por decisão do governador de Pernambuco, José Cesar de Menezes foram os índios do Crato despojados em 1779, injustamente das terras que lhes doaram no ano de 1743 o capitão-mór Domingos Álvares de Matos e sua mulher dona Maria Ferreira da Silva, filha do capitão Antônio Lobato, morador em Penedo, Alagoas. Executou a iníqua sentença o ouvidor José da Costa Dias e Barros que contra os índios representara, havia algum tempo (PINHEIRO, 2010, p. 9).

Essa atitude contra os Kariris por parte do executivo foi uma forma de o governo tomar providências acerca dos furtos que ocorriam nas propriedades nesta época. Apontavam não só os Kariris, porém outros povos nativos, por exemplo, os Cariús, como sendo os responsáveis pelos delitos. Todavia, o que existia de fato era uma intenção do governo e dos fazendeiros em expulsar os nativos não somente do Crato, mas de toda a região e, com isso, apossar-se de suas terras para dar impulso às atividades da agricultura e pecuária.

Na região onde estão inseridos esses nativos, há duas conotações; de acordo com Figueiredo Filho (2010a, pp. 5-7) existem dois tipos de cariris no Nordeste. Um localiza-se na Paraíba, também denominado de Cariri Velho, onde predomina a caatinga braba e o outro, chamado de Cariris Novos, uma vez que foi conhecido e colonizado após seu homônimo paraibano. O último, que é fruto de discussão, situa-se no sul do Estado do Ceará, no sopé da Chapada do Araripe, que divide o Ceará do Pernambuco. Em sua paisagem, composta por dezenas de fontes perenes, predomina a coloração verde durante todo o ano e detém um potencial hídrico favorável, contrastando singularmente com os sertões semiáridos em seu contorno. Sua área geográfica integra 20 municípios aqui discriminados em ordem alfabética: Abaiara, Araripe, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi e Santana do Cariri (ver Figura 1).

---

<sup>31</sup>Nesta época a Europa como um todo passa por uma transformação radical em sua organização política, econômica e social expandindo-se até o Direito devido a influência do ideário iluminista. No campo jurídico sua reforma atinge sua maturidade com a promulgação da Lei da Boa Vontade datada em 18/08/1769. Abandona a velha tradição de um direito romano enquanto paradigma, solucionador de todos os conflitos e mergulhava-se na diversidade de um direito nacional e de um direito das gentes, não mais exclusivamente amparado por comentários e glosas doutrinários, mas voltado à história portuguesa e dotado de coerência e lógica, ao invocar a Boa Razão como instrumento do processo de decisões judiciais (LOUREIRO, 2008, p.396).

Figura 1 – Chapada do Araripe, Crato/CE



Fonte: Produzida pelo autor em 15/07/2016

Nesse sentido:

[...] a serra do Araripe na sua imponente altitude, separa-se do espaço por uma regular, extensa e nítida linha horizontal. Dá-nos a impressão de uma paisagem em que ao longe, se encontra céu e mar. Todos os importantes núcleos populares do Cariri são mui pertos da Chapada do Araripe, cujo nome primitivo foi Rari. R em tupi é sempre brando, qualquer que seja a posição, e que em português é sempre forte no princípio das palavras: daí o fato interessante de os brasileiros juntarem-lhes um A inicial para, pondo o R entre duas vogais, conservarem-lhe o som primitivo: é o que se vê em Araripe, por exemplo. Quanto a p<sup>o</sup> é uma preposição da língua geral, significando em Arara e ype habitação: lugar de arara (PINHEIRO, 2010, p. 15).

O clima é caracterizado pelo contraste entre duas estações climáticas bem conhecidas pelos trabalhadores rurais de Crato: uma chuvosa no verão e outra seca. A precipitação média anual é da ordem de 1.000 mm, sendo que de janeiro a abril se concentram 80% das chuvas. A temperatura média anual fica entre 24°C e 26°C, com mínima de inverno (julho) entre 21°C e 23°C, e máxima de verão (janeiro) entre 25°C e 27°C (HISSA, 2005, p. 59). É durante a estação das chuvas, vulgarmente denominada de inverno pela população carirense, que as águas dos Rios Batateiras e Granjeiro, no município de Crato, por exemplo, elevam seus volumes de água, juntam-se e integram-se a uma bacia hidrográfica denominada Bacia do Rio Salgado. Com isso, estimula-se a ida de várias

pessoas ao município de Missão Velha, para visitar uma cachoeira que leva o nome do município.

Dentre os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais de Crato que se beneficiam com as águas do rio Batateira e do rio Granjeiro está a poluição, vista através do esgoto doméstico, sacos plásticos, coliformes fecais, lixo, animais mortos, etc. Peixes provenientes dessas águas não devem ser consumidos. Uma alternativa a fim de reverter esse cenário é o poder público, seja ele local, regional ou mesmo nacional, efetuar uma política pública atrelada a um *marketing* informativo, apontando as vantagens (por exemplo, a viabilidade do banho para as crianças e adultos) e desvantagens (por exemplo, a proliferação de ratos, responsáveis pela transmissão da peste bubônica, e de *Aedes aegypti*, responsáveis pela transmissão da dengue, zica e febres amarela e *chikungunya*) em manter a qualidade da água assim como a mesma desce da Chapada. Nesta via, Lahoz e Duarte (2015, p. 67) afirmam que o ordenamento jurídico pátrio reflete uma prevalência por ações e serviços que visem minimizar o risco de doenças e proporcionar o acesso universal e igualitário à saúde, alçada ao *status* de direito fundamental. Dando sequência a esse entendimento, o art.3º da Lei nº. 8.080/1990 afirma que são condicionantes e determinantes da saúde, bem como o bem estar físico, mental e social, a alimentação, moradia, meio ambiente, trabalho, acesso à educação, atividade física, transporte, lazer e a outros bens e serviços imprescindíveis e, por fim, ao saneamento básico.

Em Crato, o combate à degradação ambiental dá-se sob a tutela da Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano, que adota como ferramenta jurídica o Código Ambiental Municipal, sob a Lei nº 2.638/2010, datado de 07 de outubro de 2010.<sup>32</sup>No citado instrumento jurídico, verifica-se no art. 179 que é proibido o lançamento de águas servidas ou efluentes de qualquer tipo em logradouros públicos.

Outro problema que o Crato enfrenta é o binômio desmatamento/queimadas, provocados pela ação antrópica na Chapada. O primeiro, em grande parte, gira em torno da especulação imobiliária composta por residências, condomínios e clubes localizados nas suas encostas. Dentre os clubes apontam-se o Itaytera, o Granjeiro e o Serrano. Já quanto às queimadas, suas ocorrências devem-se em parte à prática da caça ilegal. Apesar dos esforços da polícia ambiental ali presente no combate a esse ato ilícito, não se consegue inibir a ação dos caçadores e as queimadas utilizadas como técnica de preparo do solo para o plantio. Esse binômio nas ciências econômicas e jurídicas é dito como externalidades negativas e, de

---

<sup>32</sup> O Código Ambiental foi obtido na Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano, por intermédio da supervisora de políticas ambientais, Lusimeire Ramos da Silva, em 19/08/2015.

acordo com Duarte e Betti Júnior (2010, p. 2500), a busca por soluções jurídicas para o problema das externalidades pode ocorrer com a instituição de instrumentos de regulação direta (com a proibição de certas atividades ou a imposição de limites a elas) ou de instrumentos jurídico-econômicos (mecanismos de mercado). O objetivo principal destes instrumentos é criar condições que levem os agentes econômicos a internalizarem os custos externos das atividades degradantes, de forma a não incentivá-las (e, a contrário senso, incentivar a adoção de padrões ambientalmente adequados de produção).

Esse município no qual estão inseridos os trabalhadores rurais diferencia-se de grande parte dos demais do Ceará, não somente pelas suas paisagens naturais e clima ameno, mas também pela sua musicalidade e religiosidade. Quanto à musicalidade, alguns trabalhadores rurais são integrantes de bandas cabaçais, entre as quais destaca-se a dos Irmãos Anicetos, e reisados. Em relação à religiosidade, segundo o Jornal Diário do Nordeste em matéria exibida em 01/09/2016,<sup>33</sup> esta mostra-se nos festejos de Nossa Senhora da Penha, padroeira do Crato, realizados entre 20 de agosto e 01 de setembro de cada ano, quando acontecem alvorada festiva, celebrações de missas e a realização de um bingo beneficente. No encerramento desse festejo, tem-se uma grande procissão composta por trabalhadores rurais, camponeses e fazendeiros ricos ligados pela fé, conduzindo a imagem da santa pelas ruas da cidade.

### 1.3.2 Apropriação territorial

Ao se enxergar o Crato pela ótica da sua apropriação territorial, não há como dissociá-la da adoção da política sesmarial portuguesa, pois ainda hoje não é possível avançar na discussão de terras cratenses sem levar em conta a importância histórica dessa política na vida econômica, política, jurídica e social do seu povo. Nesta visão, o processo de colonização do Crato deveu-se aos colonos vindos do Estado da Bahia e de Pernambuco como seus pioneiros. Figueiredo Filho (2010a, p. 22) ao referenciar o coronel João Mendes Lotado, descreveu-o como um grande latifundiário, bem como seus descendentes, detendo de 1714 a 1725 setenta léguas de terras em quadro.

---

<sup>33</sup> Diário do Nordeste. **Procissão com cerca de 40 mil fiéis encerra festa de Nossa Senhora da Penha, em Crato**, 2016. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/cariri/crato/procissao-com-cerca-de-40-mil-fieis-encerra-festa-de-nossa-senhora-da-penha-em-crato%E2%80%8F/>>. Acesso: 04 abr.2017.

Muitas famílias com os nomes humildes foram troncos originários que aforaram e compraram a retalhos as terras de sesmarias. São elas entre outras, os Pinheiros, os Esmeraldos e Alencares, de Crato; os Sobreiras, de Juazeiro do Norte; os Sampaio, Callou, Coêlho, Correia, Filgueiras e Sá Barreto, de Barbalha; os Cruz, Santana e Landim, de Missão Velha; os Gouveias, os Neves, os Pereira de Carvalho, de Jardim; os Furtado Leite, Figueirêdo e Araújo Lima e Martins, de Milagres, Mauriti e Brejo Santo. Os troncos dessas famílias fixaram-se no Cariri, na primeira metade do século 18(FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p.23).

Neste percurso pelo qual transitaram, tanto no Crato como na Região do Cariri, as sesmarias, a usurpação e a injustiça foram suas marcas predominantes. Uma demonstração para tal afirmação confirma-se nas palavras expressas por Figueiredo Filho (2010a, p. 27),<sup>34</sup> da seguinte maneira:

Quando Antônio Mendes Lobato requeria em 1714 a sesmaria, correspondente ao atual município de Brejo Santo, espesinhava o direito de um ocupante: Maria Barbosa. Na maioria, êsses sesmeiros se encheram, parasitariamente, dos produtos dos arrendamentos e vendas em que retalharam os latifúndios que nada lhes custaram.

Prossegue:

O Cariri Nôvo não é criação desses sesmeiros, porém, daqueles que, a retalho, lhe foram absorvendo os extensos feudos rurais, com o que se fundou a pequena propriedade, base da grandeza desta parte do Ceará. Gente humilde, mas de qualidade, os autênticos construtores da civilização nestas plagas, as quais não agitaram títulos de sesmarias, ergueram-se aspirando o oxigênio do trabalho heróico, contínuo e fecundo. De comêço, foram quase que os eiteiros e vaqueiros de suas próprias pessoas, e suas casas se caracterizavam pela taipa e a cobertura de palhas. De pau, as enghococas expostas ao sol

Ao enfatizar a usurpação e a injustiça, mencionadas logo acima, Maia (1987, p. 71) nos informa que as primeiras sesmarias foram concedidas nos anos de 1702e 1703. A verdade é que essas terras foram concedidas pelo motivo de já serem conhecidas por alguém que as tinha percorrido antes, ou mesmo se fixado aí, nos fins do século anterior, contudo não pelo lado do Ceará, mas de Pernambuco, em Exu. Apesar de as terras serem férteis, foram poucos os que tomaram posse delas. Foram os colonos e posseiros os que se fixaram e se radicaram ali, compraram a posse das terras ou arrendaram-nas para cultivá-las ou adquiriram direitos de usucapião. As terras do Cariri eram partes da sesmaria da Casa da

---

<sup>34</sup>Transcrição do artigo do padre Antônio Gomes de Araújo, de “O POVO”, de Fortaleza, edição comemorativa do primeiro centenário de elevação de Crato a cidade, em 17 de outubro de 1953.

Torre.<sup>35</sup> Como corpo integrante desse espaço territorial pertencente à Casa da Torre, a riqueza do Crato deve-se muito aos pernambucanos e baianos. Aos primeiros, pela influência política, jurídica e religiosa, devido às transações comerciais serem mais frequentes em função da proximidade de sua divisa com o estado vizinho. Os segundos foram impulsionados pela penetração da pecuária bovina da raça zebuína, que servia tanto para o consumo como força motriz nos engenhos ali existentes. Ao mesmo tempo em que conquistava o território, a classe dominante cratense impunha aos dominados designações pejorativas, baseadas na cor e na origem:

[...] foi durante a primeira metade do século XIX, a maior parte dos cativos arrolados nos inventários foi classificada como crioula ou mulata, descendentes mais próximos do africano. Na segunda metade deste século, o número de crioulos diminuiu substancialmente em relação a outras modalidades de tons de pele. Pretos, pardos, caboclos e cabras se configuraram como designações mais específicas dos cativos (CORTEZ, 2008, pp.46-47).

Os senhores de engenhos no Crato consideram-se absolutos em suas terras, nas quais tinham o poder de atribuir direitos e deveres, aplicar a justiça e fazer uso do seu capital da forma que melhor lhes conviesse. Dentre esses poderes, por exemplo, o de castigar os escravos, já que eles eram uma propriedade sua por direito. Segundo Cortez (2008, p. 42) “foi a partir da expedição realizada à procura por ouro em novembro de 1756, que a introdução de africanos, na condição de cativos, foi intensificada nesta localidade, pois, até aquele momento, apenas contava em maior medida com a mão-de-obra indígena e de poucos homens livres pobres, utilizada desde sua ocupação”.

Os senhores de engenho, no campo da política, estimularam a expulsão dos nativos das suas terras no Crato, bem como entraram em conflito com os pequenos posseiros do campesinato que se formava. Durante o período colonial, o chamado “povoamento” se deu através do fortalecimento do poder econômico, político e jurídico das famílias senhoriais, da usurpação de terras indígenas e da disputa com os posseiros, inclusive quando o Crato se tornou unidade administrativa emancipada, segundo Farias Filho (2007, p. 73), em 21 de junho de 1764.

---

<sup>35</sup> Pioneira e grande empreendedora da conquista dos sertões nordestinos, da Bahia ao Piauí, e que prestava como símbolo privilegiado para a construção do enredo épico do bandeirismo nordestino e baiano em particular, responsável pela dilatação das fronteiras da colônia e pela integração econômica de um vasto território pelos seus currais que iria compor o “corpo” físico da futura nação (PESSOA, 2003, p.21).

### 1.3.3 Complexidade e relações de trabalho

No decorrer do tempo, ao adentrar o século XIX, a questão agrária no Crato consolidava o uso do trabalho realizado por escravos e por trabalhadores pobres livres ou libertos. A denominação de livres ou homens livres deve-se à sua condição ser distinta do escravo, uma vez que este último efetuava um trabalho compulsório. Este trabalho, na visão de Serretti (2012, p. 29), mostrava uma inferioridade social, mas não passível de isolamento, dado que ser inferior socialmente (regime societário de classes) provém de uma inferioridade natural do ser, que não pode ser alterada ou mudada, impedindo-o, conseqüentemente, de ascender socialmente. Para manter a escravidão com o uso da diferenciação e subjugação de classes, apresentou-se como um instrumento de manutenção da ordem e hierarquização social, tendo por escopo principal a função de evitar a ruína do sistema pretensamente estabelecido, de forma a não possibilitar a mobilidade social e, mais do que isso, manter a ordem já estabelecida.

Pelo flanco do racismo e subjugação étnica, emergidos no final do século XIX, próximo da abolição da escravatura, a segregação racial possui dentro de si duas vertentes que, juntas, resultam no fator étnico. Por um lado, o conceito de segregação racial pela cor da pele acaba por delimitar a imposição do trabalho compulsório por fatores físicos do ser. Por exemplo, o trabalhador ser subjugado por ser negro e, a partir daí, um outro, branco, ter sobre ele o pretenso direito de escravização. Já o segundo fator dessa vertente deixa de lado a característica exclusivamente física, para usar como meio de diferenciação e subjugação fatores atrelados à cultura, à língua, à região de nascimento, à política, etc (SERRETTI, 2012, p. 33).

A presença do trabalho compulsório escravista no Crato pode ser encontrada nos arquivos catalogados pelo Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), instalado nas dependências da Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA), através de documentos, inventários, processos criminais, processos pelos quais eram arrematados, jornais que relatavam fugas, a compra e venda, entre outras situações da vida cotidiana, como mostram Tavares (2013, p. 86) e Reis Júnior (2014, pp. 168-169), respectivamente.

Iris Mariano Tavares analisou todas as matrículas de escravos encontradas no período compreendido entre 1872-1884 no município de Crato, identificou as atividades laborais dos trabalhadores descritas pelos senhores. Agricultores, cozinheir(os) ou (as), lavadeiras, engomadeiras, alfaiates e fiandeiras, porém na maior parte dos casos, não havia profissão definida ou anotava-se a expressão “nenhuma”. Para um total de 162 escravos, 130 não possuíam referência a profissão. Tavares explica a situação pelo fato de existir um percentual elevado de



crianças entre o contingente populacional, aproximadamente 43%. No entanto quase 60% dos escravos foram considerados aptos para o serviço.

Ao retomar a discussão do trabalhador livre, uma voz contra esse agente foi o jornal “O Araripe”, que operava como uma espécie de porta-voz dos liberais nesta época, incentivando o governo a tomar providências, ou seja, puni-los quanto à vadiagem ou ociosidade. Em sua edição de nº 183, de 02/04/1859, pp. 1 e 2, aponta as boas condições ambientais por propiciarem tais atitudes desses homens pobres e livres, pois devido à fartura da fauna e da flora logo a sua fome era saciada (Alves, 2010, p. 94). Sobre essa situação dos trabalhadores livres, porém pobres, IRFFI (2014, p. 107) menciona:

[...] os trabalhadores eram, essencialmente, mestiços do branco, do negro e do nativo, as questões do trabalho ocioso e da vadiagem estavam na pauta das discussões cotidianas. Foram requisitadas leis que “punam [punissem] severissimamente a ociosidade, raiz e princípio de todos os males.”<sup>36</sup> Tais contestações também estavam presentes nos Ofícios enviados pelas Câmaras cidadinas à capital Fortaleza e nos Relatórios de Presidente de Província.

Sobre os povos nativos:

[...] a preguiça foi apresentada como uma característica pertencente a sua essência no Relatório elaborado sobre o exercício de 1861, apresentado pelo Vice-Presidente Antonio Pinto de Mendonça à Assembléia Provincial. Nesse Relatório dizia que havia a possibilidade de inseri-los no labor, não naquele instante, porém a *posteriore*. É importante destacar que a docilidade e a ausência dos vícios dos mestiços são atrativos preponderantes para alocá-los no labor.

Neste itinerário pelo qual transitou a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, o homem livre acusado de promover a vadiagem, a ociosidade, de fazer samba, dentre outras imputações nesta linha, via a sua liberdade pelo lado jurídico em xeque por dois motivos: primeiro, com a proclamação da Lei de Euzébio de Queiroz, em 1850,<sup>37</sup> ao proibir definitivamente o tráfico negreiro, os trabalhadores livres, cientes do registro e cumprimento da referida Lei, não descartavam a hipótese que o governo poderia juridicamente estender o trabalho compulsório para eles; segundo, como executavam um trabalho sem grande expressividade no meio social, ou seja, o trabalho braçal, isso gerava

<sup>36</sup> Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP) – Setor de Jornais Microfilmados. “O Araripe”, sábado, 02 de abril de 1859, n.º183, p. 2, col. 2.

<sup>37</sup>BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850**. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste período. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2016

um enorme desconforto e temor, pois poderiam associá-los aos escravos. Reis Júnior (2014, p.172) faz um paralelo entre escravidão e liberdade, da seguinte maneira:

[...] se do ponto de vista jurídico um homem livre não podia ser escravizado, na prática, ocorriam situações de escravização ilegal, mas passível de ocorrer no Brasil profundo. Os libertos retornaram à escravidão. Além disso, a população livre e pobre estava exposta a outras formas compulsórias de exploração do trabalho. Houve uma prática, ou pelo menos, a tentativa de submeter boa parte da população livre a essas formas. Experiências que foram sendo aprimoradas ao decorrer de todo século XIX, consoante as necessidades das classes senhoriais de cada região e as lutas de resistência dos trabalhadores.

Nesse contexto, apesar de se encontrarem em uma posição social um pouco acima dos escravos, os homens pobres livres, os libertos, os escravizados e parcela da população indígena foram submetidos ao trabalho compulsório em suas variações, à violência e à desclassificação social. Ao sair do século XIX e adentrar no século XX, os trabalhadores, então todos livres, compunham a mão de obra dos antigos engenhos de rapadura do Crato.

Ao analisar o processo de produção de rapadura e sua divisão parcelar do trabalho, verifica-se que no presente ainda permanece muito similar ao que era no passado.<sup>38</sup>

Ao enveredar um pouco mais no engenho de rapadura, verifica-se o labor do caldeiro (era quem fazia o preparo do caldo), do mestre da rapadura (considerado o mais qualificado, ele é quem decide qual é o momento ideal do caldo para a produção da rapadura) e o caxiador. Quanto a esse último, ao vê-lo trabalhando acredita-se ser fácil colocar o melaço de cana nas formas, mas não é. Necessita-se, antes de tudo, habilidade e rapidez no preenchimento. Dentre todos os trabalhadores citados, esses três últimos são os expoentes dos engenhos. Há também outros trabalhadores que participam desse processo produtivo e parcelar, como o metedor de fogo, o tirador ou apanhador do bagaço e outros mais. É importante frisar que o sucesso do empreendimento dos engenhos de rapadura não pode ser desvinculado da qualidade da cana. Logo, a vida útil de um canavial, para que o mesmo produza com equidade e eficiência econômica, não pode ultrapassar o período de 20 a 30 anos, porque quanto mais velha for a cana maior quantidade de entrenós ela terá e,

---

<sup>38</sup>O trabalho é iniciado pelo cortador de cana que usa um facão tipo “rabo de galo” que efetua dois cortes. O primeiro no caule e em seguida no cume da planta. Após realizar essa etapa, passa o facão retirando a palha que fica ao longo do caule. Em seguida vêm os cambiteiros e os amarradores encarregados pelas funções, respectivamente: pelo transporte da cana e pela arrumação da mesma em feixes de carga. Era em lombo de animais tais como burros e jegues, em cima de uma peça chamada de cangalha que a cana era conduzida até o engenho. Outra forma de condução era por meio do carro de bois. Pois bem, ao chegar ao engenho o passo seguinte era providenciar a retirada da cana para ser posta na moenda pelo metedor de cana, a fim de retirar o caldo, movida a tração animal (bois adestrados). Contudo, o metedor não colocava a cana de forma aleatória para ser moída, usava uma cana fina e outra mais grossa a fim de evitar a quebra das engrenagens. Para maiores informações, ver Figueiredo Filho (2010, pp.39-42) e Gonçalves (2011, pp.62-67).

consequentemente, menos caldo. No engenho não se produzia somente rapadura; havia na região engenhos que também produziam aguardente, por exemplo, o engenho do sítio São Bento, em Crato (FIGUEIREDO FILHO, 2010, pp.39-42).

Nos engenhos de rapadura do Crato havia uma predominância da exploração do trabalho das famílias pobres, através do uso da mão de obra temporária com e sem carteira assinada. Quando o engenho era de pequenos produtores, o trabalho de parceria se fazia presente, geralmente entre possuidores de terras que oscilavam entre três e quatro “tarefas”, que forneciam a matéria prima para o engenho.

Ao entrar no século XX, retratados os engenhos de rapadura e toda a força econômica exploratória, foi na década de 70 que o ciclo da cana de açúcar no município começou a entrar em crise, em consequência do ataque excessivos de pragas nas capoeiras de algodão. No Crato, o processo continuou, atravessou as três últimas décadas do século XX, dizimando as capoeiras por completo. Assim também atingiu a rapadura, que constitui originalmente o hábito alimentar dos camponeses, representados pelos moradores e seus ajudantes, de consumir arroz, feijão, farinha de mandioca e rapadura. O centro comercial do Crato, nos tempos áureos do algodão, era bastante conhecido pela sua infinidade de cargas expostas à venda para atender a demanda não só da região, como também de parte dos municípios dos Estados divisórios de Pernambuco, Paraíba e região centro-sul do Estado do Ceará. Independentemente da localidade onde estavam esses camponeses, o consumo de rapadura vinda do Crato respondia de forma proporcional à outra cultura.

Uma alternativa veio através da luta dos donos de engenhos de rapadura para a instalação da Usina Manuel Matias Costa Filho, como veículo para solucionar o problema de demanda do seu principal produto. Sua instalação ocorreu no momento em que as economias do globo, consoante Carneiro Netto (2014, p. 242), eram atingidas pelo primeiro “choque do petróleo”, em 1973, contextualizado pela enorme elevação do preço do barril de petróleo, que precisamente quadruplicara no final do ano corrente. Essa atitude tomada pelo cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), além de ter sido a primeira exibição de musculatura política e econômica, foi um movimento de preços perfeitamente em linha com os fenômenos básicos do mercado de petróleo: como principal matéria-prima do mundo industrializado, o descompasso entre crescimento de sua demanda e os investimentos, seja em fontes alternativas de suprimento energético, seja em campos de óleo bruto, teria fatalmente de refletir-se, cedo ou tarde, nos preços, a exemplo do que ocorria com as demais matérias-primas transacionadas no mercado internacional.

Como resposta ao cartel, o governo brasileiro instaura em 1975 o seu programa alternativo energético pelo decreto nº. 76.593, o Programa Nacional do Álcool, ou meramente PROÁLCOOL. Seu objetivo era estimular a produção do álcool, visando ao atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. Deveria ser incentivada por meio da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produção agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas às usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras. Junto com o combustível, de 1975 a 2000 foram produzidos cerca de 5,6 milhões de veículos a álcool hidratado (VASCONCELOS, 2010, pp. 65).

No entanto, o PROÁLCOOL, no passar dos anos, apresentou vários problemas. Em primeiro lugar, como o etanol é um combustível alternativo, seu sucesso não pode dissociá-lo de incentivos fiscais. Segundo, é susceptível ao preço do mercado de açúcar, pois, se for mais lucrativo economicamente produzir o açúcar, o usineiro reduzirá a oferta de etanol.

Outro problema no Programa é que seu custo de produção e preço de venda também está atrelado às decisões da OPEP, como pode ser verificada logo abaixo:

De 1980 a 1986 a segunda crise do petróleo (1979-80) triplicou o preço do barril. O governo resolve adotar medidas para plena implementação do PROÁLCOOL. São criados organismos como o Conselho Nacional do Álcool (CNAL) e a Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL) para agilizar o programa. De 1986 a 1995 o cenário internacional do mercado petrolífero é alterado. Os preços do barril de óleo bruto caíram de US\$ 30 a 40 para um nível de US\$ 12 a 20. Esse período colocou em discussão os programas de substituição de hidrocarbonetos fósseis e de uso eficiente da energia em todo o mundo.

No Brasil houve um sensível decréscimo nos investimentos e os baixos preços pagos aos produtores de álcool impediram a elevação da produção interna do produto. Por outro lado, a demanda pelo combustível continuou sendo estimulada por meio da manutenção de preço relativamente atrativo e da manutenção de menores impostos nos veículos a álcool comparados aos à gasolina. A combinação de desestímulo à produção de álcool e de estímulo à sua demanda gerou a crise de abastecimento da entressafra 1989-90. Vale lembrar que houve desestímulo também à produção e exportação de açúcar (VASCONCELOS, 2010, p.65).

Nesse contexto, os donos de engenhos, mesmo fornecendo cana para a Usina Manuel Matias Costa Filho até os primeiros anos do século XXI, não conseguiram se manter, atingindo também os pequenos produtores, que complementavam a produção com rapadura e aguardente. O fogo foi morto e, com ele, a pequena renda sem expressividade que tinham os camponeses desapareceu. Hoje o Governo do Ceará é o único proprietário da Usina adquirida por um valor de R\$ 15.000.000,00 e R\$ 35.000.000,00 para reativação. O

deputado estadual Heitor Ferrer denunciou o então governador do Estado do Ceará por mau uso de verba pública: “Ele adquiriu um monte de ferro velho. Depois de um ano a sucata continua do mesmo jeito, a usina não funciona para dar emprego e renda e agora para se proteger o governo afirmou que tem um grupo de americanos querendo comprar este monte de ferro velho”, enquanto o deputado estadual e então líder do governo, José Sarto, via a compra como um ótimo negócio.<sup>39</sup> Mesmo após a compra, a Usina, permanece inativa até o momento. O aspecto político neste contexto é uma variável bastante expressiva, pois os debates envolvendo o Legislativo, o Executivo e o Judiciário giram em torno de um cenário complexo. O Executivo centraliza seu argumento no discurso da função social que a Usina exerceu na vida econômica não somente do Crato, porém de toda a região, na geração de emprego, renda, arrecadação tributária, elevação na circulação de papel moeda, fortalecimento do comércio local, dentre outras. Por fim, no Judiciário, há uma cobrança do pagamento das ações trabalhistas dos antigos funcionários.

Visto pelo lado técnico/ambiental a sua reativação depende, além da renovação de todo seu pátio tecnológico, de “uma área de plantio de cana em torno de 8.000 a 8.500 hectares, das quais 3.000 hectares devem ser destinados ao plantio em área irrigada, o que inviabiliza a produção de cana, uma vez que o aquífero de Missão Velha está com sua capacidade bastante reduzida decorrente dos últimos 4 (quatro) anos de estiagens”.<sup>40</sup> Caso o plantio irrigado venha a ser concretizado, haverá um colapso de água que atingirá diretamente os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Sem contar que atualmente, nas proximidades da Usina, houve a substituição da cana por bananeiras, como pode ser visto na Figura 2.

---

<sup>39</sup>Tanto os valores monetários como os argumentos dos deputados advêm do Jornal “Tribuna do Ceará”, de 13/05/2014. Para maiores informações, acesse o *site*: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/videos/jornal-jangadeiro/usina-de-alcool-ceara-adquirida-por-governo-esta-desativada/>>. Acesso: 28 fev. 2016.

<sup>40</sup>Informação verbal fornecida por Enrile Pinheiro Telles - Secretário de Agricultura do município de Crato, em 21/02/2016.

Figura 2 - Usina e seu plantio de bananas



Fonte: Produzida pelo autor em 06/02/2016

A reativação da Usina Manoel Matias Costa, situada no município de Barbalha, o qual faz divisa com o Crato, é um fato relevante para os trabalhadores rurais do Crato, por exemplo, na geração de emprego e renda. O discurso dos políticos da Região do Cariri, utilizando os conceitos de macroeconomia a favor do crescimento e desenvolvimento, citando a criação de novos postos de trabalho, geração de renda, novas oportunidades de negócios e a realização de parcerias público-privadas, ou totalmente da iniciativa privada, representam o aspecto positivo. Para que o desenvolvimento venha a acontecer, o crescimento econômico é uma condição necessária, todavia não implica afirmar que seja suficiente. Logo, não adianta elevar o PIB *per capita* de uma dada área geográfica sem que ocorra uma distribuição de renda entre a população. Caso essa variável macroeconômica (PIB *per capita*) venha a elevar-se, implicará em uma elevação de renda dos mais ricos e os pobres ficarão cada vez mais pobres. A questão central é criar um modelo macroeconômico que venha a proporcionar a distribuição de renda de forma mais equitativa, a fim de que a disparidade social seja reduzida.

## 2. MIGRAÇÕES: DESTINO, ESCOLHAS OU PODER?

Pesquisadores que estudam os movimentos migratórios buscam explicações, causas e efeitos para esse fenômeno, *a priori* em fatos históricos, de tal modo que as informações por eles encontradas forneçam condições suficientes que permitam acompanhar e deslançar processos posteriores. Sendo analisados pelo prisma das condições sociais contemporâneas, os movimentos migratórios são apontados como fenômenos complexos, relevantes, influenciadores de rotas e direções para a composição de um movimento mais amplo de transformação social (BAENINGER, 2012, p.8). De forma mais explícita, a autora faz o seguinte relato sobre o tema:

Os anos 2000 denunciam que a mobilidade espacial da população no território nacional insere-se num contexto mais amplo de transformações da sociedade global em seu conjunto. Os distintos contextos históricos, econômicos, sociais, demográficos e políticos serão as heranças para as diferentes manifestações, explicações e interpretações das migrações internas no Brasil no século 21. A preocupação com a reconstrução histórica permite observar tipos e características dos movimentos migratórios relacionados a etapas da economia; é possível apreender a contribuição da migração como “população necessária” em determinados momentos e como “população excedente” em outros. Embora não se possa estabelecer uma relação linear entre tipos de movimentos migratórios e etapas da economia, até os anos 1970 há simultaneidade nesses processos; a partir de então, há uma defasagem entre os processos, indicando uma maior complexidade do fenômeno migratório, em particular a relação migração/industrialização. A separação analítica entre essas ordens de fenômenos, no entanto, permite vislumbrar reciprocidades da dinâmica econômica sobre os processos migratórios e, por outro lado, dos movimentos migratórios com relação ao evoluir da economia (BAENINGER, 2012, p. 2).

Assim, os movimentos migratórios apresentaram características distintas em cada uma das etapas econômicas, uma vez que, embora a migração seja sempre definida como uma mudança de residência, envolve sentidos, direções, causas, consequências bastante variadas. Determinado tipo de movimento migratório teve sua expressão em um momento e pode ter significado diferente em outra etapa e espaço. Essa perspectiva de reconstrução teórico-metodológica do fenômeno migratório possibilita apreender suas dimensões teórico-explicativas em cada situação histórica concreta, incluindo-se a dimensão espacial (BAENINGER, 2012, pp. 9-10).

Através destas reflexões, pode-se constatar que a região semiárida do Nordeste está adquirindo novas formas e funções de mobilidade populacional. As observações mais tradicionais, que consideravam o sertão como uma região expulsora de sua população, não

possuem mais fundamentos diante dos fluxos migratórios atuais que se desenvolvem no Nordeste, bem como do crescimento urbano e populacional em determinadas cidades no semiárido nordestino (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2015, pp. 116-117). Assim, com base na explanação desse fenômeno, é que o estudo discorrerá sobre a migração interna<sup>41</sup> no Estado do Ceará e no município de Crato, unindo ferramentas, tais como livros, periódicos e jornais, entre outras fontes da história, do direito e da economia, assim como relatos de comunicado verbal, para uma melhor compreensão dos fatos que levam ou levaram os trabalhadores rurais a migrarem.

## 2.1 SECAS, MIGRAÇÕES E POLÍTICAS DE CONTROLE POPULACIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

A mobilidade espacial dos trabalhadores cearenses tem como ponto de partida a temporalidade dos séculos XIX e XX com os seus estios, a construção de campos de concentração e seu deslocamento para a região Norte do País, induzidos pela propaganda do Governo Vargas no período do II Conflito Mundial.

Antes de entrar no século XX, algumas ponderações devem ser levantadas para melhor compreensão sobre a migração focalizada pelo lado do estio, na visão dos cronistas coloniais. Pode-se dizer que as migrações ocorridas no Ceará, entre as datas de 1877 até 1916, possuem fortes laços com a estiagem.<sup>42</sup> Essa afirmação, que tem como quadro teórico de referência a segunda metade do século XIX, mais precisamente a data de 1877, como dito

---

<sup>41</sup>Encontra-se a “migração do tipo urbano/urbano, rural/urbano, urbano/rural e rural/rural” (GOLGHER, 2006, p.8) e por fim a migração do tipo sazonal.

<sup>42</sup> Os cronistas coloniais dão conta de que, no século XVI, os indígenas, durante as estiagens prolongadas, deixavam os sertões em busca do litoral. O jesuíta Fernão Cardim fez o primeiro registro de seca, por ele presenciada na Bahia e em Pernambuco, em 1587. Antes disso, há uma breve referência do Padre Serafim Leite, na sua História da Companhia de Jesus no Brasil, sobre uma seca na Bahia em 1559, mas só do século XVIII em diante é que se têm informações mais precisas sobre a ocorrência do fenômeno que, no dizer de Capistrano de Abreu, sempre funcionou como “uma grande rasoira, que em poucos meses desbaratava as maiores fortunas”. No século XVII, o fenômeno teria ocorrido nos anos de 1603, 1614, 1645, 1692. A partir do século XVIII, quando o colonizador, em número razoável, começou a penetrar nos sertões, foram notificadas as seguintes secas: i) 1721/25: considerada como uma das mais arrasadoras de que se tem notícia, porquanto dizimou tribos indígenas inteiras, assim como gado, aves e animais selvagens; ii) 1777/78: o gado da capitania do Ceará ficou reduzido a 1/8 do que era antes do estio; iii) 1790/93: que destruiu grande parte do rebanho bovino do Ceará e Rio Grande do Norte, fazendo desaparecer a indústria do charque, transferida para o Rio Grande do Sul; iv) 1877/79: a “Seca Grande”, que matou mais de 500 mil pessoas de fome, sede, peste e envenenamento, provocou também grande êxodo de nordestinos para a Amazônia (ciclo da borracha), além de desorganizar o processo de povoamento dos sertões; v) 1888/89: a famosa seca dos três oitos, que trouxe drásticas consequências sociais e econômicas à região semiárida; vi) 1915: que levou o êxodo para a Amazônia (BANCADA FEDERAL DO NORDESTE, 2013, p.11).



anteriormente, deve-se ao fato de que até esse instante o fenômeno do estio era visto ou associado somente como um fenômeno climático, não social.<sup>43</sup> Maia (2015, p. 96) menciona:

O Ceará foi assolado por secas que exigiam a interferência de políticas públicas principalmente para as áreas mais afastadas. No entanto, até a seca de 1877 as estiagens eram vistas como calamidade natural, e somente a partir de 1877 que ocorre a mudança no pensamento político da elite cearense que passa a entender como necessária a preservação dos recursos naturais.

Sob conotação de obstáculo ao desenvolvimento econômico do Ceará, o estio foi combatido por meio de políticas públicas voltadas à construção de obras públicas, utilizando, nos canteiros de obras, a mão de obra local. Esse ideário teve como precursor o Senador Pompeu<sup>44</sup> (MAIA, 2015, p. 96). Para o Senador, consoante Assis e Sampaio (2010, p. 81) a seca era um fenômeno cíclico e responsável pelo atraso da região Norte frente aos artefatos materiais. Essa região, marcada por secas prolongadas estaria, comparada com a região Sul, atrasada, quer por questões de civilização, de produção e de progresso material. A seca seria, assim, apresentada como a força motriz para as causas da desgraça, da civilização pobre e das dificuldades em acumular riquezas, ou melhor, em possibilitar transformar a produção agrícola e a criação do gado em riquezas para as elites locais. E foi por esse viés que Pompeu deu o passo para identificar o território do Norte, especificamente o Ceará, como área à espera de eternas secas. A saída, na visão do autor, estava em compreender que a cada seca levava e levava de sertanejos morriam de fome, sede e isolamento. Isto é, morriam de fato mãos que plantavam, tangiam e colhiam; mãos que curtiam couros; mãos que poderiam construir o progresso que faltava.

Tyrone Apollo Pontes Cândido reporta as condições de miséria dos migrantes para Fortaleza, em busca de um auxílio para enfrentar os efeitos do estio, pois:

[...] estavam desprovidos de roupas que lhes cobrissem os corpos, como evidencia uma solicitação de calças e camisas para exercerem diversos trabalhos. Os salários eram infames, constituindo num pagamento diário de aproximadamente 500 réis, a maior parte desse valor oferecido em comida. As turmas que faziam o transporte de pedras desde a ponte do Mucuripe, extenuadas e desnutridas, tinham de andar a pé um percurso de quilômetros durante horas sob o sol inclemente. Fracos, famintos,

<sup>43</sup> Durante o segundo reinado havia uma corrente conservadora e discriminatória com o povo cearense e do “Norte”, denominada Comissão Científica de Exploração, que atrelava as doenças crônicas ocasionadas pelo estio como um fenômeno proveniente da natureza e comportamental, que via a questão do estio (SOUZA, 2009, p.2) não como um entrave ao progresso material da província.

<sup>44</sup> Thomaz Pompeu de Sousa Brasil nasceu no município de Santa Quitéria. Exerceu a função de jornalista, geográfico do império e Senador da República durante o Regime Imperial de D. Pedro II. Dentre as ações na vida pública, destaca-se sua presença na construção da primeira via férrea em solo cearense.

muitos doentes, tinham de prestar sua parcela de trabalho se quisessem receber comida nos dias da distribuição.<sup>45</sup> Eram mais de oito mil reunidos nos três abarracamentos que compunham o distrito do Meireles em março de 1878 (CÂNDIDO, 2014, p.39).

Sobre aquela época é pertinente tecer duas observações. A primeira diz respeito à mudança de mentalidade das elites sobre a caridade cristã, pois até então viam a prática da doação de alimentos como uma atitude benevolente, passando a enxergar essa ação como um estímulo ao ócio e à preguiça. Na verdade, segundo Neves (2000, pp. 48, 52), esse pensamento tem a ver com o crescente número de famintos que não paravam de ocupar indiscriminadamente o espaço urbano, por exemplo, em ruas, praças e bulevares, sem noções de higiene, demandando esmolas, água e comida. Os espaços públicos recém adquiridos pelos habitantes da cidade são invadidos por pessoas que não a compreendem. Multiplicados por incongruências culturais que impediam uma compreensão mútua, os conflitos gerados por essa convivência forçada e conturbada pela insuficiência dos meios de atendimento assistencial acabam por desenvolver uma nova estrutura de sentimentos com relação aos migrantes da seca: a caridade desinteressada que, para os cristãos, abençoa quem a pratica e não quem a recebe. Com os primeiros retirantes, logo é substituída pela desconfiança, pelo medo e até pelo horror que incomodava especialmente as elites de Fortaleza. Porém, a segunda diz respeito à mudança no mundo do trabalho, que enxergava nos desprovidos a formação de um novo mercado de trabalho em ascensão, composto de mão de obra barata e disponível para qualquer atividade. Não só o carregamento de pedras para o calçamento de ruas, mas a abertura de novas estradas, a construção de prédios públicos e o prolongamento das linhas da estrada de ferro são oferecidos por retirantes. A expansão da capacidade do Estado em oferecer obras para a população se expande com esta força de trabalho utilizada até as últimas consequências. Homens, mulheres e crianças, indiscriminadamente, sem qualquer limite em termos de tempo e intensidade do esforço, eram incorporados em regime de quase escravidão.

Foi nesse contexto que “João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (Visconde de Sinimbu), ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas” (CAMPOS, 2014, p.72) propôs o projeto Pompeu-Sinimbu. Esse Projeto, consoante Souza (2015, pp. 179-180), pretendeu corrigir o desequilíbrio econômico entre o

---

<sup>45</sup> Ofício de 25/05/1877 e 11/03/1878 e anexos, Obras Públicas, Arquivo Público do Estado do Ceará (Fortaleza) (APEC).

Norte e o Sul a partir da proposta de aproveitar a força de trabalho disponível durante as secas para realizar obras públicas, haja vista que elas significavam progresso material. Para tornar exequível essa proposta, foi necessário elaborar uma política de socorros públicos, caracterizada por uma estrutura de assistência aos desvalidos,<sup>46</sup> que fosse centralizada em Fortaleza, capital do Ceará. Essa política de socorros evoluiu junto com o projeto de progresso, posto que ambos estavam interligados. Com isso, a estrutura de atendimento inicial foi organizada em torno das Comissões de Socorros e Obras Públicas entre as secas de 1877-79 e 1900.

Conflitos, dilemas e tensões envolvendo o cotidiano dos migrantes e sua forma de exploração pelo poder público, tanto na capital como no interior, provocando saques, furtos, roubos, assassinatos, doenças e mendicância, foi a marca deixada pelo fenômeno social envoltório dos estios. Ao reconduzir o tema para a construção de obras públicas, pode-se apontar como um marco histórico e econômico para o Estado a construção da malha ferroviária que, além de absorver um contingente populacional considerável nas frentes de trabalho, serviu como um veículo de integração do interior com Fortaleza. De acordo com Cortez (2013, p.83):

[...] em virtude da ausência de rios navegáveis no interior do território, a Estrada de Ferro surgia como a primeira grande máquina a atravessar os sertões modificando o modo de vida das pessoas e redimensionando distâncias e tempo. Esse processo, ao menos em princípio, contribuiu para fazer do trem não só um instrumento, mas a síntese do mundo moderno no Ceará no final do século XIX[...] Com a construção da Estrada de Ferro de Baturité, foi proposta uma nova rota para o Estado num movimento que integrasse o interior à capital, centralizando em Fortaleza a execução dos poderes políticos e administrativos.

Observar esse cenário através da construção das obras públicas representou, de fato, a exploração dos trabalhadores rurais nos campos de concentração, com privações de condições de higiene e alimentação precária. O trabalho desse povo era braçal e cooperativo, por exemplo, na malha ferroviária, com a colocação de britas, pinos, dormentes, trilhos, parafusos e porcas, que não necessitava de habilidades específicas. Caso fossem acusados de fazer “operação tartaruga”, “cozinhar o galo” ou qualquer tipo expressão regionalista direcionada tanto à morosidade como à indisciplina no labor, os trabalhadores que estavam

---

<sup>46</sup>Era a conotação que recebia o contingente populacional que se encontrava em condições de vulnerabilidade econômica e social, nesse caso, as vítimas do estio.

na lida, bem como em outras frentes de serviços emergenciais (rodovias, açudes, barreiros e barragens), corriam o sério risco de serem agredidos pelos responsáveis pela condução dessas obras de infraestrutura, uma vez que, naquela época, portar armas de fogo e brancas era uma cena que fazia parte do cotidiano desse ambiente, envolvendo comandantes e comandados. Dessa maneira, visto pelo lado dos condutores das obras públicas, é pertinente citar o pensamento de Neves (2000, p. 11):

[...] o controle sobre homens despreparados para esse tipo de tarefa não é fácil e “um engenheiro muitas vezes é obrigado, sozinho, a comandar uma legião”. O que parece um caos impenetrável se complica ainda mais quando a multidão se impacienta e resolve tomar atitudes por sua conta e risco.

Sobre o estio de 1877-79, o pesquisador Souza (2015, p. 184) discorre:

[...] foi catastrófica, podendo receber o epíteto de “grande seca”. Sua maior gravidade se deveu a sua duração (3 anos), e ao crescimento demográfico da província, cuja população perfazia cerca de 986 mil pessoas. Esse quadro era agudizado pela paralisação da produção agrícola que afetava o setor de abastecimento.

Na década seguinte, o estio volta a castigar os trabalhadores rurais nos anos de 1888-89 e novamente o quadro não se altera como mostra Cândido (2011, pp. 176-177).

[...] durante as secas em anos da passagem do século XIX ao XX – 1877-79, 1888-89, 1900, 1915 e 1919 –, encontra-se o recrutamento dos retirantes como operários de construção em grandes obras de socorro público. Na intenção de afastar as multidões de flagelados dos “vícios da ociosidade”, foi imposta àqueles considerados aptos a condição de trabalhar em serviços urbanos ou preferencialmente, em grandes obras de construção, como em prolongamentos de estradas de ferro e em construções de açudes, para que com isso tivessem acesso ao socorro do governo. Ferrovias como as estradas de ferro de Sobral e de Baturité foram construídas em quase todas suas extensões pelas mãos de retirantes. Da mesma forma, grandes açudes como o do Cedro, em Quixadá, valeram-se de sertanejos em tempos de secas para sua construção.

Outra estratégia utilizada pelo Estado no combate aos efeitos da seca foi a construção de campos de concentração, para reunir os migrantes em áreas sob o controle governamental. Tal estratégia foi posta em prática na seca de 1915, como uma primeira experiência, e na seca de 1932, com ampliação significativa dos campos. Segundo Ramos (2011, p. 77), em 1932 houve a criação de sete campos de concentração (dois em Fortaleza e outros em Patu, Quixeramobim, Crato, Cariús e Ipú). O espaço compreendido pelos campos

de concentração era marcado por milhares de pessoas confinadas em um grande cercado, que recebiam alimentação providenciada pelo governo. Alguns jornais da época colocam a criação destes campos como uma atitude bondosa e digna de aplausos para o então ministro da Aviação e obras Públicas, José Américo de Almeida. Os campos tinham, além do caráter assistencialista, um forte sentimento de controle. Era uma forma de prender os trabalhadores rurais, para eles não invadirem as cidades e incomodarem o comércio. Quem conseguia sobreviver dentro das terríveis condições de higiene do campo de concentração tinha que ficar lá dentro mesmo. A distribuição de alimentos era precária, contudo, em geral, era mais fácil morrer fora do que dentro dele.

O campo de concentração do Crato localizava-se no bairro Buriti e ficou conhecido por Curral do Buriti, pois assim o povo o chamava, com sua trágica arquitetura de ruelas formadas pelo alinhamento de palhoças que os confinados faziam. O Buriti chegou a ter milhares de famintos vivendo e morrendo em condições indescritíveis. Certas áreas ficavam com forte cheiro de fezes. Em certos períodos, a diarreia se alastrava por todo o campo. Paradoxalmente (ou não) faziam festas, dançando, como narra o senhor José Cassiano (RAMOS, 2011, pp. 77-78):

“Todos os dias morriam gente, mas tinha festa todo dia. A negrada dançando tudo nu. Aquele negócio danado, só aquelas roupinhas mesmo, ruinzinhas sabe? Ai quando começava a tomar alguma cachaça iam preso... Dançando... Aquele sanfoneiro veio ... Morria um bem aí em uma barraca, bem aí, e outros dançando aqui. (...) Era carregando madeira. Cortar madeira, carregar aquelas palhas, fazer aquelas estrada. Onde queriam, aquele dono de sítio, pra fazer um calçamento lá no sítio dele”. É importante destacar que dentro do Campo havia uma espécie de prisão para conter os ânimos dos desordeiros. Era um cercado de madeira bem alto e seguro, porém nunca estava vazia.

O campo em si era como uma prisão sem muros para os “flagelados”, porém com cercas de arame farpado, e quem desobedecesse às regras preestabelecidas era duramente penalizado pelo grupo gestor. Segundo Albuquerque Filho (2015, pp.104; 105; 107), seu fluxograma organizacional continha as seguintes subdivisões: 1 diretor geral, 3 médicos com 4 auxiliares, 10 chefes de barracões, 1 fiscal geral, 1 capelão, 1 armazém, 1 almoxarife, 1 recenseador, 2 comandantes da guarda, 3 guardas de higiene e 1 encarregado do serviço de visceratomia.<sup>47</sup> Essa organização, pautada nos interesses de uma camada social dominante, além dos interesses políticos envolvidos reforça a ideia de que o Curral funcionava como uma espécie de barreira ou redoma impenetrável, a fim de isolar definitivamente a chegada

<sup>47</sup> Maiores informações, ver a Revista Bicentenário do Crato, dirigida por Oswaldo Alves de Sousa.

dos indesejáveis a Fortaleza, sobretudo contrapondo o feio/belo ou lixo/luxo do *glamour* desfrutado pela elite fortalezense, ainda sob influência da moda francesa instalada na capital cearense. Sobre o dia a dia do Curreal, Albuquerque Filho (2015, p. 107) cita as palavras do senhor Raimundo de Oliveira Borges:

“[...] aqui no Crato foi instalado um campo que se denominou campo de concentração. Nele eram agasalhados todos os flagelados da extensa região. Uma promiscuidade miserável. Morria muita gente, sobretudo crianças. Às vezes, as crianças eram enterradas pelos pais tão quase na superfície da terra, que muitas vezes os cachorros cavava, arrancava e comia os anjinhos.”

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o Curreal do Buriti detinha três finalidades de controle social: i) servia de prisão; ii) trabalho utilizado em estradas e nas construções de palhoças; iii) mecanismo de controle, a fim de evitar invasão das cidades. Todo o Curreal era razoavelmente vigiado pela polícia (RAMOS, 2011, pp.78-79). De forma distinta do Curreal, a ajuda aos retirantes veio do Caldeirão do beato José Lourenço. O Caldeirão alimentou desvalidos do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e do próprio Ceará. Muitos que foram para lá escapar da fome acabaram se fixando e integrando a comunidade (RAMOS, 2011, p.79).

Em Fortaleza, dentre outros fatos históricos, os Campos estimularam: i) o crescimento demográfico de Fortaleza; ii) a formação e consolidação de bairros periféricos, como o Pirambú e o Moura Brasil, decorrente da sua proximidade com a Estação Ferroviária João Felipe onde a elite fortalezense inibia o convívio social dessa massa com o restante dos habitantes, a fim de evitar a proliferação de doenças crônicas, por exemplo, a varíola. A vigilância armada pela polícia nos Campos era constante e os argumentos empregados pelo governo da província do Ceará eram de garantir a ordem preestabelecida; iii) o aumento da segregação e preconceito com os desprovidos vindos do interior, assolados “pelo estio como um fenômeno não climático, todavia social” (NEVES, 2000, p. 47). Esse comportamento da elite fortalezense em relação aos desvalidos deve-se ao fato de, por sua condição socioeconômica, serem apontados como pobres ou extremamente pobres, famintos, malcheirosos, doentes ou cobertos por molambos; iv) a exploração do trabalho, que se deve, em parte, a sua condição de miseráveis e subnutridos; a forma encontrada por eles foi vender sua força de trabalho em troca de uma remuneração ínfima ou mesmo de alimento, para não morrerem de fome.

Na literatura brasileira com um foco regionalista esse cenário de penúria pode ser visto nas palavras da escritora Raquel de Queiroz, na obra “O Quinze”. Essa obra vai muito mais além de uma mera leitura, reporta as falhas das estruturas fundiárias, como: i) a exploração do trabalhador rural pobre pelo fazendeiro rico; ii) a migração do povo cearense para “terra da abundância das águas”, como o Amazonas, o Acre e o Pará; iii) a fome e a miséria; iv) a religiosidade, etc. Neste contexto a escritora consegue transmitir as mazelas sociais no campo ao dar vida a um personagem denominado de Chico Bento. Chico é representado em “O Quinze” não só por um trabalhador rural simples, guerreiro e católico, que vive exclusivamente da terra, mas por centenas deles que têm uma família para sustentar na caatinga, como pode ser comprovado pela seguinte passagem da obra:

[...] agora, ao Chico Bento, como único recurso, só restava arribar. Sem legume, sem serviço, em meio de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse. Depois o mundo é grande e no Amazonas sempre há borracha...

E a imaginação esperançosa aplanava as estradas difíceis, esquecia saudades, fome e angústias, penetrava na sombra verde do Amazonas, vencida a natureza bruta, dominava as feras e as viagens, fazia dele um homem rico e vencedor... Chico Bento contou ao homem das passagens a sua necessidade de se transportar a Fortaleza com a família. Só ele, a mulher, a cunhada e cinco filhos pequenos (QUEIROZ, 2015, pp. 31, 34).

As péssimas condições de vida dos incontáveis “Chico Bentos” atingidos pelo estio eram tão desesperadoras, que o amparo vinha, de acordo com Neves (2014, p.115), de diversos Bandos Precatórios, formados por estudantes, cidadãos e religiosos que percorreram as ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo recolhendo, com a bandeira nacional estendida, víveres e dinheiro para os irmãos flagelados do Norte. Como em anos anteriores, a seca mobilizou a caridade pública em face da exposição da miséria e da fome dos retirantes que deixavam suas terras, em função da falta de chuvas.<sup>48</sup> Nesse percurso, colocar a culpa no estio por toda a injustiça social e instabilidade no campo ou boa parte dele, não é uma tarefa difícil para o Executivo municipal, estadual ou federal, pois suas ações direcionam-se, em primeiro plano, a defender os interesses do grupo ou de grupos oligárquicos conservadores, que financiaram sua(s) campanha(s) eleitoral (is) e não o bem estar social. Portanto, o estio é somente uma variável propulsora da migração responsável por esse processo.

---

<sup>48</sup>Davis (2002) fala de três ondas de seca no final do século XIX, que atingiram uma ampla área do planeta (por muitos anos denominada “Terceiro Mundo”, com efeitos mais dramáticos na Índia, na China e no Brasil), com características semelhantes, que associam desequilíbrios climáticos (o fenômeno atualmente é chamado de *El Niño*).

Ao trilhar o percurso da discussão pela ponta do esvaziamento no campo, um pesquisador que introduz seus primeiros passos para entender esse mundo injusto dos fluxos migratórios do Ceará abre espaço para duas perguntas importantes. Primeira: com o campo vazio decorrente do estio, quem vai substituir esses trabalhadores rurais, já que as áreas de pastagens e plantio de leguminosas, como milho, arroz, feijão, fava, andu, entre outras, ficaram inabitadas? Segunda: caso as citadas áreas não estejam secas, como produzirão esses trabalhadores rurais? Então, assim que as chuvas começarem a cair no sertão, esses trabalhadores retornarão às localidades de onde saíram e começarão a lida na roça.

Essa afirmação tem como uma das explicações a não adoção da prática de irrigação por parte dos trabalhadores, isto é, adota-se o plantio de sequeiro, que depende da regularidade das chuvas. Em relação à segunda pergunta, parte do princípio da existência de uma área com estabilidade climática e pluviométrica caracterizada pela agricultura de subsistência, onde a precariedade de máquinas e equipamentos, dificuldade ou privação do crédito bancário subsidiado e o uso de coivaras e queimadas no preparo do solo são fatos predominantes dessa agricultura, que rompe a temporalidade e ignora os seus efeitos na terra.

No sertão, que é ao mesmo tempo um ambiente árduo e hostil, só basta caírem as primeiras chuvas para que a coloração verde tome conta de toda a paisagem, podendo ser observada na vegetação nativa como a jurema, o maleiro, a favela, o facheiro, o mandacaru, entre outras que são exemplos de plantas resistentes ao estio e abundantes em áreas do sertão cearense. Portanto, o estio é apenas mais uma dentre outras variáveis, como o acesso à terra, o sistema de parceria, a concentração fundiária e o trabalho não pago ou mal remunerado, encontradas nos estudos sobre migração rural, que influenciam no estímulo a promover, gerar e difundir a pobreza dos trabalhadores rurais, mesmo nas áreas não tão distantes dos centros administrativos; assim, não é a determinante.

## 2.2 A BATALHA DA BORRACHA: UMA ALTERNATIVA PARA MINIMIZAR A MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO CEARÁ

Em relação à ida dos trabalhadores rurais do Ceará para a região Norte do Brasil, a fim de integrá-los aos “soldados da borracha”, o Executivo cearense enxergou a possibilidade de livrar-se de uma única vez dos desvalidos, aproveitando-se do II Conflito



Mundial e, conforme Costa (2014, p. 31), da “ratificação dos Acordos de Washington em março de 42”, que os estimulou a buscar uma nova oportunidade de melhorar sua condição financeira na extração do látex da seringueira, já que o sertão não mais garantia sua própria sobrevivência. Esse deslocamento somente foi possível devido aos investimentos maciços da política de propaganda do governo ditatorial (Estado Novo) de Getúlio Vargas, pois o País tinha entrado no confronto e a migração dos trabalhadores rurais desvalidos para o Norte, além de extrair o látex para a produção de pneus destinados a abastecer os veículos automotores das tropas aliadas,<sup>49</sup> amenizava em muito o mal-estar e pavor por eles provocados nos centros urbanos.

Segundo Furtado Filho (2008, p. 34), a propaganda política era bem produzida e até comercializada, como a *Cultura Política. Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, que circulou mensalmente entre março de 1941 e março de 1945, totalizando cinquenta números (vendendo assinaturas a Cr\$ 30, 00 e exemplares avulsos a Cr\$ 3,00), conduzida por Almir Andrade. Em agosto de 1943, foi publicado um volume especial da Revista intitulado “O Brasil na Guerra”. A presidência da República estabeleceu regime de “esforço de guerra”, por meio do Decreto Lei nº. 4.750, datado de 28 de setembro de 1942, que criava a Coordenação de Mobilização Econômica. O ministro conhecido como “Velho Tenente”, João Alberto Lins e Barros, era o responsável por tal Coordenação e, mediante a portaria nº. 28, criou o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). Dentre as competências desse serviço, tem-se: i) proceder imediatamente aos estudos necessários para transportar, por vias interiores, os trabalhadores nordestinos para a Amazônia; ii) organizar um sistema de recrutamento de tal forma que mereça a confiança dos trabalhadores, protegendo-os e assistindo-os convenientemente; iii) organizar, ao longo de todo o trajeto a ser percorrido, pontos de pouso com recursos adequados para atender às necessidades dos trabalhadores; iv) organizar um sistema de comunicação rápido e eficiente entre as autoridades encarregadas de proceder à mobilização e ao transporte, de tal forma que possam ficar funcionando perfeitamente os imprescindíveis serviços de assistência médica e ligação entre os trabalhadores e suas famílias.<sup>50</sup>

A propaganda atuava tentando despertar comoção e solidariedade, explorando experiências e esperanças, mas também agia por sanções e penalidades. O Art. 6º, Decreto

---

<sup>49</sup>Integradas pelos Estados Unidos da América, Grã Bretanha e a antiga e extinta União das Repúblicas Socialistas Soviética, que tinha como líder Stalin e adotava uma política de economia planificada, conceituada com princípios do marxismo-leninismo.

<sup>50</sup>Mais detalhes, ver: O Esforço de Guerra da Coordenação da Mobilização Econômica. In: **Cultura Política. Revista Mensal de Estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Ano III, nº 31, pp.130-131, ago. 1943.

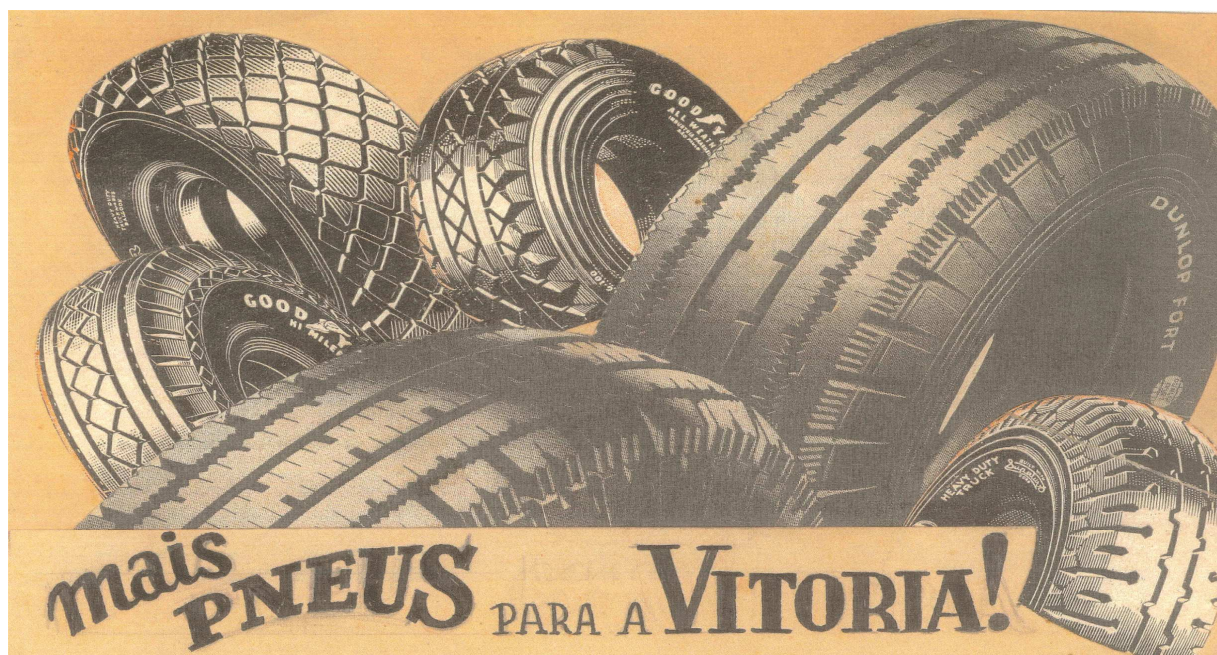
nº. 4.750 de 28/09/1942, previa a pena de 1 a 3 anos e pagamento de multa de até 100:000\$000 (cem contos de réis) a quem se opusesse à execução das ordens da Coordenação de Mobilização Econômica, acrescentando que competiria ao Tribunal de Segurança Nacional o julgamento dos crimes previstos no referido artigo. Os que não se integravam ao chamado “esforço de guerra” podiam ser vistos como apátridas, conspiradores, inimigos (FURTADO FILHO, 2008, pp. 34-35). Daí originou-se o codinome de Soldados da Borracha.<sup>51</sup>

Ao conduzir o papel da propaganda é importante citar a participação do suíço Jean Pierre Chabloy nesse processo, em que produziu uma série de objetos de propaganda, entre os quais se destacam cartazes, cartilhas, opúsculos, brochuras, entre outros suportes de propaganda; estudos a lápis, pastel, nanquim, guache, aquarelas e grandes cartazes impressos em litogravura. Esse material era apresentado em vitrines ou era carregado em marchas cívicas no centro da cidade de Fortaleza. Os cartazes ressaltam uma campanha de guerra e tentam persuadir os cearenses por meio de conteúdos simbólicos de uma propaganda produzida para o convencimento e a justificativa do processo migratório, desde o recrutamento até a transferência de um numeroso contingente de trabalhadores para a “Batalha da Borracha” (GONÇALVES; COSTA, 2008, pp. 11-12). Dentre vários objetos contidos nas propagandas do SEMTA feitas por Chabloy existe um especial: o pneu. Tanto é, que em um desenho verifica-se o lema “Mais Borracha para a Vitória”, que passa triunfante por dentro de um pneu igualmente glorioso (RAMOS, 2008, p.46).

---

<sup>51</sup>Foi através do Decreto-lei nº 5.225, publicado no Diário Oficial da União de 03/02/1943, que se deu a legalização dos trabalhadores rurais que foram para o Norte executar o trabalho de extrair o látex os, “Soldados da Borracha”, durante o II Conflito Mundial. Em seu art. 1º menciona: “Os trabalhadores nacionais encaminhados ao vale amazônico para a extração e exploração da borracha e os que já ali estiverem trabalhando, devidamente contratados, nessas atividades, são considerados de incorporação adiada até a terminação do contrato de trabalho, ou enquanto se dedicarem àquelas atividades. Art. 2º. Para efeito do adiantamento da incorporação mencionada no artigo anterior, os encargos oficiais do Governo Brasileiro remeterão ao comandante da Região Militar as relações nominiais dos trabalhadores convocados para o serviço ativo. Dessas relações devem constar nome, filiação, classe (ano de nascimento), categoria de reservista (1ª 2ª ou 3ª) e Circunscrição de Recrutamento que fez a convocação (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1943, p.1).

Figura 3 – CHABLOZ, Jean Pierre, 1943. Acervo Museu de arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará.



Fonte: Gonçalves e Costa (2008, p.77).

Nesse mundo de propaganda e fotografias, Chabloz, antes de morrer, deixou um legado de fotos, tanto de sua autoria como de outros autores. Dentre as fotografias “há uma fotografia, com a frase de sua autoria “Mais Pneus para a Vitória” sendo transportada por um aglomerado de trabalhadores em cima de um caminhão” (RAMOS, 2008, p. 47) rumo ao Norte, comprovada pela Figura 4. Pode-se alegar que, em tempos de guerra, imagens como essa conseguem transmitir à tropa um sentimento nacionalista e vibrante ao travar uma batalha com a fauna e a flora amazônica, não apenas levando fuzil, metralhadora tanques ou canhão, mas conduzindo especialmente a força, a garra e a coragem em extrair a matéria prima da borracha, neste ambiente hostil e inóspito, para os “irmãos aliados que estão no *front*”, combatendo as forças do Eixo. Sendo assim, conforme Ramos (2008, p. 47), Chabloz tinha um fascínio pela estética da roda. Despertava-lhe encanto a potência dos caminhões e seus pneus correndo pelas estradas. Em seu livro de memórias há várias passagens sobre isso, que revelam um arguto senso de observação para ressaltar o que ele chama de “importância vital do caminhão para o Nordeste”, na economia e na cultura: em toda a região, o brinquedo mais difundido e mais apreciado pelos meninos é, justamente, o caminhão em miniatura.

Figura 4 – A grande marcha. Foto Diários Associados, Fortaleza, julho de 1943. Acervo Museu de arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará.



Fonte: Gonçalves e Costa (2008, p.76).

Essa leva de trabalhadores rurais transportados em caminhões e navios, segundo Amaral (2012, p. 98) pode contabilizar cerca de 60 mil pessoas para os seringais amazônicos entre 1942 e 1945. Desse total, quase a metade acabou morrendo em razão das péssimas condições de transporte, alojamento, alimentação durante a viagem e falta de assistência. Após serem recrutados, os voluntários ficavam acampados em alojamentos construídos para este fim, sob rígida vigilância militar, para depois seguirem até a Amazônia, em uma viagem que podia demorar de 2 a 3 dias. Ao fazer um recorte espacial para o Estado do Ceará, envolvendo esses valores para o ano de 1942, de acordo com as informações do Jornal “O Nordeste”, de 15/05/1942, até aquele exato momento já seriam 6.000 cearenses a caminho do extremo Norte (RIOS, 2008, pp. 53-54).

No ano seguinte, segundo Ramos (2008, p. 55), na data de 14/05/1943 o Jornal “O Nordeste” publica trechos da carta do migrante João Fernandes ao chegar ao seu destino. Desse modo, João reporta: “já abri minha “estrada” (estrada é o lugar que a gente prepara para fazer a extração da borracha) e estou em plena atividade. O dono da terra deu todos os instrumentos necessários para o serviço. Todos os donos das terras são obrigados a fazer isso, embora o seringueiro vá trabalhar por conta própria (...)”. Sobre a viagem, escreveu

João Fernandes: “Basta dizer que nada me faltou nem aos meus companheiros. Só a viagem é que é pau e impaciente quem vem louco para chegar aos seringais, para trabalhar logo. O pessoal do SEMTA nos tratou bem, não faltou nada, nem comida, nem remédio, nem dinheiro”. Vale salientar, de acordo com Neves (2001, p.119), que mesmo antes da criação do SEMTA a migração para o Norte já havia se iniciado. Complementando esse dado informativo, é relevante citar os argumentos dos autores Funes e Gonçalves (2008, p.18):

A primeira leva de cearenses a subir os rios na procura de seringais se deu em 1869, quando João Gabriel de Carvalho e Melo, um pioneiro *paroara*, levou 50 homens da Serra de Uruburetama para o baixo Purus. No mesmo ano, 1.603 cearenses migraram para o Amazonas e, em 1900 seguiram mais de 15.773 migrantes, dos quais 9.296 embarcados em Fortaleza e 6.477 no porto de Camocim - todos com ajuda e passagem do governo federal.

Em Aguiar (2014, pp. 74-76) nesse contingente recrutado não pelo SEMTA, porém pela Comissão Administrativa de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), pode-se citar o caso do trabalhador rural João Batista de Aguiar, que saiu do Município de Crateús/CE, posteriormente foi para Fortaleza e seguiu para o pouso de Tapanã, na cidade de Belém. Quanto ao seu destino e colocação, a indicação é a direção do Estado do Amazonas no Vapor Pará *State*, mais especificamente no Rio Invira, e seu local de trabalho seria um seringal homônimo.<sup>52</sup>

Ao saírem de Fortaleza, conforme Morales (2002, p. 21), e embarcarem em caminhões, trens, navios e deixarem o local de morada, a família e o trabalho na agricultura e no pastoreio, transformavam-se, então, em migrantes, futuros seringueiros, Soldados da Borracha ou, dos seus pontos de vista, indivíduos buscando alguma perspectiva diferente. Ao chegar à região amazônica, percebem que são reconhecidos e chamados pelos moradores

---

<sup>52</sup> Ao mesmo tempo, novos campos de concentração foram organizados na capital, procurando evitar o trânsito indesejado dos retirantes pelas ruas da cidade. Em outubro, os campos foram unificados no campo do Alagadiço, sob a direção das irmãs Marianas, do Dispensário dos Pobres. Uma comissão de senhoras, liderada pela sr.<sup>a</sup> Anita Gentil Barbosa, administrava os serviços, procurando oferecer socorro para as crianças, vestuário e assistência hospitalar, tendo conseguido um “generoso auxílio do comércio” e prometendo prestar contas do dinheiro arrecadado, “uma vez findos os seus trabalhos”. O campo, também chamado de “albergue”, no entanto, não era “rigorosamente o que desejavam realizar as autoridades do Ministério do Trabalho”, com dois mil retirantes se amontoando “sob a sombra de árvores frondosas, encontrando-se, por conseguinte, expostos à chuva”, em condições higiênicas precárias. De acordo com as informações O Povo de 05/01/1943 o “albergue” do Alagadiço tornou-se um posto de seleção para os candidatos a seringueiros, onde o Serviço Especial de Saúde Pública concentrou seus esforços para inspecionar aqueles que estavam realmente aptos para enfrentar o trabalho na floresta amazônica. Um acordo entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA) garantia remédios, passagens, salários para médicos e enfermeiros, enfim, toda uma infra-estrutura de apoio ao serviço. Os médicos, liderados pelo dr. Albino Figueiredo, trabalhavam sem parar e chegavam a inspecionar 900 pessoas num só dia, “um verdadeiro “record” e uma prova evidente da eficiência do Serviço Especial de Saúde Pública” (NEVES, 2001, pp.119- 120).

locais como nordestinos e não como alguém nascido em Icó, Aracati, Camocim, etc. Recebem ali a denominação de “brabos”, porque ainda não foram domesticados pela floresta, pelo rio e por seus habitantes, isso é, estão em fase de adaptação ao novo ambiente. Lá adquiririam o atributo de “arigós”,<sup>53</sup> referência dada a uma ave do tipo migratória que voa em bandos.

A partir de 1943 até 1945, o movimento migratório dos soldados da borracha toma uma nova conotação, ou seja, há a introdução de novos contingentes humanos (novo tipo de “combatente”); não são apenas cearenses ou nordestinos, mas também oriundos das mais diversas regiões do país: cariocas, paulistas, fluminenses, capixabas, mineiros, goianos, mato-grossenses, de todas as regiões e profissões. Geralmente provinham das grandes e médias cidades, do Rio, São Paulo, Niterói, Vitória, Salvador, Recife e Fortaleza. A diferença entre essas duas correntes migratórias era flagrante. A primeira, nos dois primeiros anos, com a motivação do flagelo da seca que expulsava o homem do sertão, do agreste e da caatinga, se constituía na sua maioria de cearenses que se deslocavam do interior com suas famílias. A segunda corrente provinha dos centros urbanos, geralmente composta de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muitos deles desempregados ou sem profissão definida. Vinham à Amazônia pelo simples sabor da aventura, muitos estimulados pela passagem de graça nos navios Lóide, pelas promessas, ou como alternativa para fugirem à convocação para a Força Expedicionária Brasileira, que lutava na Itália (BENCHIMOL, 1992, p. 227).

Foi nesse contexto que os trabalhadores rurais do Ceará, fugindo do estio, da injustiça social, da instabilidade da estrutura agrária e da ausência do poder público em fazer cumprir os seus direitos, foram esbarrar na Amazônia. Suas vidas, dores, fome, morte e sofrimento são contados em versos, prosas, livros e até por parlamentares, mostrando com

---

53Benchimol (1992, pp.229-230) afirma que os “brabos” eram entregues a sua própria sorte, para sobreviver como pudessem, nos centros, nas colocações e nos tapiris. Ou ficavam amontoados e ociosos nos barracões do patrão, à espera inquieta do verão que não chegava para o início do fabrico, as dívidas crescendo, a maleita os dizimando, pouco a pouco se extinguindo a chama da esperança e a vontade da luta. Já os “arigós” andavam em bandos em busca de emprego, de estância para morar, da petisqueira e da birosca para comer a “gororoba”, do boteco para beber cachaça, dentre outros. O povo local, quando os avistava, conhecia de longe: nos gestos, nos modos de andar, falar e vestir. Com a má fama e com a sua imagem em grande parte distorcida, os “arigós” passaram dificuldades de toda a sorte para conseguir emprego para viver, e até para namorar com garotas dos bairros, face à reação dos pais. Eram homens armados e marcados. A convivência iria aos poucos, porém, desfazendo o mito, mas criando a lenda. Para isso muito contribuiu o senso de humor brasileiro, que através da anedota e do apelido, ao vocalizar a ironia e o protesto, ao mesmo tempo cumpria a função de amenizar o conflito. Nesse sentido eles não se incomodavam em serem chamados de “arigós” tanto por pessoas de fora ou dentro do seu convívio social. Muitos deles gostavam, logo, acreditam que era uma maneira de afirmá-los como valentes e destemidos.

riqueza de detalhes sua saga e como conseguiram penetrar e travar um combate em plena selva amazônica. Paradoxalmente, o “grupo” ao qual esses trabalhadores eram vinculado saiu vencedor no combate internacional. Porém, eles perderam a batalha por retornarem ao solo cearense e também por falta de promoção de um desenvolvimento social e de efetivação de políticas públicas pelo Estado, que priorizassem a universalidade, e não grupo(s) de interesse(s). Além disso, faltou ao Estado realizar ações que possibilitassem a esse segmento populacional uma vida com dignidade, durante e após o fim da guerra. Mesmo com o fim do II Conflito Mundial, no Brasil permaneceram inalterados os mesmos problemas do mundo agrário e novamente, em 1956, os trabalhadores rurais deixaram o sertão do Ceará em outra grande migração, não mais para o Norte, mas desta vez rumo ao Centro Oeste, onde seria construído o novo centro administrativo do País: Brasília.

### 2.3 ÊXODO RURAL EM CRATO

Iniciar o tema do êxodo rural sob a ótica do conflito do mundo rural com a urbanização não é fato novo. A ideia, sedimentada ao longo do tempo, é que desenvolver atividades produtivas no campo relaciona-se ao atraso, enquanto trabalhar nas cidades e, ao mesmo tempo, desfrutar de conforto e lazer, bem como ter acesso à educação e a toda uma infraestrutura que permita melhor qualidade de vida relaciona-se à modernidade e à evolução (MENEZES, 2009, p. 26).

Modernidade e evolução são palavras que o personagem Fabiano, da obra “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, não conhece. Essa personagem simboliza o sertanejo rude, trabalhador, honesto, chefe de família, adepto do catolicismo popular, detentor de vícios de linguagem, ou seja, sem tratos finos no momento de comunicar-se com seus semelhantes, que enxerga a questão agrária somente pelo flanco do estio. Mal sabe ele que a sua situação de miséria, bem como do restante da família, cotidianamente vai muito mais além e profundamente (RAMOS, 2006)

Dentre as inúmeras passagens da obra, o êxodo rural de Fabiano com a sua família pode ser apontado logo no início, assim:

“Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da

caatinga rala. Arrastaram-se para lá devagar, sinhá Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o baú de folha na cabeça. Fabiano sombrio, cambaio, o aio a tiracolo, a cuia pendurada numa correia presa ao cinturão, a espingarda de pederneira no ombro. O menino mais velho e a cachorra Baleia iam atrás” (RAMOS, 2006, p.9).

Apesar de sinhá Vitória não ter o comando da família nas mãos, ela era quem tinha o senso crítico mais apurado de todos. Foi só depois de muito sofrimento que ela percebeu que somente com a educação dos meninos suas vidas seriam melhores, como mostra a seguinte passagem: “[...] mudar-se-iam depois para uma cidade e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles” (RAMOS, 2006, p.127).

Trazer os caminhos e descaminhos da família de Fabiano para a realidade da questão agrária assemelha-se em muito às aventuras e desventuras dos trabalhadores rurais cratenses, situados em localidades mais distantes da encosta da Chapada do Araripe e das fontes de água. Portanto, assolados por estio, complexo agrário interligando o monopólio/oligopólio da terra, insegurança alimentar e no *labor*, desorganização em reivindicar/discutir um mundo agrário mais justo e equitativo, situação de pobreza ou de vulnerabilidade socioeconômica em decorrência da inexistente, sonhada e pretendida reforma agrária, é que estes bravos lutadores viram a educação para os seus filhos na urbe como um ato positivo na migração rural/urbana, por juntar conhecimento com mercado de trabalho. Sendo assim, a história da educação do Crato teve como ponto de partida o desenvolvimento do espaço intraurbano cratense no início do século XX.

Em 1914 o comércio do Crato era considerado o mais avançado do interior do Estado, sendo inferior apenas para o de Fortaleza, capital cearense. O seu desenvolvimento se dava pela existência de lojas consideráveis, abastecidas por mercadorias vindas do Recife. Com toda a influência que dispunha, Crato era considerado enquanto “capital econômica do Cariri”, tendo em vista o raio de atuação e a diversidade de produtos que dispunha (SOUSA, 2016, p. 455).

Instalados na zona urbana, os emigrantes acompanham de perto os primeiros passos da educação cratense que conseguiu prosperar, graças à expansão e ao crescimento do comércio e alcançou seu reconhecimento como um centro educacional na região do cariri cearense, na década de 20, com ensino elitizado e excludente, voltado para atender a demanda da classe dominante (as elites financeira e intelectual), isto é, a formação dos seus filhos, merecendo citação o “Gymnásio do Crato”, em 1927, e o Colégio Santa Tereza de Jesus. Esse deve-se aos esforços do seu idealizador Dom Quintino Rodrigues de Oliveira, em 1923. Seu objetivo, de início, era formar moças da região para não precisarem se deslocar



para outras cidades (VASCONCELOS; QUEIROZ, 2016, pp.2-3); SOUSA (2016, p.457). Vale salientar que somente após a segunda metade do século XX os filhos dos trabalhadores rurais tiveram acesso à educação, como mostra a seguinte passagem:

[...] o Patronato Padre Ibiapina e a Escola Santa Madalena para os filhos de família de baixa renda...[...]. A Escola de Música foi criada, na década de 1960, pelo Padre Ágio Augusto Moreira, no Sítio Belmonte, na Serra do Araripe. Suas ações foram desenvolvidas no sentido de proporcionar ao homem rural o desenvolvimento das suas habilidades artísticas, contribuindo com a educação de jovens cratenses, principalmente aqueles oriundos da classe baixa (VASCONCELOS; QUEIROZ, 2016, p.3).

Ao iniciar seus estudos na rua, os filhos dos trabalhadores rurais tiveram a oportunidade de interagir com um novo grupo social, iniciar os primeiros passos no mundo das ideias, auferir uma renda ao longo dos estudos, etc. Instalados e consumindo produtos físicos e não físicos ofertados pelo comércio local, esses migrantes não voltaram para a lida do campo. Posteriormente, os seus pais seguiram suas pegadas, indo morar com eles e não retornando mais, ocasionando, por analogia, o esvaziamento do campo. Conforme as informações verbais fornecidas em 28/04/2016 pelo trabalhador rural Jeová de Oliveira Carvalho, ex- presidente da ACB e atual integrante do Conselho Fiscal:

[...] em conseqüência da venda da terra ou abandono da mesma, estabeleceram e formaram bairros periféricos tais como Alto da Penha, Vila Lobo, Seminário, Pantanal, entre outros e lá instalados foram trabalhar na informalidade como crediarista também conhecido na região pelo codinome de “galego”, estivadores (vulgo “chapiado”), de pedreiro ou servente de pedreiro. O sexo feminino também ajudava nas despesas do lar executando tarefas do tipo empregada doméstica

Dentre os pontos comerciais que absorviam essa mão de obra do campo havia as Casas Pernambucanas, Farmácia Central, Usina Babaçu, Indústria de Óleo Crato, entre outros. É importante assinalar que todas essas casas de comércio do Crato tiveram como pano de fundo, de acordo com Farias Filho (2007, p. 208), a agroindústria da farinha de mandioca. Neste sentido, quando se fala em desenvolvimento industrial não somente do Crato, bem como de todo o Cariri cearense, deve-se posicionar primeiro o Plano Morris Asimow.

Segundo Beserra (2006, p.7), a implantação dessa política desenvolvimentista deu-se graças à existência de uma série de fatores relevantes, tais como: sólida tradição agrícola e comercial, centro cultural regional, acesso à energia de Paulo Afonso (a Região do Cariri foi

a primeira, no Ceará, a se beneficiar com a energia elétrica) e, por fim, ser o segundo centro econômico do Ceará. Para Farias Filho (2007, p. 210):

Esse Plano foi o resultado de uma parceria entre a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade da Califórnia que incentivou a implantação de empresas de beneficiamento de milho, indústria de cerâmicas, artefatos de couro, fabricação de rádios, dentre outros. Os principais objetivos eram: i) modificar a mentalidade das populações rurais, até então dedicadas às atividades agrícolas de subsistência evitando o êxodo para as cidades do sudeste do país; ii) a implantação de indústrias em áreas pobres gerando empregos e possibilitando o seu desenvolvimento.

Arelado ao desenvolvimento, tem-se o planejamento por excelência, que se dá por meio da relação entre a economia e a política, no plano institucional. Rigorosamente, o planejamento sem adjetivos é uma das expressões da política no plano macroinstitucional (BUCCI, 2013, p. 185). Assim, se o planejamento visa à elaboração de planos para a consecução de políticas públicas ou à intervenção do Estado na economia, ele deve se visualizar através de leis (ZANCANER, 2014, p. 353). Uma característica inerente não só a nesse Plano, como também a tantos outros que venham a promover a industrialização, é a falta de mão de obra especializada. Como foi dito anteriormente, o ensino no Crato foi elitista e excludente; portanto, não era possível o mercado ofertar um número elevado de vagas para serem preenchidas por trabalhadores especializados. Vale frisar que apesar de os trabalhadores rurais fixarem residência em Crato, isso não implica necessariamente que o seu labor era exclusivamente no Crato, uma vez que esse município faz divisas com Juazeiro do Norte e Barbalha formando assim um polo comercial e financeiro ininterrupto.

Nesta via de raciocínio existem pesquisadores que não desvinculam a ausência de educação escolar ou educação escolar sem qualidade<sup>54</sup> ao alocar-se no mercado de trabalho, como mostram Vêras *et al.* (2014, p. 139).

---

54Recentemente, reportagem exibida pelo jornal “Diário do Nordeste”, de 28/01/2016, fornece informações de descaso com a educação do Município através do seu conteúdo: “a secretaria de Educação deste município anunciou, no início da semana que fechará dez escolas da zona rural via nucleação. Os alunos das unidades de ensino serão remanejados, segundo a Prefeitura para escolas do perímetro urbano. A justificativa seria “a contenção de gastos”, o que não convenceu os professores de uma das escolas. “Educação não é gasto, é investimento” advertiu a docente Aparecida Nascimento. No colégio em que ela leciona, 46 alunos já estão sem aula desde o dia 21, e as matrículas foram suspensas. A Escola de Ensino Infantil e Fundamental Dedé Pinheiro situada no sítio Currais, atende, de acordo com a professora jovens de três comunidades rurais. O prejuízo com o fechamento é imediato”. Mais detalhes sobre a reportagem ver o site:<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/crato-fecha-10-escolas-e-causa-protestos-de-pais-1.1481195>>. Acesso: 06 mai.2016. Esse descaso com a educação, que aconteceu no Crato, é um dentre inúmeros outros casos, conforme Verás *et al.* (2014, p.140) que fazem o indivíduo pensar em sair de sua terra.

A zona rural muitas vezes apresenta um déficit de educação, onde a maioria das escolas não tem boas condições dos alunos estudarem e em consequência disso é que a maior parte dos filhos dos agricultores não conseguem chegar ao mercado de trabalho. Sendo assim, o deslocamento para as cidades uma opção da população rural. Há ainda a falta de trabalho no meio rural, as profissões mais vistas são agricultores, pescadores, aposentados, dona de casa e pecuarista, e isso deixa claro que favorece o êxodo.

Evidentemente, com a saída do campo para a cidade houve um acréscimo populacional urbano, de acordo com Sousa (2016, p.463-464), que cita os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1960 a população cratense era de 59.466, dos quais aproximadamente 49% se encontravam na zona urbana. Sua explicação tinha como parâmetros questões fundiárias e secas. Farias Filho (2007, p. 207) via esse crescimento da população urbana em consequência do êxodo rural com preocupação, na década de 60, devido às residências construídas em morros e encostas do perímetro urbano terem acentuando em muito o crescimento de favelas. No tocante às moradias, essas localizavam-se em bairros periféricos pobres e a sua edificação ficava a cargo dos próprios moradores em terrenos de terceiros (também chamadas de invasão), baldios ou públicos. Em relação ao déficit habitacional de 1970, são pertinentes as observações de Farias Filho (2007, p. 208).

[...] das 6.670 habitações existentes até aquele ano, segundo estudo Geo Sócio Econômico elaborado pelo governo do Estado do Ceará, 3.536 foram consideradas inadequadas aos padrões de “boa habitação”. A maioria dessas habitações precárias ficava localizada na periferia da cidade nos bairros já citados

No tocante a sua moradia, o trabalhador rural migrante iniciou o processo habitacional construindo a casa do tipo taipa. A casa de taipa é uma moradia rústica, com paredes de barro cru posto à mão e sustentado por varas de madeira. Seu telhado é frequentemente coberto por palhas de coqueiros ou de carnaúba, bem como por telhas de cerâmica do tipo colonial, por serem mais baratas, sobreposta por caibros. É importante salientar que a correlação das casas de taipas com o êxodo rural explica-se pelo fato delas terem sido as primeiras formas de habitação para os trabalhadores rurais recém-chegados à sede da urbe. Sobre a técnica de sua construção, ratifica Silva (2011, p. 58):

Esta técnica se difundiu pelo território nacional, por ser uma técnica fácil de ser assimilada e empregada nas construções, como também pela facilidade de se obter os recursos no local da obra: terra e madeira. Porém essa técnica tradicional de construir foi se perdendo com a industrialização, e hoje está ligada a insalubridade e a pobreza

Figura 5 – Casa de taipa com telhado de palha, na sede de Crato nos anos 20.



Fonte: Acervo Memorial Imagem e Som do Cariri, cedida por Jackson Bantin “Bola”, em 11/05/2016.

Figura 6 – Casa de taipa com telhado de cerâmica, nas Guaribas em Crato.



Fonte: Produzida pelo autor em 20/06/2016.

Em relação à composição social da urbe, no que se refere ao quesito segregação social, grande parte da parcela dos desvalidos recém-chegados à sede da urbe aglutinaram-se às margens do Rio Granjeiro (OLIVEIRA FILHO; MITIDIERO JUNIOR, 2014, p.36) e provocaram instabilidade no bioma ali existente, de acordo com Magalhães (2006, p. 22), através das “ocupações desordenadas, desmatamentos indiscriminados, queimadas, acúmulo de lixo e poluição hídrica superficial e subterrânea”. Segundo Oliveira Filho e Mitidiero Junior (2014, pp.44, 45, a luta dos desvalidos pela moradia ultrapassa os anos 70, 80 e atinge a década de 90,<sup>55</sup> sob forte conotação da ação dos movimentos sociais a seu favor, por exemplo, a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), além da presença de partidos políticos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PC do B).

<sup>55</sup>Em termos de população, o Crato atingiu seu ápice do crescimento urbano em 1990, com uma taxa de urbanização de 80% (OLIVEIRA FILHO; MITIDIERO JUNIOR, 2014, p. 37). Unidos aos 80%, houve a elevação de habitações precárias em áreas indevidas (de risco) onde o lixo, o esgoto a céu aberto, fezes e urinas provocavam mau cheiro, proliferação de pernilongos e aumento de doenças (como diarreias) em proporções estratosféricas, tornando o convívio social quase impraticável.

De 1980 a 1990, o bairro do Seminário caracterizou-se pelo auge das ocupações realizadas por trabalhadores rurais, que se encontravam em situação de vulnerabilidade no campo, e sem-teto existentes no Crato. Esse bairro contabilizou mais de 4 ocupações, com mais de 700 famílias. Dessa forma, pode-se dizer que esse bairro teve a maior expressividade em termos de luta pela ocupação a favor da moradia no Crato. A ocupação do espaço urbano se deu, de forma em geral, em áreas ou terras pertencentes à diocese cratense, como mostram as seguintes palavras de uma vereadora entrevistada pelos autores Oliveira Filho e Mitidiero Junior (2014, pp.44, 47, 48):

[...] quase 90% dos bairros hoje existentes tiveram uma história a partir de uma ocupação, a partir de reivindicações, a partir de movimentos, como por exemplo, o bairro do Seminário tem uma história muito grande. O bairro Seminário hoje é grande, porque só nesse bairro aconteceram mais de quatro ocupações naquele época, as pessoas vinham e não tinham moradia e precisavam morar, precisavam habitar, então se organizavam e lutavam, ocupavam as áreas ociosas que haviam naquele espaço.

Ocupar espaços e melhorar a qualidade de vida dos residentes do bairro Seminário pode ser observado por vários flancos. Pelo lado educacional, houve a construção do Colégio Liceu, em 1968, que inicialmente ofertava educação para os filhos da população pobre. O próprio Seminário São José, responsável pela origem do bairro, desde a sua fundação em 1875 era a fonte da educação religiosa desfrutada pelos trabalhadores rurais ali chegados e até hoje continua com seus cultos religiosos, vinculando o homem mortal e pecador ao mundo imaterial.

No município de Crato, bem como em seus distritos, a redução da população rural sofre interferência do avanço do processo de urbanização, responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana. Esse processo traz consigo a industrialização que, no mundo do capital, é a mola mestra mais eficiente e poderosa da transformação da natureza, do social, das relações entre cidade e campo, materializando-se como um dos fundamentos do modo de produção capitalista (MARQUES, 2002, pp.100, 103). Como consequência dessa mobilidade espacial decorrente da industrialização, consoante Castro (2009, p. 3), houve um crescimento desordenado no cenário urbano, formação dos cinturões de pobreza, favelização, desemprego, desnutrição, endemias, deterioração dos recursos naturais, processos de desigualdades, entre outros.

Dentre as políticas públicas adotadas no ano de 2003, definidas como uma espécie de externalidade positiva<sup>56</sup> pela volta ou fixação desses trabalhadores no campo, verifica-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei de nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Consoante o Art. 19:

Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos, compreendendo as seguintes finalidades:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

Parágrafo 1º - os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional.<sup>57</sup>

De maneira mais linear, a pesquisadora Müller (2007, p. 15) afirma que o PAA é uma das ações do Programa Fome Zero, que possui como principal fim garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar, através do estabelecimento e cumprimento da adoção de preços mínimos a serem praticados com a garantia de compra, ao mesmo tempo em que articula esta produção com os mercados institucionais ou para a formação de estoques, atendendo o princípio da segurança alimentar. Sobre esse tema é positiva a explanação de Grisa *et al.* (2009, p.1): “[...] partindo de uma concepção intersetorial da segurança alimentar e nutricional, o PAA integra as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar”.

---

<sup>56</sup>As externalidades são ações refletidas diretamente em algo já existente. Por exemplo, a reforma nas instalações físicas na biblioteca de uma universidade, pois, além de possibilitar maior conforto para os alunos, eleva o número de fonte para consulta. Configura-se externalidade negativa, a elevação da corrupção, pois, além de reduzir o grau de confiabilidade de investidores internos e externos, reduz significativamente a abertura de novos postos de trabalhos. Nesse caso não há tempestade pior do que a corrupção e governo sem credibilidade perante a opinião pública.

<sup>57</sup> BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm)>. Acesso: 03 mai. 2016.

E aprofunda a questão:

Além da diversificação estimulada por algumas modalidades, o PAA incentiva a produção em bases agroecológicas ou orgânicas, ou seja, apóia sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, valorização da biodiversidade, aproveitamento dos recursos locais, utilização de sementes crioulas<sup>58</sup> e respeito à diversidade cultural e aos saberes locais (GRISA *et al.*, 2009, p.8).

Já o trabalhador rural assistido pela ACB, Ronaldo Goes Pereira residente na localidade do Sítio Bebida Nova, declarou em 28/04/2016 que comercializa hortaliças, tais como cebolinha, coentro, rúcula, tomate cereja, carne e ovos de codornas, e fala desse Programa, explicando como o mesmo funciona e sua importância. Dentre as suas observações, há três indagações relevantes para o estudo a ser construído. Em primeiro lugar, a que diz respeito à função social do Programa. O repasse do recurso financeiro provém do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tendo à frente, em Crato, a Secretaria da Agricultura. Sua produção é destinada a instituições de caridade. Ao questionar a política de preços não somente dele, como de todos os outros trabalhadores rurais da Bebida Nova, assinala: “O preço que eu vendo são os mesmos estabelecidos pelas Centrais de Abastecimento do Ceará (CEASA)”. Segundo ponto relevante detectado nessa atividade diz respeito ao acompanhamento de assistência técnica efetuada pelo Instituto Flor do Pequi, segundo ele apontado como satisfatório. Por fim, argumenta que o Programa contribuiu em muito para sua permanência na referida área

Outra ação do poder público verificada no estudo, que age como uma espécie de mola propulsora em auferir emprego, renda e inibir o êxodo rural em Crato, foi a implementação do Programa Um milhão de Cisternas Rurais (P1MC). De acordo com Lopes e Lima (2006, p. 9-10), o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: um milhão de Cisternas Rurais (P1MC), consiste em estabelecer, junto às comunidades rurais, um processo de capacitação que envolve, ao longo dos 5 anos, um milhão de famílias, abordando a questão da convivência com o semiárido, enfocando mais especificamente aspectos de gerenciamento de recursos hídricos, construção de cisternas, gerenciamento de recursos públicos e administração financeira dos recursos advindos do

---

<sup>58</sup> No que se refere especificamente às sementes crioulas ou comerciais, (preferencialmente não híbridas) produzidas pela agricultura familiar, a Resolução nº 08/2003 do Grupo Gestor do PAA autoriza a compra e doação das sementes através dos mecanismos previstos pelo programa, como forma de estimular a produção, intercâmbio e comercialização destas sementes pelos agricultores familiares entre si, como vem sendo feito no caso dos bancos de sementes.

P1MC. A espinha dorsal de sua construção tem por base as centenas de experiências bem sucedidas de captação e armazenamento de água de chuva por meio de cisternas que, há mais de 20anos, diversas organizações da sociedade civil já vinham implantando no semiárido nordestino, integradas a um processo educativo para o bom gerenciamento do seu uso. Segundo os seus formuladores, os impactos desses trabalhos, vivenciados na última grande seca (1998/1999), foram, indiscutivelmente, marcantes, no que diz respeito ao acesso à água de boa qualidade para o consumo humano e, conseqüentemente, à melhoria da saúde das famílias, principalmente das crianças.

E acrescentam Lopes e Lima (2006, p. 10):

Por essa razão, o programa deve ser visto como uma ampliação das experiências de várias organizações sociais que durante anos vêm trabalhando junto às comunidades locais do semiárido na busca de soluções para o convívio salutar Ser Humano – Natureza. A captação e o armazenamento da água da chuva têm se mostrado uma experiência bastante promissora, não apenas pelo estoque de água para os períodos críticos das secas, mas, principalmente, por permitir e facilitar a introdução de um processo efetivo e permanente de organização e mobilização social e de formação para a gestão de recursos hídricos.

Figura 7 – Cisterna de placa no semiárido, construída nas Guaribas em Crato



Fonte: Produzida pelo autor em 20/06/2016

Figura 8 – Cisterna de placa com numeração de identificação, nas Guaribas em Crato



Fonte: Produzida pelo autor em 20/06/2016



Para a instalação ou construção de cisternas do citado Programa, os trabalhadores rurais do Crato, antes de se deslocarem para os outros municípios, recebem um treinamento específico (de pedreiro) e a sua família executa a função de servente, a fim de que as cisternas possam ser construídas com o mínimo de erro possível. No que diz respeito ao fator tempo fora do Município gira em torno de somente um mês e, após o término da construção, os retirantes retornam aos seus lares com uma remuneração pelo serviço prestado em torno de R\$ 2.500,00 pagos, por exemplo, pela ACB, Cáritas Diocesa, Instituto Flor do Pequi, etc., dependendo de quem venceu a licitação. Vale salientar que a família contemplada pelo Projeto recebe uma cesta básica mais R\$ 250,00. Há dois tipos de cisternas construídas: a primeira, considerada pequena, tem capacidade para 12 mil litros; e a segunda, chamada de cisterna calçadão ou de enxurrada, é de 56 mil litros.

Outro exemplo de fluxo migratório de curta duração no Crato acontece no distrito de Monte Alverne, onde aproximadamente 50 trabalhadores rurais, utilizando o ônibus como veículo de condução, vão para São Paulo/SP trabalhar em uma empresa chamada Santa Luzia, na embalagem de cestas de Natal. A partida se inicia no mês de setembro e retornam no final de dezembro com uma remuneração salarial em média de R\$ 8.000,00. É importante destacar que essa empresa atua de forma legal, ou seja, cumpre com a legislação trabalhista, assim como determina a Constituição de 1988.<sup>59</sup>

Quanto ao êxodo rural observado nos jovens, pode-se afirmar que a procura pelo lazer, trabalho, salário, educação e saúde, entre outras variáveis, são atrativos que devem ser levados em consideração. Ser jovem na visão desse grupo social é participar ativamente na vida política, cultural, econômica e social do Crato, porque é a partir deles que geralmente partem as mudanças estruturais, contrapondo os interesses da classe dominante, exploradora e conservadora. Um exemplo que serve de inspiração e coragem para os demais jovens, segundo Ramos (2011, pp. 43-45) foi o caso de José Lourenço Gomes da Silva, mais conhecido como Beato José Lourenço. Tinha aproximadamente 20 anos de idade quando pôs mãos e pés no solo cratense, conseguindo unir vários trabalhadores rurais em Baixa Dantas, na lida da terra sem qualquer tipo de exploração, pois viviam todos em cooperativismo. Segundo José Alves de Figueiredo, em entrevista ao Jornal O Povo, de 07/06/1934: “dentro de pouco tempo, José Lourenço transformou o deserto em um sítio repleto de plantações. Seu trabalho fez surgir alguns milhares de laranjeiras, mangueiras, jaqueiras, limeiras,

---

<sup>59</sup>Informação verbal fornecida por Renan Costa Nogueira - agente rural da EMATERCE, em 28/04/2016.

coqueiros e cereais, e outras diferentes qualidades de hortaliças. Admirava, também, a criação, de carás, com 16 ou 18 qualidades”.

Por outro lado, levar a discussão do êxodo rural pelo viés dos serviços de saúde ofertados pelo Município do Crato é uma variável endógena que afeta esse fenômeno de forma negativa, tendo como características a precariedade, a insalubridade e o baixo nível de satisfação, uma vez que a Secretaria de Saúde não consegue suprir nem garantir um serviço de qualidade para os trabalhadores rurais, como por exemplo, falta leitos, médicos, enfermeiros e auxiliares capacitados para atender toda a demanda. Dependendo da gravidade do estado de saúde do paciente, o atendimento pode chegar tarde demais e o óbito é inevitável. Sobre o acesso ao serviço de saúde garantido pela CF/88 aos trabalhadores rurais, seguem abaixo os argumentos de Renato Luis Dresch:

O Estado Brasileiro ainda está longe de assegurar a plenitude de acesso e tratamento integral à saúde, o que tem levado a um exponencial crescimento de demandas judiciais por meio das quais a população tenta obter o acesso a tratamentos, internações, exames e medicamentos que lhe são negados administrativamente. O Poder Judiciário tem sido protagonista em garantir o acesso aos serviços de saúde da população, contudo a falta de um conhecimento mais apurado dos magistrados acerca da técnica médica e a regulação administrativa do Sistema Único de Saúde (SUS) tem levado a alguns equívocos, sobretudo quando salvaguarda o acesso a medicamentos e terapias que não possuem evidência científica da sua eficácia, eficiência e efetividade (DRESCH, 2015, p. 3).

Portanto, quando se fala em êxodo rural em Crato, deve levar em conta que dentre os principais motivos que conduzem e estimulam esse processo estão a fragilidade de políticas públicas eficazes voltadas ao acesso à moradia, a promoção e criação de postos de trabalho, saúde, educação de qualidade e lazer. No que diz respeito à prática do lazer, o futebol é a mais comum, logo é fácil encontrar campos de terra batida nos bairros periféricos da urbe, por exemplo, Seminário, Mirandão, Vila Lobo, entre outros. Além de proporcionar saúde para os seus participantes, também consegue reunir um número considerável de trabalhadores rurais em volta da competição nos finais de semana, dando-lhes oportunidade de abrir debates e discussões direcionadas à questão agrária, bem como à desestruturação fundiária que é denunciada e combatida constantemente. Sendo assim, o esporte eleva o ânimo dos trabalhadores, sendo apontado como uma condição necessária, contudo, não suficiente.

Uma forma relevante que consegue manter os trabalhadores rurais cratenses no campo é por meio da elaboração e manutenção de estratégia de convivência dos

trabalhadores rurais com o semiárido, combinando meio ambiente com a ação antrópica, tendo como agentes explícitos na orientação e supervisão a prefeitura e a EMATERCE. A primeira, na adoção de política fiscal voltada ao estímulo à produção e comercialização; já a segunda deve expandir a sua área e grau de atuação frente à extensão rural, a fim de proporcionar maior oferta de alimentos para a população cratense. Caso essas sugestões sejam aceitas pelos órgãos competentes, há possibilidade, no longo prazo, de que os fatores de produção sejam alocados eficientemente. Assim, o que não se deve difundir nem cogitar é que o sucesso ou fracasso/ ruína da agricultura familiar gira em função somente do estio, uma vez que o campo tem como um dos problemas crônicos a desestruturação fundiária.

Em Crato, bem como em boa parte dos municípios da região do Cariri cearense, o fortalecimento da agricultura familiar com base na agroecologia é cada vez mais difundido. Além de proporcionar uma vida saudável aos seus consumidores, transfere renda para trabalhadores rurais e, por analogia, estimula sua fixação ao campo e reduz os impactos da degradação ao meio ambiente, atrelados ao manejo sustentável e ao reflorestamento. Logo, seu fortalecimento, crescimento e desenvolvimento devem ultrapassar a esfera de Organizações Não Governamentais (ONGs) e institutos, tornando-a não só uma política pública, mas também uma política de Estado.

Em Bebida Nova, bem como em outras localidades de Crato, por exemplo, na Vila Padre Cícero, o uso racional da água deve sair do caráter individual para a coletividade, através de telejornais, revistas, folhetos, escolas, universidades, pois como é de conhecimento dos pesquisadores em recursos hídricos, a água potável é um bem público e finito. Caso seu uso não siga os princípios da racionalidade e sustentabilidade, o seu desaparecimento é uma hipótese que não pode ser rejeitada.

Em síntese, para que os trabalhadores rurais permaneçam no campo com dignidade e evite-se o processo de favelização e marginalidade na urbe cratense, é necessário que todos os relatos citados acima devam materializar-se em regime de parceria, englobando a sociedade civil, os sindicatos, os movimentos sociais, as ONGs, a prefeitura e a câmara dos vereadores, para que tracem metas e ações lançando bases para a estruturação e o progresso da agricultura familiar cratense.

### 3. POLITICAS PÚBLICAS: PROGRAMAS E PROJETOS DE COMBATE À POBREZA RURAL EM CRATO/CE

Sob o prisma do conhecimento multidisciplinar, as políticas públicas concentram seus argumentos na natureza da publicidade e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, Direito, antropologia, geografia, planejamento e gestão - partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006, p.25).

Esse campo multidisciplinar que se abre dentro do tema de políticas públicas (SANTANO, 2014, p. 299), segundo Faria (2017, p. 12), é um campo de complexidade e de investigação. Todavia, o processo investigado contém o caráter interdisciplinar, parte da interação entre as disciplinas e departamentos de universidades. A conformidade dos agentes (disciplinas e universidades) devem se tornarem muito resilientes, de ordem organizacional, profissional e individual. Sendo assim, para direcionar a multidisciplinaridade para o campo jurídico, segundo Bucci (2013, pp.293, 294) é necessária a constituição de redes de conhecimento e atuação prática das políticas públicas, que venham a complementar o uso da dedução e da indução; o pensamento por problemas e a inserção desses num sistema. A consolidação dos problemas, de maneira estruturada, segundo critérios de apreciação definidos numa organização sistemática, permite isolar aspectos a serem comparados ou analisados de maneira controlada. Com isso, possibilita-se coletar e trabalhar experiências escolhidas, analisando cada um de seus elementos. Isso viabiliza a emulação consciente de modelos, aproveitando uma prática que ocorre, muitas vezes, de maneira irrefletida, de reproduzir padrões ou fragmentos de políticas públicas em uso.

Vale frisar que as políticas públicas, após a CF/88, tiveram amplo crescimento. Até recentemente elas eram matérias dos cursos de administração e gestão pública e, por isso, nem sequer eram citadas pelos doutrinadores da área jurídica. Por exemplo, Marçal Justen Filho, em 2013, a elas não faz referência em sua obra consagrada ‘Curso de Direito Administrativo’.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013.

Ao inverso, João Batista Gomes Moreira observa que:

No liberalismo, a função política, quase com exclusividade, é atribuída ao Poder Legislativo, que a exerce editando normas abstratas. Tanto é verdade, que a teoria do direito administrativo considera autonomia política a capacidade para inovar o Direito, em caráter primário, por meio de lei. Depois da lei e respectiva regulamentação (que não pode ir além da lei, restringi-la ou dispor de forma contrária, limitando-se a explicitá-la) vem o ato administrativo. No Estado social, a lei conjuga-se com as políticas públicas na fundamentação da atividade administrativa (noção que substitui em grande parte a de ato administrativo) (MOREIRA, 2010, p. 258).

Com acerto ensina Maria Paula Dallari Bucci (2006, pp. 11-19) que: “A política pública deve visar a realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à sua consecução e o intervalo de tempo em que se espera o atingimento dos resultados”.

Dessa forma, a política pública a ser desenvolvida objetiva funcionar como pauta de regência do agir do Estado por um determinado período de tempo. Surge aí o primeiro ponto de contato entre compreensão e análise de políticas públicas, e tempo. Mais do que desenvolver-se ao longo de um determinado interstício, manifesta-se, portanto, em distintas dimensões, presente e futura. Nisso é possível identificar alguns elementos que corroboram para a construção de políticas públicas tais como: o problema, o diagnóstico, a solução, a estratégia, os recursos e a execução (VALLE, 2009, pp. 44,45).

Relacionado a esse contexto, é fato notório que os países democráticos, nessas últimas décadas, passam por transformações na maneira de conduzir a vida dos cidadãos em seu espaço territorial. Dentre as transformações é percebida a transferência de ativos controlados pelo Estado para as mãos dos agentes do mercado. Essa realidade deixou ainda mais evidente o fato de a autoridade separar-se institucionalmente da propriedade. Essa separação crescente provoca não apenas uma redução na capacidade de intervenção do Estado, como também uma fonte adicional de tensão entre as principais esferas da sociedade. Assim como o caminho não está desimpedido para que os proprietários de capital definam os conteúdos das políticas, tampouco o Estado está em condições de implementar as políticas que mais lhe convêm, sem qualquer pressão externa (SANTOS, 2005, pp.5,6).

Mesmo assim, não há como dissociar as políticas públicas das variáveis: renda, trabalho, emprego, desemprego e consumo, ligadas ao combate à pobreza e desigualdades, ou então, vinculadas à saúde e educação. Logo, as políticas públicas tratam da interação entre os atores e as forças sociais em um dinamismo social e plural de ideias, a fim de

reduzir instabilidades ou imperfeições no ambiente urbano ou rural. Para Castro e Oliveira (2014, p. 23), a política pública:

[...] pressupõe, portanto, o reconhecimento de que há uma área ou domínio da vida que não é privada ou somente individual. Independentemente da escala, as políticas públicas remetem a problemas que são públicos, em oposição aos problemas privados. Nas sociedades contemporâneas, cabe ao Estado prover políticas públicas que atendam aos anseios da sociedade. Para que as funções estatais sejam exercidas com legitimidade, é preciso haver planejamento e permanente interação entre governos e sociedade, de forma que sejam pactuados objetivos e metas que orientem a formulação e a implementação das políticas públicas.

A expressão políticas públicas também é empregada neste estudo como elevação na qualidade de vida, acesso a bens de consumo duráveis, geração de emprego e renda, acesso a uma moradia digna, educação, seguridade alimentar, saúde, dentre outras. Deve conter no em seu foco a complexidade das relações de produção existente entre cidade e campo, com o intuito de reduzir ou amenizar essa disparidade territorial e organizacional. Em título informativo, as políticas públicas começaram a surgir no cenário internacional a partir do modelo macroeconômico expansionista elaborado pelo economista John Maynard Keynes, quando as economias dos países ricos, por exemplo, dos EUA, foram abaladas pela depressão de 1929. Esse episódio desencadeou uma redução no nível de empregos, falências, fome, miséria, prostituição e violência física e moral.

Somados a esses argumentos, podem-se apontar outros mais que contribuíram para a maior visibilidade das políticas públicas. O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós - guerra por políticas restritivas de gasto. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Essa agenda passou a ser implementada a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias, como os da América Latina. O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém democratizados, é que, na maioria deles, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como

desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população (SOUZA, 2006, pp. 20, 21).

Para atingir a inclusão social e combater a pobreza no meio rural, há um dimensionamento abrangente, evidenciando um quadro amplo para intervenção de políticas públicas de corte social, entendendo que as políticas sociais, para serem mais eficazes, devem estar articuladas a políticas macroeconômicas que garantam um crescimento econômico sustentado, a geração de emprego, a elevação da renda proveniente do trabalho e, sobretudo, a redistribuição de renda ainda altamente concentrada no Brasil (SILVA, 2010, p.,156).

Por esse mesmo fio condutor pelo qual percorre a concentração de renda, a desigualdade social, bem como a pobreza, embora sejam palavras distintas, são corpos integrantes do mesmo rol, na medida em que a disparidade nas chances de vida acaba por determinar as possibilidades de escapar de situações de privação e vulnerabilidade. Além disso, para entender a pobreza no Brasil é preciso reconhecer que ela é produto de uma das mais extremas concentrações de renda do mundo. Essa relação entre desigualdade e pobreza em nosso país se dá, basicamente, porque a renda das pessoas resulta da capacidade de mobilização dos ativos que elas possuem, mas a propriedade desses ativos é bastante concentrada. Os pobres trabalham e podem ser, portanto, considerados “*deserving poors*”. Contudo, por ausência de ativos importantes, como capital físico, educação e ativos financeiros, obtêm rendimentos muito aquém do que deveriam receber para ter uma vida digna (SCALON, 2011, p. 52).

Com o intuito de amenizar esse desequilíbrio social, o Brasil implementou vários programas de transferência de renda para o público mais pobre. Dentre os mais antigos, o estudo menciona a aposentaria rural que, segundo registros administrativos, contava com quase cinco milhões de beneficiários em dezembro de 2004. O Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social beneficiou aproximadamente um milhão de pessoas nesse período. Em termos de cifras, os beneficiários recebiam o valor correspondente a um salário mínimo (SOARES, 2006, p.15).

Sem dúvida, somente os programas de transferência de renda não são capazes de promover mudanças na vida dos trabalhadores rurais. Não obstante, já são um passo no combate às desigualdades sociais, à concentração de renda e, conseqüentemente, à pobreza no meio rural. Embora Souza (2006, pp. 23-25) enfatize H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton como sendo pensadores renomados dentro das políticas públicas, sua

significância em proporcionar mudanças estruturais perante os trabalhadores rurais é similar à aplicabilidade de políticas públicas no campo, pois as mesmas caminham vagarosamente numa trajetória contextualizada por disputas, tensões, acertos e erros.

As estratégias de planejamento territorial do Programa Ligações entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER) são um exemplo de avanço de políticas públicas para o setor rural. Esse programa surgiu na União Europeia (EU) em 1991, tendo como principal objetivo apresentar um enfoque multissetorial e integrado para a dinamização de espaços rurais, com base em projetos territoriais inovadores (SILVA, 2013b, pp.27-28). Segundo o IICA<sup>61</sup> (2003, p.34) o Programa direciona as mulheres e os jovens a diversificar e estruturar atividades do setor agrário a partir de um tripé construído com a participação social, gestão e administração de fundos públicos/privados. Nesse novo formato, o Programa estimulou tanto as mulheres quanto os jovens a dedicarem-se às atividades comerciais, por analogia em auferir renda em suas respectivas localidades. Dentre os aspectos positivos do Programa é relevante citar a valorização dos produtos ali confeccionados, melhoria na qualidade, entre outros.

Nesse mesmo período e de modo similar ao LEADER, os americanos implementaram o Programa Zonas de Empoderamento e Comunidades Empresarias (EZ/EC), com o fim de combater a pobreza no meio rural, especialmente na América Latina. Nesse rol encontram-se atores sociais com participação política, delimitação do espaço geográfico que se pretende atuar e preocupação com a sustentabilidade ambiental. Vale salientar que a preocupação com o meio ambiente, devido à interferência humana no bioma, é um ponto comum entre ambos os Programas mencionados e o surgimento da expressão *accountability*<sup>62</sup> por parte desse segundo Programa é um fator inovador e distinto (CARVALHO; DANTAS, 2017, p.,1).

---

<sup>61</sup> Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) – Representação no Brasil. **Gênero no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais**. 2003. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B1190p/B1190p.pdf>>. Acesso em: 11 set.2017.

<sup>62</sup>Prestação de contas: Esse é o controle exercido sobre os depositários do poder político. Entre as suas possíveis traduções estaria "prestação obrigatória de contas". Não é um ato arbitrário ou liberal dos governantes, mas um ato obrigatório e necessário para a democracia. Isso implica o dever de informar e explicar as decisões e a real possibilidade de punir suas condutas inapropriadas. Ele tem duas dimensões: vertical (da sociedade para o estado), horizontal (dentro do próprio aparelho estatal).

No original: *Accountability: Se trata del control ejercido sobre los depositarios del poder político. Entre sus traducciones posibles estaría "rendición obligatoria de cuentas", no se trata de un acto discrecional o generoso de los gobernantes sino de un acto obligatorio y necesario para la democracia. Implica el deber de informar y explicar decisiones y la posibilidad efectiva de castigar sus conductas inapropiadas. Tiene dos dimensiones: vertical (desde la sociedad hacia el estado), horizontal (interior al propio aparato estatal)* (MÉDICI, 2012, p.78).



Apesar desses dois Programas de combate à pobreza rural não terem sido implementados no Município de Crato, ganharam bastante destaque no meio acadêmico através de debates, fóruns, jornadas, entre outros eventos. No cenário político não foi diferente, tanto é que fazia aproximadamente duas décadas da implementação do Projeto Sertanejo e o modo de conduzir a vida dos trabalhadores rurais, não somente de Crato, mas dos demais municípios do Estado no convívio com o semiárido, estava ultrapassado. Corroborando essa afirmação e disposto a continuar promovendo mudanças estruturais no Estado do Ceará, foi adotado um modelo de governança por meio de uma política de Estado mínimo, isto é, o neoliberalismo.<sup>63</sup> Com o apoio da classe empresarial da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), dos prefeitos e líderes comunitários dos distritos municipais do interior, em 1995 lança o Projeto São José. Logo, identificar e analisar as políticas públicas desenvolvidas para os trabalhadores de Crato e os seus resultados na vida daquela população é o que será discutido a seguir.

### 3.1 PROJETO SÃO JOSÉ (PSJ)

Na Região Nordeste, diversos programas e projetos podem ser definidos na categoria de políticas públicas para a área rural e seus atores sociais. Temos como exemplos o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE)<sup>64</sup> e o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto

---

<sup>63</sup> Corrente ideológica que perpetuou na América Latina e no Brasil durante a década de 90, utilizando como ferramenta econômica princípios do liberalismo, que enfatizava a concorrência, a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veementemente a intervenção do Estado na economia e a busca de equilíbrio do processo inflacionário passava rigorosamente pelo sistema de metas inflacionárias (CARINHATO, 2008, p.38).

<sup>64</sup> O POLONORDESTE foi Criado pelo Decreto nº 74.794, em 30/10/1974. No Art.1º afirma que a sua criação tem por finalidade a promoção do desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, com o sentido de pólos agrícolas e agropecuários. Art. 2º As áreas integradas, preliminarmente selecionadas com vista à execução do POLONORDESTE, são as seguintes: I - Áreas dos Vales Úmidos, compreendendo porções do vale do rio Parnaíba, (o Delta do Parnaíba, nos Estado do Maranhão e Piauí, os vales do Gurguéia e do Fidalgo, no Estado do Piauí), vales do Nordeste Oriental (Vales do Jaguaribe, no Estado do Ceará e Apodi, Piranhas-Açu e Ceará Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte), e porções do vale do Rio São Francisco (Vale do Moxotó, no Estado de Pernambuco, Áreas de Petrolina-Juazeiro, nos Estados de Pernambuco e Bahia, Vales dos Rio Grandes e Corrente, no Estado da Bahia, e Área do Jaíba, no Estado de Minas Gerais);II - Áreas das Serras Úmidas, correspondendo às Serras da Ibiapaba e Baturité, no Estado do Ceará, Aripe, nos Estados do Ceará e Pernambuco, Martins, no Estado do Rio Grande do Norte, do Teixeira e do Brejo, no Estado da Paraíba, e de Triunfo, no Estado de Pernambuco;III - Áreas da Agricultura Seca, compreendendo a Área do Sertão Cearense, a Área do Seridó (parte dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba), e Área de Irecê (no Estado da Bahia);IV - Áreas dos Tabuleiros Costeiros estendendo-se, pela faixa litorânea, a partir do Estado do Rio Grande do Norte até o sul do Estado da Bahia;V - Áreas da Pré-Amazônia, compreendendo áreas localizadas a oeste do Estado do Maranhão (BRASIL, 1974, pp. 12.391).

Sertanejo).<sup>65</sup> Na década de 1980, no Estado do Ceará, foi estabelecida uma política pública de combate à pobreza no meio rural, denominada “Programa de Apoio ao Pequeno Produtor” (PAPP), que mais tarde seria definido como Projeto São José (PSJ). O Projeto, consoante Khan *et al.* (2006, p. 9), tem como marco inicial o ano de 1995 e sua subdivisão compreende duas fases: PSJ I (1996-2001) e PSJ II (2002-2006). Na primeira fase, em termos absolutos, o Projeto beneficiou 189.363 famílias para um volume de 3.054 subprojetos distribuídos pelos 177 municípios cearenses. A execução do PSJ I somente foi possível devido a um acordo de empréstimo firmado pelo Banco Mundial (BM) e o Governo do Estado, com vigência de abril de 1996 a junho de 2001. Dessa maneira, segundo Khan e Silva (2002, p. 595) e Barreto (2004, p. 2), o PSJ I conseguiu promover ações de desenvolvimento sustentável no Estado com participação ativa das comunidades, com vistas a reduzir a pobreza dos trabalhadores rurais. Sinteticamente, tinha como objetivos: i) melhorar as condições de vida da população pobre da área rural do Estado; ii) descentralizar a tomada de decisão; iii) melhorar os mecanismos para intensificar o atendimento aos segmentos mais pobres do meio rural; iv) fornecer apoio financeiro, não reembolsável às comunidades rurais e estimar a participação dos beneficiários, por meio da mobilização de recursos próprios (mão de obra ou materiais).

Em termos de subprojetos correspondentes ao período de 1996 até 2001, o Projeto financiou e implantou vários subprojetos nas áreas de infraestrutura, produção e sociais em comunidades distribuídas em municípios situados em diferentes microrregiões do Estado (BARRETO, 2004, p.7). Dentre os tipos direcionados à infraestrutura, verifica-se o sistema de abastecimento de água e a eletrificação rural. Quanto ao subprojeto direcionado ao desenvolvimento social existem melhorias em moradias/sanitárias. E por último, para o produtivo que lida com bens duráveis, sobressai a mecanização agrícola por meio de tratores e reboques. Sobre os mecanismos de entrega dos subprojetos, é relevante citar os argumentos de Araújo (2003, p. 83):

[...] foram previstos três diferentes mecanismos de entregas: i) Programa de Apoio Comunitário – neste mecanismo as comunidades submetiam diretamente seus subprojetos à Unidade Técnica (UT) sem passar pelos conselhos evitando dessa

---

<sup>65</sup> Criado sob o Decreto nº 78.299, de 23/08/1976 durante o governo de Ernesto Geisel, o Projeto Sertanejo, de acordo com o art. 1º tinha como finalidade fortalecer a economia das unidades de produção agropecuária, sobretudo pequenas e médias, do semi-árido nordestino, tornando-as mais resistentes aos efeitos das secas, a partir de núcleos de prestação de serviços e de assistência técnica, previamente selecionada. No seu art. 2º determina a área de prioritária do Programa compreendendo a superfície mais afetada periodicamente pelas secas nos sertões dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (BRASIL, 1976, p.11.239).

forma qualquer processo de discriminação política; ii) Fundo Municipal de Apoio Comunitário – neste, os subprojetos seriam identificados e preparados por intermédio das comunidades rurais para apresentação ao Conselho Municipal de Apoio Comunitário (CMAC), no caso, o Conselho Comunitário do São José (CCSJ), o qual após a análise das prioridades locais e seleção, os encaminharia para a UT. A última entrega seria por meio de uma variante do Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC). Fumac-p (projeto piloto), diferentemente, pois nele as atribuições de administração dos recursos das CCSJ resultam de convênio entre a UT e CCJS com interferência ou não da Prefeitura Municipal. É importante destacar que os recursos destinados aos subprojetos compõem-se de financiamentos não reembolsáveis para as comunidades carentes repassados por organizações legalmente constituídas.

Passado esse intervalo de tempo, isto é, com o fim do acordo, foi realizado um novo contrato de empréstimo entre o Governo do Estado e o Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em fevereiro de 2002, dando início ao que se passou a denominar PSJ II. Seu objetivo era melhorar a qualidade de vida das famílias rurais através de financiamentos não reembolsáveis, pequenos investimentos e empreendimentos de infraestrutura (eletrificação rural, abastecimento de água, sistemas comunitários), produtivos (mecanização agrícola), habitação rural em áreas de assentamentos e sociais, denominados Projetos Comunitários, selecionados e solicitados por grupo de família das comunidades carentes, através de suas organizações comunitárias locais, denominadas Entidades Representativas (ERB'S), tais como Associações, clube de mães, de jovens, dentre outros. Segundo os dados da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Estado do Ceará, desde o início do PSJ até o ano de 2005 foram liberados 1.417 projetos, os quais beneficiaram 89.017 famílias, totalizando R\$ 123, 6 milhões (KHAN *et al.*, 2006, p. 9).

De acordo com Jara (1998, pp. 11-12), o desafio em combater a pobreza rural exige esforços públicos integrados e amplas parcerias do Estado com a sociedade, que atendam a critérios de democracia política, equidade social, eficiência econômica, conservação ambiental e respeito à diversidade cultural.

O total dos recursos orçados pelas fontes financiadoras para o projeto São José II por categoria de inversão foi: US\$ 37.500.000,00 do BIRD e US\$ 12.000.000,00 do Governo Estadual. Em razão de atraso na liberação da contrapartida dos recursos pelo Governo do Estado, parte dos recursos não foi aplicada no tempo previsto. Sendo assim, o PSJ II foi prorrogado para junho de 2005.

Quando se analisa a distribuição dos projetos no período 2002 a 2004, observa-se a predominância dos subprojetos de abastecimento de água (75,6%) seguidos dos subprojetos de mecanização (18,5%) e por último os subprojetos de eletrificação (5,9%). De forma similar, os subprojetos de abastecimento de água beneficiaram maior número de famílias e obtiveram maiores financiamentos. É importante salientar que esse elevado percentual do sistema de abastecimento demonstra a preocupação do Estado com os problemas advindos com os estios (KHAN *et al.*, 2007, pp.3-4).

A fim de dar continuidade a essa política pública, em 2012 o Estado do Ceará efetuou uma chamada pública ao divulgar o edital de nº 002 /2012, de 20/12/2012, estabelecendo o início e o término para recebimento de interesses para novas demandas (02/01/2013 até 20/02/2013).O objetivo era apoiar a implantação de projetos comunitários de inclusão econômica que contribuíssem para a inserção produtiva ou avanço da participação dos agricultores familiares nos segmentos de maior agregação de valor nas cadeias produtivas da apicultura, ovinocaprinocultura, piscicultura e da produção agrícola familiar, com aporte de tecnologia, inclusive irrigação, contribuindo para que fossem sustentáveis e alcançassem novos patamares tecnológicos e de qualidade da produção para que a terceira fase ou PSJ III<sup>66</sup> pudesse ser iniciada. Passado o período da chamada pública e ao enveredar em 2013, o Executivo cearense lançou um novo edital nº 001/2013, porém muito similar ao anterior. Todavia, o grande diferencial no PSJ ainda estava por vir, com uma nova roupagem: os movimentos sociais, por exemplo, a FETRAECE, por acreditarem que estavam em desvantagem em ser contemplados pelos editais anteriores. O Executivo decidiu que nessa nova etapa do PSJ III não mais abriria edital, as demandas partiriam dos próprios trabalhadores rurais dos movimentos sociais em elaborar de forma prévia um plano de negócios com duração máxima de três meses, desde a negociação até o fechamento do plano. Isto, de modo similar, aconteceu na Bolívia e no Equador, que deliberam e implantam a sua atividade econômica com base em suas aptidões, não esquecendo a relevância da sustentabilidade do empreendimento.

No âmbito do subprojeto de infraestrutura ligado à questão hídrica, o Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário (SAAES) do Projeto, observa-se a implantação dos Sistemas de Reuso de Águas Cinzas<sup>67</sup> para a produção de alimentos, de modo que as primeiras comunidades rurais beneficiárias foram nos municípios de Cascavel, Itatira e Piquet Carneiro, totalizando 15 famílias para o primeiro momento e outras 70, de 14 comunidades, trazendo a possibilidade de utilizar a água que antes era desperdiçada para a manutenção da segurança alimentar. De forma geral o PSJ III apoia os trabalhadores rurais e grupos comunitários através de suas associações representativas, perfilando os caminhos da geração de emprego e renda no campo em municípios do Ceará, computando valores

---

<sup>66</sup> As informações referentes ao edital e ao período de envio de novas demandas foram obtidas na Unidade de Gerenciamento de Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (UGP – Projeto São José III) (UGP – PSJ III) em 01/08/2016.

<sup>67</sup>As águas cinzas são aquelas provenientes dos lavatórios, chuveiros, tanques e máquinas de lavar roupa e louça. Todavia ainda não existe um conceito formal em nível internacional sobre essa qualidade de águas. Em edificações da zona urbana ou rural seu emprego é aceitável, desde que não sejam usadas para lavar alimentos, por exemplo, verduras, frutas, consumo direto e higiene pessoal (FIORI *et al.*, 2006, p.21).

monetários superiores à marca de US\$ 150 milhões (SANTIAGO *et al.*, 2015, p. 43). Para essa nova etapa do São José, que incorpora gestão, operacionalidade e execução dos subprojetos, foi priorizada a capacitação de técnicos, inicialmente subordinados à DAS. Posteriormente, aqueles subprojetos executados pela Unidade de Gerenciamento de Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (UGP – Projeto São José III), interligando o sistema de abastecimento de água com o reuso da água, demonstrou a preocupação do Estado em atender boa parte dos anseios dos trabalhadores rurais nessa época de estio prolongado

Outra novidade, ou acréscimo técnico do PSJ III, veio no campo jurídico, com a publicação do Decreto nº 30.820, em 01/02/2012, que cria a UGP - PSJ III. O parágrafo único do art. 2º determina que a UGP tenha prazo de funcionamento necessário à execução das tarefas que lhe sejam atribuídas. De acordo com o art. 4º, compete à UGP:

I – executar o Programa em conformidades com os termos contratuais; II – planejar, coordenar, supervisionar e avaliar, técnica e financeiramente, a execução do Programa em seus diferentes níveis de atuação; III – executar a gestão técnica, administrativa e financeira do Programa nos aspectos de planejamento, coordenação, supervisão, monitoramento e avaliação das atividades programadas; IV – apresentar os planos operacionais de execução; V – apresentar os processos de licitação a ser encaminhados à Central de Licitações (CL) do Estado (CEARÁ, 2012, p. 1).

No art. 9º, a UGP contará com equipe técnica para o desempenho das funções de Supervisão de Inclusão Econômica, de Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário Simplificado (SAESS) e de Fortalecimento Institucional e Apoio à Gestão, Assessoria de Tecnologia da Informação, Jurídica, de Planejamento, de Gestão Social, de Gestão Ambiental e Supervisão das Unidades de Gestão Territorial. Dentre as atribuições do Supervisor do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário Simplificado estabelecidas no art. 11º, verifica-se:

I – preparar elementos para subsidiar a elaboração de material de divulgação do Componente de SAESS, para os potenciais beneficiários, considerando não apenas os moradores das áreas rurais, mas também as instituições que, em nome dos beneficiários, tiveram condições de apresentar demandas para o atendimento; V – buscar interação com as entidades parceiras para que as ações do PSJ III possam ser complementadas adequadamente e tenham maior sustentabilidade; VII – acompanhar e manter registros atualizados das obras e serviços relacionados ao Abastecimento Hídrico e ao Saneamento Básico que vierem a ser apoiados pelo Projeto (CEARÁ, 2012, pp. 2-3).

E mais:

[...] a ampliação de ações do PSJ III autoriza a assinatura de novos convênios para a execução de 105 projetos produtivos agrícolas em apoio a empreendimentos de 1.421 famílias, em 66 municípios<sup>68</sup> – incluindo comunidades indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária para o cultivo de alimentos sem uso de agrotóxico, em respeito à saúde e ao meio ambiente. Esses novos investimentos serão de R\$ 27 milhões e se somam a outros US\$ 150 milhões que serão aplicados em 507 empreendimentos rurais, com a contrapartida de 33% em recursos do Tesouro do Estado e empréstimos do Banco Mundial, por meio da cooperação técnica do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). O PSJ III tem como instituições parceiras a EMATERCE, a Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA) e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) (TEIXEIRA, 2016, p.3).

Portanto, é com base em todas essas informações expostas sobre o PSJ, desde a sua criação até o referido momento, perfilando pela sua estruturação, condução e parceria entre o BM e o Executivo cearense, que o estudo adentrará no município de Crato, reportando a importância do Projeto em melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, tendo como foco os subprojetos produtivos e de infraestrutura.

### **3.1.1 Subprojeto produtivo: Mecanização Agrícola**

A introdução da mecanização agrícola no PSJ foi um meio encontrado pelos técnicos da SDA de conduzir a modernidade até os beneficiários do Projeto, uma vez que a maioria dos trabalhadores rurais do Ceará é de natureza familiar e, nesse contexto, a nova tecnologia configurada pelo uso do trator e seus implementos para o campo implica arranjos produtivos entre Estado, mercado, complexidade social e divisão social do Trabalho (DOMINGOS, 2007, p. 128).

A pouca ou nenhuma incorporação de mecanização agrícola à prática da agricultura são fatores que explicam a pouca produção e a baixa produtividade (MAFAVISSE; CLEMENTE, 2012, p. 2). Não diferentemente das três últimas décadas, a aquisição de máquinas e equipamentos por parte dos trabalhadores rurais do Crato é, de certa forma, prejudicada pela restrição orçamentária e grau de pobreza, de acordo com Machado *et al.* (2010, pp. 18, 64): “embora desejável, traz riscos econômicos, ambientais e de segurança

---

<sup>68</sup> Dentre esses municípios contemplados pelo PSJ III, situados no Sul do Estado, há apenas dois: Crato e Jardim.

peçoal (risco de acidentes), pois os trabalhadores não vêm sendo preparados para a racional utilização”. Ao apontar o caso específico do trator a ser usado na agricultura familiar, o autor recomenda que sua escolha “deve estar acima de 500h/ano assim seus custos, principalmente de aquisição e manutenção, serão minimizados.

De maneira mais detalhada, a capacidade do trator divide-se em capacidade de operação (subdividida em reserva de torque, autonomia do tanque de combustível, sistema hidráulico de controle remoto, raio de giro e capacidade de levante do sistema de engate de três pontos) e capacidade de tração (MACHADO *et al.*, 2010, p.65).

Em Crato, essas e outras informações acerca das características e peculiaridades desse tipo de veículo de tração mecânica, tão útil na redução de tarefas efetuadas pelos trabalhadores rurais, desde o plantio até a colheita de uma determinada cultura, são obtidas na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STRR), na própria EMATERCE do Município e durante o evento da EXPOCRATO, onde há várias marcas e modelos trazendo o que há de mais moderno nesse setor. É importante frisar que acoplado aos tratores destinados às famílias beneficiárias do PSJ em Crato, também são vistos e utilizados na produção os reboques, grades e arados. Conforme Ceará (2009, pp. 37-38), os beneficiários do São José obtiveram uma renda média de R\$ 980,60 em relação ao que ganhariam caso não participassem do projeto. De posse da maquinaria junto com seus implementos, as comunidades beneficiárias conseguiram auferir uma renda extra para suas associações através do aluguel dos equipamentos para as comunidades próximas. No entanto, essa afirmação somente é válida quando há uma boa organização e critério de utilização do material alugado. De algum modo, a mecanização agrícola contribui no combate à pobreza dos trabalhadores rurais de Crato e mostra que esse subprojeto produtivo, oriundo de uma política pública, cumpre sua função social.

No Quadro 1 pode-se observar o número de comunidades beneficiadas pelo uso do trator. A comunidade de Minguiriba teve mais famílias beneficiárias, totalizando 122 para um universo de 419, que, em termos relativos, representa 29,12%. Essa informação implica que a vinda da maquinaria a Minguiriba vai ao encontro do propósito do PSJ, que é atingir o máximo possível de trabalhadores rurais para a geração de emprego e renda no campo. Por analogia, também fortalece suas respectivas associações, seja com o aluguel da maquinaria ou mesmo com o financiamento de cursos ligados à agricultura e pecuária.

Quadro 1 – Distribuição absoluta e relativa das famílias beneficiárias pelo PSJ em Crato, consoante a aquisição de mecanização agrícola de 1995/2010.

Ano	Comunidade	Ass.	Objeto	Fam.	%	Valor Total	%
1995	D.Quintino	A	trator com implementos	48	11,46	42.042,00	16,83
1997	L. do Faustino	B	trator com implementos	85	20,29	45.343,86	18,15
1997	Palm.dos Vilar	C	trator com implementos	71	16,95	38.159,90	15,27
2000	Minguiriba	D	trator com implementos	122	29,12	54.016,80	21,62
2010	Santa Rosa	E	trator com implementos	93	22,20	70.312,42	28,14
<b>Total</b>	-	-	-	<b>419</b>	<b>100,00</b>	<b>249.874,98</b>	<b>100,00</b>

Onde: A – Associação de Desenvolvimento Comunitário D. Quintino; B – Associação Comunitária Antônio Lima; C – Sociedade Comunitária Rural do Sítio Palmeirinha dos Vilar; D – Sociedade Comunitária Rural do Sítio Minguiriba e Adjacências; E- Associação dos Agricultores e Moradores do Distrito de Santa Rosa. Fam. – Famílias

Fonte: Adaptação dos valores fornecidos pela UGP – PSJ III em 09/08/2016.

Em relação à questão monetária, a comunidade rural de Santa Rosa teve o maior valor, com R\$ 70.312,42, ao beneficiar 93 famílias, seguida por Minguiriba, com aproximadamente R\$ 54.000,00. Essa diferença de mais de R\$ 20.000,00 explica-se, principalmente, pela conjuntura econômica influenciada pelas variáveis macroeconômicas, por exemplo, taxa de câmbio, inflação de custo/demanda, consumo, dentre outras. Vale salientar que os valores citados anteriormente estão em épocas e governos distintos (Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva).

Outra observação relevante desde o início do PSJ, em 1995, até 2016, é que somente houve aquisição da mecanização agrícola até o ano de 2010, decorrente, entre outros fatores, da pouca demanda das comunidades rurais para submissão do projeto. Esse fato deve-se, em parte, à ação do corpo técnico da ACB junto aos trabalhadores rurais de



Crato, ao demonstrar o impacto negativo no meio ambiente provocado pelo uso do trator ao compactar o solo, a reprovação de projetos e a ausência ou pouca consistência em demonstrar a sustentabilidade do empreendimento unindo homem e máquina.

### 3.1.2 Subprojeto de infraestrutura: eletrificação rural e abastecimento de água

A introdução da eletrificação rural personifica o Estado como agente regulador, jurídico e protagonista em elevar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais (SOUZA, 2017, pp. 113, 114). Daí a importância ao acesso e execução de uma política pública voltada à eletrificação rural, por ser relevante no combate à pobreza no campo.

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente situadas nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e, sobretudo, entre as de mais baixa renda. Cerca de 90% delas têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural. O objetivo do governo é utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico junto às comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e o aumento da renda familiar (SOUZA; ANJOS, 2007, p. 44). No município de Crato, esse Índice, durante os anos de 1991/2000/2010, foi de 0,444; 0,577 e 0,713, respectivamente, disponibilizado pelo IBGE<sup>69</sup> em 2016, e apontam para uma melhoria na qualidade de vida dos cratenses de aproximadamente de 61%.<sup>70</sup> Embora não se tenha como quantificar o percentual das ações das políticas públicas no combate à pobreza e desigualdade social nesses valores, é relevante citar a sua presença nesse município. Para Blanchet (2015, p. 141) a energia é utilizada direta e indiretamente para os seres humanos e suas tarifas<sup>71</sup> são frequentemente manipuladas para fins eleitorais ou como instrumento de

<sup>69</sup> Para obter essa e outras informações ver IBGE. **Cidade @** através do site: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230420&idtema=118&search=ceara|crato|C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->>>. Acesso em: 13 set.2017.

<sup>70</sup> Esse saldo positivo não necessariamente implica dizer que o município de Crato não necessita mais de políticas públicas. Pelo contrário, necessita muito, pois na formação desse percentual do IDH há uma participação direta do Estado na área social através das políticas públicas no meio urbano e rural. De outra forma, mas não contraditória, Kepple (2014, p.6) acredita que a construção do valor 0,713 somente foi possível devido à interligação de ações simultâneas coordenadas pela Agenda da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o PFZ e o CONSEA com a implementação de políticas públicas de combate à pobreza e do fenômeno da produção agrícola incentivadas para a agricultura familiar.

<sup>71</sup> A tarifa como unidade pela qual se deve multiplicar o volume de serviço público usufruído em cada período de faturamento, resulta da conjunção, ou soma, dos chamados custos gerenciáveis e não gerenciáveis. Os custos gerenciáveis derivam-se dos custos envolvidos na execução, pelos concessionários de suas próprias incumbências, dos valores decorrentes da cota de depreciação e também dos valores resultantes da amortização dos investimentos feitos inicialmente pelo concessionário para implantação da atividade e, igualmente, por todos aqueles que durante a vigência do contrato de concessão far-se-ão necessário. Podem, como se vê estes custos, servir como instrumento não somente para obter a adequação na prestação do serviço (objeto do art. 6º

disputas por poder, sem sustentação jurídica absolutamente nenhuma. Basta uma rápida e mesmo desatenta leitura apenas do preâmbulo da Constituição, para que pessoas sem vocação para o exercício de funções públicas percebam que o Estado é criado pelo povo, portanto, para servir aos cidadãos que integram esse povo

Pensando nisso, o PSJ I liberou para várias famílias da zona rural do Crato esse tipo de eletrificação, como pode ser visto por meio do Quadro 2, beneficiando mais de 1000 famílias, sobressaindo dentre as comunidades o Sítio Olho D'água, com a Associação que leva o seu nome contemplando 189 famílias. Esse contingente populacional foi atingido devido à liberação do subprojeto de eletrificação rural ter sido efetuado em duas etapas. Para a primeira foram contempladas 160 famílias e 29 famílias na segunda, o que corresponde a 17,07% de toda a amostra. Diferentemente de períodos anteriores, a partir de 2003, no PSJ II, no que diz respeito à eletrificação rural, firmou-se um convênio entre os Executivos estadual e federal por meio do Programa Luz para Todos, a fim de levar energia elétrica às famílias dos trabalhadores rurais que sofriam com a privação desse bem, independentemente se a comunidade estava próxima ou distante da urbe.

Sendo assim, e verificando o Quadro 2, pode-se afirmar que a comunidade de Bebida Nova foi a única inserida nesse cenário, mesmo não apontando a quantidade de famílias beneficiárias. O resultado da parceria Projeto São José/Luz para Todos foi um sucesso, pois atendeu 100% das famílias da comunidade. O subprojeto foi dividido em duas etapas, sendo que, na primeira, a energia elétrica supriu a demanda somente da parte de baixo de Bebida Nova. Posteriormente, com a ampliação do subprojeto provocada em parte pelo retorno de antigos trabalhadores rurais vindos de São Paulo, Fortaleza e da Bahia, o restante da comunidade foi atendido.

---

da Lei 8.987/95), mas também, e principalmente, para que o concessionário imbuído de efetivo empreendedorismo aprimore a sua eficiência. O valor cobrado dos usuários do serviço de energia elétrica é constituído em 25% pelos custos gerenciáveis pelo concessionário. Não é difícil deduzir que a eficiência do concessionário é de elevada importância para o custo final da energia (BLANCHET, 2015, p.146).

Quadro 2 – Distribuição absoluta e relativa das famílias beneficiárias do PSJ em Crato, consoante a aquisição da eletrificação do tipo rural de 1995/2005.

Ano	Comunidade	Associação	Família	%	Valor Total	%
1995	Assent.10 De Abril	A	7	0,63	1.666,95	0,21
1995	Baixio Do Muquem	B	10	0,90	1.774,29	0,23
1995	Com. Sítio Coqueiro	C	17	1,54	12.423,94	1,59
1995	Cruzeiro	D	7	0,63	5.948,72	0,76
1995	Oitis	E	31	2,80	8.420,35	1,08
1995	SítioBarreiras	F	52	4,70	39.131,62	5,01
1995	SítioOlho D'Água	G	189	17,07	51.077,62	6,54
1995	Sítio Boa Vista	H	7	0,63	5.801,25	0,74
1995	Sítio Chapada	I	79	7,14	41.266,87	5,28
1995	Vila Guilherme	J	14	1,26	9.401,44	1,20
1995	Vila Padre Cicero	L	7	0,63	2.527,69	0,32
1997	Altos	M	51	4,61	38.310,98	4,90
1997	Pai Mané	N	43	3,88	33.810,54	4,33
1998	Arrodiador	O	64	5,78	48.179,63	6,17
1998	St.Catingueira	P	53	4,79	33.214,91	4,25
1998	Ip. Palha	Q	63	5,69	33.594,37	4,30
1998	Vila Nova	R	71	6,41	44.446,15	5,69
1998	St. Correntinho	S	40	3,61	22.221,73	2,85
1998	Sítio Serrinha	T	54	4,88	46.627,96	5,97
1998	St. B. Maracujá	U	67	6,05	57.533,22	7,37
1998	Sítio Tabocas	V	78	7,05	53.718,73	6,88
1998	St.C. Gonçalves	X	69	6,23	56.665,59	7,25
1998	St. Mont. I, II	Z	34	3,07	26.114,02	3,34
2005	Bebida Nova	W	ND	-	107.189,01	13,72
<b>Total</b>	-	-	<b>1.107</b>	<b>100,00</b>	<b>781.067,58</b>	<b>100,00</b>

Onde: A – Associação dos Produtores Rurais do Assentamento 10 de abril; B – Associação Central Rural Municipal do Crato; C – Ass. Moradores Sítio Coqueiro; D – Ass. Com. Sítio Vila Nova; E -Ass. Central Rural Munic. Do Crato; F- Ass. Do St. Barreiras; G -Ass. Morad. Dos St. Olho D'Água; H -Ass. Morad. Sítio Boa Vista; I - Ass. Rural Baixio Das Palmeiras; J - Ass. Com. Vila Guilherme; L - Ass. Com. Vila Pe. Cicero; M - Associação Comunitária do Sítio Altos; N - Associação de Moradores do Sítio Pai Mané; O - Associação dos Moradores dos Sítios Boqueirão e Arrodiador; P - Associação Comunitária do Sítio Catingueira; Q - Associação Comunitária A União faz a Força do St. Ipueira da Palha; R - Associação Comunitária do Sítio Vila Nova; S - Associação Comunitária do Sítio Correntinho; T - Associação dos Moradores Rurais do Sítio Serrinha; U - Associação Comunitária do Sítio Baixa do Maracujá; V - Associação Comunitária da Comunidade de Tabocas; X- Associação Comunitária São Judas Tadeu da Cachoeira dos Gonçalves; Z - Associação Comunitária do Sítio Monteiro; W - Associação dos Moradores dos St. B. Nova e Corujas Dist. Do Lameiro; Nd- não divulgado.

Fonte: Adaptação dos dados fornecidos pela UGP – PSJ III em 10/08/2016.

### Sobre o Programa Luz para Todos:

[...] através de decreto nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, sinteticamente chamado de “Programa Luz para Todos”, através do qual estabelece como meta o fim da exclusão elétrica no país, tendo por objetivo levar este recurso para mais de 12 milhões de pessoas até o ano de 2008. O programa está orçado em R\$ 7 bilhões e está sendo desencadeado sob a égide de parcerias com as distribuidoras de energia e os Governos Estaduais. O Governo Federal destina 5,3 bilhões ao programa, sendo o restante partilhado entre governos estaduais e agentes do setor (SOUZA; ANJOS, 2007, p. 44).

Dentre todos os artigos observados no decreto nº 4.873, o estudo enfatiza os artigos 1º e 5º. O primeiro, por ficar instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “LUZ PARA TODOS”, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possuía acesso a esse serviço público.

Art. 5º - O Programa “LUZ PARA TODOS” observará as seguintes prioridades: I - projetos em Municípios com índice de atendimento inferior a oitenta e cinco por cento, segundo dados do Censo 2000; II - projetos de eletrificação rural que beneficiem populações atingidas por barragens, cuja responsabilidade não esteja definida para o executor do empreendimento; III - projetos de eletrificação rural que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado; IV - projetos de eletrificação rural em escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água; V - projetos de eletrificação rural que visem atender assentamentos rurais; e VI - projetos de eletrificação para o desenvolvimento da agricultura familiar (BRASIL, 2003, p. 130).

Em relação ao abastecimento de água do PSJ, sua estrutura é composta por poço, adutora, reservatório, rede de distribuição com ligações prediais atreladas a hidrômetros, dentre outros mais. Sua adoção e expansão em comunidades rurais teve como pressuposto a evolução e difusão da gestão em recursos hídricos, que, consoante Vargas (1999, pp. 115-116), começa na primeira metade do século XIX. Esses recursos passam a ser compartilhados pela aceleração da urbanização no Ocidente em cidades e vilas de forma exponencial, todavia levando em conta a questão da saúde e do modo de produção, desencadeando uma técnica progressiva de infraestrutura. Essa ação sanitária, na visão de Ferreira e Pantaleão (2012, p. 1279), assume

[...] importância essencial para diversos fins, sejam eles industriais, ou domésticos, este último considerado como mais nobre e prioritário, buscando garantir pós

tratamento que a água captada do meio ambiente atenda às necessidades humanas isenta de qualquer tipo de poluição ou contaminação.

No ordenamento jurídico, o sistema de abastecimento de água é garantido por força da Portaria nº 2.914, de 12/12/2011, que em seus capítulos e artigos aponta as responsabilidades, procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano, bem como seu padrão de potabilidade. Sendo assim, conforme o art. 26,

compete ao responsável pela operação do sistema de abastecimento de água para o consumo humano notificar a autoridade de saúde pública e informar à respectiva entidade reguladora e à população, identificando períodos e locais, sempre que houver: I - situações de emergência com potencial para atingir a segurança de pessoas e bens; II - interrupção, pressão negativa ou intermitência no sistema de abastecimento; III - necessidade de realizar operação programada na rede de distribuição, que possa submeter trechos a pressão negativa; IV - modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas de abastecimento; e V - situações que possam oferecer risco à saúde.

Quanto ao padrão de potabilidade da água, conforme o art. 29: “Recomenda-se a inclusão de monitoramento de vírus entéricos no(s) ponto(s) de captação de água proveniente(s) de manancial(is) superficial(is) de abastecimento, com o objetivo de subsidiar estudos de avaliação de risco microbiológico” (BRASIL, 2011, pp.40-41).

Assim, os beneficiários do sistema de abastecimento de água adotado pelo PSJ nas comunidades rurais do município de Crato têm consciência dos argumentos e tomam medidas possíveis, a fim de evitar o desperdício de água, isto é, falhas ou perdas econômicas decorrentes de ligações clandestinas e vazamentos no sistema. O entendimento básico considera perdas no sistema de abastecimento, conforme Garcia *et al* (2013, p. 1), a diferença entre o volume de água tratada, colocado à disposição para distribuição, e o volume medido nos hidrômetros dos consumidores finais, em um determinado período de tempo. Essas perdas no sistema de abastecimento de água exigem ações constantes, a maior parte delas ligadas à operação e à manutenção do sistema. Uma redução e controle das mesmas, com eficiência e qualidade, tornam-se indispensáveis para um bom funcionamento do sistema. Perdas no sistema dividem-se em reais e aparentes (físicas e não físicas). As perdas reais estão relacionadas aos vazamentos no sistema, enquanto as perdas aparentes originam-se de ligações clandestinas ou não cadastradas.

Para Negrisolli (2009, pp. 1-2), as perdas não físicas estão relacionadas ao processo comercial da água, ou seja, ao consumo da população, e podem ter erros na macro e

micromedição, falhas no cadastramento dos usuários das companhias, ligações clandestinas, fraudes, enfim, eventos que fazem com que os volumes efetivamente consumidos não sejam faturados. A perda física está relacionada aos volumes de água perdidos ao longo do processo de captação, adução, tratamento, reserva e distribuição, ou seja, todo o processo operacional de transformar a água bruta em água tratada, própria para o consumo e entrega ao consumidor.

Nesse contexto, e com base nos dados apresentados no Quadro 3, indica-se que foram beneficiadas quarenta e uma comunidades rurais pelo PSJ, das quais cinco merecem uma análise mais detalhada, seguindo uma ordem cronológica. A primeira comunidade do Quadro 3, representada pela Associação Comunitária do Romualdo, destaca-se não apenas pela grande quantidade de famílias contempladas pelo PSJ de 279, mas também pelo valor mais expressivo de R\$ 503.310,97, isto é, o equivalente à soma de R\$ 89.101,27 e R\$ 414.209,70. Em valores relativos, tem-se 10,58% de R\$ 4.758.728,10. Porém, em 2000, o dispêndio financeiro de R\$ 89.101,27 não atingiu a meta por completo, pois foram cavados dois poços profundos, sendo que somente um obteve água. Daí a explicação dos R\$ 89.101,27 vindos do BIRD não terem atingido sua função social frente os moradores do Romualdo. Somente em 2012 a comunidade conseguiu a liberação de R\$ 414.209,70 para a instalação e conclusão do abastecimento de água para 167 famílias do Romualdo.

Quadro 3 – Distribuição absoluta e relativa das famílias beneficiárias do PSJ em Crato, conforme o subprojeto de abastecimento de água de 1998/2012.

Ano	Comunidade	Ass.	Família	%	Valor Total	%
1998	St. M.Alverne	A	48	1,02	28.709,09	0,60
1999	Jaburu	B	50	1,06	26.200,25	0,55
1999	O.Dág.Almécegas	C	57	1,21	47.256,5	0,99
2000	Sítio Boa Vista	D	59	1,26	24.686,2	0,52
2000	Sítio Serraria	E	82	1,75	33.254,51	0,70
2000	S.CdoS.Calange	F	47	1,00	43.415,29	0,91
2000	Sítio Currais	G	55	1,17	69.680,07	1,46
2000	Vila Malhada	H	145	3,09	86.497,23	1,82
2000	B.Palmeiras	I	90	1,92	89.593,08	1,88
<b>2000</b>	<b>Sítio Romualdo</b>	<b>J</b>	<b>112</b>	<b>2,39</b>	<b>89.101,27</b>	<b>1,87</b>
2001	Baixio	L	58	1,24	78.017,25	1,64
2001	Guaribas	M	82	1,75	111.882,61	2,35
2001	Monte Alegre	N	69	1,47	99.507,31	2,09
2001	Palmeirinha dos Brito	O	152	3,24	104.860,37	2,20
2001	Palmeirinha I	P	98	2,09	114.563,01	2,41
2001	Sítio Alegre	Q	66	1,41	96.352,44	2,02

Quadro 3 – Cont.						
Ano	Comunidade	Ass.	Família	%	Valor Total	%
<b>2001</b>	<b>Sítio Belorizonte</b>	<b>R</b>	<b>50</b>	<b>1,06</b>	<b>76.705,30</b>	<b>1,61</b>
2001	Sítio Cafundó	S	55	1,17	70.565,13	1,48
2001	Sítio Juá	T	123	2,62	103.926,98	2,18
2001	Sítio Lagoinha	U	50	1,06	77.771,34	1,63
2001	Sítio Riacho Fundo	V	93	1,98	97.323,02	2,05
2001	Sítio Valentim	X	73	1,55	104.619,33	2,20
2002	Sítio Sto. Antônio	Z	50	1,06	114.475,64	2,41
2003	Sítio Páscoa	W	89	1,90	114.487,50	2,41
2003	Sítio Serrinha	@	56	1,19	114.734,40	2,41
2004	Palmeirinha dos Vilar	#	175	3,73	114.692,57	2,41
2004	Sítio São José	&	82	1,75	102.625,75	2,16
2005	Boa Vista	D	55	1,17	114.990,12	2,42
2006	Baixio do São Jose	Λ	149	3,17	111.704,89	2,35
2006	Sítio Brea	Δ	82	1,75	86.605,34	1,82
2006	Sítio Currais de Baixo	A	69	1,47	79.821,74	1,68
2006	Sítio Genipapo	≤	148	3,15	114.965,62	2,42
<b>2006</b>	<b>Vila Guilherme</b>	<b>¶</b>	<b>126</b>	<b>2,68</b>	<b>189.114,49</b>	<b>3,97</b>
2006	Vila São Francisco	∞	50	1,06	114.966,00	2,42
2007	Palmeirinha dos Vilar	#	148	3,15	64.318,99	1,35
2007	Sítio Cachoeira dos Gonçalves	γ	70	1,49	79.948,30	1,68
2007	Sítio Rodeador	β	67	1,43	91.946,84	1,93
2007	Vila São Francisco	→	421	8,97	79.997,43	1,68
2007	Vila São Bento Teotônio	↑	111	2,36	85.964,13	1,81
2008	Assentamento 10 de Abril	↓	62	1,32	118.361,84	2,49
2008	Sítio Currais de Baixo	A	69	1,47	49.150,20	1,03
<b>2008</b>	<b>Sítio São Vicente</b>	<b>Ω</b>	<b>72</b>	<b>1,53</b>	<b>130.474,33</b>	<b>2,74</b>
2009	Sítio Brea	Δ	155	3,30	69.899,90	1,47
<b>2010</b>	<b>Baixa do Maracujá</b>	<b>©</b>	<b>245</b>	<b>5,22</b>	<b>82.544,99</b>	<b>1,73</b>
<b>2010</b>	<b>Baixa do Maracujá</b>	<b>©</b>	<b>95</b>	<b>2,02</b>	<b>242.072,94</b>	<b>5,09</b>
2010	Vila São Bento Teotônio	↑	117	2,49	58.836,32	1,24
2011	Umburana	Φ	52	1,11	143.330,53	3,01
<b>2012</b>	<b>Romualdo</b>	<b>J</b>	<b>167</b>	<b>3,56</b>	<b>414.209,70</b>	<b>8,70</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4696</b>	<b>100,00</b>	<b>4.758.728,10</b>	<b>100,00</b>

Onde A- Associação de Desenvolvimento e Produção do Distrito de Monte Alverne; B - Associação Rural do Sítio Jaburu; C- Associação dos Moradores dos Sítios Olho D'água e Almécegas; D- Associação dos Moradores do Sítio Boa Vista; E - Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais da Comunidade Serraria; F- Associação Comunitária do Sítio Chapada de Seu Calange; G- Associação Comunitária Rural do Sítio Currais; H- Associação Comunitária Padre Frederico; I Associação Rural do Baixio das Palmeiras; J – Associação Comunitária do Romualdo; L - Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Baixio Verde; M - Associação Prol Desenvolvimento de Guaribas; N - Associação de Moradores do Sítio Monte Alegre; O - Associação de Famílias do Sítio Palmeirinha dos Brito; P - Associação Prol Desenvolvimento Rural da Palmeirinha; Q- Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Alegre; R - Associação Comunitária do Sítio Belorizonte; S - Associação Comunitária do Sítio Cafundó; T - Associação Comunitária de Sítio Juá; U - Associação Pro Desenvolvimento Rural do Sítio Lagoinha; V - Associação dos Pequenos Agricultores de Riacho Fundo; X - Associação Comunitária Afonsina Evangelista Bilhar; Z - Associação Comunitária do Sítio

Santo Antônio; W - Associação Comunitária do Sítio Páscoa; @ - Associação dos Moradores Rurais do Sítio Serrinha; # - Sociedade Comunitária Rural do St. Palmeirinha D.Vilar; & - Associação de Moradores do Sítio Alto São José; λ - Associação dos Moradores do Sítio Baxio São José do Distrito Muriti; Δ - Associação Rural de Pequenos Produtores Agrícolas do Sítio Brea; α - Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Currais de Baixo; ≤ - Associação Comunitária do Sítio Genipapo; ¶ - Associação Comunitária Vila Guilherme; ∞ - Associação Comunitária dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Vila São Francisco e St. Quebra; γ - Associação Comunitária São Judas Tadeu da Cachoeira dos Gonçalves; β - Associação dos Moradores do Sítio Rodeador; → - Associação Pro Desenvolvimento da Vila São Francisco; ↑ - Associação Pro-Melhoramento do Bairro São Bento; ↓ - Associação de Produtores Rurais do Assentamento 10 de Abril; Ω - Associação Comunitária do Sítio São Vicente Adjacência; Δ - Associação Rural de Pequenos Produtores Agrícolas do Sítio Brea; © - Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Baixa do Maracujá; Φ - Associação Comunitária Nossa Senhora da Assunção.

Fonte: Adaptação dos dados fornecidos pela UGP – PSJ III em 10/08/2016.

O problema que envolve o sistema de abastecimento de água para sua conclusão e operacionalidade ainda requer a implantação de outro projeto de eletrificação da Companhia de Eletricidade do Ceará (COELCE), a fim de ligar a bomba que se encontra na nascente, no sopé da Chapada do Araripe, para elevar a água até o reservatório e, posteriormente, distribuí-la para as famílias contempladas. Em outras palavras, não há água nas torneiras das residências vinda desse subprojeto, no entanto, as águas consumidas pelos moradores do Romualdo não são de poço profundo, mas de outra nascente.

O Projeto São José visa combater a pobreza rural. No entanto, o Sítio Belorizonte, observado no Quadro 3, encontra-se na zona urbana e foi inserido no projeto. A resposta tem como explicação a Lei Municipal nº 2.590/2009, que faz referência ao parcelamento, uso e ocupação do solo da cidade do Crato,<sup>72</sup> pela qual o Sítio Belorizonte deixou de ser zona rural e passou a compor a zona urbana do Município. Assim, explica-se a sua inclusão no PSJ. Dessa forma e por trás dos números explícitos no Quadro 3, há uma história de luta ao acesso à terra pelos integrantes do Sítio Belorizonte, uma vez que essa faixa de terra pertencia apenas a um proprietário. Foi firmado um acordo entre o proprietário e os trabalhadores, para que cada um dos antigos moradores construísse moradias e plantasse cana de açúcar, milho, feijão, mandioca e arroz, tendo como fonte de água um chafariz abastecido pelas águas do Rio Granjeiro. De posse da terra e com um único chafariz,

---

<sup>72</sup>Lei disponibilizada pela funcionária Mariceli Tavares de Oliveira responsável pelo arquivo da Câmara Municipal do Crato em 24/08/2016. No art. 11º referencia o zoneamento urbano da cidade do Crato compreende a divisão do seu espaço territorial em áreas, a partir da compatibilidade da intensidade do uso do solo e crescimento urbano com a oferta de infraestrutura e serviços públicos, objetivando prioritariamente: I – promover a saúde, segurança, conforto, bem estar e suprir as necessidades de sua população; II – garantir a proteção ao meio ambiente; III – assegurar a proteção do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico; V – facilitar a acessibilidade a todos os moradores;... XX – compatibilizar o uso e ocupação do solo com o meio ambiente. A seção I reporta de modo detalhado onde inicia e termina o perímetro urbano no art.14º, porém o art.15º reforça o anterior por meio do seguinte conteúdo: “A Prefeitura Municipal do Crato, observando as demarcações estabelecidas no Anexo II – Planta de Delimitação do Perímetro Urbano contendo os limites da área urbana, deverá proceder a demarcação, em campo, deste perímetro, nos trechos em que isso se fizer necessário para a implementação do Plano Diretor Municipal”.



ineficiente para cobrir toda a comunidade, iniciou-se uma nova luta pela ampliação da água. Após a negação ao benefício da água pela Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato (SAAEC), a comunidade uniu-se em busca do socorro do Projeto São José que, em 2006, inaugurou o seu sistema de abastecimento, contemplando 100% dos moradores da comunidade.

Em Vila Guilherme, no período de 1998 até 2008, nenhuma comunidade tinha recebido tanto recurso quanto esta, com valor liberado de R\$ 189.114,49 ou 3,97% de R\$ 4.758.728, 10 para atender um contingente populacional de 126 famílias. Esse valor deve-se à descrição do seu sistema de abastecimento contido no projeto construído em parceria com técnicos da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e da EMATERCE, que foi posteriormente enviado para a SDA, contendo “a captação da água proveniente de um poço profundo, melhorias na casa de proteção do quadro elétrico, adutora de 391m, reservatório elevado de 35m<sup>3</sup> e fuste de 7m, Estação de Tratamento da Água e rede de distribuição de 2090m”.<sup>73</sup> Vale assinalar que o capital financeiro adquirido pela Associação Comunitária Vila Guilherme provém do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).<sup>74</sup>

No Sítio São Vicente, apresentado no Quadro 3, para que a água chegasse às residências das 72 famílias contempladas pelo PSJ foi necessário que o projeto seguisse não somente uma etapa, porém duas, daí sua expressividade monetária apresentar um valor de R\$ 130.474,33, ocupando a 4ª posição para esse item, abaixo das comunidades do Romualdo, Baixa do Maracujá e Vila Guilherme. Assim, na primeira parte do projeto, que se inicia com a captação a partir de uma caixa de captação localizada a 232m da surgência da fonte do Sítio Coqueiro até o reservatório com fuste, foram gastos R\$ 79.558,14. A segunda etapa compreende a rede de distribuição da primeira etapa mais 72 ligações prediais com

---

<sup>73</sup> Informações obtidas por Olímpio Ferreira de Queiroga Neto, responsável pela Supervisão de Inclusão Econômica do PSJ III – SDA, em 27/07/2016.

<sup>74</sup> Dentro do ordenamento jurídico é relevante citar os dois primeiros artigos do Decreto nº 29. 910, de 29 de setembro de 2009. Art 1º. O FECOP é fundo de natureza contábil, criado pela Lei Complementar nº37, de 26 de novembro de 2003, consubstanciado nos princípios da transparência, participação, controle, sustentabilidade, responsabilidade social e efetividade, tem como objetivo: I – promover transformações estruturais que possibilitem o combate à pobreza; II – reduzir sistematicamente a pobreza no Estado do Ceará; III – assistir às populações vulneráveis que se situam abaixo da linha da pobreza, potencializando programas e projetos, favorecendo o acesso a bens e serviços sociais para melhoria das condições de vida; e IV – garantir sobrevivência digna, investindo no capital humano, social e físico-financeiro. Art.2º. A consecução dos objetivos propostos dar-se-á por meio do apoio técnico, financeiro e/ou material a: I – programas e projetos direcionados a municípios de todo o Estado e bairros de Fortaleza cujas populações estejam situadas abaixo da linha da pobreza; II - programas e projetos direcionados a grupos ou famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade, articulando e integrando ações das várias políticas setoriais; e III – diferentes atores sociais, secretarias setoriais, executores, parceiros e comunidade local, envolvidos na construção do diagnóstico social, elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos programas e projetos (CEARÁ, 2009, p.1).

hidrômetros, no valor de R\$50.916,19.<sup>75</sup> Esses valores, com suas respectivas etapas, indicam que o PSJ não poupou esforços no que diz respeito ao sistema de abastecimento de água, ou seja, alcançou sua função social e detectou que a água para uso doméstico é relevante na vida dos trabalhadores rurais. Dessa forma, Freitas (2015, p.220) enfatiza que a água é parte integrante do meio ambiente, que é protegido pela Constituição, e considerada bem de uso comum do povo.

De forma similar, a comunidade Baixa do Maracujá também efetuou o seu abastecimento de água subdividido em duas etapas, com valor total de R\$324.617,93, atendendo uma demanda em média de 170 famílias (245+95) /2. Nesse caso, o pedido de ampliação do sistema de abastecimento de água foi decorrente da elevação do número de pessoas na comunidade, daí justifica-se a inclusão de 95 novas famílias. Ao efetuar-se o rateio do capital envolvendo as etapas, obtêm-se os valores de R\$82.544,99 e R\$ 242.072,94, respectivamente.<sup>76</sup> Entretanto, o que torna essa comunidade distinta da comunidade do Sítio Vicente foi a construção de um chafariz na fase final, o que implica afirmar que houve uma inter-relação entre as famílias da Baixa do Maracujá, impossibilitando a privação de qualquer família ao seu acesso. Além de possibilitar o abastecimento de água nas residências, o chafariz consegue suprir as comunidades com algo tão importante quanto a água, que é unir as famílias dos trabalhadores rurais em busca de solucionar seus problemas a partir de pontos, contrapontos e discussões, envolvendo não somente os recursos hídricos, mas o agrário como um todo.

Com a finalidade de elevar ou ampliar as condições de moradia dos trabalhadores rurais do município de Crato, a atuação do PSJ no referido Município consegue dar um salto importante na sua última fase – PSJ III, com as atenções voltadas não só para o abastecimento de água (Figura 9), mas para a implantação do esgotamento sanitário (Figura 10), pois a reutilização de água, de modo indireto, possibilita o fortalecimento dos movimentos sociais existentes em Crato, como quilombolas, FETRAECE, Entidade Coletiva de Agricultores Familiares, entre outros, por aceitar as decisões tomadas pelos técnicos do PSJ com seus respectivos subprojetos, visualizando a real situação dos trabalhadores rurais que lutam pelo acesso à água potável. Dessa maneira, a descrição do Quadro 4 tomou como ponto de partida a comunidade do Romualdo, pois foi a única a ser atendida tanto pelo

---

<sup>75</sup>Tanto os valores assim como a discriminação do sistema do abastecimento com suas respectivas etapas foram disponibilizados pelo César Venâncio – Acessória Técnica de Informação (ATI) da UGP – PSJ III, em 01/08/2016.

<sup>76</sup>Valores monetários e quantitativos foram disponibilizados pelos servidores Roberto e César Venâncio-Assessoria Técnica de Informação (ATI) da UGP – PSJ III, em 01/08/2016.

abastecimento de água como pelo esgotamento sanitário. Esse subprojeto é mais conhecido como “banheiros”. Embora os dados estabeleçam que foram 149 famílias beneficiadas pelo subprojeto, na prática somente foram construídos 63 banheiros. As outras famílias do Romualdo já possuíam o tipo de banheiro descrito pelo PSJ (módulo sanitário com banheiro, contendo vaso sanitário, lavatório, reservatório elevado, tanque de lavar roupa, caixa de inspeção, tanque séptico e sumidouro ou vala de infiltração)<sup>77</sup> em suas residências.

Figura 9 – Reservatório do Abastecimento de Água



Fonte: Produzida pelo autor em 22/08/2016

Figura 10 – Esgotamento sanitário



Fonte: Produzida pelo autor em 22/08/2016

Figura 11 – Torneira com hidrômetro



Fonte: Produzida pelo autor em 22/08/2016

Nesse processo, sem dissociar o esgotamento sanitário do abastecimento de água, têm-se as torneiras, ou melhor, a torneira, que é somente uma em cada residência, verificada na Figura 11. Essa torneira localiza-se fora e próxima da residência e do restante da estrutura hidráulica, de modo que a água possa chegar à residência que fica a cargo do próprio beneficiário e não mais do PSJ. Em última análise, envolvendo a construção do esgotamento sanitário, a presidente da Associação Comunitária do Sítio Romualdo, questionada acerca do reuso da água pelos trabalhadores rurais do Crato, de modo geral, acredita que “é uma ideia

<sup>77</sup> Descrição disponibilizada pelos servidores Roberto e César Venâncio - Assessoria Técnica de Informação (ATI) da UGP – PSJ III, em 01/08/2016.

boa para irrigar plantas e lavar calçadas”. Brito *et al* (2016, pp. 51-52) abordam essa ideia de forma mais consistente:

As águas cinzas tratadas podem ter diversos usos, como: descargas de vasos sanitários, lavagem de calçadas, irrigação de gramado e árvores frutíferas de jardins, dentre outros fins que não necessitam de água potável. Dessa forma pode resultar em economia de água potável, de energia e menor produção de esgoto sanitário, resultando na preservação das águas dos mananciais, pois diminuirá o lançamento de esgoto doméstico e a quantidade de água captada. O emprego de água residuária na irrigação, além de racionalizar o uso da água, pode reduzir o nível requerido de tratamento do efluente e também reduzir os custos com fertilizantes.

Quadro 4 – Distribuição absoluta das comunidades com suas respectivas famílias beneficiárias do PSJ em Crato, conforme o subprojeto de abastecimento de água e esgoto sanitário simplificado de 2013/2016.

Ano	Comunidade	Ass.	Fam.	Valor total	Comp.	Categ	Objeto	Liberação
2013	Romualdo	J	149	863.008,16	COMP2	$\alpha$	$\infty$	2015
2016	B. Maracujá	B	99	526.067,38	COMP2	$\beta$	$\Delta$	Em analise
2016	Eng.da Serra	nd	96	347.306,02	COMP2	$\beta$	$\Delta$	Em analise
<b>Total</b>	-	-	<b>344</b>	<b>1.736.381,56</b>	-	-	-	-

Onde: B - Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Baixa do Maracujá J - Associação comunitária do Romualdo; Nd- não divulgado; Componente 2 - Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado;  $\alpha$  - Esgotamento Sanitário;  $\infty$  - Implantação de módulos sanitários com: banheiro (vaso sanitário, lavatório, reservatório elevado, tanque de lavar roupa); caixa de inspeção, tanque séptico e sumidouro ou vala de infiltração;  $\beta$  - Sistema de Abastecimento de Água - Captação em fonte existente na comunidade, construção de casa de proteção do quadro elétrico, estação elevatória, adutora de água bruta de 1878m em tubulação PVC PBA DN 10;  $\Delta$  - Implantação de sistema de abastecimento de água com adutora, reservatório, tratamento, rede de distribuição e ligações domiciliares hidrometradas.

Fonte: Adaptação dos valores fornecidos pela UGP – PSJ III em 14/08/2016.

Diante da exposição das informações e dados da implementação do PSJ, não é exagero dizer que esse projeto de combate à pobreza na zona rural, não reembolsável, contribui para o desenvolvimento da agricultura do tipo familiar em áreas por ele assistidas, desde que seus recursos (capital, terra, trabalho e tecnologia) sejam utilizados de forma equitativa na promoção do bem-estar dos trabalhadores rurais. Quando se fala em alocação eficiente dos recursos citados acima, intrinsecamente ligados ao campo, associa-se a sustentabilidade da própria existência do PSJ, que tenta unir as necessidades dos seus

atendidos (ilimitadas) com a disponibilidade de recursos não somente limitados, porém escassos.

Tendo em mãos esse dilema, as comunidades rurais, bem como suas respectivas associações, a fim de obter um equilíbrio envolvendo necessidades e recursos, se reúnem com os representantes dos órgãos do Executivo estadual, por exemplo, os técnicos da EMATERCE, CAGECE, SDA, entre outros, colocando em pauta os itens dos subprojetos, conforme determina o edital do PSJ, estabelecendo o que é mais crucial naquele momento para melhorar a qualidade de vida de todos. Todavia, essa deliberação nem sempre é realizada de maneira pacífica, devido ao anseio de um determinado grupo ou grupos em assumir a presidência da associação.

Dessa maneira, resolvido o impasse e de posse do subprojeto, por exemplo, na mecanização agrícola, a geração de emprego e renda nesse subprojeto é obtida assim que a maquinaria chega à comunidade rural, tendo como protagonista desse contexto o tratorista. Vale assinalar que a figura do tratorista é um emprego direto, pois nem todos os membros de uma associação comunitária sabem conduzir o trator acoplado ao reboque, arado ou grade de forma correta. Então, faz-se presente a capacitação e treinamento direcionado para essa função, tanto na condução quanto em fazer reparos no conjunto como um todo, preferencialmente, se possível, por uma mulher, por causa da sua sutileza e prudência ao contribuir para a elevação da vida útil dos bens adquiridos. Vale frisar que essa recomendação serve para qualquer tipo de agricultura, seja ela familiar ou não.

O subprojeto de eletrificação rural abriu espaço para que os trabalhadores rurais utilizassem bens de consumos duráveis em suas residências, tais como TV, geladeira, *freezer*, aparelhos de som e antena do tipo parabólica. O outro dado relevante desse subprojeto no cotidiano dos trabalhadores rurais, refletido na educação, aconteceu com a chegada da energia elétrica: os grupos escolares das comunidades que antes viviam às escuras abriram espaço para a realização de aulas à noite, proporcionando o acesso à educação de jovens e adultos, erradicação do analfabetismo, cursos de curta duração e palestras.

Já o abastecimento de água é verificado ao longo do estudo como sendo o subprojeto mais atendido pelas comunidades rurais do Crato, em função do seu conjunto exercer uma função indispensável para consumo humano e nas tarefas domésticas. Sendo assim, água conceituada como potável, contida no sistema de abastecimento e expelida através de torneiras, inibe a proliferação de doenças e parasitas, por exemplo,

esquistossomose e ameba, respectivamente. Desse modo, quanto à empregabilidade da água, chega-se a dois caminhos: quando tratada, é fonte vida e, ao contrário, implica em óbito.

Por fim, o PSJ, ao abordar a questão do reuso de águas cinzas, possui como premissas a escassez de água potável não somente no Crato, mas em todo o Estado, o elevado custo em transformar água bruta em água potável e a redução de custos na aquisição dos elementos químicos, utilizados no sistema de abastecimento, dentre outros. No entanto, esse reuso somente será adotado de forma ideal pelos trabalhadores rurais caso o PSJ efetue uma campanha publicitária, mostrando os benefícios da utilização do seu emprego nas residências através de cartazes, cartilhas e panfletos a serem distribuídas nas sedes das associações comunitárias.

Nesse sentido, o Projeto São José necessita que todos os agentes envolvidos adotem a ideia da sustentabilidade ao longo do processo, desde a elaboração do projeto até a fase de auditoria, além de minimizar ações de burocratas e tecnocratas, perfilando um estreitamento entre o Executivo estadual e os trabalhadores rurais, com a intenção de combater a pobreza rural.

### 3.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: O CASO DO PROCAMPO

Ao prosseguir o estudo de políticas públicas voltadas para os trabalhadores rurais, chega-se ao Programa de Apoio à Formação Superior na Licenciatura em Educação no Campo (PROCAMPO). Esse Programa prioriza a formação de futuros docentes para a educação do campo. Diferentemente do PSJ, não existe uma contrapartida de recursos financeiros do Estado do Ceará com a União, ou seja, fica sob a tutela do Ministério da Educação conduzir a Educação do Campo como uma política pública. De acordo com Caldart (2010, p.20), essa educação surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma exclusivamente com os parâmetros teóricos da pedagogia. Ela é um movimento real de combate ao atual estado de coisas: movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade, construídas com vista a orientar ações e lutas concretas.

Contrapondo-se à educação formal, porém não menos importante, a educação do campo foi resultado de luta dos trabalhadores rurais através dos movimentos sociais, por

exemplo, do MST e a CTP, voltada à preservação do conhecimento tático e saberes como também elaborar, gerenciar e administrar novas demandas provenientes da nova forma de ensino. Outra característica dessa nova forma de transmitir conhecimento para os trabalhadores rurais é a desconstrução do ambiente da agricultura familiar, em muitos casos considerado arcaico. Sendo assim, a concepção de educação do campo valoriza e enfatiza o seu espaço geográfico como lugar de moradia, trabalho, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como um lugar de novas construções e oportunidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável no combate à pobreza rural (MOREIRA, 2013, p. 34).

É com base nessa conjuntura que os movimentos sociais, por exemplo, o MST, lutam constantemente, conforme Silva (2015, p. 2) por políticas públicas adequadas à realidade do campo, dentre elas a de formação de educadores do campo, através do PROCAMPO. Como instrumento pedagógico e de saber, seja na busca pelo direito à terra, seja no processo de reforma agrária, reivindicam não só a moradia, mas a permanência e a lida com a terra. O PROCAMPO é, sem dúvida, parte integrante de uma educação pública ofertada para aqueles que vivem nos assentamentos, comunidades e localidades da zona rural. Essa demanda necessita de formação de educadores que compreendam as necessidades e especificidades do campo.

Com uma visão e metodologia distintas dos cursos regulares, Costa e Monteiro (2012, p. 2) fazem uma explanação do que é o PROCAMPO:

O PROCAMPO é um programa aprovado no ano de 2006, pelo MEC, em consonância com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), Secretaria de Educação Superior (SESU) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para responder a demanda de reivindicações e articulações engendradas pelos movimentos sociais e sindicais do campo, em especial, o MST, que desde 1984 defende como bandeira de luta uma educação que valorize e reconheça os sujeitos do campo. O programa em destaque tem como principal missão promover a formação inicial dos docentes do campo por meio do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, por áreas de conhecimento, em regime de alternância pedagógica para atuação de professores nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas do campo. Começou a ser desenvolvido por meio de um projeto piloto no ano de 2007, nas universidades federais de Brasília, Minas Gerais, Sergipe e Bahia (UnB, UFMG, UFS, UFBA) a convite do Ministério da Educação.

No tocante aos cursos ofertados pelo PROCAMPO, durante os quatro primeiros semestres os alunos cursam em formato curricular um núcleo comum, sendo que a partir do 5º semestre são oferecidas duas possibilidades de aprofundamento de formação na área de conhecimento. É de responsabilidade do educando a escolha por uma das áreas descritas

abaixo: Ciências da Natureza e Matemática (Biologia, Física, Química e Matemática); Ciências Humanas e Sociais (História, Geografia, Filosofia e Sociologia). A formatação curricular do Programa está em consonância com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, que, após sua publicação aprimorou os dispositivos legais voltados à Educação do Campo (SILVA, 2015, p. 3).

Dentre os aprimoramentos contidos nessa educação do campo pode-se apontar a pedagogia da alternância. Essa forma de educar envolve o processo ensino/aprendizagem e não somente a transmissão do conhecimento científico, como acontece nos cursos regulares. O PROCAMPO é a afirmação ou simbologia da luta dos movimentos sociais ao direito de acesso à terra, à agroecologia, à preservação do meio ambiente, ao uso racional de fatores de produção (capital, trabalho, terra e tecnologia) em confeccionar bens duráveis ou perecíveis, manutenção de cultos religiosos, acesso à moradia digna, etc. De outra forma, pode-se dizer que essa pedagogia adotada pelo PROCAMPO, além de possibilitar a elevação do nível de debates e discussões sobre a questão agrária e instabilidade no campo, é uma autoafirmação dos pequenos trabalhadores rurais da agricultura familiar, em oposição ao agronegócio. Sobre essa pedagogia, que mescla o conhecimento acadêmico urbano/rural, “[...] pode-se dizer que a Pedagogia da Alternância tem o trabalho produtivo como princípio de uma formação humanista que articula dialeticamente ensino formal e trabalho produtivo” (RIBEIRO, 2008, p.30).

De posse do Decreto nº 7.352/2010, publicado no Diário Oficial da União em 05/11/2010, e após sua análise, percebe-se a relevância dos arts. 2º e 5ª nesse processo, por englobar os princípios da educação do campo, bem como a formação dos seus futuros docentes, respectivamente.<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup>Art. 2º São princípios da educação do campo: I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho; III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. Art. 5º A formação de professores para a educação do campo observará os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. § 1º Poderão ser adotadas metodologias de educação a distância para garantir a adequada formação de profissionais para a educação do campo. § 2º A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação



No que diz respeito ao financiamento do Executivo Federal, é encontrado nos altos da Resolução CD/FNDE nº 06/ 2009, de 17/03/2009.

Art. 1º Autorizar a assistência financeira para instituições públicas de ensino superior com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de projetos educacionais para promover a ampliação do acesso e a permanência na universidade de estudantes de baixa renda e grupos étnicos diversificados, particularmente, profissionais da educação sem formação específica de nível superior. §1º Os projetos educacionais a que se refere o *caput* desse artigo são aqueles, particularmente, voltados à oferta de cursos de formação inicial ou continuada de professores indígenas, professores de educação do campo e professores afro-descendentes ou que atuem na educação para as relações étnico-raciais, no âmbito da educação básica. §2º A assistência financeira será concedida para os objetos de gasto conforme Manual Técnico de Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em estrita conformidade com a natureza jurídica da instituição e com o projeto técnico selecionado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD/MEC. §3º A assistência financeira de que trata esta resolução não prevê concessão de bolsas nem despesas de capital (BRASIL, 2009, pp.1-2).

É com base nessas informações que esse item mostra a relevância da política pública voltada à educação do campo, isto é, o PROCAMPO, em melhorar a qualidade da educação dos trabalhadores rurais do Crato, tendo como agente institucional executora desse processo a Fundação Universidade Regional do Cariri, reportada logo em seguida.

### **3.2.1 Atuação do PROCAMPO pela Fundação Universidade Regional do Cariri**

Essa política pública foi introduzida na URCA no ano de 2009, sob o edital de nº 09, de 29/04/2009, divulgada pelo MEC e intermediada pela SECAD.

1.2 O PROCAMPO fomentará projetos de cursos de licenciatura específicos em educação do campo que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização da educação do campo e o estudo dos temas relevantes concernentes às suas populações. Os projetos deverão contemplar alternativas de organização escolar e pedagógica, contribuindo para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo (BRASIL, 2009, p. 1).

---

profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. § 3º As instituições públicas de ensino superior deverão incorporar nos projetos político-pedagógicos de seus cursos de licenciatura os processos de interação entre o campo e a cidade e a organização dos espaços e tempos da formação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2010, pp.1-2).

O item 3.1 deste edital estabelece as diretrizes para que a instituição executora esteja habilitada a participar do PROCAMPO, entre as quais o estudo menciona: i) o orçamento total do projeto de implantação de Licenciatura em Educação do Campo não poderá exceder ao valor *per capita* de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por aluno/ano, considerando como referência o atendimento a turma de até 60 alunos, no valor total máximo para cada projeto de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) por ano; ii) os projetos deverão apresentar organização curricular por etapas equivalentes a semestres regulares cumpridas em Regime de Alternância entre Tempo-Escola e Tempo-Comunidade. Entende-se por Tempo Escola os períodos intensivos de formação presencial no campus universitário e, por Tempo Comunidade, os períodos intensivos de formação presencial. Recomenda-se, preferencialmente, que as habilitações oferecidas contemplem a área de Ciências da Natureza, a fim de reverter a escassez de docentes habilitados nesta área nas escolas rurais (BRASIL, 2009, pp. 3-4).

O passo seguinte dado pela URCA transcorreu com a divulgação do Edital nº 02/2010 de 10/03/2010<sup>79</sup> e, conforme as informações contidas no seu Projeto Político Pedagógico (PPP), o Tempo Escola detém características como qualquer outro curso de graduação ofertado pela URCA, por exemplo, aulas presenciais, atividades complementares, acesso a grupos de pesquisa, iniciação científica, extensão universitária e programa de monitoria. A implantação do Programa de Iniciação à Docência é um estímulo à formação docente para alunos e alunas que concluíram o Ensino Médio em escolas do campo e que tenham se submetido ao vestibular para inserção no Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo. Esse programa destina uma bolsa para o desenvolvimento de projetos de pesquisa/docência nas escolas do campo, nos municípios dos alunos e alunas contemplados. Já a organização do Tempo Comunidade compreende a realização de

---

79 Com a abertura do Processo Seletivo Especial destinado a selecionar candidatos para a formação das turmas dos cursos de: i) Ciências da Natureza e Matemática; ii) Linguagem e Códigos para um total de 60 vagas distribuídas de forma equitativa obedecendo os seguintes critérios: i) para professores das escolas públicas do campo, comprovadamente sem graduação de nível superior, destinado 60% (sessenta por cento) das vagas – (30 vagas); ii) para profissionais da educação com atuação em projetos sociais vinculados à educação do campo, comprovadamente sem graduação de nível superior, será destinado 40% (quarenta por cento) – (24 vagas); iii) para professores das escolas públicas do campo que tenham graduação e profissionais da educação com atuação em projetos sociais vinculados à educação do campo, será destinado 10% (dez por cento) das vagas – (06 vagas) e por fim, o curso será ofertado em sistema de alternância compreendendo nove (09) etapas, distribuídas no Tempo Escola e Tempo Comunidade. O Tempo Escola será de caráter intensivo durante os meses de julho e janeiro, e o Tempo Comunidade será à distância, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso. Mais informações sobre o edital nº02/2010 da Fundação Universidade Regional do Cariri acesse o *site*: <<http://cev.urca.br/content/PS/pdf/PROCAMPO%202010/editalPSPROCAMPO2010.pdf>> Acesso: 19 set. 2016.

práticas/projetos educativos, produção de relatórios, mapeamento e levantamento de dados sobre as realidades locais, estudos orientados à distância e atividades de campo.<sup>80</sup>

De forma mais explicativa:

[...] o curso tem a duração de quatro anos, com carga horária prevista de 3.590 horas/aula, distribuídas em nove etapas. Será desenvolvido em dois tempos: Tempo Escola e Tempo Comunidade. O Tempo Escola - que é o tempo de formação na academia - será desenvolvido no Centro de Educação/URCA que atuará como Centro de Formação dos professores e contará com três pólos situados nas cidades de Brejo Santo, Campos Sales e Juazeiro do Norte. O Tempo Comunidade – compreendido como o tempo do exercício da prática pedagógica, será desenvolvido nos locais de moradia/trabalho dos Educandos. Este espaço se constitui com estudos dirigidos, práticas docentes, pesquisas, estágios curriculares, devidamente acompanhados por professores orientadores das diferentes áreas do conhecimento para cada grupo de cinco alunos que se realiza por meio de ações planejadas nos espaços do próprio ambiente social e cultural de origem dos estudantes. Ou seja, os docentes da URCA que se deslocarão para a área dos estudantes. Estes espaços de funcionamento se constituirão com tempos de estudos teóricos e práticos.<sup>81</sup>

Essa pedagogia que consegue unir teoria e prática, instalada por essa política pública, sofreu forte influência do conteúdo do art. 28º da Lei nº 9.394/96, de 20/12/1996 com os seguintes dizeres:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2005, p. 16); (SILVA, 2015, p. 3).

É importante salientar que essa Instituição de Ensino Superior (IES) possui um curso de Geografia vinculado às ciências agrárias. Todavia, nessa pedagogia que envolve teoria e prática, o docente responsável pela transmissão do conhecimento científico, em muitas oportunidades, vai complementar as experiências dos discentes, pois esses últimos possuem vivência e aptidão com a lida direta com a terra. Desse modo, a titulação de mestre ou doutor, nessa pedagogia da alternância que envolve as ciências agrárias, é uma condição relevante do docente, porém não suficiente para o sucesso do Programa.

<sup>80</sup> Documento fornecido pelo Dr. Ronald de Figueiredo e Albuquerque – Coordenador Geral do PROCAMPO, em 19/09/2016.

<sup>81</sup> Idem, 2008, p.57.

O grupo gestor do Programa deve acionar constantemente o setor de comunicação da instituição, das rádios locais, por exemplo, a Rádio do Sindicato dos Docentes da URCA (SINDURCA), panfletos, mídia eletrônica, entre outros veículos de comunicação, mostrando a importância do PROCAMPO na vida dos trabalhadores rurais do cariri cearense e sua função social perante a classe acadêmica, sem perder o foco de enfatizar os trabalhadores rurais do município de Crato no centro das informações. Do mesmo modo que os administradores de empresa defendem que a divulgação de um produto qualquer é a chave para o sucesso do empreendedor, é correto afirmar que quanto mais divulgada uma política pública pelo seu formulador ou gestor elevam-se as chances de sua aceitação pelos seus intermediários/mediadores frente ao público alvo. Nesse caso, o PROCAMPO, como um bem imaterial, indivisível no elo sujeito/objeto/aprendizagem para a educação, não pode ficar a reboque ou à margem desse processo.

Até o presente momento, a licenciatura específica em educação do campo, conduzida pela URCA, não conseguiu concluir a sua primeira turma nessa modalidade de curso. Desse modo, o estudo revela a fragilidade do PROCAMPO para os trabalhadores rurais do Cariri, especialmente em Crato, uma vez, que se trata de uma política pública importante para a formação acadêmica de futuros docentes voltados para o público do meio rural.

### 3.3 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): ORIGENS, CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA E INFLUÊNCIA NA ECONOMIA CRATENSE

Nesse item faz-se a análise das políticas públicas focadas ao fortalecimento e reestruturação da agricultura familiar no combate à fome, ou seja, o PAA que foi criado durante o primeiro governo Lula em nível federal, destinado a elevar a segurança alimentar de pessoas de baixo poder aquisitivo.

Mesmo antes de se consolidar como uma política pública, o PAA foi o resultado de disputas e reivindicações dos movimentos sociais, por exemplo, do MST e de sindicatos rurais, para que pudesse emergir na sociedade brasileira como uma política pública de combate à pobreza rural, especialmente à fome. Dentre os fatos que antecederam a sua criação, a pesquisadora Müller (2007, p. 77) concentra sua atenção para a década de 80, com base em entrevistas feitas com o governador de São Paulo Franco Montoro (1983/87), a respeito da compra dos produtos da merenda escolar, que ficava a cargo não mais do

governo do Estado, porém sob a responsabilidade do próprio diretor (a) da escola. Acreditava-se que essa medida adotada pelo governador surtiria dois efeitos positivos. Por um lado, promoveria maior transparência na aplicação dos recursos públicos e, por outro, eliminaria o sistema de caixa dois de alguns grupos políticos predominantes no Estado de São Paulo.

Essa medida tomada pelo Executivo paulista repercutiu de forma negativa dentro dos movimentos sociais e federações de agricultores da agricultura familiar, pois acreditavam que haveria um retrocesso na luta dos trabalhadores rurais da agricultura familiar por melhores condições de vida. Nesse trilho podem-se mencionar como empecilhos o estacionamento na política de novos assentamentos rurais, nos moldes da reforma agrária, e obstáculos à comercialização de seus produtos. Por outro lado, com o poder de deliberar as compras da merenda escolar, os (as) diretores (as) das escolas passaram a fazer compras nos supermercados urbanos (MÜLLER, 2007, pp. 77-78). Os responsáveis pela compra da merenda escolar paulista provocaram uma instabilidade no campo, ao inibir o aumento na geração de renda dos trabalhadores rurais assentados devido à retração de demanda do Estado. Sob a configuração de instituição política, segundo Bobbio (2000, p. 58), o Estado nas contemporâneas democracias é marcado pela pluralidade e antítese de costumes, debates e problemas quando se trata de fundir o tripé trabalhadores rurais/ Estado/mercado.

Unido a nesse tripé, o mercado pode ser dado simplesmente pela relação entre compradores e vendedores, porém com objetivos opostos. Os primeiros, representados por consumidores propensos a maximizar e utilizar-se dos produtos adquiridos por meio do papel moeda e, os segundos, sob a configuração de produtores, percorre um caminho em busca de reduzir custos e maximizar lucros.<sup>82</sup> Dessa forma, os trabalhadores rurais da agricultura familiar consideram o Estado com suas mudanças muito mais que um mero cliente, ele é a fonte de luz da própria existência desse tipo de agricultura. Para Becker e Anjos (2010, p. 62):

[...] importantes mudanças que convergem para novos papéis atribuídos à agricultura familiar no contexto nacional, vista agora como segmento estratégico para a produção de matérias primas e abastecimento alimentar das populações, bem como à própria dinâmica de desenvolvimento rural.

---

<sup>82</sup> Ao fazer uma análise crítica da racionalidade no comportamento das pessoas, Sen (1999, p.28) afirma que existem dois métodos predominantes. Um deles consiste em conceber a racionalidade como uma consistência interna de escolha; e outro, em identificar racionalidade com maximização do auto-interesse.

Nesse trajeto de desenvolvimento rural, o Brasil entra na década de 90 e consegue dar saltos positivos ao criar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Esse Conselho surgiu após o *impeachment* de Fernando Collor de Melo. O presidente interino Itamar Franco, no ano de 1993, sob forte pressão dos movimentos sociais ligados à terra erguendo bandeiras do tipo: reforma agrária, política agrícola diferenciada, participação política e de mudanças das instituições do Estado responsáveis por tais políticas, criou o CONSEA. Esse Conselho representou um primeiro espaço em que setores da coalizão de apoio aos trabalhadores rurais puderam se expressar de forma institucionalizada. O viés financeiro se deu em 1994, com o lançamento do Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP), de modo que o crédito rural diferenciado para os pequenos produtores atendeu à reivindicação dos movimentos sociais rurais de um crédito subsidiado para investimentos (SANTOS, 2011, p.106).

Porém, o CONSEA não durou muito, pois, em 1994, no início do governo de Fernando Henrique Cardoso, é substituído pelo Programa Comunidade Solidária (PCS), de autoria do sociólogo Betinho e D. Mauro Morelli, que tinha no seu bojo os mesmos objetivos do programa do CONSEA, ou seja, combater a pobreza e a fome em todo o País, através de ações coordenadas entre o governo federal/estados/municípios. Teve como prioridades a melhoria das condições de alimentação dos estudantes e das famílias pobres (DRAIBE, 2003, p. 74. De acordo com Sen (2010, pp. 211-212), para que a fome possa ser erradicada, o fenômeno deve ser entendido de modo amplo e não somente como algum equilíbrio mecânico entre alimento e população. A subnutrição, fome crônica e fomes coletivas (alguns segmentos da sociedade perderam seus intitamentos econômicos inesperadamente, de forma súbita) são influenciadas pelo funcionamento de toda a economia e de toda a sociedade, e não apenas pela produção de alimentos e atividades agrícolas.

E continua:

[...] é importante integrar o papel do governo à atuação eficiente de outras instituições econômicas e sociais, desde a troca, o comércio e os mercados à participação ativa de partidos políticos, organizações não governamentais e instituições que mantêm e facilitam a discussão pública bem embasada como meios de comunicação noticiosos eficazes (SEN, 2010, p. 212).

No Programa, analisado com base nos argumentos de Amartya Sen, o binômio produção/consumo não é fato determinante, mas o aspecto político envolvendo a sociedade

civil é um ponto crucial para o seu êxito, como constado por força do Decreto-Lei nº 1.366, de 12/01/1995. De acordo com o art. 3º:

Compete ao Conselho do Programa Comunidade Solidária: II - incentivar na sociedade o desenvolvimento de organizações que realizem, em parceria com o governo, o combate à pobreza e à fome; III - incentivar a parceria e a integração entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, visando à complementariedade das ações desenvolvidas; IV - promover campanhas de conscientização da opinião pública para o combate à pobreza e à fome, visando à integração de esforços do governo e da sociedade; V - estimular e apoiar a criação de conselhos estaduais e municipais de combate à fome e à pobreza (BRASIL, 1995, p. 665).

A temática envolvendo pobreza/fome foi fortalecida em 2001, com o lançamento do PFZ. Para Betto (2003, pp. 53, 54), esse Programa, elaborado pelo Instituto Cidadania, não surgiu apenas com características meramente tecnicistas, assistencialistas ou de ações emergenciais. Foi o resultado de uma ação do governo Lula em possibilitar o acesso à alimentação para cada brasileiro pelo menos três vezes ao dia e, para que isso viesse a acontecer, o governo tinha naquele momento ao seu dispor um orçamento de R\$ 1,8 bilhões. Outro fator determinante para a sua implementação era o número elevado, porém impreciso, da mortalidade infantil no Brasil, decorrente da desnutrição a cada ano de 180 mil crianças. No campo jurídico, Batista Filho (2010, p. 153), recorrendo à PEC 047/2003, argumenta que a alimentação é um direito social e todos os brasileiros devem ter acesso ao atendimento pleno de suas necessidades biológicas todos os dias, em todos os lugares e sob todas as circunstâncias.

Desse modo, em 2003, visto que o combate à fome é uma tarefa árdua, em particular no meio rural, o governo Lula reativa o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Esse Plano, voltado para os trabalhadores rurais da agricultura familiar, destinava-se a possibilitar a geração de renda com a atividade da agricultura e da pecuária. Além disso, as duas atividades continham, em suas bases, a qualificação e o fortalecimento de instrumentos de crédito para custeio e investimento. No caso de externalidades negativas, como geadas, enchentes, estios e granizo, reimplementou seguro agrícola. Tão importante como as outras ações, o estudo aponta a importância da reativação do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural como ferramenta de acompanhamento da atividade no campo (PORTO *et al.*, 2014, p.38).

Como política pública, o PFZ, segundo Yasbek (2004, pp. 104, 111), nasce num contexto de transformações societárias e de alterações de medidas no combate à pobreza que,

nesse caso, direcionavam esforços para as pessoas em maior grau de vulnerabilidade. Em linhas gerais, pode-se dizer que o Programa é uma reversão da política neoliberal, onde a erosão dos direitos sociais e a proteção social foram corroídos. Na tentativa de erradicar o fantasma da fome, e caminhando na direção oposta ao governo de Fernando Henrique Cardoso, o Programa recebeu várias críticas desde a sua apresentação pelo Instituto Cidadania, transitando pela área técnica, política, gestão e efetividade.

A criação do MESA, por meio da medida provisória nº103 de 01/01/2003 (YASBEK, 2004, p.111) foi bastante criticada pelos partidos políticos opositores do governo Lula, ao afirmarem que esse Ministério não surtiria efeito no combate à fome e à miséria. Observada essa crítica pelo traslado do modelo neoliberal, o que de concreto iria acontecer seria o aumento de cargos para os aliados do governo e, em contrapartida, elevaria os gastos dos cofres públicos a patamares altíssimos.

Nesse contexto, e com o momento político ao seu favor, o Presidente Lula continuou sua política de combate à fome e insegurança alimentar e nutricional, exaltando o tema pobreza rural, e implantou um novo programa em 2003, denominado PAA. O Programa busca, por um lado, garantir mercados locais para os trabalhadores rurais ligados à agricultura familiar, por intermédio de aquisição pelo governo, formando estoques de alimentos e, por outro, promover a distribuição para a população sob risco ou insegurança alimentar e nutricional, o que tanto pode ocorrer pela entrega direta dos alimentos ou por meio de programas do governo (PORTO *et al.*, 2014, p. 39).

De acordo com Fuscaldi (2009, p.3) a entrega dos produtos do Programa e seu gerenciamento trilham um percurso de interligação entre dois ministérios e uma companhia. Nesse sentido, ficam a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Essa, por sua vez, é subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e, segundo Araújo (2012, pp. 19, 20), atua em todos os estados da federação, coordenando todas as atividades de operacionalidade do Programa. No entanto, a partir de 2006 a coordenação geral do Programa ficou sob a responsabilidade do MDS.

Dentre os aspectos inovadores trazidos pelo Programa em termos de política pública, Porto *et al.* (2014, p. 39) mencionam a aplicação de uma metodologia específica para a compra dos alimentos oriundos da agricultura familiar, efetuada por povos nativos e comunidades tradicionais, a inexistência de licitação de acordo com as regras do PGPM, etc.



Já Araújo (2012, p. 19) aponta para a ocupação do espaço territorial rural, distribuição de renda, combate à fome, cultura alimentar regional, remuneração de produção e preservação ambiental.

A comprovação dessas inovações do PAA é confirmada pelas ciências jurídicas no Decreto nº 7.775, de 04/07/2012. Suas finalidades são encontradas no art.2º, como mostram os seguintes incisos:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos; V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização; VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012, p. 3).

Conforme o art. 5º:

As aquisições de alimentos no âmbito do PAA poderão ser realizadas com dispensa do procedimento licitatório, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes exigências: I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo GGPAA; II - os beneficiários e organizações fornecedores comprovem sua qualificação, na forma indicada nos incisos II e III do caput do art. 4º, conforme o caso; III - seja respeitado o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos, por unidade familiar, ou por organização da agricultura familiar, conforme o disposto no art. 19; e IV - os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes. Parágrafo único. O Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) estabelecerá metodologia de definição de preço diferenciado para alimentos agroecológicos ou orgânicos e procedimento para a sua compra, observado o disposto no parágrafo único do art. 17 da Lei nº 12.512, de 2011 (BRASIL, 2012, p. 4).

Vale destacar que essa diferenciação de preços teve como parâmetro a Lei nº 10.696/2003. Pelo aspecto econômico e inovador do PAA, o estudo aponta a implementação da modalidade PAA – leite. Essa modalidade é tida como diferenciada, logo o público alvo

de beneficiários a serem contemplados são os trabalhadores rurais do Nordeste e do Norte do Estado de Minas Gerais/MG e destina-se à produção de leite e seus derivados para a população carente, que pode ser escolas, creches, abrigos para idosos, entre outras (SAMBUICHE *et al.*, 2014, p. 82). Essa especificidade deve-se ao fato de esse espaçamento geográfico ser mais sensível à instabilidade climática. É importante assinalar que, para que os trabalhadores rurais, povos nativos e comunidades tradicionais tenham acesso ao PAA, em geral é necessário ser um pronafiano.

Nessa modalidade, é importante destacar que a organização dos trabalhadores rurais em cooperativas agrícolas é um ponto positivo para o sucesso do empreendimento. Unida às cooperativas, verifica-se, em inúmeras localidades, a existência de uma mini usina no processamento do leite, o que justifica a presença do corpo técnico das EMATERs e extensionistas das ONGs no acompanhamento tanto da cooperativa quanto da mini usina e no suporte financeiro, a fim de solucionar problemas ligados, por exemplo, ao fluxo de caixa, capacitação de mão de obra no combate a pragas e doenças no gado, controle de higienização, etc.

Embora tenha função social em atender pessoas carentes do Programa (ELETROBRÁS e IICA, 2014, p. 13), o principal motivo para a instalação de uma mini usina nos distritos ou mesmo na sede da urbe para processar a pasteurização do leite, consoante as normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, é produzir para atender o mercado regional, sem se esquecer de levar em conta: i) a real capacidade da produção de leite; ii) definição do público alvo que se pretende atingir; iii) disponibilidade de capital de giro e, por último; iv) levar em conta rigorosamente todos os custos envolvidos (diretos e indiretos).

O sistema de parceria também é fundamental para a permanência de uma atividade econômica no mercado e, nesse caso (ELETROBRÁS e IICA, 2014, p. 29), é necessário que essa parceria seja feita com um laboratório qualificado, uma vez que a determinação da quantidade de teor de gordura, lactose, proteína, sólidos totais, sólidos desengordurados (análise físico - química) somente pode ser demonstrada pelo laboratório. Dentre os produtos derivados do leite com aceitação no mercado, destaca-se a fabricação do queijo tipo ricota (Santos e Hoffmann, 2010, p. 39), contendo pouca gordura e sal, porém, devido a sua textura ser muito úmida, favorece a proliferação de micro-organismos prejudiciais à saúde humana.

Outra inovação do PAA transita em áreas e práticas de cultivos de alimentos orgânicos e da agroecologia. Roel (2002, pp. 58, 59, 60) corrobora a ideia de que a

agricultura orgânica é um tipo de agricultura que busca o equilíbrio do homem com o meio ambiente. Para que isso venha a tornar-se uma realidade, empregam-se nesse cultivo técnicas de manejo para reduzir o impacto ao meio ambiente através do uso de: i) insumos orgânicos provenientes de plantas/ animais; ii) rotação de culturas; iii) manutenção de áreas que contêm vegetação nativa, entre outras mais. Alguns objetivos da organicidade são produzir alimentos de alta qualidade biológica, suprir e gerar excedente financeiro para o mercado nacional/internacional com alimentos livres de produtos químicos.

Uma vez seguindo esses pressupostos, o passo seguinte a ser dado pelos trabalhadores rurais desse tipo de agricultura alternativa é a busca pela sua certificação que tem, por exemplo, o Instituto Biodinâmico (IBD) como uma certificadora muito conhecida. O Instituto é de natureza privada e um dos requisitos para a obtenção do selo de certificação por parte dos trabalhadores rurais é o pagamento pela assessoria técnica. De posse da certificação, os trabalhadores rurais terão seus produtos inseridos na rastreabilidade, isto é, os produtos serão acompanhados mesmo de longe pelo Instituto, por meio de uma codificação impressa nas embalagens. Um ponto positivo desse rastreamento é a localização exata da origem do produto; caso os consumidores detectem qualquer irregularidade, fica fácil o Instituto identificar onde o mesmo foi produzido. Também eleva o grau de confiabilidade dos consumidores frente aos trabalhadores rurais, uma vez que os produtos por eles demandados são regulamente fiscalizados desde o campo até a sua fixação em prateleiras de supermercados ou bancas de feiras livres.

A regulamentação dos produtos orgânicos fica a cargo da Lei nº 10.831, de 23/12/2003. Segundo o Art. 3º:

Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento. § 1º. No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento. § 2º. A certificação da produção orgânica de que trata o *caput* deste artigo, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País (BRASIL, 2003, pp.8, 9).

Para Assis e Romeiro (2002, pp.71, 72), a agroecologia não é uma agricultura alternativa, mas uma ciência que emergiu na década de 70 para distinguir as mais diversas agriculturas alternativas em consequência do empobrecimento do solo, decorrente da

Revolução Verde com a sua prática expansiva de monoculturas. De outra forma, pode-se dizer que se trata de uma ciência que tenta unir os mais diversos agroecossistemas, respeitando a biodiversidade com os mais variados sistemas agrícolas, com fins de produzir alimentos autossuficientes de forma sustentável.

Como forma de evitar o ataque de pragas nos canteiros, o trabalhador rural da agroecologia efetua o plantio com uma compostagem feita à base de galhos e folhas em decomposição, ou mesmo do refugo de hortaliças, e implementa a técnica de rotação de culturas, ou seja, na área onde ele anteriormente plantou coentro, planta cenoura e assim por diante. Caso isso não resolva, adota-se medida mais radical, como a aplicação de defensivos alternativos que contêm em sua composição princípios ativos vindos da natureza, como o alho, o fumo e a pimenta.

Em Crato os alimentos produzidos pela agroecologia são abóbora, acerola, maxixe, quiabo, feijão verde, mamão, macaxeira, banana, maracujá, laranjas, polpas de frutas, fubá de milho, ovos de galinha caipira, mel de abelha, doces diversos, cheiro verde (compreende coentro e cebolinha), carne de caprino/ porco/galinha caipira/frango eviscerado, queijo, tapioca e cajá, comercializados em boxes durante as feiras. Essas são realizadas às quartas-feiras à noite, no polo de lazer do bairro Seminário, localizado nas proximidades do Cruzeiro, às sextas-feiras defronte à ACB e, aos sábados, na Praça Bicentenário, como mostram as Figuras 12, 13 e 14.

Figura 12 - Compras de hortaliças efetuadas por uma cliente no polo de lazer.



Fonte: Produzida pelo autor em 05/10/2016.

Figura 13 - Boxes de bananas e hortaliças.



Fonte: Produzida pelo autor em 07/10/2016.

Figura 14 - Ambiente limpo e bastante arborizado com árvores centenárias.



Fonte: Produzida pelo autor em 08/10/2016.

Esses produtos passam compor o cardápio alimentar nas instituições de caridade do município de Crato, tais como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Abrigo da Velhice Abandonada Jesus, Maria e José, Pastoral do Menor e o Serviço Social do Comércio (SESC) Mesa Brasil. Aos trabalhadores rurais que desejam ser inseridos no PAA o primeiro passo a ser cumprido é a Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), emitida tanto pela EMATERCE como pelo STTR de Crato ou Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar (SINTRAF). Segundo Guadagnin *et al* (2016, p.15), o cadastramento do DAP tem três finalidades: i) demonstração inequívoca de aceitação pelo órgão ou entidade da atribuição que lhe foi conferida para atuar como emissor de DAP; ii) registro dos dados institucionais dos órgãos e entidades que aceitaram a incumbência; iii) segurança da constituição da Rede de Emissores de DAP, pois somente órgãos autorizados e cadastrados são habilitados a emitir o DAP.

Esse documento, via de regra, é estabelecido pelas normas do PRONAF que mostra, através das suas linhas de créditos, em qual grupo o trabalhador rural do PAA pode ser alocado. Dentre essas linhas de crédito, tem-se o PRONAF do Grupo A, que contempla os trabalhadores rurais assentados de reforma agrária. Em Crato, essa tipificação de trabalhador rural existe no Sítio Caldeirão do Bom Sucesso, Sítio Engenho da Serra, Sítio Malhada e Sítio Jenipapo. Assim, a relevância do PAA para a elevação da produção, comercialização, compras por parte do poder público e determinação de preços adotados na agricultura familiar, encontra-se nas palavras de Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014, p.210): “[...] O PAA estimula e fortalece a agricultura familiar por meio da utilização de compras governamentais como mecanismo de estímulo e de garantia de melhores preços para os alimentos oriundos da agricultura familiar, criando um mercado institucional para tais produtos”.

Quando esses dois autores retratam a adoção de preço justo no campo, instantaneamente os pesquisadores com formação em Ciências Econômicas voltam a sua atenção para os princípios e postulados da teoria microeconômica na formação de preços em mercados competitivos, quando os mesmos são estabelecidos pelas forças da oferta e demanda. Todavia, o preço justo não pode ser inferior ao custo variável médio mínimo;<sup>83</sup> caso isso venha a ocorrer, inviabilizaria a oferta de alimentos de forma significativa, a tal ponto que comprometeria a segurança alimentar e nutricional do Programa. Essa informação é fundamentada no sistema de cadastro dos trabalhadores rurais, pelo qual se comprometem a fornecer uma determinada quantidade de produtos.

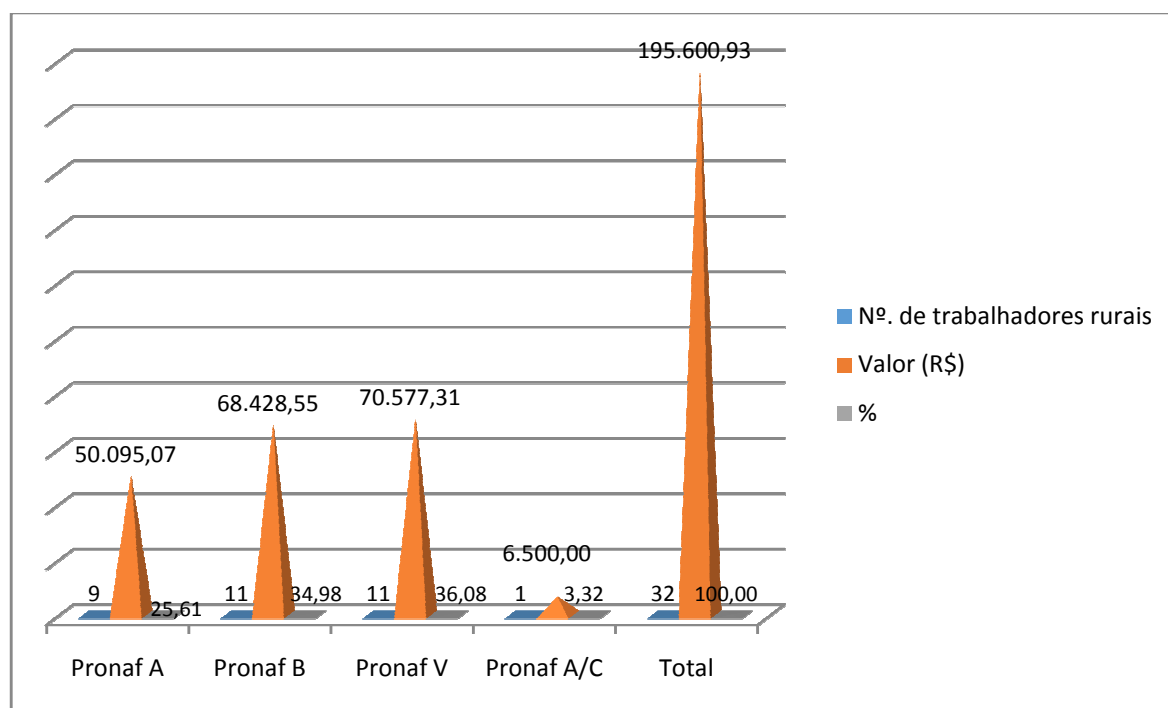
Atualmente o PAA conta com 32 trabalhadores rurais, subdivididos em quatro linhas de créditos do PRONAF, visualizadas no Gráfico 1. A primeira análise gráfica mostra 9 trabalhadores rurais no PRONAF A, que, em termos relativos, ocupa a terceira posição, com R\$ 50.095,07 (25,61%) para um total de R\$ 195.600,93. Esse valor relativo deve-se ao fato de os assentamentos do município de Crato não ficarem tão perto do sopé da Chapada do Araripe, onde a falta de água compromete a inclusão de mais trabalhadores rurais no PAA. Dentre os dados coletados e organizados, o estudo comprova uma similaridade na quantidade de 11 trabalhadores rurais nas linhas de crédito do PRONAF dos grupos B e V. Todavia, essa similaridade somente acontece para esse dado, pois tanto os valores monetários (R\$ 68.428,55 e R\$ 70.577,31) como os valores relativos (34,98% e 36,08%) são próximos, mas não similares para as respectivas linhas. Outra distinção dos trabalhadores

---

<sup>83</sup>Ver CABRAL, Arnaldo Souza; YONEYAMA, Takashi. **Microeconomia**: uma visão integrada para empreendedores. São Paulo: Saraiva, 2008.

rurais do grupo B em relação ao grupo V é o acesso ao Programa Garantia Safra (PGS). “O PGS também é um programa governamental e para que o agricultor possa ser enquadrado não pode ter renda anual superior a R\$ 12.000,00. O PRONAF V antes era o C ai mudou pra V.[...] ele deve ter renda anual acima de R\$ 12.000,00”, disse a coordenadora local Jéssica Tayane da Silva Lima, em comunicado verbal datado de 20/10/2016. Pelo lado infame dos valores do Gráfico 1, há apenas um único trabalhador rural no PRONAF A/C,<sup>84</sup> na ordem de R\$ 6.500,00, perfilando o menor percentual de 3,32% dos R\$ 195.600,93 computados. Esse trabalhador rural do Sítio Malhada “[...] é assentado e possui renda anual acima de R\$ 21.000,00”, disse verbalmente a coordenadora do PAA, Jéssica Tayane da Silva Lima, em 21/10/2016.

Gráfico 1 – Linhas de Crédito do PRONAF direcionadas aos trabalhadores rurais inseridos no PAA no Município de Crato, jan./out.- 2016.



Fonte: Adaptação dos valores fornecidos pela Coordenadora do PAA em 18/10/2016.

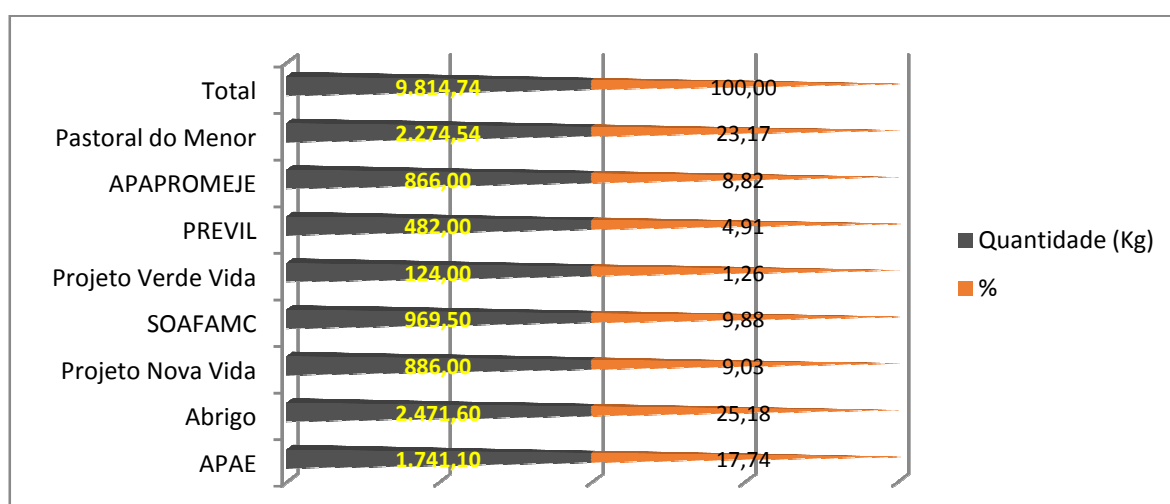
Vale assinalar que o complemento dos alimentos da APAE advém do SESC Mesa Brasil. Esse recebe alimentos tanto do PAA quanto de outros trabalhadores rurais da

<sup>84</sup> Em Brasil (2014, p.1) o trabalhador rural dessa linha de crédito deve ser um assentado nos moldes do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e também beneficiário do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF).

agricultura familiar que não estão inseridos no Programa e são automaticamente repassados para as instituições de caridade: Projeto Nova Vida, Sociedade de Apoio à Família Carente (SOAFAMC), Projeto Verde Vida, Projeto de Reabilitação Vida Livre (PREVIL), Associação dos Pais, Padrinhos e Amigos do Projeto Menino Jesus (APAPROMEJE), Pastoral do Menor, somados à APAE e ao Abrigo da Velhice Abandonada Jesus Maria e José. Os valores apresentados no Gráfico 2 das respectivas instituições são exclusivamente do PAA.

Sendo assim, o estudo revela que o Abrigo foi a instituição que mais recebeu alimentos, isto é, 2.471,60 kg, ou 25,18%, seguido pela Pastoral do Menor, com 2.274,25 kg em termos relativos, representando 23,17% do total contabilizado. Os números do Abrigo devem-se ao fato de o mesmo receber doações da Central de Distribuição de Alimentos (CDA) e do SESC Mesa Brasil, por isso a coleta dos seus dados foi efetuada na sede do próprio Abrigo para não haver a dupla contagem. A Pastoral do Menor, coordenada pela diocese de Crato, que usa a religiosidade com ferramenta pedagógica no combate à vulnerabilidade econômica e social, segue os mesmos pressupostos do Abrigo, porém os seus valores expressivos em quilos e porcentagem condizem somente com o repasse da CDA, devido ao não repasse de alimentos para o SESC Mesa Brasil. Para não tornar repetitivas as análises, a antítese dos valores do Gráfico 2 se comprova no Projeto Verde Vida, que atua no combate à exploração do trabalho infantil de crianças e adolescentes que vivem na zona rural cratense por meio das artes e esportes, com 124 kg, pouco mais de 1%.

Gráfico 2 – Valores absolutos e relativos das quantidades de alimentos enviados para as instituições de caridade oriundas do PAA no Município de Crato – 2016.



Fonte: Adaptação de informações disponibilizadas pelo SESC Mesa Brasil, CDA do PAA, APAE e Abrigo, em 27/10/2016.



Esses valores absolutos e relativos contidos no Gráfico 2 poderiam ser melhores, porém a determinação de preço pode ver vista como um fator negativo, mesmo com 30% de crescimento. Como os preços dos produtos agrícolas são bastante sensíveis ao fator climático, os adotados pelo PAA são fixos e estabelecidos a partir de uma média que serve para o ano todo, tendo como parâmetro os preços dos supermercados varejistas em Crato. O tomate, por exemplo, era vendido por até R\$ 6,00/kg e em outro momento caiu brusamente para R\$ 0,50 centavos/kg. Essa discrepância de preços e a impossibilidade de realinhá-los implicam um desestímulo à introdução de novos participantes.

Outro fator que influencia drasticamente a elevação do número de participantes no Programa em Crato deve-se à falta de água em algumas áreas. Nesse caso, são relevantes os argumentos de Aliseda *et al* (2012).<sup>85</sup>

[...] a água é essencial para a vida em todas as suas dimensões, e portanto sua gestão é de vital importância para todos os cenários da sociedade já que é vital para a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos países, pois é um dos recursos mais valiosos para a sobrevivência da espécie humana e dos ecossistemas.<sup>86</sup>

Nessa vertente de falta de água, Freitas (2010, p. 18) fornece informações preocupantes quanto à disponibilidade de água:

[...] segundo estimativas da FAO dentro de 20 anos uma proporção de dois terços da população do mundo deve **enfrentar escassez de água** [grifo nosso]. O consumo de água dobrou em relação ao crescimento populacional no último século. Para agravar a situação, desastres ecológicos sucedem-se permanentemente [...] apesar de termos cerca de 13,7% da água doce disponível no mundo, a verdade é que os problemas vêm se agravando. No Nordeste a falta de água é crônica.

O deslocamento também pode ser apontado como um obstáculo, porque existem trabalhadores rurais que residem ou têm sua propriedade distante da sede de Crato. Por último, a falta de condições financeiras para pagar pela certificação dos alimentos produzidos pelos trabalhadores rurais em Crato, baseados nos princípios orgânicos ou na agroecologia, é um problema que não pode ser descartado. Como a certificação é emitida por empresas privadas, a saída encontrada para solucionar a ausência do selo de certificação foi

<sup>85</sup> O referido periódico não colocou a numeração de páginas em seus artigos publicados.

<sup>86</sup> No original: [...] *el agua es esencial para la vida en todas sus dimensiones, y por ello su administración es de vital importancia para todos los escenarios de la sociedad, ya que es vital para la sostenibilidad ambiental, social y económica de los países, pues es uno de los recursos más valiosos para la supervivencia de la especie humana y los ecosistemas.*

estimular plantios, tratos culturais, colheitas e comercialização de tudo que é produzido nos moldes da sustentabilidade, isto é, interferindo o mínimo possível no bioma cratense através de cursos de capacitação, logística, uso de defensivos naturais e acompanhamento de inspeção sanitária junto aos trabalhadores rurais, sob supervisão de técnicos da EMATERCE, Secretaria de Agricultura, ACB e do Instituto Flor do Pequi. Vale lembrar que a inspeção sanitária voltada para animais e aves fica a cargo exclusivamente do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

Diante dos fatos e discussões citadas ao longo de todo o estudo, o PAA, como uma política pública de combate à pobreza, insegurança alimentar e nutricional, necessita de maior número de integrantes, a fim de atingir quantidade maior de alimentos produzidos em Crato. O estudo recomenda que todos os agentes envolvidos diretamente com o PAA lutem pela busca da certificação dos produtos, uma vez que boa parte dos consumidores de maior poder aquisitivo em Crato e municípios circunvizinhos, adeptos dos produtos orgânicos ou agroecológicos, somente acreditam na sua veracidade se as embalagens estiverem certificadas.

Outra recomendação refere-se à firmação de uma parceria entre os trabalhadores rurais cadastrados do PAA e os movimentos sociais que atuam no Crato, por exemplo, o Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), ofertando-lhes cursos de capacitação em artesanato, produção de doces caseiros sem aditivos, produção de alimento, carnes e vegetais, entre outros. Desse modo, o impacto positivo pode ser medido pela elevação da oferta de produtos, elevação na quantidade de boxes instalados durante as feiras e curiosidade dos transeuntes em observar os produtos ali comercializados.

A aquisição dos alimentos do PAA pelo gestor do restaurante universitário da URCA também contribui diretamente para a segurança alimentar e nutricional. Como a maioria dos alunos da Universidade é carente, o consumo de alimentos provenientes dos trabalhadores rurais do PAA evita o aparecimento de doenças causadas pela contaminação dos alimentos da agricultura convencional, por exemplo, o uso da água contaminada com fezes de animais poderá provocar disenteria e, em consequência, comprometerá substancialmente o nível de aprendizagem do aluno em suas atividades acadêmicas.

Por fim, em termos informativos sobre os benefícios à saúde em consumir os alimentos do PAA, faz-se necessário que os órgãos governamentais, por meio das Secretarias de Saúde/Agricultura, EMATERCE e SESC Mesa Brasil estejam presentes durante as competições de corridas que ocorrem não somente em Crato, mas em todo cariri cearense, e

informem aos competidores e suas perspectivas assessorias esportivas, através de folhetos, panfletos ou cartilhas explicativas, a relevância nutricional desses alimentos e seus princípios ativos.

Assim, promover mudanças estruturais que venham a combater a fome e inibir a insegurança alimentar sem elevar os gastos públicos é uma missão quase impossível para o Executivo federal, pois ambos os temas são envolvidos por uma complexidade e suas buscas para encontrar soluções passam pela construção ou reconstrução de uma nova ordem econômica, política, jurídica, social e ambiental com inclusão social, respeitando a pluralidade de ideias, valores e credo religioso, independentemente do estado, país ou continente. O PAA poderia efetivamente ser uma política de Estado e não apenas um programa, porém os governos apenas não dão efetividade, a não ser quando ocorre a mobilização social organizada, o que é um elemento fundamental para a execução das políticas públicas.

#### 3.4 CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CRATO: PERFIL SOCIOECONÔMICO

Os trabalhadores rurais do Crato possuem um perfil heterogêneo. Através do mapeamento descritivo, é possível identificar o seu perfil socioeconômico ligado aos sindicatos e instituições (SINTRAF, STTR de Crato, CPT, ACB e ao Instituto Flor do Pequi).

Para melhor compreensão dos dados quantitativos coletados, empregou-se, através do *software* Excel versão 2007, os valores absolutos/relativos simples da estatística descritiva para as variáveis: idade, sexo, assistência técnica, plantio, renda auferida, rede de esgoto, qualidade da água consumida, tipo de moradia, existência de fossa séptica e acesso a posto de saúde na comunidade ou próximo a ela. A interpretação dos dados coletados teve como parâmetro a classe modal.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> Ver: MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral e Aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

### 3.4.1 Idade e sexo

De acordo com o Quadro 5, o estudo revelou que a maioria dos trabalhadores rurais do Crato (36,38%) encontra-se no intervalo de 35 a 50 anos de idade. Esse dado indica que para tais indivíduos que não são conceituados como velhos, porém aproximam-se do mundo da velhice, consoante Belo (2013, p. 6), é necessária a presença de uma revalorização por meio do estímulo, participação e produtividade de forma não tão desigual entre capital/trabalho/terra no convívio social.

Quanto ao sexo, demonstra-se uma superioridade do feminino em relação ao masculino acima dos 13%. Esse dado relativo das trabalhadoras rurais em Crato tem como explicação a conquista de direitos, tais como o direito previdenciário e o acesso ao crédito fundiário subsidiário. Outra explicação deve-se à redemocratização na década de 80, ao emergirem novas formas de expressões sociais e políticas traçadas para o campo durante o 1º Encontro Nacional das Trabalhadoras Rurais. Em seguida, veio o aumento exponencial do interesse em participar e discutir políticas públicas com temáticas ligadas ao campo, influenciado pelos movimentos sociais e instituições que atuam em Crato, já apontadas anteriormente.

Quadro 5 – Distribuição absoluta e relativa das variáveis idade e sexo dos trabalhadores rurais do município de Crato/2016.

<b>1 - Idade</b>	CPT	ACB	Flor do Pequi	SINTRAF	STTR	Total	%
20 a 35	22	720	19	35	400	1.196	19,46
<b>35 a 50</b>	<b>21</b>	<b>450</b>	<b>95</b>	<b>70</b>	<b>1.600</b>	<b>2.236</b>	<b>36,38</b>
50 a 65	13	150	107	105	800	1.175	19,12
65 em diante	4	180	16	140	1.200	1.540	25,05
Total	60	1.500	237	350	4.000	6.147	100,00
<b>2 – Sexo</b>	CPT	ACB	Flor do Pequi	SINTRAF	STTR	Total	%
Masculino	39	720	121	175	1.600	2.655	43,19
<b>Feminino</b>	<b>21</b>	<b>780</b>	<b>116</b>	<b>175</b>	<b>2.400</b>	<b>3.492</b>	<b>56,81</b>
Total	60	1.500	237	350	4.000	6.147	100,00

Fonte: Elaboração do autor em 17/11/2016.

### 3.4.2 Assistência técnica, plantio, acesso à terra e renda auferida

Na atividade agrícola, a assistência técnica é uma variável indispensável no cotidiano dos trabalhadores rurais na condução de combate a pragas e doenças em bovinos, suínos, equinos, bubalinos, pequenos ruminantes, aves, tratos culturais, preparo do solo, conservação de mananciais, redução de processos erosivos, emprego de defensivo agrícola, dentre outros fatores que influenciam a sua permanência como agente fornecedor de produtos alimentícios em Crato. Sendo assim, o Quadro 6 nos mostra um cenário desanimador e preocupante em relação a essa variável, no tocante à atuação da EMATERCE com os filiados do STTR em Crato, ao demonstrar que um percentual superior aos 58% dos sindicalizados do mesmo não são assistidos pelo órgão governamental, implicando um desperdício ou ineficiência de recursos humanos de capital financeiro na produção. Em relação à atuação dos trabalhadores rurais quanto às técnicas de plantio, é correto afirmar que no município de Crato há uma predominância pelo plantio de sequeiro 62,65%, ou seja, o nível de produção de alimentos depende da junção intensidade e regularidade de chuvas.

A variável seguinte do Quadro 6 cita o caso do acesso à terra pelos trabalhadores rurais em Crato. Assim, o labor da terra realizado por todos os trabalhadores rurais filiados ao SINTRAF (350) aponta um valor absoluto de 262 trabalhadores que, em valores relativos, perfilam 74,86%, tendo no arrendamento a acessibilidade à terra. Essa mesma análise também é válida para os trabalhadores rurais filiados ao STTR de Crato (4.000), todavia não na mesma magnitude (53,75%). Portanto, esses valores mostram que o acesso à terra para os trabalhadores rurais de Crato necessita urgentemente de maior interação e participação das organizações dos movimentos sociais e sindicais, participação ativa em massa dos trabalhadores rurais nos debates e palestras voltados à questão agrária cratense, traçado de linhas para a construção de uma política agrícola endógena que venha a atender seus interesses e, por último, luta pela construção de um novo parlamento e Executivo municipal, tendo como pano de fundo a bandeira da difusão e fortalecimento da agricultura familiar.

Quanto à faixa de renda auferida na atividade, percebe-se que o elevado percentual de 80% (3200) dos trabalhadores rurais filiados ao STTR de Crato geraram uma renda de R\$ 6.000,00 a R\$ 7.500,00. Esse alto percentual, explica-se em grande parte ao estio crônico, irregularidades de chuvas nos meses de janeiro a abril e o elevado nível de dispersão de chuvas nas comunidades rurais que vem atingindo a agricultura cratense nos últimos 5 (cinco) anos.

Quadro 6 – Distribuição absoluta e relativa das variáveis: assistência técnica, plantio, acessibilidade à terra e faixa de renda auferida na atividade referente aos trabalhadores rurais do município de Crato/2016.

<b>3 – Assistência Técnica</b>	CPT	ACB	Flor do Pequi	SINTRAF	STTR	Total	%
EMATERCE	12	1.350	0	18	400	1.780	28,96
Flor de pequi	0	150	237	17	0	404	6,57
ACB	0	0	0	35	0	35	0,57
<b>Não tem assistência</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.600</b>	<b>3.600</b>	<b>58,57</b>
ACB/Caritás	48	0	0	0		48	0,78
Próprio sindicato	0	0	0	280	0	280	4,56
Total	60	1.500	237	350	4.000	6.147	100,00
<b>4 - Plantio</b>	CPT	ACB	Flor do Pequi	SINTRAF	STTR	Total	%
<b>Sequeiro</b>	<b>36</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>315</b>	<b>3500</b>	<b>3851</b>	<b>62,65</b>
Irrigação	12	0	0	7	0	19	0,31
Sequeiro/Irrigação	12	1.500	237	28	500	2.277	37,04
Total	60	1.500	237	350	4.000	6.147	100,00
<b>5 - Acesso à terra</b>	CPT	ACB	Flor do Pequi	SINTRAF	STTR	Total	%
Posseiro	18	1.050	59	28	500	1.655	26,92
Meeiro	0	15	0	7	200	222	3,61
Proprietário	12	375	178	35	1000	1.600	26,03
Assentado	30	60	0	18	50	158	2,57
<b>Arrendatário</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>262</b>	<b>2.150</b>	<b>2.412</b>	<b>39,24</b>
Crédito fundiário	0	0	0	0	100	100	1,63
Total	60	1.500	237	350	4.000	6.147	100,00
<b>6 - Faixa de renda</b>	CPT	ACB	Flor do Pequi	SINTRAF	STTR	Total	%
<b>R\$ 6000 a R\$ 7500</b>	<b>36</b>	<b>300</b>	<b>47</b>	<b>70</b>	<b>3.200</b>	<b>3.653</b>	<b>59,43</b>
R\$ 7500 em diante	24	1.200	190	280	800	2.494	40,57
Total	60	1.500	237	350	4.000	6.147	100,00

Fonte: Elaboração do autor em 17/11/2016.

### 3.4.3 Tipo de moradia, rede de esgoto, fossa séptica, água tratada e acesso a posto de saúde

Embora ainda longe de possibilitar às pessoas da sede da urbe ou do campo a construção de moradias que não venham a comprometer o meio ambiente e inibir doenças

decorrentes da falta de higiene dentro e fora do recinto, os dados contidos no Quadro 7 informam que os trabalhadores rurais assistidos pela ACB são os que detêm maior percentual, isto é, 94% com moradias de alvenaria. Nessa mesma linha de pensamento, o número de trabalhadores rurais filiados ao SINTRAF foi o menos expressivo, com 58%. Isso implica dizer que a maioria dos trabalhadores rurais, 75, 53%, são pessoas que estão acima do grau de extrema pobreza e possuem moradias de alvenaria não muito atrativas e de fácil percepção para a visualização de lagartixas, bribas, tiranaboias e do maligno inseto hematófago denominado barbeiro, transmissor da Doença de Chagas, em analogia com as moradias de taipa.

Ao analisar a variável rede de esgoto no Quadro 7, existe um dado preocupante ao se afirmar que 100% dos trabalhadores rurais de Crato não possuem em suas residências rede de esgoto. Todavia, para os habitantes que residem em Crato, esse dado não é novidade, pois há locais dentro da sede da própria urbe, por exemplo, no bairro Lameiro, onde a instalação de uma rede de esgoto não passa de ficção científica. Dentre os problemas decorrentes da ausência da rede de esgoto por parte do poder público, pode-se apontar o comprometimento da política pública de combate à dengue, zica, *Chikungunya* e microcefalia, uma vez que há água de esgoto a céu aberto em abundância, o que propicia a proliferação de larvas do *Aedes aegypti*.

Ao indagar se os trabalhadores rurais de Crato dispõem de uma fossa séptica, revela-se que 97% (1.455) desse contingente populacional pertencente à ACB faz uso dessa variável. De maneira mais minuciosa, o Quadro 7 não deixa dúvida que somente 49,43% (173) dos filiados ao SINTRAF encontram-se inseridos nesse contexto. Esse valor relativo afirma que há contaminação do solo com águas cinzas, decorrente do lançamento de fezes em locais inadequados, já que o emprego da fossa séptica é justamente evitar a contaminação de águas subterrâneas e de superfície e, por outro lado, inibir o ciclo reprodutivo ou elevação de casos de verminoses (lombrigas), bactérias (cólera), protozoários (amebas) e parasitas (tênia solitária).

Em se tratando do consumo de água, verifica-se, no cômputo geral, uma pequena diferença relativa entre os trabalhadores rurais que consomem água tratada (50,51%) e não tratada (49,49%), justificada pelo mau hábito de ingerir o líquido diretamente da torneira ou de fonte dos olhos d'água. Por fim, chega-se à análise da última variável, que trata do acesso aos serviços de saúde ofertados pelo posto de saúde, materializado no Quadro 7, que indica dois valores relativos negativos desastrosos, de 98% (343) e de 75% (3.000) dos

trabalhadores rurais filiados ao SINTRAF e ao STTR de Crato, respectivamente. Uma explicação plausível que pode justificar esses dados relativos deve-se ao fato da longa distância entre o posto de saúde e as residências dos trabalhadores rurais por ele atendidos.

Quadro 7 – Distribuição absoluta e relativa das variáveis: moradia, rede de esgoto, fossa séptica, água tratada e postos de saúde responsáveis pela sanidade dos trabalhadores rurais do município de Crato/2016.

<b>7 - Tipos de moradia</b>	CPT	ACB	Flor do Pequi	SINTRAF	STTR	Total	%
<b>Alvenaria</b>	<b>55</b>	<b>1.410</b>	<b>180</b>	<b>203</b>	<b>2.795</b>	<b>4.643</b>	<b>75,53</b>
Taipa	2	75	40	140	1.200	1.457	23,70
Adobe	3	15	17	7	0	42	0,68
Barraco	0	0	0	0	5	5	0,08
Total	60	1.500	237	350	4.000	6.147	100,00
<b>8 - Rede de esgoto</b>	CPT	ACB	Flor do Pequi	SINTRAF	STTR	Total	%
Sim ( )	0	0	0	0	0	0	0,00
<b>Não (x)</b>	<b>60</b>	<b>1.500</b>	<b>237</b>	<b>350</b>	<b>4.000</b>	<b>6.147</b>	<b>100,00</b>
Total	60	1.500	237	350	4.000	6.147	100,00
<b>9 -Fossa séptica dentro ou próxima da moradia</b>							
	CPT	ACB	Flor do Pequi	SINTRAF	STTR	Total	%
<b>Sim ( x )</b>	<b>54</b>	<b>1.455</b>	<b>197</b>	<b>173</b>	<b>3.200</b>	<b>5.079</b>	<b>82,63</b>
Não ( x )	6	45	40	177	800	1.068	17,37
Total	60	1.500	237	350	4.000	6.147	100,00
<b>10 – A água consumida pelos trabalhadores rurais é tratada?</b>							
	CPT	ACB	Flor do Pequi	SINTRAF	STTR	Total	%
<b>Sim ( x )</b>	<b>42</b>	<b>1.500</b>	<b>213</b>	<b>350</b>	<b>1.000</b>	<b>3.105</b>	<b>50,51</b>
Não ( x )	18	0	24	0	3.000	3.042	49,49
Total	60	1.500	237	350	4.000	6.147	100,00
<b>11 -Posto de saúde nas comunidades ou próximas</b>							
	CPT	ACB	Flor do Pequi	SINTRAF	STTR	Total	%
Sim ( x )	60	1.470	213	7	1.000	2.750	44,74
<b>Não ( x )</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>24</b>	<b>343</b>	<b>3.000</b>	<b>3.397</b>	<b>55,26</b>
Total	60	1.500	237	350	4.000	6.147	100,00

Fonte: Elaboração do autor em 17/11/2016.

Diante das discussões expressas ao longo da terceira parte, algumas considerações se fazem necessárias. Primeiro, no que diz respeito à análise, implementação e adoção do PSJ no município de Crato. O estudo demonstrou que essa política pública é uma alternativa viável e impacta diretamente a elevação da qualidade de vida dos seus beneficiários. Esse



resultado foi decorrente de valiosos esforços dos agentes diretamente envolvidos, tais como o BM/trabalhadores rurais/comunidades, com as suas respectivas associações e o poder público, representado pela DAS, tendo à frente o quadro técnico da UGP. Nesse sentido, é correto afirmar que o sucesso e aceitação de uma política pública dessa magnitude somente atinge seus fins se houver uma participação direta dos beneficiários. Dessa maneira, o PSJ mostrou seu potencial de inovar ao adotar o reuso de águas cinzas, uma vez que antes era comum os trabalhadores rurais de Crato desperdiçarem a água de pias e banheiros. Esse cenário modificou-se, pois as águas cinzas, que antes eram empregadas para lavarem calçadas e despejadas em terreiros na frente de moradias com o fim de amenizar o calor, atualmente são utilizadas com bastante frequência no processo de fertirrigação de fruteiras.

Ao prosseguir nas análises de políticas públicas, no caso do PROCAMPO foi demonstrada sua importância ao possibilitar, através da pedagogia da alternância, a união entre a teoria e a prática, a fim de capacitar pessoas que lidam com a terra. Sendo assim, o seu emprego e expansão no meio rural, no longo prazo, consegue inibir o avanço da pobreza em comunidades rurais, sejam elas carentes ou não. A educação, além de transmitir o conhecimento, estimula as pessoas a pensar, refletir, construir ou reconstruir novas formas de organização social para o campo. Daí explica-se, em parte, os reais motivos de o poder público municipal, estadual ou federal não investir maciçamente em educar o seu povo, pois um povo educado implica em mudança de *status quo* que choca com interesses das elites, inclusive agrárias. Já o PAA, criado em 2003, foi uma política pública voltada para o combate à fome e a promoção da seguridade social, criada pelo ex-presidente Lula, e que possibilitou que muitos trabalhadores rurais de Crato auferissem renda oriunda de uma parceria entre União, prefeitura e trabalhadores rurais. Essa política pública, além de proporcionar a geração de renda, mostrou que é possível produzir de forma sustentável, sem agredir o meio ambiente com o emprego de defensivos químicos, ao adotar o manejo da agroecologia. Com base nos relatos ao longo de todo o item, atualmente essa nova forma de produzir alimentos ganha espaço de forma exponencial a cada dia, ao atrair a atenção de crianças, adultos, pesquisadores e esportistas que almejam uma vida longa e saudável.

Por fim, ao relatar o perfil socioeconômico dos trabalhadores rurais de Crato, o estudo detectou a hegemonia do sexo feminino quanto à idade (35 a 50) e quanto ao gênero. De modo geral, pode-se então dizer que esse sexo encontra-se em idade produtiva, gosta de política, participa de movimentos sociais e luta pelo acesso à terra, por viver com dignidade e por uma sociedade mais justa e com direitos. Nesse percurso, no item que trata do acesso à

terra o estudo revelou que a maioria dos trabalhadores rurais de Crato não tem terra, isto é, são arrendatários (39,24%). Já para a faixa de renda, predominou o intervalo de R\$ 6.000 até R\$ 7.500, com aproximadamente 59% do cômputo geral. Com base nesses valores relativos, suas mudanças passam por uma reestruturação no campo, onde cada trabalhador rural terá seu pedaço de terra e, conseqüentemente, elevará sua renda. Para que essas mudanças aconteçam, é necessária a adoção de uma estratégia com a participação do sindicato desses trabalhadores.

Quanto ao tipo de moradia/fossa séptica/água tratada/, o estudo revelou que os trabalhadores rurais de Crato conseguem suprir as necessidades de forma satisfatória. Porém, o acesso a posto de saúde é um aspecto negativo para os trabalhadores rurais de Crato, na ordem de 10,52% (55,26% - 44,74%), o que evidencia o descaso do poder público municipal com os trabalhadores rurais, uma vez o acesso à saúde é um direito social, conforme o Art. 6º da CF/88. Portanto, como direito, não pode nem deve ser violado, pois a sua privação/descaso compromete a sua própria existência.

#### 4. MOVIMENTOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RURAIS EM CRATO/CE

A luta social pela terra, por melhores condições de trabalho no campo, por mais recursos pela agricultura familiar e por financiamento público está diretamente relacionada ao papel desempenhado pelos movimentos sociais organizados no Crato. Nos sindicatos, assentamentos, federação, na luta pela educação universitária para seus jovens, o protagonismo da organização dos trabalhadores rurais é decisivo para algumas conquistas. Daí a importância em analisar as práticas e discursos dessas entidades, sem deixar de relacioná-las ao contexto político atual, porém, sem olvidarmos de que todo este processo é histórico, ou seja, é permeado por mudanças, mas também por permanências. O passado escravista e a antiga estrutura agrária deixaram heranças no Cariri cearense, marcando as relações sociais, muitas vezes pautadas na discriminação social.

A partir desse momento, discursos e organizações que preconizaram os movimentos sociais que envolvem os trabalhadores rurais em Crato serão abordados com riqueza de detalhes, em particular aqueles que fazem parte do STTR de Crato, tais como os trabalhadores rurais do Assentamento 10 de Abril e do Assentamento da Fazenda São Silvestre, bem como a atuação da unidade regional da FETRAECE. Com ideias distintas e representando o agronegócio da região do Cariri, o estudo discorrerá na sua última parte sobre a ACCOA, reportando teorias sobre o tema pobreza *versus* riqueza.

##### 4.1 DISCURSOS E ORGANIZAÇÕES

Os movimentos sociais do campo, ao longo de sua história, são marcados pela trajetória de luta. Por exemplo, para a implementação de políticas públicas, construção de uma identidade coletiva defesa e cumprimentos de direitos sociais conquistados e garantidos pela Constituição, resistências, organização, mobilização, seja nos ambientes de trabalho ou sede de associações comunitárias, sindicatos ou federações. É nesse cenário que são traçadas as lutas e forjadas as condições ideais para a tomada de consciência do que significa ser trabalhador(a) rural (SILVA, 2006, p.1).

Lavrar a terra por meio do trabalho e retirar dela o alimento, com fins de garantir a segurança alimentar de si e da família, é uma necessidade que atravessa o tempo, constituindo várias comunidades camponesas por todo o Brasil. Todavia, na história

brasileira, desde o período colonial, tal necessidade não foi atendida para os povos nativos (ameríndios), para os escravizados, libertos e pessoas livres empobrecidas. Embora muitos fossem trabalhadores rurais de fato, a fome foi uma condição presente na vida social brasileira. Apesar da diversidade dos povos nativos, esses receberam desde o primeiro contato a denominação “índios”, generalizando centenas de nações. No período colonial, a ideia da Coroa Portuguesa era de povoar a colônia, o que significou para os povos nativos a submissão através das missões religiosas, onde seriam evangelizados e obrigados ao trabalho nos moldes coloniais. Oficialmente só poderiam ser escravizados através das “guerras justas” os indígenas que não se submetiam, os chamados “selvagens” ou “ferozes”. No período imperial, a política para os indígenas seria a da submissão nos aldeamentos, com a noção de civilizar, ao tempo em que se buscava a formação de trabalhadores rurais miscigenados, os mamelucos. No período republicano, na chamada República Velha, a ideia seria de proteger os indígenas. Ou seja, no decorrer do tempo, a noção de que os povos nativos teriam que ser tutelados foi sempre uma marca da relação entre esses e os colonizadores ou brasileiros. Quanto aos africanos, a escravização, tanto no período colonial quanto durante o período imperial, foi a principal condição estabelecida. Nesse processo histórico surgiram os pobres livres, geralmente miscigenados, espalhados por todo o território brasileiro, formando as primeiras comunidades camponesas.

Como resultados da negação a uma vida ativa e social digna, a resistência foi a marca dos setores excluídos, tanto a resistência cotidiana quanto os levantes, rebeliões e revoltas populares, decorrentes da violação ou ausências de direitos para com as minorias. Sobre esse trajeto, comenta Maria do Socorro Silva:

Desde a chegada dos colonizadores portugueses que tivemos, em nosso país conflitos e rebeliões populares formados por complexa composição étnica, social e ideológica – índios, caboclos, camponeses, escravos, alfaiates, barqueiros, religiosos, seleiros, etc - com proporções e alcances distintos, ora manifestando-se como amplos movimentos de massa construindo novas formas de organização social, política e econômica, ora manifestando-se como ações específicas e localizadas ou movimentos messiânicos, de confronto com a opressão, a miséria, a dependência, a ausência de direitos, a luta pela posse da terra e por melhores condições de vida e de trabalho nas sociedades Colonial, Monárquica e Republicana (SILVA, 2006, p .1).

Com o advento da Independência, os conflitos não findaram, assim como na República. Dentre essas lutas, podemos citar os conflitos armados: Canudos (BA), Contestado (SC), Caldeirão do Beato José Lourenço (CE) e Pau de Colher (BA).

Para Motta (1998, pp. 161-165), os conflitos agrários têm raízes ligadas à questão da propriedade. A já citada Lei de Terras, por exemplo, juntamente com seu Regulamento criado para legitimar com força de lei o uso e ocupação da terra nas casas paroquiais e, em alguns momentos, solucionar os casos de litígios, na verdade serviu para comprovar que as demarcações de terras devolutas divulgadas pelos seus proprietários não só estavam equivocadas, mas também inverídicas. Dentre os problemas da implantação da Lei de Terra, destaca-se a necessidade de acompanhar o processo de legitimação das posses e revalidação das sesmarias e dificuldades em distinguir as terras públicas das privadas, através do registro das terras possuídas. Comprovado o fracasso da política de regularização fundiária, grandes fazendeiros se apropriaram de terras devolutas que servissem para aldeamento indígena, conforme estabelecido em lei. Daí explica-se boa parte do crescimento exagerado do latifúndio no solo brasileiro e a luta dos movimentos sociais no campo, por exemplo, pelo direito à posse e segurança alimentar e nutricional.

O fim da escravidão foi fruto da luta da sociedade brasileira, em particular dos abolicionistas dentro e fora do País, e também por pressões externas, como a do governo britânico, entre outros. No entanto, para grande parte da população negra a abolição formal da escravidão não se traduziu em mudanças estruturais nas condições de extrema pobreza que muitos vivenciaram.

[...] passado o 13 de maio de 1888, os negros foram abandonados à própria sorte, sem a realização de reformas que os integrassem socialmente. Por trás disso, havia um projeto de modernização conservadora que não tocou no regime do latifúndio e exacerbou o racismo como forma de discriminação. Após a assinatura da Lei Áurea, não houve uma orientação destinada a integrar os negros às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado (MARINGONI, 2001, p.1).

Fernandes (2008, pp.64, 67) aprofunda a discussão:

[...] dentro de semelhante contexto econômico, psicossocial e sociocultural, as humilhações, os ressentimentos e os ódios, acumulados pelo escravo e pelo liberto sob a escravidão e exacerbados de forma terrível pelas desilusões recentes, lavravam destrutivamente o ânimo de negros e mulatos. Tudo contribuía para aumentar sua insegurança, natural numa fase de mudanças bruscas, e para agravar ansiedades e frustrações que não podiam ser canalizados “para fora” nem corrigidas construtivamente, através de mecanismos psicossociais de interação com os “outros” e de integração a ordem social emergente [...] O regime escravista não preparou o escravo e (portanto, também não preparou o liberto) para agir plenamente como “trabalhador livre” ou como “empresário”. Ele o preparou, onde o desenvolvimento econômico não deixou outra alternativa, para toda uma rede de ocupações e de serviços que eram essenciais mas não encontravam agentes brancos.

Embora se queira convencer atualmente que essas questões vivenciadas acima pelos escravizados são atos que somente podem ser citados como parte integrante de um tempo pretérito, ou seja, que finalizou com o abolicionismo, por terem sido retirados do cativo, o qual foi extinto por completo, isto é um erro. O fato é que a concentração da propriedade de terras e as profundas desigualdades sociais entre negros e brancos seguem sendo problemas estruturais da sociedade brasileira. Uma demonstração inequívoca disso é dada, precisamente, pelos obstáculos enfrentados hoje por um grupo social cuja constituição histórica precede a Lei Áurea: os quilombolas. A realidade presente dos quilombos, sobretudo no que diz respeito à proteção de suas terras, manifesta, em seu universo específico, a atualidade das questões agrária e racial (LIMA JUNIOR, 2011, p. 52).

Existem 3.524 territórios quilombolas no País, dos quais 1.711 já foram certificados. Em dezembro de 2010, 52.601 famílias inscritas no Cadastro Único do Programa Bolsa Família declararam-se quilombolas. O MDS estima, porém, que existam ao menos 109.036 famílias quilombolas vivendo em comunidades espalhadas por 1.211 municípios em todo o País. O processo de titulação dos territórios ocupados pelas comunidades, contudo, caminha a passos lentos: segundo informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 20 anos, apenas 189 comunidades foram tituladas e 120 títulos foram expedidos em 108 territórios (LIMA JUNIOR, 2011, p. 52).

Neste aspecto, consoante o Estatuto da Igualdade Racial sob a Lei nº 12.288, de 20/07/2010, reporta-se no capítulo IV, seção I, o acesso à terra, nos respectivos artigos:

Art.27. O poder público elaborará e implementará políticas públicas capazes de promover o acesso da população negra à terra e as atividades produtivas no campo. Art. 28. Para incentivar o desenvolvimento das atividades produtivas da população negra no campo, o poder público promoverá ações para viabilizar e ampliar o seu acesso ao financiamento agrícola. Art. 30. O poder público promoverá a educação e a orientação profissional agrícola para os trabalhadores negros e as comunidades negras rurais. Para os remanescentes das comunidades dos quilombos é crucial mencionar o conteúdo do: Art. 31. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivamente. Art. 32. O Poder Executivo Federal elaborará e desenvolverá políticas públicas especiais voltadas para o desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos, respeitando as tradições de proteção ambiental das comunidades. Art. 33. Para fins de política agrícola, os remanescentes das comunidades de quilombos receberão dos órgãos competente tratamento especial diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura (BRASIL, 2010, pp. 2-3).

Assim, a promulgação desse Estatuto por si só não representa uma conquista definitiva para esse grupo social, uma vez que no Brasil a instabilidade política e institucional gira em torno de interesses pessoais ou partidários, onde os direitos difusos (coletivos) são violados a todo o momento, por exemplo, através de votações quase secretas por parte do parlamento federal, de tal modo que a maioria da população brasileira fica alheia aos acontecimentos. Dessa forma, pensar e repensar a criação de uma identidade coletiva como uma estratégia de luta é uma condição necessária, contudo, não suficiente, a fim de inibir a difusão de descaminhos crônicos tais como a elevação do preconceito na esfera racial, ética, financeira, educacional, religiosa, de direitos e moral.

Em reportagem impressa pelo jornal *Diário do Nordeste*, de 19/02/2011, relata-se um estudo efetuado pelo GRUNEC e a Cáritas Diocesana de Crato, que conseguiram mapear na Região do Cariri 25 comunidades distribuídas em 15 municípios, porém somente 6 delas se auto reconhecem como remanescentes de quilombolas.<sup>88</sup> Embora a reportagem não cite a Comunidade de Luanda, esta por sua vez é a única que se identifica como quilombola em Crato, iniciando pela cor da pele, passando pelos traços culturais, religiosidade e maneira de educação e finalizando com os seus hábitos alimentares próprios.

No que diz respeito à construção dos discursos e organizações dos movimentos sociais, sob a conotação das lutas camponesas que se expressavam através da religiosidade, em Crato é relevante citar que durante esses episódios a Igreja Católica esteve atrelada ao latifúndio e contra os trabalhadores rurais, tendo como protagonistas os Salesianos, como no episódio citado do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, o maior conflito rural da história da cidade. Uma comprovação de tal afirmação veio logo após a morte do Padre Cícero, quando este grupo religioso apropriou-se das terras e de tudo o que existia no Caldeirão do Beato José Lourenço, expropriando os moradores, que ali viviam do trabalho coletivo e de cultos religiosos em um clima de paz, harmonia e solidariedade (RAMOS, 2011, pp. 64, 65, 66, 97, 154). A destruição da comunidade do Caldeirão significou o fim do trabalho coletivo, uma tentativa de apagar da memória social aquela forma de organização coletiva.

Outro fato histórico marcado por extrema violência, que ainda repercute nos movimentos sociais em Crato, por exemplo, em eventos realizados pela FETRAECE e a ACB, é a luta de Trombas e Formoso, travada por posseiros e grileiros no Estado de Goiás, que ultrapassou as décadas de 40, 50 e finalizou somente na década de 60, durante o regime

---

<sup>88</sup> Ver Diário do Nordeste. **Mapeamento de Negros e Quilombolas**, 2011. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/mapeamento-de-negros-e-quilombolas-1.52676>>. Acesso: 16 dez.2016.

militar. Dentre todos os fatos ocorridos durante a disputa pela terra é importante citar a presença explícita do PCB em ações efetivas, lecionando táticas de guerrilhas advindas da Revolução Chinesa de Mao Tse-Tung, isto é, com o uso de armas, adicionadas às leituras de Marx e Engels. Neste contexto, o PCB atuante em Trombas e Formoso sofria denúncias de culto ao stalinismo, de tal repercussão, que abriu espaço para se autoproclamar como um forte instrumento de pressão e como um efetivo canal de negociação em busca de solução política para a crise (CUNHA, 2012, pp. 148-163). A luta em Trombas e Formoso obrigou o Estado brasileiro a se preocupar com a questão agrária que envolvia os trabalhadores rurais. No decorrer do século XX e na época contemporânea, a luta social no campo continua através das associações, sindicatos, comunidades de remanescentes quilombolas e indígenas, nos assentamentos, pois os conflitos com os detentores das terras ou com o Estado permaneceram.

#### 4.2 SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS (STTR) DE CRATO

O STTR de Crato tem cinquenta e cinco anos de existência. Foi fundado por influência da Igreja Católica do Crato que, vendo o avanço dos movimentos sociais, principalmente das Ligas Camponesas no Nordeste, traçou uma estratégia distinta para conter o seu avanço e, em 1º de janeiro de 1962, a Fundação Padre Ibiapina, ligada à Diocese do Crato, fundou o sindicato. A predominância ideológica era do catolicismo conservador. Desta maneira, seus propósitos eram de conciliar as classes sociais e tutelar os trabalhadores rurais, numa linha oposta à das Ligas Camponesas. Erguer bandeiras com lemas que gerassem polêmicas e abrissem espaço de discussão na relação capital e trabalho no campo, por exemplo, a reforma agrária, era veementemente combatido pela direita católica, sob a alegação de que se tratava de uma atitude que representava interesses dos comunistas do PCB e não dos trabalhadores rurais de Crato (SANTOS, 2006, p. 21,22).

A Diocese de Crato, temendo e observando de perto a dimensão ideológica e territorial que a temática da reforma agrária poderia aportar no bojo dos trabalhadores rurais em Crato, devido ao ganho territorial das Ligas Camponesas, contra-ataca o movimento das Ligas naquele momento, ao consolidar-se o STTR de Crato sob a figura do Bispo Dom Vicente de Paula Araújo Matos. Pouco tempo depois, veio o golpe militar e com o mesmo o



fechamento e perseguição aos sindicalistas em todo o Brasil. A perseguição se deu tanto aos sindicatos cristãos quanto àqueles ditos subversivos.

Como exemplo de perseguição política em sindicatos cristãos, cita-se o caso do trabalhador rural Antônio José da Paixão, integrante do STTR de Crato, que passou 15 dias no mato, escondido da polícia. Uma demonstração do que era considerado sindicato subversivo era pregar ou ter como principal bandeira de luta a reforma agrária. Ainda reportando a ação sindical dos trabalhadores rurais no regime militar, dos 184 sindicatos de Trabalhadores Rurais fundados no Estado do Ceará a grande maioria aflorou na década de 70, do século XX. Um ponto de ligação entre todos os sindicatos rurais espalhados no Ceará foi a intervenção do regime militar. O sindicato que não teve a diretoria cassada teve que aceitar a imposição do Ministério do Trabalho de alterar seu estatuto. Por outro lado, o sindicato que descumpriu as recomendações do Ministério foi substituído por uma junta governamental orientada pelo Ministério do Trabalho, para conduzir o sindicato seguindo as regras determinadas pelo Regime. Neste instante fica evidente que o sindicato rural não era mais para fazer a luta de classes, era uma representação dos trabalhadores rurais muito na linha do assistencialismo.

Desse modo dispõe Gregório (2007, p. 117):

Os sindicatos foram banidos da arena política; às suas responsabilidades foram delegadas tarefas burocráticas e atividades assistencialistas com as quais o governo já não queria se ocupar. Como consequência de tal estrutura, o governo dispunha de condições para destituir as lideranças dos trabalhadores e assegurar o controle das eleições sindicais. A partir daí a atuação política dos sindicatos cai em estado de prostração, com seus principais líderes presos ou perseguidos pela repressão. As entidades sindicais foram convertidas em órgãos de colaboração com o Estado, cabendo às suas funções servir como mediador entre governo e trabalhadores.

Nessa política assistencialista do regime militar o STTR de Crato e tantos outros sindicatos rurais da Região do Cariri, fundados com princípios do catolicismo, eram definidos como “Amigos do Regime”. Uma característica peculiar embutida no sindicato cristão cratense era evitar a qualquer custo a luta de classes, pois bandeiras erguidas, por exemplo, reforma agrária (principal bandeira de luta) e luta de classe são ações do PCB e antíteses à igreja católica conservadora. Sendo assim, essa ala de religiosos conservadores aproveita-se desse momento histórico de repressão de direitos e ergue bandeiras com frases do tipo: “Deus, Pátria e Família”.

Ao final disso tudo, quando terminou o Regime o movimento sindical rural estava muito esfacelado, principalmente no setor financeiro, em decorrência do rompimento de convênios da política assistencialista que se encerrou mesmo antes do fim da ditadura militar. Falta de assistência médica, odontológica e de medicamentos são marcas do sucateamento sindical que atingiu até os obedientes ao regime, como foi o caso dos STTR de Crato. Não obstante, os trabalhadores rurais de Crato, em sua grande maioria, somente iam ao Sindicato em decorrência da oferta desses serviços e os patrões, que antes eram inimigos fervorosos do Sindicato, tornaram-se defensores dos trabalhadores rurais sindicalizados, porque lá havia assistência médica e odontológica; em contrapartida, tirava-lhes a responsabilidade como um todo.

Com a redemocratização, a base sindical questionou as pessoas que dirigiam o sindicato durante o regime militar. Quem tinha assumido o poder não eram os trabalhadores rurais, mas as mesmas figuras provenientes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), representando os latifundiários e oligarquias do campo. Nesse novo cenário político, as forças de posição política contrária aos trabalhadores rurais e aos seus respectivos sindicatos rurais, (re) estruturam-se no Partido Democrático Social (PDS). Já a eleição de Tancredo Neves, fruto da Campanha Diretas Já, de 1984, foi motivo de esperança e sonho de consolidação da reforma agrária pelos trabalhadores rurais de Crato.

Com o falecimento de Tancredo Neves, assume de fato José Sarney. Vice na chapa de Tancredo Neves, aliado da ditadura militar, político do PDS e representante das oligarquias, travou o processo de reforma agrária, embora durante o 4º Congresso da CONTAG tenha se comprometido, diante dos movimentos sociais, trabalhadores rurais e sindicalistas rurais, que a reforma agrária seria efetuada no seu governo. O discurso inverídico de Sarney surtiu efeito positivo, isto é, os trabalhadores rurais e os sindicatos dos trabalhadores rurais, inclusive de Crato, acreditaram que agora a reforma agrária sairia do discurso e mostraram interesse pela causa ao lançar o PNRA.

Diante desse lançamento, grandes proprietários de terra, pecuaristas e fazendeiros do agronegócio e órgãos que representam essa superestrutura no campo, como a CNA (PICOLOTTO, 2011, p. 138), manifestaram-se imediatamente:

[...] a visibilidade que a pauta da Reforma Agrária adquiriu e a formulação pelo governo de um PNRA, anunciado no IV Congresso da CONTAG de 1985, causou fortes reações por parte dos grandes proprietários e suas organizações de representação e uma polarização do debate nacional sobre o tema. Paralelamente às reações das organizações tradicionais de representação dos grandes proprietários, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as federações

estaduais, em meados dos anos de 1980 surgiu uma nova organização de ruralistas, a UDR, organizada inicialmente em Goiás entre os grandes pecuaristas, mas que logo passou a ter expressão nacional. Diferenciava-se da CNA por suas posturas mais intransigentes na defesa do direito de propriedade, na defesa do uso de violência em favor dos proprietários, na formação de milícias e por ser absolutamente contrária a qualquer medida de reforma agrária (PICOLOTTO, 2011, p.138).

Sob o clima efervescente de debates em torno do PNRA foram elaborados programas de reforma agrária em nível estadual. No Estado do Ceará, o órgão encarregado pela execução da reforma agrária foi o INCRA, tendo à frente da superintendência Eudoro Santana. Por ser um político cearense com laços estreitos com famílias tradicionais de Crato, tais como Esmeraldo, Pinheiro e Albuquerque, elevou o entusiasmo do STTR de Crato para a efetivação da reforma agrária no município. No entanto, no meio do seu mandato, sobre forte pressão das oligarquias locais, tais como os donos de engenhos e de vacarias, suprimiu de vez a tal reforma. É importante frisar que, mesmo pressionado, Eudoro Santana abriu as portas do INCRA para os trabalhadores rurais cratenses.

Essa conquista nas dependências do INCRA pelos trabalhadores rurais cratenses deve-se, em boa parte, ao desmembramento explícito da Diocese de Crato, no final da década de 70 e início da década de 80, na condução dos trabalhos do Sindicato. Dessa forma, puderam exigir com mais rigor o cumprimento de acordos firmados entre governo, trabalhadores rurais e o Sindicato pelo acesso à terra, sem temer qualquer tipo de represália ou crítica por parte da igreja católica. Dentre as ações e conquistas do Sindicato ao longo de sua trajetória de luta, abre-se espaço para marchas, protestos e ocupações de órgãos públicos, entre outras estratégias de lutas, como demonstra a reportagem do Jornal “Diário do Nordeste”:

[...] o sindicato participou ativamente de movimentos que resultaram em vários benefícios, como aposentadoria rural de meio salário mínimo para trabalhadores rurais acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade e também para as trabalhadoras rurais viúvas; internações hospitalares, atendimento médico-odontológico, autonomia e liberdade de expressão.<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> Diário do Nordeste. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato fará 50 anos**, 2011. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/cariri/sem-categoria/sindicato-dos-trabalhadores-rurais-do-crato-fara-50-anos/>>. Acesso: 31 dez.2016.

No entanto, para que essas ações viessem a se tornar fatos de conquista da classe trabalhadora rural, ou seja, romper os limites do meio-fio da rua e a calçada da sede do STTR de Crato e chegasse até o conhecimento da sociedade civil, através da mídia falada e escrita, a adoção de um modelo de descentralização de atividades por ramo de atividade, primeiramente iniciada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Tauá e posteriormente adotada no Crato, foi uma atitude fundamental do Sindicato e impactou positivamente o grau de organização, planejamento, divisão de tarefas e estratégia de luta.

Em 1991 o município de Crato foi abalado pela notícia de que haveria uma ocupação das terras do antigo Caldeirão do Beato José Lourenço pelo MST. De posse da informação da vinda da liderança nacional do MST, os parceiros dos movimentos sociais no campo, tendo à frente o Sindicato e a ACB, traçaram imediatamente as estratégias de ocupação. Caso houvesse resistência em não ocupar as terras, essas seriam ocupadas de um jeito ou de outro, pois o MST é movimento que dificilmente recua. Ao saírem das terras do Caldeirão, em abril de 1991, os trabalhadores rurais montaram acampamentos no espaço físico do Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante, em Crato. Eram 250 famílias de sem-terra que acompanharam as negociações com o governador Ciro Gomes, que prometeu uma solução imediata. A reação contrária à ocupação partiu de grupo de vinte prefeitos do Cariri, que assinaram uma carta contra a ocupação das terras, e de alguns fazendeiros da Região que, com receio de contaminação dos animais a serem expostos em julho no local, afirmaram que os sem-terra podiam trazer a cólera.<sup>90</sup> Essa carta, destinada ao Executivo estadual, pretendia mostrar os impactos ambientais e econômicos caso ocorresse a proliferação da cólera em Crato, uma vez que o mês de julho é o período de maior entrada de capital no município de Crato, através da realização da EXPOCRATO. Por outro lado, pensava-se em conter futuras ocupações de terras em Crato e toda a região do Cariri.

De modo similar e na tentativa de solucionar rapidamente o clima de instabilidade em Crato, decorrente da ocupação dos trabalhadores rurais sem-terra, o vereador Anibal Batista fez um requerimento, pedindo que o Secretário de Segurança Pública tomasse medidas para reprimir tal afronta ao direito de propriedade. Esse requerimento, na prática, expressava o uso da força policial contra os trabalhadores; no entanto, foi aprovado pela maioria dos vereadores da Câmara Municipal de Crato. Porém, contra a fome, a falta de trabalho, combate a doenças, enfermidades, morte prematura e salários dos trabalhadores

---

<sup>90</sup> Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Apoio reforça resistência**, 1991. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=1021&Pesq=>> Acesso: 06 jan.2017.

rurais sem-terra ninguém se pronunciou. Somente a chibata e a humilhação aparecem a esses senhores, como solução rápida e eficiente (ALBUQUERQUE, 1991, p. 3).

Ao vivenciar essa caldeira prestes a explodir, os trabalhadores rurais sem-terra permaneceram ali acampados por aproximadamente 20 dias, utilizando bebedouros dos animais, pavilhões e galpões para dormirem e cozinhareem, além de banheiros para fazerem necessidades fisiológicas. Nesse interstício, efetuaram caminhadas pelas ruas da cidade, visitaram órgãos públicos e distribuíram panfletos. Realizaram, ainda, assembleias, debates, reuniões e palestras entre os próprios trabalhadores rurais, com a presença de políticos locais e intelectuais militantes que defendiam a reforma agrária (OLIVEIRA, 2008, pp.68-69).

O desfecho dessa ocupação, iniciada em abril de 1991, se deu com a compra das fazendas Gerais e Carnaúba das Gerais pelo Executivo estadual, as quais deram origem ao primeiro e único assentamento de reforma agrária em Crato, denominado de Assentamento 10 de Abril (SILVA, 2010, p. 94). Segundo Oliveira (2008, p. 71), das duzentas e cinquenta famílias que participaram da ocupação, somente noventa e seis permaneceram no Assentamento. As demais desistiram e foram embora devido às grandes dificuldades que passaram, além do medo, da apreensão e dos problemas de saúde. Portanto, nos primeiros dias, os assentados gozaram da liberdade de definir o local específico onde seriam construídas as futuras moradias, de início em lonas, depois casas de taipa e, finalmente, as casas de alvenaria.

Atualmente, no Assentamento 10 de Abril alguns de seus assentados dedicam-se ao cultivo de legumes (feijão, milho e fava) e de hortaliças, durante o período chuvoso, e à criação de animais, tais como gado bovino, ovinos, caprinos, galinhas caipiras e porcos. O complemento de renda é composto pela aposentaria, venda de doces caseiros, educação escolar em localidades vizinhas, bolsa família, migração temporária, execução de tarefas na construção civil, envio de capital dos retirantes que foram, em particular, para São Paulo e Minas Gerais e, por fim, no artesanato e na fabricação de tapetes e bordados de crochê.

Em relação à infraestrutura, o Assentamento possui moradias de alvenaria, sistema de abastecimento de água, construído através do PSJ, ruas não pavimentadas, iluminação pública, uma igreja, uma casa digital, uma rádio comunitária e um centro de cultura. A Igreja representa, para os assentados mais antigos, a hegemonia do catolicismo, a memória viva do padre Cícero e da luta de José Lourenço pelo direito à terra, à moradia, ao trabalho, à segurança alimentar, entre outros direitos. Para os jovens, as atividades da igreja proporcionam uma maior aproximação ao introduzir novas tecnologias de convivência com

o semiárido e, por analogia, inibem o grau de vulnerabilidade no combate à pobreza, por intermédio da Cáritas Diocesana de Crato e da CPT. Dentre as ações realizadas pelo catolicismo cratense, o estudo cita as primeiras experiências do padre Villeci Basílio Vidal, na adoção do reuso de águas cinzas perante os assentados.

Já a casa digital do Assentamento encontra-se em pleno funcionamento por um grupo de jovens que foram capacitados pelo projeto de extensão da UFCA, denominado Solares, que iniciou em 2015, voltado para o domínio da *internet*. Atualmente, a Casa disponibiliza 6 computadores em perfeito estado de uso. De posse das informações coletadas pela *internet* via rádio da Casa, repassam as mesmas para a rádio comunitária, noticiando temas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar, meio ambiente, esporte, lazer, educação, dentre outros temas relevantes para os assentados. O centro cultural é o local onde acontecem as assembleias do Assentamento, formações e noites culturais. Vale destacar a existência de um campo de futebol (terrão) de chão batido, utilizado todos os dias pelas crianças. Em finais de semana e feriados, o espaço físico do terrão é ocupado pelos adultos em torneios de peladas.

Ao analisar o modo de vida e o comportamento atual dos assentados, o estudo aponta para o individualismo como um dos obstáculos a ser superado. Esse individualismo decorre da alienação política e tendenciosa transmitida pela mídia escrita e televisionada e a não participação direta dos assentados mais jovens durante o processo de ocupação das terras. Resgatar a história de luta do Caldeirão, das lideranças, dos movimentos sociais que jamais abandonaram a luta durante e depois da ocupação é o primeiro passo de combate a esse individualismo dentro do Assentamento. Outro problema vivenciado pelos assentados é a questão do preconceito, em virtude de sua vulnerável condição socioeconômica, além da falta de estrutura nas áreas de saúde, educação e lazer.

Em 2007, o Sindicato pôs em prática a sua preocupação com a degradação do meio ambiente, ao realizar junto aos assentados da Fazenda São Silvestre, em Vila Malhada, a revitalização de matas ciliares no rio Carás e áreas adjacentes, definidas com base no elevado grau de devastação. Com dados mais recentes, os assentados detêm terras agricultáveis cultivando mandioca, frutas, cereais (milho, feijão, amendoim, arroz e sorgo). A banana de irrigação e de sequeiro é a fruteira predominante. Na criação de animais, há predominância da bovinocultura, em especial, para a produção de leite e derivados decorrente da mini usina de pasteurização instalada na própria Vila (ver as Figuras 15, 16 e 17).

Figura 15 – Plantio de banana e mandioca irrigadas.



Fonte: Produzida pelo autor em 10/01/2017.

Figura 16 – Miniusina de laticínios e derivados



Fonte: Produzida pelo autor em 10/01/2017.

Figura 17 – Casa de Farinha



Fonte: Produzida pelo autor em 10/01/2017.

Anexo à casa de Farinha, existe um poço profundo empregado para abastecê-la, uma vez que as residências hidrometradas são abastecidas com água de boa qualidade, com periodicidade constante, ou seja, sem racionamento, administrada pelo SISAR. A casa digital, instalada em 2006, que veio através do Programa Casa Digital ligado à SDA do governo do Estado, possui 11 computadores conectados à *internet*. A internet utilizada pelos assentados é via satélite, paga pelo governo federal e, desse modo, possibilita que todos os assentados interessados em navegar pela *internet* não desembolsem nenhum real. A quadra poliesportiva, campo de futebol (terrão) e o campo *society* da Vila Malhada, por exemplo, são locais para os esportes de alto rendimento que os assentados praticam.

Em 2013, o Sindicato, ciente da Lei de nº 11.977/2009, que trata do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), elaborou um projeto para a construção de 46 moradias no distrito de Santa Fé e várias comunidades da Boa Vista, Baixa do Maracujá,

Valentino, Riacho Fundo, Brejinho e Engenho da Serra. Esse Projeto do governo federal através do MDS configura mais um avanço do movimento sindical em Crato no acesso à moradia. Teve como ponto referencial de discussão a Marcha das Margaridas, que acontece de 4 em 4 anos, tendo a última sido realizada em 2015, e o Grito da Terra, realizado todo ano, sob a alegação de que o homem e a mulher do campo precisam de uma vida digna e a moradia se enquadra perfeitamente nesse contexto.

Um dos obstáculos enfrentados pelo Sindicato nesse Projeto diz respeito ao período de liberação dos recursos financeiros após sua aprovação que, nesse caso, deu-se somente no final de 2016, e ao excesso de burocracia. Pois bem, a liberação dos recursos foi na ordem de R\$ 1.442.100,00, efetuada pela Caixa Econômica Federal (CEF). Isto implica dizer que cada uma das moradias construídas sai em torno de R\$ 31.350,00, pois conta com a própria mão de obra local (ver as Figuras 18, 19 e 20).

Figura 18 - Primeiras paredes das futuras moradias.



Fonte: Acervo do Sindicato cedido em 04/01/2017.

Figura 19 - Moradia construída junto com a cisterna calçada.



Fonte: Acervo do Sindicato cedido em 04/01/2017.

Figura 20 – Moradia construída com mão de obra local.



Fonte: Acervo do Sindicato cedido em 04/01/2017.



Nesse Projeto há se de ressaltar a preocupação do Sindicato com o meio ambiente, desde as instalações físicas das moradias, por exemplo, a presença de uma fossa séptica de alvenaria e a cisterna do tipo calçadão, até o ciclo de palestras junto aos contemplados, efetuadas por Hingrid Jonnyne Rokar, assistente social contratada pelo Sindicato, mostrando a importância de preservar a natureza, de realizar a coleta seletiva do lixo, como usar água de modo racional, entre outras.

Enfim, esse Projeto, destinado a substituir as moradias de taipa por alvenaria e dar moradia para quem não tem, conduzido pelo Sindicato, contou com ações explícitas em nível nacional e regional da CONTAG, do poder público municipal, através da Secretaria de Agricultura com seus técnicos agrícolas, e da FETRAECE, respectivamente.

#### 4.3 ATUAÇÕES DA DELEGACIA REGIONAL DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NA AGRICULTURA NO ESTADO DO CEARÁ (FETRAECE) EM CRATO/CE

A FETRAECE é uma instituição de representação sindical sediada em Fortaleza, composta por uma direção ampliada que compreende um presidente e vice-presidente, nove secretarias e oito regionais (Cariri, Crateús, Iguatu, Itapioca, Grande Fortaleza, Sertão Central, Sobral e Vale do Jaguaribe), que emergiu durante a década de 60 em decorrência dos primeiros passos organizacionais dos trabalhadores rurais filiados a sindicatos.<sup>91</sup>

Dentre os fatos históricos que marcaram os primeiros momentos dessa Federação que existe há mais de meio século, a similaridade com os trabalhadores rurais do Ceará após o golpe militar de 1964 foi a substituição de lideranças vindas da classe trabalhadora rural por um interventor designado pelo regime militar. Nesse caso, houve a deposição de Vicente Pompeu, primeiro presidente, e em seu lugar foi nomeado o presidente interventor José Rodrigues de Araújo, 1964-1967 (ALENCAR *et al.*, 2013, p. 28).

Complementado ao poder de controlar, efetuar a alternância de cargos administrativos tanto dos sindicatos quanto da Federação e apontar o que está correto ou incorreto do ponto de vista constitucional legal direcionado à questão agrária, o regime militar, em 02/02/1965, lançou a Portaria nº 71 do Ministério do Trabalho (MT), que dividiu

---

<sup>91</sup>FETRAECE. **Quem Somos.** 2017. Disponível em: <[http://fetraece.org.br/pagina\\_simples.php?titulo=Quem%20Somos&pagina=quem\\_somos#.WH5dYIMrJ6p](http://fetraece.org.br/pagina_simples.php?titulo=Quem%20Somos&pagina=quem_somos#.WH5dYIMrJ6p)>. Acesso: 17 jan. 2017.

os trabalhadores em duas categorias de enquadramento sindical no campo: uma, constituída pelos sindicatos de trabalhadores rurais, englobando “assalariados”, “parceiros”, “arrendatários”, “pequenos proprietários”, etc., e outra, composta pelos sindicatos rurais voltados para o setor patronal, colocou em discussão as possibilidades de enquadramento sindical de “pequenos produtores”, que passaram a ser disputados pelas duas categorias de sindicatos (MEDEIROS, 1997, p.67).

Desse modo, a Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Ceará, a Federação dos Trabalhadores Autônomos Rurais do Estado do Ceará e a Federação dos Pequenos Proprietários e Posseiros do Estado do Ceará, localizadas nos municípios de Assaré, Iguatú e Caridade, respectivamente, seguiram as determinações da referida Portaria e formaram um só corpo federativo em 08/07/1969, com a denominação de Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE).<sup>92</sup> Essa Federação, durante a sua primeira década de fundação (CARVALHO, 2013, p. 30), vivenciou e caracterizou-se pelos primeiros passos do movimento sindical rural no Ceará, presença feminina, embora de forma tímida no sindicalismo rural. De 1960 a 30 de março de 1964 foram importantes para a democracia, a liberdade de expressão e o pulsar da vida no campo, com a disputa pela criação dos sindicatos, das federações e da Confederação, envolvendo o PCB, a Igreja Católica e o Estado. Por fim, a partir da ditadura militar, os sindicatos dos trabalhadores rurais, as federações e a Confederação sofreram intervenções de tal forma que muitos dos seus presidentes, diretores e lideranças dos trabalhadores rurais foram perseguidos, presos, torturados, assassinados e exilados.

Naquela época, em Crato, a questão agrária, por estar subordinada ao controle político e ideológico da Escola de Líderes Rurais (ELIRUR) da Fundação Padre Ibiapina, vivenciou quase um abandono completo da luta sindical pela FETRAECE do Cariri, devido à forte influência da Diocese cratense na condução da vida ativa do STTR de Crato, bem como de toda a região do Cariri. Cientes dessa retaliação da Federação, os dirigentes sindicais da região reivindicaram a criação da Delegacia Regional da FETRAECE no Cariri, no ano de 1973, composta pelos dirigentes sindicais Raimundo Amaro da Silva, José Laurindo dos Santos e Francisco de Assis de Souza, respectivamente presidentes dos STRs de Missão Velha, de Crato e de Barro (SANTOS, 2006, pp. 8, 26).

---

<sup>92</sup> Idem, 2017, p.1.

Com essa união sindical, ficou claro que os trabalhadores rurais, além de lutar contra as injustiças praticadas pelos patrões e autoridades do regime militar, sobretudo os dirigentes sindicais, tiveram que lutar para mudar a diretoria da FETRAECE, que procurava marginalizar os STRs da Região do Cariri e privilegiar principalmente os das regiões de Fortaleza e Sobral. Em uma assembleia geral da Federação, conseguiram caçar os mandatos da diretoria tendenciosa e preservar a união, a solidariedade e a luta em defesa dos trabalhadores rurais do Estado do Ceará como um todo (SANTOS, 2006, p. 26).

Sob nova direção, a FETRAECE, durante toda a década de 70, acompanhou de perto a “revolução verde” e seu discurso falacioso, centralizado num ideário inovador no combate à fome, através da alteração na forma de produzir alimentos provenientes de plantas e sementes geneticamente modificadas no campo, em áreas com predomínio da monocultura. Pelo viés da implementação de políticas públicas a favor dos interesses da classe trabalhadora, percebeu-se que essa “revolução verde” dos americanos representava, de fato, a hegemonia dos latifundiários, dos grandes fazendeiros e de grileiros ao acesso às terras devolutas e, por analogia, a exclusão das minorias em termos de representatividade, composta pelos povos nativos e comunidades tradicionais (população negra, quilombolas, extrativistas e trabalhadores rurais).

Como essa “revolução verde” foi uma política pública que continha no eixo central da sua cartilha recomendações como renovar o pátio tecnológico do capital agrário, reduzir custos fixos e variáveis, estabelecer critérios para cálculos depreciativos do capital empatado na atividade agrícola “X” e elevar o binômio produção e produtividade, logo expandiu-se de forma assustadora ao combinar o crédito fundiário subsidiário com novos métodos de gerenciamento agrário. Dessa maneira, não demorou muito para que essa “revolução verde” mostrasse a sua face mais perversa, isto é, da má distribuição dos rendimentos financeiros oriundos da opressão, exclusão e miséria no campo.

Ao observar e analisar as formas de relações de trabalho entre emprego(s) *versus* empregador(es) impostas por essa política pública, a delegacia regional da FETRAECE do Cariri alertou os trabalhadores rurais, em especial os pertencentes ao município de Crato, que os mesmos não aceitassem essa ideia, pois a “revolução verde”, no seu bojo, representava um dano ao meio ambiente, um retrocesso na luta sindical, nos movimentos sociais e na reforma agrária. Nesse sentido, temas direcionados à “revolução verde” e à reforma agrária foram repassados com mais detalhes aos trabalhadores rurais de Crato após a realização do III Congresso da CONTAG, que contou com a presença de Expedito Guedes

da Silva, José Laurindo dos Santos e José Pereira, ligados à FETRAECE do Cariri. O evento, ocorrido de 21 a 25 de maio de 1979 em Brasília, foi marcado pela aprovação de uma proposta de reforma agrária na qual se encontram itens como Colonização, Terras públicas, Discriminação de Terras, Posse e Proteção Possessória, Arrendamento e Parceria, entre outros mais (STEDELI, 2005, pp.157-175). Ao analisar o item que trata de terras públicas, a CONTAG demonstra como se deu a formação da superestrutura agrária e o que sobrou dela para os trabalhadores rurais.

[...] – que um volume escandaloso de terras públicas vem passando à propriedade privada de grandes grupos econômicos, principalmente estrangeiros;  
- que esses grupos, contando com o favorecimento oficial, representado pelos incentivos fiscais, retiram a oportunidade de milhões de famílias de trabalhadores rurais;  
- que, sem outra alternativa, esses trabalhadores passam de posseiros e legítimos detentores de um pedaço de terra para a condição de mão - de - obra abundante e barata, quando não escrava (STEDELI, 2005, p.164).

Na verdade, o debate sobre a reforma agrária nesse III Congresso organizado pela CONTAG pregou a ocupação de terras, pois não dava para fazer abaixo-assinado ou redação documental formal exigindo do governo a reforma agrária. Um dos argumentos centrais para que houvesse as ocupações girou em torno da existência do forte contingente de pessoas ligadas a defender interesses de oligarquias, latifundiários e grandes fazendeiros e que integravam o governo. Então, se os trabalhadores rurais não fossem para a rua e não ocupassem terras, os avanços no campo não aconteceriam. Outro ponto envolvendo a questão agrária, que emergiu dos debates desse Congresso, foi o surgimento do movimento Grito da Terra Brasil. A partir daí o Grito da Terra Brasil repercutiu imediatamente na região do Cariri, mostrando que os trabalhadores rurais estão unidos e exigem do poder público a consolidação da reforma agrária. Discursos falaciosos e promessas vazias vindas do poder público não são mais aceitas pelos sindicatos rurais nem pela FETRAECE do Cariri.

A esperança de efetivação do tripé extensão, assessoria e pesquisa no campo renasceu na FETRAECE do Cariri, com o lançamento do PNRA de Sarney. Mas essa proposta de reforma agrária teve como um dos principais obstáculos à sua não efetividade a forte pressão dos parlamentares defensores da superestrutura agrária no parlamento federal. Segundo Adamy (2009, p.88), com forte poder deliberativo em votações no Congresso Nacional os constituintes da bancada ruralista foram decisivos, naquele momento, para que o latifúndio continuasse imperando no Brasil e seus proprietários mantivessem sua condição

hegemônica, preservando a propriedade privada como valor absoluto e inquestionável do ponto de vista jurídico.

Outro fator inquestionável nessa época, contrário à reforma agrária tão sonhada pelos trabalhadores rurais ligados à FETRAECE do Cariri, foram os discursos desqualificativos desses parlamentares referentes ao MST e aos trabalhadores rurais. Longe dos holofotes de Brasília, essa superestrutura agrária, construída a partir das oligarquias agrárias, latifundiários e grandes fazendeiros, adotou o uso da violência armada para conter as ocupações de terras, ocasionadas pelo engodo do governo quanto ao acesso dos trabalhadores rurais à terra. Caso o governo tivesse dado pelo menos a terra, o insucesso da reforma agrária para os trabalhadores rurais seria enorme. O argumento explica-se pelo fato de que a reforma agrária é um conjunto de ações interligadas, que necessitam de acompanhamento e não somente da entrega de terras.

Nessa mesma época de embate sobre a reforma agrária surge a ideia do sindicalismo participativo, onde nenhum dirigente sindical poderia se aposentar levando consigo o seu cargo ou função dentro do sindicato, por exemplo, aposentar-se como diretor do sindicato. Sendo assim, a FETRAECE do Cariri acompanha de perto essa mudança na vida ativa sindical por parte dos trabalhadores rurais e presença de forma mais enfática a esperança da participação feminina e de jovens em traçar suas próprias estruturas voltadas para o fortalecimento da luta sindical e da agricultura familiar, em um ambiente que antes era controlado pelo sexo masculino.

De posse dessa união envolvendo homens, mulheres e jovens, a FETRAECE do Cariri participou de forma indireta da ocupação das terras do Caldeirão pelo MST, quando esse lá chegou. Nesse episódio, o apoio da Federação ficou evidenciado pela sua participação nas comissões que trataram diretamente com o governo do Estado sobre a questão, inclusive negociando uma área com o governador Ciro Gomes para as famílias que ocuparam o Caldeirão, a qual originou o Assentamento 10 de Abril.

O triênio 1994-97 é marca importante para a FETRAECE do Cariri. O primeiro fato diz respeito ao estio, quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crato promoveu passeatas pelas ruas de Crato e ocupações de prédios públicos, tais como a delegacia da agricultura, que funcionava dentro do Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante. Ciente de que o estio é um problema crônico que assola todos os trabalhadores, uniu-se ao STTR de Crato e reivindicaram frentes de serviços e algumas soluções emergenciais, como doações de cestas básicas para manter os trabalhadores rurais no campo. O segundo fato diz respeito ao I

Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado no município de Crato em 1997 (FETRAECE, 2004, p. 11), evento onde foi deliberada a criação do Coletivo Estadual de Trabalhadoras Rurais da FETRAECE, que assume a responsabilidade política de articular e coordenar as ações de gênero, mas também acompanha as ações políticas referentes às mulheres, na perspectiva da construção de novas relações de gênero e na conquista da igualdade entre mulheres e homens no movimento sindical e em todos os espaços da sociedade.

Dentre os seus objetivos verifica-se: trabalhar a organização, a formação e a inserção das mulheres trabalhadoras rurais nas instâncias do movimento sindical, na perspectiva do seu empoderamento e da construção de novas relações sociais de gênero; discutir, propor e reivindicar dos órgãos governamentais políticas públicas de saúde, educação, moradia, terra, crédito, assistência técnica, comercialização, salário digno, combate à violência e garantia de cumprimento dos direitos trabalhistas e previdenciários conquistados através das lutas; dar visibilidade ao trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres na agricultura familiar, cobrando dos poderes constituídos o reconhecimento de sua participação na economia e no desenvolvimento do Estado; e, por fim, desenvolver ações que garantam a participação efetiva e qualificada das trabalhadoras rurais nos processos de tomada de decisão, de formulação e implementação das políticas públicas para o Desenvolvimento Local Sustentável (FETRAECE, 2004, p. 11).

Desse modo, e com o intuito de atingir os objetivos acima, o Coletivo da FETRAECE do Cariri conta com presença maciça durante o Março Lilás e o Outubro Rosa. Para o primeiro, as trabalhadoras rurais não somente de Crato, mas de toda a região do Cariri, realizam uma rodada de conversas vinculadas à questão agrária e à violência por elas sofrida por parte dos seus parceiros. Já o Outubro Rosa, evento mais conhecido devido a sua vasta divulgação pela mídia televisiva, jornais impressos, revistas da área de saúde, universidades públicas e privadas, entre outros, chama a atenção das mulheres para a prevenção de doenças cancerígenas, através de relações sexuais ou não.

Pelo viés da geração de renda, o Coletivo da FETRAECE do Cariri enfatiza bastante a divulgação da feira de agricultura familiar, de tal modo que a comercialização dos produtos produzidos pelas trabalhadoras rurais de Crato e do Cariri conseguiu romper as divisas do Estado do Ceará, chegando a Brasília e ao México, com exposições de redes de dormir.

Ao analisar a metodologia e a logística do Coletivo da FETRAECE, o estudo releva dois pontos de estrangulamento para a sua sustentabilidade: primeiramente, a escassez de mão de obra para conduzir os trabalhos de forma eficiente. A afirmação parte do

envolvimento direto da representante do Coletivo em outras atividades paralelas da Regional, decorrente da precariedade do atual quadro de funcionários. O segundo ponto de estrangulamento deve-se ao elevado grau de violência sofrida pelas trabalhadoras rurais, uma vez que a taxa de feminicídios não é baixa no Cariri e, para aquelas que residem em áreas mais longínquas da sede do município de Crato, fica mais difícil para o Coletivo da FETRAECE do Cariri socorrê-las. Essa violência, em grande parte, explica-se pelo machismo e motivos fúteis, e os seus parceiros acabam ceifando suas vidas. Vale destacar que o Coletivo da FETRAECE do Cariri combate esse tipo de violência em parceria com o Conselho da Mulher em Crato.

Com o apoio desse e de outros parceiros, a FETRAECE do Cariri, seguindo as diretrizes do I Congresso dos Trabalhadores Rurais em Crato, concretiza em 2001 o lançamento da Exposição dos Produtos da Agricultura Familiar (EXPROAF), criando um espaço estrutural para a comercialização de produtos genuinamente da agricultura familiar. Do mesmo modo que o grupo do agronegócio da Região do Cariri, representado pela ACCOA, realiza a EXPOCRATO, ocupando as instalações de uma área pública pertencente ao Estado do Ceará, os trabalhadores rurais também deveriam marcar território com venda de produtos agroecológicos, artesanato, comidas típicas, cursos e palestras naquele mesmo local, voltados para o fortalecimento de um mercado justo caracterizado pela ausência de preços abusivos.

Essa ideia dos trabalhadores rurais foi tão bem sucedida que não demorou muito a expandir-se além das divisas do município de Crato. Dentre essas novas áreas, pode-se citar o caso dos municípios de Juazeiro do Norte e Moreilândia; esse último não compõe o Estado do Ceará, mas o vizinho Estado do Pernambuco. É importante assinalar que, no início do planejamento, muitos trabalhadores rurais temerosos não acreditavam que a feira que hoje acontece anualmente daria certo, devido ao receio de não vender seus produtos, uma vez que já possuíam, mesmo sob o regime de exploração, um comprador certo: os atravessadores.

Com o intuito de combater a exploração de atravessadores e, por analogia, fortalecer a agricultura familiar, os trabalhadores rurais dos distritos do município de Crato acionaram o Instituto Flor do Pequi e a EMATERCE na elaboração de projetos de créditos fundiários, que resultaram nos assentamentos do Genipapo, da Malhada, da Agrofarma e outros mais. O trabalho desses parceiros da FETRAECE do Cariri não termina aí, pois, além de elaborarem os projetos, também ficaram encarregados de ofertar os suportes de

assistência técnica e de gestão, restando assim uma pequena participação da Federação Caririense nessa conquista dos trabalhadores rurais de Crato.

Nesse ambiente de cobranças de políticas públicas, é necessário que os trabalhadores rurais em Crato estejam presentes no levante de bandeiras de lutas, para pelo menos garantir a manutenção de conquistas como, por exemplo, o PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e tantos outros. Nesse sentido, o primeiro passo a ser dado pela FETRAECE do Cariri é encabeçar um levante, convocando todas as delegacias regionais que compõem a FETRAECE do Estado do Ceará, todas as entidades governamentais e não governamentais que, de algum modo, atuem nos movimentos sociais do campo, não somente em Crato, mas em áreas circunvizinhas, a definir tarefas, traçar metas, realizar passeatas pelas principais avenidas dos municípios que formam o complexo Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (CRAJUBAR), ir as emissoras de rádio da região do Cariri, convocar as universidades da região para a promoção de debates e ciclo de palestras, enfatizando a relevância da permanência e inclusão de novas políticas públicas para a promoção do bem-estar social dos trabalhadores rurais.

Feito isso, devem discutir acerca da elaboração de um documento feito em conjunto por todos os envolvidos e apresentá-lo, inicialmente, para os políticos locais que estão no parlamento municipal, estadual e federal, a fim de que tomem conhecimento do que foi escrito e, posteriormente, enviá-lo à Brasília, a fim de sensibilizar o atual Executivo Federal para a permanência dessas políticas públicas, bem como a introdução de outras que incidam mais diretamente na (re)estruturação da agricultura familiar. Essa redação deve conter uma parte específica destinada aos trabalhadores rurais que ocupam as áreas de estiagens do Nordeste, pois hoje o estio crônico que atinge os trabalhadores rurais de Cariri é um problema não só da FETRAECE local, mas de todo o movimento sindical ali presente. Vale frisar que os argumentos expostos têm como pressuposto os fortes laços de união entre trabalhadores rurais de Crato, FETRAECE do Cariri, STTR de Crato e os movimentos sociais mesclados em um só corpo.

Recentemente, dentre os benefícios obtidos oriundos dessas bandeiras de luta que contaram com a marca da FETRAECE do Cariri, ressalta-se a construção de cisternas do tipo “calçadão” em vários municípios do Cariri, tais como Crato, Aurora e Assaré. O acompanhamento sistemático da construção de moradias para os trabalhadores rurais em Crato, decorrente da aprovação do projeto feito pelo STTR local, somente foi possível devido à existência do Programa Minha Casa Minha Vida Rural, reportado em páginas



anteriores. Por fim, o estudo aponta a relevância de um seminário realizado durante a EXPROAF, em 2016, por informar à classe trabalhadora rural de Crato a importância do reaproveitamento de águas cinzas para a agricultura, pecuária e trabalhos domésticos.

Diferente da EXPROAF, a ACCOA é o outro lado da moeda, ou seja, é uma associação de criadores de pequenos ruminantes que, quando realiza seus eventos, conta com um elevado volume de capital financeiro. Há a exposição de máquinas e implementos agrícolas, de ovinos e caprinos puros de origem (PO), divulgação na mídia televisiva, jornais impressos, revistas do agronegócio, *outdoors*, presença de grandes pecuaristas e latifundiários, políticos ligados de forma direta ou indireta ao agronegócio, favoráveis à bancada ruralista, patrocinadores de bebidas alcoólicas e refrigerantes. Por fim, realizam-se, através da terceirização, *shows* musicais com atrações reconhecidas nacionalmente. Essas são marcas dessa Associação, que estimula a construção de um pensamento reflexivo e imparcial do que vem a ser pobreza e riqueza no campo, tema reportado a seguir.

#### 4.4 O CONFLITO POBREZA *VERSUS* RIQUEZA

Historicamente a questão da pobreza preocupou filósofos, religiosos, políticos, juristas, sociólogos, historiadores e pessoas altruístas. Apesar das variações históricas e geográficas, a pobreza é uma condição social relativa, comportando gradações, variando no plano social conforme a época e os níveis de cultura e desenvolvimento econômico. É expressão relacionada à carência de recursos, vista como virtude, ou mesmo como desqualificadora, para quem a vivia. De início designava a qualidade de uma pessoa, sendo que progressivamente foi associada à sua condição, em qualquer estado social, atingida por um estado de carência (REIS JUNIOR, 2014, p. 111). Na definição do conceito, Mollat (1989, pp. 1-5) explica que a pobreza se manifesta como uma condição de vulnerabilidade em seus limiares de ordem biológica, econômica e sociológica.

Apesar de ser uma condição presente em várias sociedades, a pobreza deve ser entendida historicamente e, no caso do Brasil, foi sendo gerada dentro do quadro geral da colonização, marcada pela escravização de seres humanos e do monopólio sobre a terra.

No Brasil do século XIX, era comum diferenciar os pobres dos mendigos e dos miseráveis, apesar de serem categorias que dizem respeito a diferentes aspectos da exclusão social. No entanto, acabavam sendo entrelaçadas. De qualquer maneira é importante entender como eram vivenciadas e discutidas na época. O pobre era identificado como a pessoa que trabalhava para se manter e à sua família, mas que não tinha condições de aforro. O mendigo seria aquele que pedia esmolas por estar incapacitado ao trabalho, sendo tolerado e controlado, não se enquadrando aí a falsa mendicância. Quanto ao miserável, era aquele que não seria capaz de assegurar sua subsistência. Entre o miserável e o chamado “remediado”, aquele a quem definiu como participante da “pobreza envergonhada”, toda uma gradação foi sendo estabelecida. (REIS JUNIOR, 2014, p. 113).

Segundo Moura (1998, pp. 24-26), a pobreza não se definia apenas na falta de condições mínimas de subsistência. No Brasil do século XIX, por exemplo, também dizia respeito à incapacidade de assumir custas processuais ou outras questões financeiras. Ser pobre e livre era pertencer à camada fluida e em contínua diversificação ao longo das diferentes conjunturas do declínio do escravismo, incluindo indivíduos com os mais diversos níveis de posses, ou seja, uma condição social.

Assim, segue a noção de que a pobreza, além de um estado de privação de um indivíduo, é ao mesmo tempo uma condição e uma relação social. Condição, porque lhe são atribuídos níveis e relação, porque a sociedade se manifesta de diferentes maneiras em relação a ela e aos pobres em geral. Não existe pobreza sem o seu oposto, a riqueza. A pobreza em uma sociedade é o agregado dos estados de privação dos seus membros (OSORIO *et al.*, 2011, p.9). Mas não somente configurada como extrema, de acordo com a ONU (2015, p. 5)<sup>93</sup> existe todo um arcabouço para o seu aparecimento, desde a análise de conjuntura econômica/jurídica, atuando de forma interligada no modelo macroeconômico, política monetária/fiscal e, principalmente, em implementações de políticas públicas. Em outras palavras, pode ser evitada reduzindo-se as desigualdades estruturais e sistêmicas em áreas do campo social e cultural que ainda permanecem não resolvidas e fortalecem a pobreza. Outro ponto relevante que impacta diretamente esse contexto é o fator discriminatório baseado na raça, gênero, idade, credo religioso, entre outros.

De acordo com os dados do Banco Mundial (2013, p.9),<sup>94</sup> aponta-se que cerca de 1,2 bilhões de pessoas vivem em pobreza extrema, o que representa quase 21% da população

<sup>93</sup> Organização das Nações Unidas (ONU). **Princípios Orientadores Relativos a Extrema Pobreza e Direitos Humanos**. 2012. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/Issues/EPoverty/GuidingPrinciplesinPortuguese.pdf>>. Acesso: 02mar. 2017.

<sup>94</sup> Banco Mundial (BM). Relatório Anual de 2013. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/16091/9780821399422PT.pdf?sequence=5>>. Acesso: 03 mar. 2017.

mundial em desenvolvimento. Esse número é preocupante e a retirada das pessoas que se encontram nesse cenário faria com que o percentual dos que vivem com menos de US\$1,25 diário se reduzisse para no máximo 3% em todo o mundo. Nesse sentido, a FAO (2015, p.8)<sup>95</sup> divulgou um novo mapa da fome, apontando que cerca de 795 milhões de indivíduos em todo o mundo estão subalimentados – um pouco mais de 1 para cada 9 indivíduos (tradução nossa). Debone (2016, p.12) afirma que esse cenário é agravado quando os indivíduos atingem o estágio da inanição que, na concepção de Mollat (1989, p.5), é denominado limiar biológico e surge quando os indivíduos deixam de reunir as condições mínimas de saúde e mesmo de sobrevivência, tais como deficiência física congênita ou acidental, incapacidade para o trabalho, subnutrição.

Essa subnutrição é decorrente da ausência de calorias no organismo do indivíduo ao assumir a postura de fome crônica, causando impactos negativos, por exemplo, no desenvolvimento psicomotor e na execução de tarefas e de atividades do cotidiano. Nesse sentido, quantificar o peso e altura das pessoas é uma forma de definir o estado nutricional, uma vez que fome é a porta de entrada para a desnutrição. Em casos esporádicos, existe a presença da fome na ausência da condição de pobreza, o que ocorre apenas excepcionalmente em tempos de guerra e catástrofes naturais (MONTEIRO, 2003, p. 9). Sawaya (2006, p. 146) afirma que a subnutrição decorre da alimentação precária em termos de quantidade e qualidade, quando faltam os nutrientes necessários, como vitaminas e minerais, sobretudo no início da vida. O sistema nervoso, como órgão controlador da atividade metabólica, fica comprometido em economizar energia em forma de gordura e reduzir o crescimento, para garantir a sobrevivência em condições adversas.

Ao prosseguir com essa discussão de analisar a pobreza, é relevante citar as três conotações adquiridas: pobreza baseada na renda; como privações de capacidades e, por fim, pobreza como equivalente à exclusão social (COSTA, 2008, p.92). Sendo assim, Sen (2010, pp.123-124) mostra a estreita ligação existente entre a pobreza de renda e a pobreza de capacidade no mundo do capital. Segundo o pesquisador, o estreito elo entre os dois estados de pobreza é a variável renda, que é meio importantíssimo para obter capacidades. De posse de maiores capacidades para viver sua vida, tenderia em geral em elevar o potencial de uma

---

<sup>95</sup>FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Insecurity in the World**, 2015.Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>>. Acesso: 03 mar.2017.

pessoa para ser mais produtiva e auferir uma renda mais elevada e não o inverso. Essa última relação pode ser particularmente importante para a eliminação da pobreza de renda e cita, como exemplo, o caso do fortalecimento da educação básica e serviços de saúde, que elevam significativamente a qualidade de vida do indivíduo. Esses dois fatores também aumentam o potencial do indivíduo em obter renda e, conseqüentemente, livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto maior for o grau de inclusão da educação básica e dos serviços de saúde, maiores as chances de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma oportunidade maior de superar a penúria.

Nesse aspecto analítico, a penúria encontra-se paralela à exclusão social que, na sociedade de mercado, normalmente costuma ser um plano de causalidade, complexidade e multidimensionalidade, produzida pela emergência do neoliberalismo com suas artimanhas que se fundem e reproduzem nos jogos de mercado, trabalho, estados, poder e desejos. Na atualidade, a exclusão social é composta por um conjunto de fenômenos que se configuram no campo alargado das relações sociais, como a desagregação estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a população na rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outros (LOPES, 2006, p.13). Freitas (2010, p. 4)<sup>96</sup> afirma que a exclusão social, na maioria das vezes, é ocasionada pela ruptura de coesão social, por isso caracteriza-se não só como uma acentuada privação de recursos materiais e sociais com reflexo direto na sociedade de mercado/consumo. Conceituada como excluída, essa pessoa afasta-se do convívio social, de familiares, deixa de frequentar locais de confrarias, passa a sentir vergonha de si mesma, resultando na instalação da depressão e do desespero.

Isolado e distante da economia de mercado/consumo, o indivíduo é posto no viés da análise da pobreza pelo foco da relatividade, segundo Crespo e Gurovitz (2002, pp. 3-4), devido à estreita ligação da desigualdade na distribuição de renda, que muitas vezes é explicada pela análise comparativa do cálculo da renda *per capita*, ou atributos nas condições de emprego ou poder a outros indivíduos.

Sob o prisma do trabalho, as políticas públicas têm muito a contribuir na redução da pobreza, uma vez que essa variável sofre interferência direta do modelo macroeconômico. Então, construir um corte espacial nesse modelo da relação empregado/empregador, consoante Pochmann (2012, pp. 48, 110, 111, 116) é relevante devido aos trabalhadores rurais e comunidades tradicionais, muitas vezes, exercerem ocupações e produção marginais

---

<sup>96</sup>FREITAS, Maria do Carmo. **Pobreza e Exclusão Social**. 2010. Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2009011.pdf>>. Acesso: 06 mar. 2017.

à dinâmica do capitalismo. Outra justificativa para a existência desse corte decorre da disseminação e aumento da terceirização no trabalho, acentuada pela introdução do Plano Real e pelo fim das altas taxas de inflação. Esse tipo de emprego vem aumentando consideravelmente, fixando as pessoas em postos de trabalho com tempo médio de permanência de 18 meses

No quesito educação, as políticas públicas têm muita interferência em combater a pobreza e, entre as razões que justificam o seu protagonismo nesse contexto, está a redução brusca que vem acontecendo em alocar as pessoas com baixo nível de escolaridade em postos de trabalho, seja no campo ou na cidade. Tomando como exemplo o Estado de São Paulo, em 2010 havia 32% de mão de obra terceirizada com escolaridade de ensino fundamental completo, contra o percentual de 92% em 1985. Como fato notório, provém da crescente demanda por pessoas com ensino superior completo nessa forma de alocação, após a implementação do Plano Real, saltando do infame 5% (1985) para 95% (2010) (POCHMANN, 2012, pp.112, 113).

Já a discussão da pobreza do município de Crato, essencialmente transita pela questão da terra, a partir do processo de colonização e da exploração dos povos nativos - Kariri, bem como dos escravizados de origem africana, pela política de povoamento e expansão da pecuária bovina vinda do Estado da Bahia, através da Casa da Torre. A tônica da injustiça social contribuiu para a formação do complexo econômico cratense, mesclado pelo tripé terra, capital e trabalho. Nesse tripé, durante o regime das sesmarias, a expropriação de terras dos povos nativos, principalmente das tribos localizados nas proximidades da Chapada do Araripe, onde se fazia plantio de culturas de subsistências e havia abundância de água potável, demonstra que a fome ainda não tinha se instalado. Todavia, ao serem violentados, expulsos de suas terras e escravizados, instalou-se a fome e o aparecimento de doenças crônicas que não existiam até o momento, por exemplo, a gripe e a tuberculose colocaram os nativos em situação de vulnerabilidade.

Usurpada, a terra foi, contudo, coberta por árvores de coloração verde e banhada por águas cristalinas que brotam e jorram constantemente. Isso fez o senso comum, como dito anteriormente, criar o jargão de “Oásis do Sertão”. Infelizmente, esse capricho da natureza foi a peça-chave em impulsionar a fome, a miséria e o extermínio dos Kariri.

De posse das terras que não lhes pertenciam originalmente, mostrando a função social das mesmas dentro da esfera da produção e acumulação de capital, os senhores do século XIX, possuidores de bens, utilizaram o trabalho escravo e o dos homens pobres livres.

Foi com base nesses dois tipos de mão de obra que se implantaram as atividades nos engenhos de rapadura e casas de farinha, impondo-lhes não somente a condição de homens cativos ou semicativos, mas de miseráveis. Nessa perspectiva, Lapa (2008, p.29) diz que há uma linha divisória que separa o pobre do miserável. Nesse caso, o pobre conseguia realizar as necessidades básicas, como alimentação, vestuário, mobilidade, moradia, etc. Já no que diz respeito à condição de miserável, de acordo com o direito da época sua conceituação deve-se à junção de carência econômica, violências, maus tratos, carência de saúde, etc.

Nessa visão, a miserabilidade nada mais é do que uma situação onde o indivíduo não consegue pelos menos ser explorado economicamente por nenhum proprietário de terra ou comerciante rico de Crato. Branco, livre e apontado como pobre, esse indivíduo, de modo similar ao mulato, ao caboclo e aos trabalhadores rurais, consegue auferir uma renda ínfima à sombra dos homens de negócios chamados por muitos de coronéis. Do mesmo modo que o gado ferrado em pastagens e convivendo com outros indivíduos em condições similares a sua, não demora muito para que esse indivíduo submeta-se aos mandos e desmandos do coronel. Segundo Leal (2012, p.46), isso somente acontece, primeiramente, porque ele faz uma análise comparativa do seu quadro de pobreza, marcado pela péssima remuneração, ignorância e abandono. Posteriormente, o coronel usa o seu prestígio político para obter crédito bancário e, por fim, em momentos difíceis, ele compra fiado no armazém do coronel para pagar com a colheita ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades.

De forma mais específica, foi nesse contexto que se originou e expandiu a pobreza entre muitos trabalhadores do campo (pequenos posseiros, trabalhadores rurais sem terras e pequenos arrendatários) e da urbe (jornaleiros e trabalhadores da cidade) e foi dada a denominação de pobres livres. Esse conceito deve-se ao fato de que eles, juntamente com os escravos, foram os responsáveis pela produção de bens e serviços em Crato naquela época. Assim, a condição de ser pobre não pode ser caracterizada como uma fatalidade, um destino ou causada pelas chamadas calamidades naturais. A pobreza, na esfera da produção e circulação dos bens e serviços, é um fator interpessoal, isto é, origina-se de uma relação social direta ou indireta que, nos momentos de crise, pode aumentar, levando a população ao grau de miséria, como pode ocorrer nos casos de guerras prolongadas, estios, terremotos ou outros eventos que desarticulam ou obstruem o sistema produtivo. No entanto, existe a pobreza do cotidiano, que é encontrada no dia a dia em tempos de normalidade (REIS JÚNIOR, 2014, p. 110).

Independentemente do período de normalidade ou estio, a pobreza instalou-se e expandiu-se rapidamente no século XX no município de Crato, devido a sua estruturação e formação do complexo agrário, baseada na Lei de Terras de 1850 que, dentro do ordenamento jurídico, tinha como característica fundamental a concentração fundiária nas mãos dos coronéis e grandes proprietários de terras. A Câmara Municipal, a Prefeitura e o Poder Judiciário agiram juntos e evitaram que as melhores terras da Chapada do Araripe, rica em potencial hídrico, ficassem nas mãos dos trabalhadores rurais que formavam uma massa integrada por analfabetos e sem terras.

Nesse quadro de injustiça, os coronéis e os grandes proprietários de terras de Crato saíram vitoriosos, privando os trabalhadores rurais do acesso à terra. A saída encontrada por eles para não morrerem de fome ou ficarem na absoluta pobreza foi cultivar pequenos roçados nas terras dos poderosos. Dentre os cultivares nesses pequenos roçados, sobressai o feijão de corda verde e o milho, porque ambos costumam unir um considerável aglomerado de trabalhadores rurais nos festejos religiosos da Semana Santa e nas festas juninas. Apesar de ocorrerem em períodos distintos, essas duas festas possibilitam aos trabalhadores rurais agradecer às forças divinas do catolicismo popular a boa colheita que sacia a fome do corpo e da alma.

Hoje, para que os trabalhadores rurais de Crato possam colocar na mesa o alimento necessário, devem lutar arduamente contra as mudanças climáticas, meteorológicas, pragas e doenças na lavoura e o mercado competitivo no qual estão inseridos. Dessa maneira, a sua condição de pobre está ligada a uma relação social de poder que envolve uma luta de classes. Uma demonstração de tal afirmativa advém das suas conquistas que foram conseguidas através da implementação de políticas públicas para o campo, tais como o PSJ e o PAA, demonstradas anteriormente. Então, combater a concentração fundiária e do latifúndio, além de se chocar com os interesses das elites agrárias, somente terão sua ruptura com estratégias e ações coordenadas unificando, por exemplo, políticos, lideranças sindicais, movimentos sociais, entre outros mais. Feita essa união, o passo seguinte é a busca para a implementações, por força de lei, de direitos que venham a garantir as reivindicações conquistadas. Sem luta não há conquista e, por analogia, esse processo desencadeará fome, pobreza e miséria no campo.

Em oposição à condição da pobreza dos trabalhadores rurais do Crato, existe a riqueza dos produtores rurais, no que se convencionou chamar de agronegócio. Na formação social capitalista, a riqueza, de acordo com Piketty (2014, pp.51-53) é vista como um

conglomerado de ativos que podem ser comprados e vendidos por um determinado mercado. Desse modo, a riqueza, quando assume a forma de imobiliário, é expressa por imóveis e casas utilizadas para moradia, e pelo capital financeiro e profissional (edificações e infraestrutura, equipamentos, máquinas, patentes, joias, moedas, etc) usado pelas empresas e administração pública. Vale assinalar que a não definição do ser humano como capital deve-se ao fato de que ninguém tem o direito de comprar outro ser humano, apesar de nada impedir que o proprietário do capital contrate os seus serviços com tempo determinado, seguindo uma legislação vigente. Contudo, essa afirmação não se estende aos escravos, porque em uma sociedade escravocrata o escravo e seus descendentes são mercadorias que podem ser compradas, vendidas ou doadas e são contabilizados na riqueza de seu proprietário. Nesse conjunto a terra é um componente da riqueza, do patrimônio e nem sempre é fácil separar o valor das edificações do valor dos terrenos sobre os quais são construídas. Mais difícil ainda é separar o valor das terras virgens do valor daquelas já lavradas por melhoramento adotando drenagens, irrigações, curvas de níveis no combate ao processo erosivo e preparo do solo, fertilizantes, dentre outros. Mas esse processo vem de uma longa trajetória histórica.

Do mesmo modo que as terras em torno da Chapada do Araripe, pertencentes ao município de Crato, têm valor e fonte de riqueza, as águas em abundância da Chapada do Araripe em Crato também seguem o mesmo percurso como um bem de cobiça e disputas entre as elites agrárias, que usaram os dispositivos da lei para solucionar disputas internas entre si, por exemplo, pagamento de multas, como mostra o Art. 46 da Lei nº 421, de 18 de agosto de 1847:

Art. 46. Todo aquelle que neste município tirar levadas para irrigação da agricultura, sem prévia licença da camara, soffrerá a multa de dez mil réis, ou oito dias de prisão, e as levadas serão entulhadas pelo fiscal, devendo os que se servirem das mesmas aguas para regar conservar sempre limpos os desaguadouros e canaes, sob pena de oito mil réis de multa, ou seis dias de prisão, e na mesma pena incorrerão os que não conservarem limpo o rio na extensão comprehendida em suas propriedades; assim os que de proposito extraviarem as águas.<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup>**Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annosde 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso.** In: OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.) – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009. Tomo II – p.9. Acervo digital do CEDOCC.



Ainda trilhando o caminho das leis provinciais catalogadas pelo CEDOCC, que tratam da formação da riqueza em Crato, verifica-se a Lei de nº. 645, de 17 de janeiro de 1854.<sup>98</sup> Segundo Reis Júnior (2014, p.106), há oito artigos dedicados somente ao uso da água e suas punições, conforme determinava o dispositivo da lei:

Art. 58. As aguas de todas as nascencias do patrimonio desta camara, serão repartidas por todos os foreiros com a igualdade de direito, pelo juiz municipal presidente da camara, ou juiz de paz, se os mesmos foreiros assim concordarem; os foreiros ás margens dos rios Batateira, e desta cidade serão obrigados a soltarem todas as aguas das 6 horas da tarde da sexta-feira de cada semana até 6 horas da manhã da segunda-feira seguinte, para serem divididas pelos foreiros e proprietarios do Engenho do Meio, inclusive para baixo. Os contraventores serão multados em 30\$000 rs. Art. 59. Todo aquelle que fóra do tempo que lhe competir, lançar mão de aguas alheias, ou seja por malícia ou mesmo por necessidade de regar plantas, será multado em 6\$000 réis para as despesas municipaes. Art. 60. Ficam proibidas as tinjinguadas, assim como outras quaesquer baldeações nos poços deste municipio: os infractores pagarão a multa de 20\$000 réis, mesmo quando o fação nas aguas que passem por suas terras. Art. 61. Quem deitar entulhos nas levadas, ou por qualquer modo obstruir a correntesa das aguas regadias, pagará a multa de 2\$000 réis. Art. 62. Os proprietários, foreiros, ou rendeiros das terras banhadas pelo rio Batateira, e desta cidade desde as nascencias até o Carité, conservarão em suas testadas toda a limpeza afim de que não se embarace a correntesa das aguas: os contraventores pagarão a multa de 6\$000 réis. Art. 63. A levada geral desta cidade deverá ser encanada desde a extrema do sitio do Pisa até o ultimo quintal da rua Grande, e esse encanamento será de pedra, ou tijolo e cal com bicas de aroeira ou cedro. Os proprietarios poderão ter em seus quintaes tanques tambem de cal, com tanto que não distraião as aguas para molhar as plantações, e somente as tirem com baldes para o que lhes for mister; os infractores serão multados em 10\$000 réis. Art. 64. Os foreiros dos sitios Caiana e Granjeiro poderão servir-se de parte das aguas da nascencia do rio desta cidade com tanto que seja isso das seis horas da tarde até seis da manhã, sob pena de serem privados desse indulto, e pagarem multa de 8\$000 réis. Art. 65. Fica prohibido o uso de se distrahir parte das aguas deste municipio com outras plantações que não sejam cannas, cafeseiros, arroz e fruteiras dos brejos da Batateira para baixo; não se prohibindo porém a plantação de milho, feijão, etc., pelo meio das cannas, que tem de ser regadas; os contraventores pagarão multa de 20\$000 réis.

Dentre todos os artigos da Lei nº 645, é necessário fazer uma reflexão para os artigos 60 e 65. Para o primeiro, deve-se esclarecer o termo tinjinguadas, pois trata-se de uma técnica inicialmente empregada pelos povos nativos em Crato que, posteriormente, estendeu-se para os trabalhadores rurais e indivíduos pobres na captura de peixes em reservatórios, poços, riachos ou partes de um aquífero. Essa técnica consistia em retirar um líquido de uma planta tóxica chamada tingui, o qual, ao entrar em contato com água, faz os peixes virem à superfície, facilitando a sua captura. Vista como uma ação predatória, a sua proibição, por força de lei, foi positiva e contribuiu para o não desaparecimento de peixes

---

<sup>98</sup>Idem, 2009, Tomo II - pp.445-446.

nativos, como a Curimatã e o Cascudo. Esse argumento é reforçado pelas ideias de Boff (2015, p.40): “não é possível um impacto zero, pois toda geração de energia cobra algum custo ambiental. [...] O importante é restaurar sua vitalidade, dar-lhe descanso e devolver mais do que dela temos retirado, para que as gerações futuras possam ver garantidas as reservas naturais e culturais para o seu bem- viver.” O art. 65 enfatizava veementemente o cultivo da cana de açúcar, daí explica-se a ascensão e prosperidade dos donos de engenhos de Crato e o codinome, até hoje, de “Cratim de açúcar”. Pelo lado econômico, esses engenhos de rapadura auferiram tanta riqueza que nas ruas do comércio de Crato, tanto nesse século quanto em meados do século XX, era quase impraticável andar sem esbarrar com feirantes, comerciantes e clientes provenientes de áreas distantes do Cariri cearense. A enorme quantidade de melaço de cana, oriundo de infame remuneração monetária paga aos trabalhadores rurais, que escorria dos fardos de rapadura durante os dias úteis, simbolizava a enorme quantidade de rapadura produzida nos engenhos de Ponta da Serra, Bebida Nova, Santa Rosa, entre outros locais.

Diferentemente do melaço que sujava e grudava no solado das sandálias e sapatos dos proprietários de engenhos de rapadura, a limpeza e o *glamour* se concentravam em reuniões no antigo clube da rapadura em Crato. Esse recinto caracterizava-se pela ostentação e o consumo supérfluo dessa elite agrária, usando joias de ouro e prata, paletós e vestidos belíssimos, bebidas refinadas, perfumes franceses, etc. Do outro lado da moeda, isto é, no chão dos engenhos, predominava o suor, o calor insuportável decorrente da elevada temperatura da fornalha e do tacho, roupas rasgadas e surradas, consumo de cachaça de cabeça, alimentação precária à base de farinha e rapadura, analfabetismo, etc. Esses são alguns fatos que se contrapõem à vida de luxo dos proprietários de engenhos, conseguida pela exploração de trabalho mal remunerado e alienante, não dissociado da pobreza e miséria contidas nas entranhas da maioria dos trabalhadores rurais que tiveram suas vidas esmagadas junto com as canas dos engenhos. De acordo com Pinheiro (2010, p. 57), “nas moagens, os cabras dos engenhos e suas famílias podiam chupar canas, beber garapas e levar aos sábados para suas casas cabaças de mel”.

Unidas aos engenhos de rapaduras, havia as capoeiras de algodão que abrangiam a região dos cariris (cearense e paraibano), sertão central e centro sul do Estado do Ceará, que demandavam uma enorme quantidade de rapadura para alimentar os trabalhadores rurais nas mais diversas etapas da produção, tais como plantio, colheita, tratamentos culturais, combate a pragas e doenças e, principalmente, na época da colheita efetuada manualmente. Dentre

todas as etapas, a colheita sobressai frente às demais por demandar, muitas vezes, famílias inteiras nas capoeiras e, por analogia, elevava a geração do binômio emprego/renda nos municípios produtores. Com o desaparecimento das capoeiras no final do século XX, em áreas abastecidas pelos engenhos de rapadura do município de Crato, veio o declínio na produção de rapaduras e o fechamento de muitos engenhos, provocado, em boa parte, pela crise e insolvência da atividade algodoeira. O fim do binômio algodão/rapadura foi tão forte, que além de concretizar o esvaziamento do campo, em Crato, seu reflexo foi sentido por todos aqueles que apreciavam a exuberância da Chapada do Araripe, pois, na “boca da noite”,<sup>99</sup> a coloração rubra vinda das fornalhas dos engenhos de rapadura, que sobressaía frente ao verde forte e imponente da Chapada do Araripe tornou-se pretérito.

Cientes que o binômio algodão/rapadura teve seus momentos de glória e a revitalização de ambas as atividades econômicas não passava de um discurso inverídico de políticos locais, a elite agrária de Crato enxergou no agronegócio da caprinovinocultura uma alternativa viável para a formação de uma nova riqueza no campo e logo tratou de criar, em 2000, a ACCOA, em Crato. Após sua criação, os esforços se concentram em demonstrar seus reais objetivos e encontra no relato verbal feito em 22/02/2018 por Hermano Paiva, presidente da ACCOA, os argumentos convincentes, ao afirmar que:

Atualmente a ACCOA conta com um grupo seletivo de 35 associados ativos dos quais 29 são cratenses. Dentre os objetivos traçados pelos associados, tem-se buscar introduzir animais com genética padrão, promover/participar de eventos agropecuários, comprar insumos com preços reduzidos, medicamentos veterinários e até parte da assistência técnica veterinária. Como a associação é legalizada e possui um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou seja, vista como uma empresa os mesmos procuram adquirir esses bens de forma mais barata, caso o associado for efetuar essas compras como uma pessoa física, seu dispêndio financeiro será muito maior.

Nesse caminho de reduzir custos e obter lucros durante a realização de eventos agropecuários, no caso, a EXPOCRATO, a ACCOA realiza o maior evento da agropecuária do Estado e um dos maiores do País, em parceria com o governo do Estado. Em outras palavras, ACCOA é uma associação de criadores que funciona dentro do Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante, que é um espaço público de propriedade do governo do Estado. Todavia, a administração do Parque fica a cargo não do poder público, porém da Associação, para a realização de eventos, preservação e manutenção das instalações físicas e outras atividades ligadas diretamente ou não à agricultura e pecuária. Estima-se que durante

---

<sup>99</sup> Expressão típica do sertão nordestino, utilizada pelos trabalhadores rurais ao fazer referência ao pôr do sol ou ao pequeno espaço de tempo entre o entardecer e o anoitecer.

o seu maior evento, isto é, a EXPOCRATO, movimenta aproximadamente R\$ 100 milhões, gerando cerca de mil empregos diretos e indiretos.<sup>100</sup>

Por fim, produzir esses números em tão pouco tempo em algum município do Centro Oeste, Sudeste ou Sul, para um pesquisador do agronegócio não é novidade. Porém, em um município situado em uma das regiões mais pobres do País e sem tradição no agronegócio da pecuária, sai da normalidade, uma vez que a agricultura e a pecuária de Crato seguem os pressupostos da agricultura familiar. Sendo assim, a ACCOA, de posse de capital financeiro, parceria público/privada, logística e mão de obra especializada em grandes eventos, sinaliza que possui força e aposta no sucesso que vem obtendo com a comercialização de animais com elevado potencial genético na caprinovinocultura, por exemplo, a raça caprina Boer, como carro chefe da EXPOCRATO em produzir riqueza concentrada, da mesma forma que acontece com os outros grandes eventos do agronegócio do Brasil, por exemplo, as Exposições Agropecuárias de Uberaba e Uberlândia no Estado de Minas Gerais.

Não obstante, é relevante frisar que a riqueza do agronegócio cratense contém em suas raízes a inexistência do título de propriedade por quem detém o controle da terra, mas de posse,<sup>101</sup> uma vez que as terras situadas em torno da chapada do Araripe são áreas de preservação ambiental e há uma predominância de criadores posseiros degradando o meio ambiente ao produzir o lixo doméstico à base de material não biodegradável, por exemplo, vasilhames plásticos, e ao substituir a vegetação nativa por pastagens para alimentar equinos, caprinos e bovinos nas localidades de Lameiro e Sítio Corujas. Nesse sentido, pode-se afirmar que a acumulação de capital nessas localidades tem duas explicações plausíveis: a primeira foi proveniente da expulsão de antigos trabalhadores rurais que tinham suas moradias fixadas nas terras desses sítios em troca de favores, laços de lealdade, convivência, subserviência ou mesmo sob a condição de morador. A segunda, através do esfacelamento dessas terras em pequenas glebas onde os trabalhadores rurais adquiriram a posse. Assim, a luta social pretérita deixou uma herança composta por um passivo de desigualdade social e uma divisão antagônica, presente até os dias atuais na sociedade cratense. Entende-se que o

---

<sup>100</sup>TRT/CE. **Expocrato é condenada a cumprir normas de saúde e higiene do trabalho e coibir trabalho infantil**, 2016. Disponível em: <[http://www.trt7.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2895:expocrato-e-condenada-a-cumprir-normas-de-saude-e-higiene-do-trabalho-e-coibir-trabalho-infantil&catid=152&Itemid=302](http://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2895:expocrato-e-condenada-a-cumprir-normas-de-saude-e-higiene-do-trabalho-e-coibir-trabalho-infantil&catid=152&Itemid=302)>. Acesso: 21 mar. 2017.

<sup>101</sup>Em Portugal a palavra posse faz referência à pessoa que detém a posse legal do prédio ou prédio indiviso. Porém, no Brasil, a palavra posse encontra-se vinculada à ideia de desbravamento de terras, contrapondo-se ao termo *sesmeiro*, possuidor de um título de propriedade, a sesmaria (MOTTA, 2008, p.85).

binômio riqueza/pobreza é relacional, portanto, a condição de pobre não deve ser entendida como um demérito ou apenas falta de perspectiva de quem a vivencia. Diminuir a desigualdade social interfere diretamente na riqueza acumulada, na questão da propriedade, na luta por políticas públicas, direitos sociais e políticos, nas resistências dos movimentos sociais e suas relações com o Estado e com as classes sociais privilegiadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver o estudo no município de Crato, uma região conhecida por suas terras férteis em decorrência das águas que afloram da Chapada do Araripe, em pleno semiárido nordestino, foi uma tarefa instigante. Realizado a partir do diálogo multidisciplinar com uma pesquisa de campo, mas também documental, foi possível descortinar as ações estatais através das políticas públicas, os conflitos que ainda permanecem, a discriminação social que estigmatiza o sertanejo pobre. Envolveu mais do que aspectos analíticos, mas também nos fez refletir como a sociedade brasileira tem muito que caminhar na busca da justiça social. A luta dos trabalhadores rurais se efetiva na esteira de outras reivindicações sociais como saúde, educação, emprego e moradia. A terra é um bem comum, vive-se dela e por meio dela as relações culturais, sociais e econômicas são edificadas. A reforma agrária, como exemplo de política pública é, pois, mais que um direito, é uma condição de dignidade humana.

A história de exclusões, lutas, repressões e a relação dessas com as políticas do estado colonial português, posteriormente estado brasileiro, revelaram em cada momento como se deu o processo constitutivo dessa classe social: os trabalhadores rurais de Crato. Tais trabalhadores formaram comunidades no decorrer anos, foram submetidos a formas de trabalho compulsório no século XIX, não obstante serem juridicamente livres, lutando pelo acesso à terra e implementação de políticas públicas no século XX. A constituição dessa classe social não ocorreu sem conflitos. O processo de diferenciação social iniciado no período colonial caracterizou-se pela destruição de comunidades nativas, pela escravização africana, pela recusa do estado colonial em fornecer a propriedade da terra para o campesinato, que assumiu assim a condição de posseiro. Inicialmente por meio do ordenamento jurídico implementado pela política sesmarial portuguesa, através das Cartas de Doação e, posteriormente, com a promulgação da Lei de Terras de 1850. Dessa maneira, a terra deixou de ser um bem pertencente a todos e, principalmente, aos povos nativos, que eram maioria e dela tiravam o sustento. A terra, então, tornou-se mercadoria, ou seja, uma propriedade privada nas mãos de homens de negócios, como os grandes fazendeiros e oligarquias agrárias.

A atividade econômica da pecuária bovina estava relacionada à apropriação sesmarial. O exemplo que ilustra a questão é o da Casa da Torre, da família do português Garcia d'Ávila. Seu poderio e expressividade econômica marcaram a história de ocupação dos sertões nordestinos. Nesse período, formava-se e consolidava-se, pois, o poderio desse

grupo social em Crato, responsável pelo surgimento dos latifúndios e do complexo açucareiro, tendo como força motriz os nativos, trabalhadores livres, tais como caboclos, mulatos, mestiços e escravos africanos, que trabalhavam nos rudimentares engenhos de açúcar movidos a tração animal. Essa organização contribuiu para que os trabalhadores rurais sem terra ficassem presos aos engenhos, realizando os mandos e desmandos dos proprietários. Tal situação vivenciada pelos trabalhadores rurais em Crato atravessou o período colonial e prosseguiu na República Velha, com a figura dos coronéis. Todavia, esse cenário começou a modificar-se no início do século XX, devido ao desenvolvimento do comércio local e à ascensão da educação nesse município, que alcançou toda a região caririense. Assim, muitos dos trabalhadores rurais perceberam que uma forma de alterar a relação social de trabalho anteriormente descrita, marcada pela humilhação e exploração, era deixar o campo e instalar-se na sede do município.

A história do processo migratório, em particular do êxodo rural, discutida ao longo desse estudo, revela que muitos dos trabalhadores rurais abrigaram-se na sede da urbe, em consequência da instabilidade no campo decorrente do estio, do monopólio/oligopólio da terra, da insegurança alimentar, da situação de pobreza ou da vulnerabilidade socioeconômica.

Ao mesmo tempo, as formas de organização e de resistência consolidaram uma experiência própria daquele grupo. O saber negociar as reivindicações junto ao Estado e aos grupos sociais privilegiados, a luta por direitos sociais e por políticas públicas que transformassem as condições de existência e as formas de solidariedade com os demais segmentos sociais, o surgimento das primeiras formas mais estruturadas de organização de trabalhadores em torno de lutas para a melhoria da qualidade de vida e de conquista sociais, são aspectos que merecem ser destacados.

Os que migraram para o meio urbano deram início ao processo de formação de bairros periféricos do Crato, dos quais o estudo destaca: Seminário, Alto da Penha, Vila Lobo e Pantanal. Assim como em outros municípios brasileiros, o poder público não teve resposta satisfatória para atender àquela população. Não existia política pública para receber o fluxo proveniente do êxodo rural no Crato. Assim, nos bairros citados, o desmatamento de encostas, da várzea de rios, as ocupações desordenadas, a construção de residências inicialmente feitas de taipas com a cobertura de palha, erguidas em áreas de risco e em terreno de terceiros, o acúmulo de lixo e a poluição hídrica superficial e subterrânea foram características presentes. As tradições do meio rural se fazem presentes até hoje em alguns

bairros, como no caso do Seminário, com fortes laços dos trabalhadores rurais com o catolicismo popular, através dos festejos e celebração de missas, dentre outras manifestações realizadas pelo Seminário Diocesano São José.

Uma vez instalados, dedicaram-se às atividades ligadas à indústria e ao comércio. Conforme visto nesse estudo, a absorção dos trabalhadores rurais por esses dois setores decorreu em parte do Plano Morris Asimow (1961), fruto de uma parceria da Universidade da Califórnia com a Universidade Federal do Ceará (UFC), a fim de incentivar o crescimento e desenvolvimento do município de Crato. A pesquisa identificou que não foi viável a permanência desse Plano, tendo sido atribuído o fracasso do mesmo à falta de mão de obra especializada, em consequência da precariedade da educação escolar. Essa perspectiva nos parece incompleta, pois culpa a população por sua condição social esquecendo a omissão do poder público.

A questão da cidadania no Brasil deve ser entendida na perspectiva histórica e no entrecruzamento da formação da nacionalidade e do Estado brasileiro, a partir da independência política em 1822. No Brasil escravista, a noção de cidadania estava limitada, em primeiro lugar, pela distinção jurídica entre livres e escravizados. Em segundo lugar, havia a distinção entre direitos civis e direitos políticos, sendo o critério para a cidadania ativa a renda, conforme prescrevia a Constituição de 1824. Os cidadãos sem renda mínima de cem mil réis anuais eram considerados cidadãos passivos, ou seja, apenas com direitos civis. Além disso, a noção de cidadania naquele contexto não implicava direitos sociais. Mulheres estavam excluídas da participação na cidadania e os povos indígenas, apesar de considerados livres, não gozavam de direitos plenos (CARVALHO, 2012, p. 19). O Estado brasileiro escravista não garantiria cidadania a todos os seus habitantes, mesmo os formalmente considerados cidadãos, pois os homens livres pobres sofriam outras restrições como o recrutamento obrigatório para o serviço militar ou para obras públicas, como ocorria no Ceará (REIS JUNIOR, 2014, p. 85).

O Estado teve um papel decisivo na negação ou na promoção dos direitos sociais, econômicos, políticos e civis. Se o passado escravista deixou marcas, as transformações do século XX, aliadas às lutas sociais dos movimentos sociais do campo e da cidade, contribuíram para o estabelecimento de políticas públicas que, se não resolveram os problemas estruturais da sociedade brasileira, garantiram algumas conquistas. Um exemplo foi a participação popular e o controle social das políticas públicas a partir da Constituição de 1988, que valorizou a condição da cidadania não só no aspecto formal, mas também ao



possibilita a participação na definição das políticas públicas, como no artigo 187, ao estabelecer que a atividade administrativa da política agrícola tenha a participação efetiva do setor da produção, produtores e trabalhadores (GUASQUE, 2012, p.42). A elaboração de políticas públicas deve envolver, além da participação cidadã, o Poder Executivo; não devem ficar restritas aos projetos de governo, como o estudo demonstrou.

O Projeto São José (PSJ) tem relevância na vida dos trabalhadores rurais do município de Crato, idealizado para o uso racional da água para trabalhos domésticos, potabilidade da água, combate à doenças crônicas e influência na permanência dos trabalhadores em suas respectivas localidades, reúso de águas cinzas na irrigação de fruteiras. No entanto, não atingiu toda a área rural do Crato, e a questão hídrica ainda é um problema para os trabalhadores rurais de várias comunidades.

Outra área desenvolvida a partir da noção de políticas públicas foi a da educação. Com o PROCAMPO, a pesquisa revela que, desde a sua implantação em 2009 até o presente momento, não houve a conclusão dessa licenciatura e aponta algumas causas, como falta de professores, ausência de profissionais que dominem a pedagogia da alternância, falta de recursos financeiros, dentre outros. A situação fragiliza a formação de futuros docentes para a educação do campo, o que seria de fundamental importância para a edificação de valores e preservação de saberes próprios do campo.

As evidências observadas no estudo do PAA atendem parcialmente sua função social, principalmente no que se refere à produção de alimentos da agricultura familiar, posto que segue os passos da agroecologia, uma vez que esse tipo de manejo possui como pressuposto a ausência de defensivos químicos. Além de gerar emprego/renda para os trabalhadores rurais, ofertam alimentos limpos e saudáveis para a comunidade de Crato em feiras livres e em instituições de caridade, como a APAE e a Pastoral do Menor, porém, não são todos os trabalhadores rurais que conseguiram participar desta política pública.

Apesar de cada uma dessas políticas demonstrar sua importância e impacto na vida dos trabalhadores rurais, salientam-se os obstáculos existentes para que as mesmas alcancem mais pessoas e colaborem para a diminuição da desigualdade social no meio rural do município de Crato. Não apenas a existência de políticas públicas, mas a eficiência na execução, a democratização do acesso às mesmas, a desburocratização no processo e a continuidade dos programas são condições para a efetividade do papel transformador que podem ter tais políticas. Assim sendo, também ressalte-se que lutar ou caminhar de forma isolada em busca de solucionar problemas sociais no campo é uma tarefa árdua e conflitante.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, ainda hoje, os trabalhadores do campo clamam e lutam por justiça a fim de que o Estado faça cumprir os seus direitos, conforme determina a CF/88.

Do ponto de vista dos trabalhadores, o estudo demonstrou que em vários momentos a sua organização e mobilização foram imprescindíveis para fazer o Estado em seus diferentes níveis – municipal, estadual e federal - desenvolver políticas públicas para eles. A mobilização social fez o Estado aplicar o que poderiam ter se tornado apenas fórmulas ou propagandas de governos em época de pleitos eleitorais. Destacamos o STTR de Crato e a FETRAECE. O estudo demonstrou que as citadas instituições obtiveram conquistas ao alavancar o fortalecimento da agricultura familiar, mantendo-se diretamente ligadas às estratégias, planejamento e gestão dos agentes envolvidos no processo. Dentre as conquistas, a construção de moradias na zona rural no município de Crato, fato que demonstrou o comprometimento do Sindicato em proporcionar uma elevação na qualidade de vida dos seus filiados. Essas moradias conquistadas pelos trabalhadores rurais possibilitaram um espaço físico confortável, estreitaram os laços de amizade, elevaram seu grau de satisfação e felicidade. Estimularam o trabalho cooperativo e, por último, inibiram tanto o aparecimento de doenças crônicas como a degradação do meio ambiente, principalmente em função da existência de um banheiro com instalações sanitárias. A participação da sociedade civil, por meio dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar durante o processo de elaboração, implementação e execução das ações, estimulou o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar no Crato, estimulando a geração de emprego e renda para os trabalhadores rurais.

Todos os aspectos da questão agrária, como legislação, lutas sociais, desenvolvimento tecnológico, questão fundiária, relações trabalhistas, desigualdades, recursos naturais e sustentabilidade, o papel do Estado e a definição de políticas públicas foram protagonizados pelos trabalhadores rurais do Crato. Como condição de sobrevivência, esses trabalhadores rurais não devem, portanto, abdicar de políticas públicas, sendo elas taxadas de assistencialistas ou não, mas continuar na luta.

Registre-se, ainda, que o estudo não pretende apontar caminhos definitivos aos trabalhadores rurais de Crato. Como trabalho acadêmico, é mais um ponto de apoio para outros estudos, pois a ciência é um permanente dever. Sem a pretensão de esgotar a discussão, demonstra-se como a relação entre a organização dos trabalhadores rurais e o papel do Estado brasileiro na definição das políticas públicas foi decisivo. Se conseguir incentivar o debate, dialogar não apenas com o meio universitário, mas também com as

organizações sociais, diante do amplo conjunto de trabalhos que se dedicam às políticas públicas no meio rural, este trabalho atingirá por completo a sua função social.

Em suma, defende-se nesta pesquisa científica que políticas públicas mais intensas e voltadas aos trabalhadores rurais do Crato e adjacências, são a única via para retirá-los da situação econômica e social que ostentam, valorizando-os e fazendo com que sejam reconhecidos como parcela importante da nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ADAMY, Irene Spies. Entidades Rurais Patronais do Oeste do Paraná e o IPNRA. **Revista Temas & Matizes**, v. 8, n.15, pp. 87-104, 2009.
- AGUIAR, Sidney Barata de. O Amargo Adeus às Armas: a trágica saga dos soldados da borracha na Amazônia. **Revista Científica CENSUPEG**, n. 3, pp. 73-84 2014.
- ALBERGONI, Leide; PELAEZ, Victor. Da Revolução verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas. **Revista de Economia**, v. 33, n.01, pp.31-53, 2007.
- ALBUQUERQUE FILHO, Ronald de Figueiredo e. **Cidade, Seca e Campo de Concentração: o início da modernidade em Crato, Ceará (1900-1933)**. 2015. 132f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.
- ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. “Sete Palmos de Terra e um Caixão”. **Boletim da Câmara: informações, fatos e ideias**, ano I, n.3, p. 3, jun.1991.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; SAMPAIO, José Levi Furtado; FELIX, Francisco Kennedy Leite; MATOS, Helaine Saraiva; MOURA, Rosângela Ferreira; GUIMARÃES, Antônio Soares; RIBEIRO, Anísia Gomes; SILVA JÚNIOR, Raimundo Vicente da; SOUZA, Marilu Moreira de; SOUZA, José Rogério Martiniano de; MARTIANO, Maria Rosa de Sousa Rodrigues; CAVALCANTE, Antônia Rosângela Silveira; COSTA, Erbênia Maia da. **O Pulsar da Vida no Campo: FETRAECE 50 Anos**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2013.
- ALISEDA, Consuelo Mora; PEDRO, Betina Cavaco de São; ALISEDA, Julián Mora. Consideraciones sobre la disponibilidad y distribución del agua en el mundo. **Revista Iberoamericana de Derecho Ambiental y Recursos Naturales**, nº. 5, agosto, 2012.
- ALVES, Maria Daniele. **Desejos de civilização: representações liberais no Jornal O Araripe 1855-1864**. 2010. 148f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) – Mestrado Acadêmico em História, Universidade de Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. **Linha D'Água**, v. 25, n. 1, p. 87-107, 2012.
- ANTÃO, Rosimeire Aparecida de Souza; CAMPANHOLO, Tarcisio. O Crédito Rural no Contexto do Desenvolvimento Econômico e Social. **Revista da Católica**, v. 03, n.5, p. 01-12, 2011.
- AQUINO, Roberto Jamacaru de. Crato Turístico. Instituto Cultural do Cariri (ICC). Crato, 250 anos. **Itaytera** nº. 45, ano 2001/2015, p.165 –177, 2014.

ARAÚJO, Maria Helena de. **Desigualdade e Pobreza no Ceará: o caso do Projeto São José**. 2003. 165f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

ARAÚLO, Richard Medeiros de. **Programa de Aquisição de Alimentos (2003-2010): avaliação da implementação pela CONAB no Rio Grande do Norte**. 2012. 331f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós – Graduação em Administração, 2012.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; SAMPAIO, José Levi Furtado. Pensamento Geográfico das Secas, dos Trilhos e dos Braços: ferrovia Baturité (1870-1889). **Revista Mercator**, v. 9, n. 19, p. 77- 86, 2010.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Adernar Ribeiro. Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Águas de Lindóia – SP. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**.

BANCADA FEDERAL DO NORDESTE. **Seca - Análises, Pressupostos, Diretrizes, Projetos e Metas para o Planejamento de um Novo Nordeste**. Brasília, 2013.

BARRETO, Ricardo Candéa Sá. **Políticas Públicas e o Desenvolvimento Rural Sustentável no Estado do Ceará: um estudo de caso**. 2004. 77f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Programa de Pós - Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2004.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BATISTA FILHO, Malaquias. Direito à alimentação. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 10, n. 2, pp. 153-154 2010.

BECKER, Cláudio; ANJOS, Flávio Sacco dos. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

BENCHIMOL, Samuel. **Romanceiro da Batalha da Borracha**. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.

BERGOLD, Raul Cezar. **A Reforma Agrária e a Revisão da Propriedade Privada Capitalista**. 2014. 155f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2014.

BERTERO, José Flávio. Sobre Reforma Agrária e MST. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p.163-183, set. 2006.

BESERRA, Fábio Ricardo Silva. **O processo de industrialização do Cariri e o papel do estado rumo a uma “modernização conservadora”**. In: I Encontro Internacional do Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores. Fortaleza: Labor/UFC, 07 a 09 set. 2006.

BETTO, Frei. A Fome como Questão Política. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.17, n°.48, pp.53-61, 2003.

BEZERRA, Adauto. Discurso. **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 15 jun.1976.

BLANCHET, Luiz Alberto. Energia Elétrica e Desenvolvimento: os custos, a tarifa e suas suscetibilidade e impactos na vida do cidadão. In: GONÇALVES, Oksandro; HACHEN, Daniel Wunder; SANTIAGO, Ana Claudia (Coord.). **Desenvolvimento & Sustentabilidade: Desafios e Perspectivas**. Curitiba: Ithala, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. 4 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

BOMFIM, Ana Paula Rocha do. **A Propriedade Territorial nos Primórdios do Direito Brasileiro**. Disponível em: <[http://www.geodesia.ufba.br/site/sites/cascabgrad.edu.br/files/Artigo\\_HistoriaPropriedadeBrasil\\_CadEstCienEmp\\_ano5\\_n1-2008.pdf](http://www.geodesia.ufba.br/site/sites/cascabgrad.edu.br/files/Artigo_HistoriaPropriedadeBrasil_CadEstCienEmp_ano5_n1-2008.pdf)>. Acesso: 30 dez.2015.

BRANCALEON, BrigidaBatista;YAMANAKA, Jessica Suzuki; CASTRO, José Marcelo de; CUOGHI, Kaio Guilherme; PASCHOALOTTO, Marco AntonioCatussi. **Políticas Públicas:conceitosbásicos**.2015. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/303682/mod\\_resource/content/1/MaterialDidatico\\_EAD%2017%2004%202015.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/303682/mod_resource/content/1/MaterialDidatico_EAD%2017%2004%202015.pdf)>. Acesso: 05 set. 2017.

BRASIL. L1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)>. Acesso: 05 dez.2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 74.794 de 30 de outubro de 1974. Dispõe sobre a criação ao Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE). **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 out. 1974.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 78.299 de 23 de agosto de 1976. Dispõe sobre a criação ao Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo) **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 ago. 1976.

\_\_\_\_\_. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Lex, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 1.366, de 12 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jan. 1995.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “LUZ PARA TODOS” e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 nov. 2003.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 dez. 2003

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394**. 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>>. Acesso: 21 set.2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução/CD/FNDE nº 06 de 17 de março de 2009**. 2009. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/res06\\_17032009.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/res06_17032009.pdf)>. Acesso: 13 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Edital de Convocação nº 09, de 29 de abril de 2009**. 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital\\_procampo\\_20092.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital_procampo_20092.pdf)>. Acesso: 19 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.**Diário Oficial da União**, Brasília, 5 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.775, de 4 julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Banco do Nordeste. **Quadro Resumo - Grupos e Linhas de Crédito do PRONAF**, 2014. Disponível em: <<http://idecigestor.ideci.ce.gov.br/files/Fontes%20de%20Financimentos%20-%20PRONAF%20-%20Banco%20do%20Nordeste.pdf>>. Acesso: 19 out. 2016.

BRITO, Luiz Pereira de; PIPOLO, Mirna Guimarães; TINOCO, Juliana Delgado; SILVA, Sandro Araújo da. Reciclagem de Água em Unidade Residencial em Caicó-RN-Brasil: Análise Qualitativa da Água com Base na Lei Municipal de Reuso e Identificação de Alguns Impactos Sobre os Recursos Hídricos. **Revista AIDIS de Ingeniería y Ciencias Ambientales: investigación, desarrollo y práctica**, v. 9, n. 1, p. 49-60, 2016.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BÚRIGO, Fábio Luiz. Sistema nacional de crédito rural: uma trajetória de privilégios, crises e oportunidades. In: VOLLES, Adriana *et al.* (org.). **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Francisco Beltrão: Midiograf, 2010.

CALDART, Roseli Salette. Educação do Campo: notas para análise de percurso. In: HILÁRIO, Erivan (org.). **Educação do Campo: Semiárido, Agroecologia, Trabalho e Projeto Político Pedagógico**. Santa Maria da Boa Vista: Gráfica Progresso, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **DECRETO-LEI Nº 5.225, DE 1º DE FEVEREIRO DE 1943**. Dispõe sobre a situação militar dos trabalhadores nacionais encaminhados para a extração e exploração de borracha no vale amazônico, e dá outras providências. 1943. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5225-1-fevereiro-1943-415290-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 04 abr.2016

CAMPOS, José Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos avançados**, v. 28, n. 82, p. 65-88, 2014.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (1877-1919). **Mundos do Trabalho**, v. 3, n. 6, p. 176-193, 2011.

\_\_\_\_\_. **Proletários das Secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. 2014. 352 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós - Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, v. 2, n. 1, p. 37 - 46, 2008.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.



CARNEIRO NETTO, Dionísio Dias. Crise e esperança. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CARVALHO, Diana Mendonça de; DANTAS, Lucivalda Sousa Teixeira e. **Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/42.pdf>>. Acesso: 10 set.2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, Jáder de. Os Anos 1960. In: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; SAMPAIO, José Levi Furtado; FELIX, Francisco Kennedy Leite ... [et al.] (orgs). **O Pulsar da Vida no Campo: FETRAECE 50 Anos**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.

CARVALHO, Josué Tomazi de; FIDELES, Junior Divino; MACIEL, Marcela Albuquerque. **Bens Públicos e Terras Devolutas**. 2014. Disponível em: <<https://d24kgseos9bn1o.cloudfront.net/editorajuspodivm/arquivos/1429-leia-algumas-paginas.pdf>>. Acesso: 19 jun. 2017.

CASTRO, Carla Yara Soares de Figueiredo. DESENVOLVIMENTO URBANO E EXCLUSÃO SOCIAL EM UMA CIDADE DE MÉDIO PORTE: um estudo em Mossoró/RN. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas (IV JOINPP) – Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas, 4. 2009, São Luís, Anais... São Luís: Programa de Pós –Graduação em Políticas Públicas, 2009.

CASTRO, Jorge Abrahão de; OLIVEIRA, Márcio Gimene de. Políticas públicas e Desenvolvimento. In: MADEIRA, Ligia Mori (org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

CATANEO, Pedro Fernando. Do Surgimento da propriedade Rural aos primeiros passos legais para uma reforma agrária no Brasil. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 8, n. 5, pp. 131-142, 2012.

CEARÁ. Decreto N° 29.910, de 29 de setembro de 2009. Regulamenta a Lei Complementar Estadual, N° 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, CE, 30, set. 2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Agrário. **Projeto São José. Relatório Final de Execução do PSJ II 2009-2009 Fase I (4626 BR) e Fase II (7387 BR)**. Fortaleza, 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto n° 30.820, de 30 de janeiro de 2012. Altera a Estrutura Organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (DAS), Dispõe sobre a Criação da Unidade de Gerenciamento de Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (UGP Projeto São José III) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, 01 fev. 2012.

Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS); Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Centros Comunitários de Produção (CCP). Pasteurização e Embalagem de leite:** uso produtivo e eficiência da energia elétrica. Rio de Janeiro: Série Centros Comunitários de Produção, 2014.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). **A CONTAG.** 2016. Disponível em: <<https://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>>. Acesso: 20 jan.2016.

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. Em Torno da Estrada de Ferro de Baturité: a construção de um novo Ceará (1870-1926). In: FUNES, Euripedes Antônio; RIOS, Kênia Sousa; MAIA NETO, EmyFalcao(orgs). **História e Natureza - Capítulos de História Social.** Fortaleza: Expressão Gráfica, v. 10, pp. 7-208, 2013.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos:afamília escrava no Cariri cearense (1850 - 1884).** 2008. 245f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós - Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COSTA, Eliane Miranda; MONTEIRO, Albêne Lis. **Educação do Campo: Semiárido, Agroecologia, Trabalho e Projeto Político Pedagógico.**2012. Disponível em: <[http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos\\_template/upload\\_arquivos/ace\\_rvo/docs/1901p.pdf](http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/ace_rvo/docs/1901p.pdf)>. Acesso: 03 out. 2016.

COSTA, Fernanda Doz. Pobreza e Direitos Humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos.** v.5, n.9, pp.88-119, 2008.

COSTA, Francisco Pereira. **Para a chuva não beber o leite. Soldados da borracha: imigração, trabalho e justiças na Amazônia, 1940-1945.** 2014. 279f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós - Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica,** v. 1, n. 2, pp. 1-12, 2002.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **O Campesinato, a Teoria da Organização e a Questão Agrária:** apontamentos para uma reflexão. Marília/SP: Expressão Popular, 2012.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais. Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo.** Rio de Janeiro: Recorde, 2002.

DEBONE, Rebecca Rafart de Seras Hoffmann. **Pobreza Extrema: violação dos direitos humanos?** Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

DE SALIS, Carmem Lúcia Gomes. **Estatuto da Terra: origem e (des)caminhos da proposta de reforma agrária nos governos militares** Tese (doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2009.

\_\_\_\_\_. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

DIAMICO, Manuela de Souza. Reformas de Base: Goulart e a Estrutura Agrária. **Revista DigitalEm Debate**, n. 3, pp. 72-86. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DILLENBURG, Scheila. A religiosidade e a espiritualidade presente na cosmovisão andina—uma ponte necessária para compreender o Bem Viver. **TEAR ONLINE**, v. 4, n. 2, pp. 87-94, 2015.

DOMINGOS, José Maurício. **Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo social**, v. 15, n. 2, pp. 63-101. São Paulo: USP, 2003.

DRESCHÉ, Renato Luis. **O Acesso à Saúde Pública e a Eficácia das Normas de Regulação do SUS**. 2015. Disponível em: <[http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/colecao2015/CONASS-DIREITO\\_A\\_SAUDE-ART\\_18.pdf](http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/colecao2015/CONASS-DIREITO_A_SAUDE-ART_18.pdf)>. Acesso: 10 mai. 2016.

DUARTE, Francisco Carlos; BETTI JUNIOR, Leonel Vinicius Jaeger. O Direito Econômico e socioambiental As relações entre Economia e Meio Ambiente vistas sob a epistemologia da transdisciplinariedade. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS - GRADUAÇÃO EM DIREITO - CONPEDI, 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: CONPEDI, 2010.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A Multidisciplinaridade no Estudo das Políticas Públicas**. 2017. Disponível em: <<https://ppsulamericanas.files.wordpress.com/2014/06/texto1.pdf>>. Acesso: 09 set.2017.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: Evolução Urbana e Arquitetura 1740-1960**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE). **Coletivo Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETRAECE**. Fortaleza: Impressões FETRAECE, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. In CARTER, Miguel (org.). São Paulo: UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. **Brasil: 500 anos de Luta pela Terra**. Disponível em: <[http://www.controversia.com.br/antigo/uploaded/pdf/9730\\_bernardo%20-%20500%20anos%20de%20luta.pdf](http://www.controversia.com.br/antigo/uploaded/pdf/9730_bernardo%20-%20500%20anos%20de%20luta.pdf)>. Acesso: 21 nov.2015.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2005. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-conflitualidade-e-desenvolvimento-territorial>>. Acesso: 03 abr.2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na Sociedade de Classes**. Volume 1. Ensaio de Interpretações Sociológicas, 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Elvis. Ferreira; PANTALEÃO, Fabiana de Souza. Gestão Operacional em Estação de Tratamento de Água no Modelo do Programa de Autogestão Comunitária. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.8, n.14; pp. 1278 – 1290, 2012.

FIGUEIRA, Felipe Gonçalves. Duas Narrativas Sobre Lampião: a voz crítica e dissonante de Antônio Francisco. **BOITATÁ: Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL**, n.20, pp. 264-285, 2015.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **Engenhos de Rapadura do Cariri**. Coedição Secult/Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

\_\_\_\_\_. **História do Cariri**. V.1. Coedição Secult/Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010a.

FIORI, Simone; FERNANDES, Vera Maria Cartane; PIZZO, Henrique. Avaliação qualitativa e quantitativa do reúso de águas cinzas em edificações. **Ambiente Construído**, v.6, n.1, pp.19-30, 2006.

FLICK, Uwe. **Introdução a Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009.

FOLHES, Ricardo Theophilo; AGUIAR, Ana Paula Dutra; JUNIOR, Roberto Araújo Oliveira Santos. Cenários Participativos de Mudanças no uso da Terra na Amazônia: o Caso de Vila Brasil no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Lago Grande, PA. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, pp. 1-34, ago., 2012

FONSECA, Francisco. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, pp. 402-418, set/nov.2013.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do Governo Goulart. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.34, n. 3, pp.587-622, 2004.

FREITAS, Alair Ferreira de; VIEIRA BOTELHO, Maria Izabel. "Campesinato como ordem moral":(re) visitando clássicos e (re) pensando a economia camponesa. **Revista Nera**, v. 14, n. 19, 2011.

FREITAS, Vladimir Passos de. Águas - Considerações Gerais. In: FREITAS, Vladimir Passos de (coord.). **Águas – Aspectos Jurídicos e Ambientais**. 3. ed. Rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2010.

\_\_\_\_\_. Cachoeiras, exploração econômica e proteção do meio ambiente. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 12, nº 23, pp. 217-234, 2015.

FUNES, Eurípedes A.; GONÇALVES, Adelaide. Eldorado Verde. Quem vive no inferno se acostuma com os cães. In: GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa. (org.) **Mais Borracha para a Vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC. Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

FURTADO FILHO, João Ermani. A Batalha da Borracha: alguns aspectos de sua propaganda. In: GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa. (org.) **Mais Borracha para a Vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

FUSCALDI, Kelliane da Consolação. **Programa de Aquisição de Alimentos**: uma política de apoio à comercialização agrícola. 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/139.pdf>>. Acesso: 14 set. 2017.

GARCIA, Emmanuelle S. Holdefer; SANTOS, Geannina; GHISLENI, Geisiele; OTTONELLI, Roque; DARONCO, Giuliano Crauss. Sistema de Abastecimento de Água Estudo de Caso: Redentora – RS. **Salão do Conhecimento**, pp.1-4, 2013.

GERMANI, Luis Augusto. Estatuto da terra. **AgroANALYSIS**, v. 27, n. 2, p. 48, 2007.

GOLGHER, André Braz. **Diagnóstico do processo migratório no Brasil 3: tipos de migração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa. (Org.) **Mais Borracha para a Vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

GONÇALVES, Naudiney de Castro. **“O Fogo Não Está Morto”**: engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do último quartel do século XX. 83f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, UFMG, 2011.

GREGÓRIO, Mariany. Sindicalismo de Estado e a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). **Em Debate**, n. 3, pp. 103-119, 2007.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sergio; LEITE, Sergio Pereira. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: Apontamentos e Questões Para o Debate**. Rio de Janeiro, OPPA/UFRRJ/ActionAid, pp. 1- 24, 2009.

GUADAGNIN, João Luiz; NAGORNNI, Jackson Villian; ANDRADE, Mauri; SILVA, José Henrique da; GOMES, Thiago; SANTOS FILHO, Osmar Ferreira dos; COUTO, Wanderson Henrique do; SILVA, Gleiciane; CARVALHO, Paula Emanuella de; SAILVA, Luiz Humberto da. Perguntas e Respostas Sobre a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP. **Cadernos da Agricultura Familiar**, v.3, pp.1-54, 2016.

GUASQUE, Bárbara. Estado, políticas públicas e controle social. In: PAMPLONA, Danielle Anne (org). **Políticas públicas: elementos para alcance do desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Juruá, 2012.

HISSA, I.A. **Análise da realidade da fonte batateira do Cariri-CE: aspectos econômicos e legais do mercado de água**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. “A CONVENCIONAL RECUSA DA POPULAÇÃO A CERTOS TRABALHOS AGRÍCOLAS, QUE JULGÃO DESTINCTIVO DA ESCRAVIDÃO”: o trabalhador ideal para o Cariri Cearense da segunda metade do século XIX”. **Outros Tempos**, vol. 11, n.18, pp. 98-118, 2014.

JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: um processo em construção**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura ( IICA); Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco (SEPLAN), 1998.

JEVONS, W. Stanley. **A Teoria da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

KEPPLE, Anne W. **O Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional**. 2014. Disponível em: <[http://www.fao.org.br/download/SOFI\\_p.pdf](http://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf)>. Acesso em: 18 set.2017.

KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; SILVA, Lúcia Maria Ramos; SOUZA Verônica. A Importância do Projeto São José nos Indicadores Socioeconômicos dos Municípios Cearenses. In: CONGRESSO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.

\_\_\_\_\_; SILVA, Ana Tereza Bittencourt da. Reforma agrária solidária, assistência técnica e desenvolvimento rural no Estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza-CE, v.33, n.3, pp.593-614, jul-set. 2002.

\_\_\_\_\_; SILVA, Lucia Maria Ramos. Eficácia e evolução dos indicadores socioeconômicos de famílias beneficiadas pelo programa de combate à pobreza rural: Projeto São José no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 4, p. 1037-1053, 2007.

\_\_\_\_\_; SILVA, Lúcia Maria Ramos; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; SOUZA, Verônica. **Programa de Combate a Pobreza Rural - Projeto São José - Evolução dos Indicadores Sócio-Econômicos das Famílias Beneficiadas pelo Projeto São José Estado do Ceará**. Fortaleza: Tecnograf, 2006.

LAHOZ, Rodrigo Augusto Lazzari; DUARTE, Francisco Carlos. Saneamento Básico e Direito a Saúde: considerações a partir do princípio da universalização dos serviços públicos. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 7, n. 1, pp. 62-69, 2015.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os Excluídos: Contribuição à História da Pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas /SP: Editora da UNICAMP, 2008.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Estágios de Ação Empresarial em Conjuntos de Mudança Política. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LIMA JUNIOR, Antônio Teixeira de. Quilombos no Brasil: a abolição suspensa na invisibilidade do direito à terra. **Desafios do Desenvolvimento**, ano 8, nº 70, p.52, 2011.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIRA NETO. **Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; LIMA, Silvana Lúcia Santos. **Análise do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais - PIMC, no Município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe**. 2006. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/eliانو2.pdf>>. Acesso: 6mai.2016.

LOPES, José Rogério. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitricidade. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, v. 18, n. 2, pp. 13-24, 2006.

LOUREIRO, João. Vitor. O Reformismo Político Pombalino e seus Reflexos na Experiência Jurídica da Colônia Brasileira. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, n. 7, pp. 382-398, 2008.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje** /– Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACHADO, Antônio Lilles Tavares; REIS, Ângelo Vieira dos; MACHADO, Roberto Lilles Tavares. **Tratores para Agricultura Familiar: guia de referência**. Pelotas: Ed. Universitária UFPEL, 2010.

MAFAVISSE, Isaiás Mutombo; CLEMENTE, Evandro César. **Atuação das Políticas Públicas na Promoção do Desenvolvimento Rural em Moçambique – análise das políticas agrárias no distrito de Malema.** 2012. Disponível em: <[http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1318\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1318_1.pdf)>. Acesso: 12 set. 2017.

MAGALHÃES, Alessandra de Oliveira. **Análise Ambiental do Alto Curso da Microbacia do Rio da Batateira no Município de Crato/CE:** subsídios ao zoneamento ecológico econômico. 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Ceará. Curso de Pós - Graduação em Geografia, Fortaleza, 2006.

MAIA, Janille Campos. **Exilados da Fome: Seca e Migração no Ceará Oitocentista.** 2015. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

MAIA, Veralúcia Gomes. **Caldeirão: uma comunidade Cristã de Camponeses.** 1987. 242f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1987.

MALTHUS, Thomas Robert. Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua Aplicação Prática. **Ensaio sobre a População.** São Paulo: Nova Cultural, Coleção “Os economistas”, 1996.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. **Revista Desafios do Desenvolvimento.** Brasília, n.70, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23)>. Acesso em: 03 dez. 2016.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, v. 2, n. 19, pp.95-112, 2002.

\_\_\_\_\_. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, n ° 12, pp. 57-67, 2008.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política, livro I: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, pp. 65-72, 1997.

\_\_\_\_\_. **A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra,** 2009. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/palestra/cgeevf.pdf>>. Acesso: 24 nov. 2015.

MÉDICE, Alejandro. La Constitución Horizontal: **Teoría constitucional y giro decolonial.** San Luis Potosí: Centro de Estudios Jurídicos y Sociales Mispat, A.C, 2012.



MEIRELLES, Dimária Silva e. Teorias de mercado e regulação: por que os mercados e o governo falham? **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, n. 4, pp.646-660, 2010.

MENEZES, Isabela Gonçalves de. Enxada Versus Caneta: Educação Como Prerrogativa do Urbano no Imaginário de Jovens Rurais. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 3, n. 1, pp. 24-38, 2009.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Anuário Estatístico de Certificação de Cadastro de Imóveis Rurais no Município de Crato/CE**. Fortaleza: INCRA, 2005.

MOLLAT, Michel. **Os Pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MONTEIRO, Carlos Augusto. Fome, Desnutrição e Pobreza: além da Semântica. **Saúde e Sociedade** v.12, n.1, pp.7-11, jan-jun, 2003.

MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e Vem: as rotas dos soldados da borracha**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

MOREIRA, Jean Pinheiro. Educação do Campo: implicações dos diversos interesses no entrelago do capital. In: OLIVEIRA, Lucia Marisy; FLORES, Fulvio Torres (org). **Escola do Campo. Espaço de vida e trabalho e de trabalho**: a educação rompendo paradigmas. Curitiba: CRV, 2013.

MOREIRA, João Batista Gomes. **Direito Administrativo. Da rigidez autoritária à flexibilidade democrática**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2010.

MOTTA, Márcia Maria Menezes. **Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. Posseiros no Oitocentos e a Construção do Mito Invasor no Brasil (1822-1850) In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e Diversidade de Conflitos ao Longo da História, vol.1: concepções de justiça e resistência nos Brasis**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

\_\_\_\_\_. **Direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito – 1795, 1824. São Paulo: Alameda, 2009.

MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

MOZZATO, A.R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, pp. 731-747, 2011.

MÜLLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2007. 128f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NASCIMENTO, Tiago Carlos Lima do; OLIVEIRA, Herick Cidarta Gomes de. Análise das migrações intrarregionais no semiárido setentrional, pp.113-126. In: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson (org). **Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente**. São Paulo: Blücher, 2015.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A Questão Agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classes e intraclasse**. 2013. 168f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós - Graduação em História, Niterói, 2013.

NEGRISOLLI, Roberta Katayama. **Análise de Dados e Indicadores de Perdas em Sistema de Abastecimento de Água – Estudo de caso**. 2009. 191f. Dissertação (Mestrado em Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos) – Programa de Pós - Graduação em Tecnologias Ambientais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

\_\_\_\_\_. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, v. 21, nº 40, pp. 107-129, 2001.

\_\_\_\_\_. Caridade e controle social na Primeira República (Fortaleza, 1915). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 27, nº 53, pp. 115-133, 2014.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. **Revista Economia**, v. 7, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2006.

NUNES, Sidemar Presotto. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. **DESER**, n.159, pp. 01-29, jun/2007.

OLIVEIRA, Alexandre Maria de. **A Participação do Banco Mundial no Mercado de Terras no Brasil e no Mundo**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Daniela Barbosa de. **Entre o Cão e o Cordeiro: A Guerra do Fim do Mundo Carnavaliza os Fanatismos de Canudos**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós - Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

OLIVEIRA FILHO, João César Abreu de; MITIDIEIRO JUNIOR, Marco Antonio. Igreja e Movimentos sociais: o papel das CEB'S e a luta pela Moradia na Cidade do Crato-Ceará. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmica Espaciais**, Recife, v.03, n .02, pp.31-53, 2014.

OLIVEIRA, João César de. **Meio Ambiente e Educação Ambiental no MST: representações sociais no Assentamento 10 de Abril no município do Crato-Ceará**. 2008f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós - Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

OPITZ, Silva C.B; OPITZ, Oswaldo. **Curso Completo de Direito Agrário**. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão n. 1.619).

PANIAGO, Einstein Almeida Ferreira. Sesmarias, Registros Paroquiais e Políticas Expropriantes das Terras Devolutas em Goiás. **R. Fac. Dir.** UFG, v.35, n. 01, pp. 99-130, jan. / jun. 2011.

PAULINO, Valdinei Tadeu; TEIXEIRA, Erika Maria Lima Colegato. Sustentabilidade de pastagens – Manejo adequado como medida redutora da emissão de gases de efeito estufa. **PUBVET**, Londrina, v. 4, n. 24, Ed. 129, pp. 01-18, 2010.

PEREIRA, Luciene Maria Pires. Portugal e Brasil: Um Estudo Comparado acerca da Distribuição das Terras. In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. São Paulo: 2008.

PESSOA, Ângelo Emilio da Silva. “**As Ruínas da Tradição: A Casa da Torre de Garcia D`Ávila – Família e Propriedade no Nordeste Colonial**”. 2003. 308f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011, 289f. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**. Coedição Secult/ Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

POLANYI, KARL. **A Grande Transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTO, Marcelo Firpo; SOARES, Wagner Lopes. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, n. 125, pp. 17-30, 2012.

PORTO, Silvio Isopo; SOARES, Eduardo Safons; SOARES, Jussara Flores; CRUZ, Kelma Chistina M.S.; VIEGAS, Gustavo Lund; VIANA, Carla. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome **PAA: 10 Anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; 2014.

PRATA, Josefa Suely Rodrigues. CALDEIRÃO. Representação do sertão na literatura e no cinema. **Revista Eletrônica da Faculdade Augusto Vieira**. Ano V- nº. 07, pp.1-15, 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano trienal de desenvolvimento econômico e social: 1963-1965**, pp.126, 140 e 149, dez. 1962.

QUEIROZ, Raquel. **O Quinze**. 98. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

RAMOS, Francisco Régis Lopes . A falta que ela me faz. In: GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa. (orgs.) **Mais Borracha para a Vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

\_\_\_\_\_. **Caldeirão: estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar / Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/UFC, 2011.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A Contra Reforma Agrária no Brasil no Início do Século XXI**. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Roberto/Downloads/A%20contrarreforma%20agr%C3%A1ria%20no%20Brasil%20[ESRF][1].pdf>. Acesso em: 03 ago. 2015.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 99. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAU, Virgínia. **Sesmarias medievais portuguesas**, Prólogo e adenda documental por José Manuel Garcia. Lisboa: Editorial Presença, 1982

REIS JÚNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e Trabalhadores no Cariri Cearense: Terra, Trabalho e Conflitos na Segunda Metade do Século XIX**. 2014. 303 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós - Graduação em História. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

REYDON, Bastiaan Philip; OLIVEIRA, Thiago Ademir Macedo. A Descentralização fiscal do itr através do cadastro territorial multifinalitário. In: Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação, 4, 2012, Recife. **Anais...** Recife: SIMGEO, 2012.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. Racionalidade camponesa e instituições: reflexões sobre o desenvolvimento da Amazônia. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 1, 2009.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, pp. 27-45, jan./abr. 2008.

RIMISP. **Plataforma Diversidad Biocultural y Territorios para el Desarrollo Sostenible e Inclusivo**. Disponível em:<<http://www.diversidadbioculturalyterritorios.org/pg.base.php?id=16&lang=es>>. Acesso: 04 jan. 2016.

RIOS, Kênia Sousa. A Batalha de João nas Terras do Sem Fim. In: GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa. (org.) **Mais Borracha para a Vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

ROCHA, Graziella; BRANDÃO, André. Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. **Revista Katálysis**, v. 16, n. 2, pp. 196-204, 2013.

ROCHA, Ronaldo dos Santos da; CELESTINO, Vivian da Silva. História da Ocupação Territorial do Brasil. In: **Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação**, 3., 2010, Recife. **Anais...Recife: SIMGEO**, 2010.

ROEL, Antonia Railda. A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura. **Interações (Campo Grande)**, vol. 3, n.4, pp. 57-62, mar. 2002.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SACKS, Jeffrey. **A Riqueza de Todos**: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SALES, Maria José de. **Auto do Caldeirão**: dos cavalheiros da Santa Cruz do Deserto e do Beato José Lourenço. 2. ed. Juazeiro do Norte: HB Editora e Gráfica, 2004.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; GALINDO, Ernesto Pereira; OLIVEIRA, Michel Angelo Constantino de; MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Compras Públicas Sustentáveis e Agricultura Familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Ana Paula Moreira da; OLIVEIRA, Michel Angêlo Constantino de; SAVIAN, Moisés. **Políticas Agroambientais e Sustentabilidade**: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: IPEA, 2014.

SANTANO, Ana Cláudia. A Responsabilidade do Estado no Combate à Corrupção na Formulação de Políticas Públicas. In: BLANCHAT, Luis Alberto; HACEM, Daniel Wunder; SANTIAGO, Ana Cláudia (coord.). **Estado, Direito e Políticas Públicas –Homenagem ao professor Romeu Felipe Bacellar Filho**: Anais do Seminário de Integração do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: Ithlala, 2014.

SANTIAGO, Aécio; CRUZ, Manoel; ARAUJO, Valcir; ÁVILA, Cristina; ARAUJO, Tailândia. Projeto São José III. Mais de 150 milhões em capacitação e sistemas de Abastecimentos de Água. **Nossa Terra Ceará**. Fortaleza, n.5, pp. 1-58, dez. 2015.

SANTOS, Fábio Pereira dos. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil**. 2011. 181f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

SANTOS, Hermílio. Políticas públicas, Estado e sociedade. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, pp. 5-9, 2005.

SANTOS, José Laurindo dos. **Uma Vida Feita de Trabalho e Luta Mergulhada na Realidade do Ceará**. 2. ed. São Paulo: Phoenix, 2006.

SANTOS, Luasses Gonçalves dos. **FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: retomada histórica e crítica de seus fundamentos liberais**. 162f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná. Curso de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, 2013.

SANTOS, Vidiany Aparecida Queiroz; HOFFMAN, Fernando Leite. Evolução da microbiota contaminante em linha de processamento de queijos Minas frescal e ricota. **Revista do Instituto Adolfo Lutz** (Imprensa), v. 69, n. 1, pp. 38-46, 2010.

SAWAYA, Ana Lydia. Desnutrição: conseqüências em longo prazo e efeitos da recuperação nutricional. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 58, pp. 147-158, 2006.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCAR**, v. 1, n. 1, pp. 49-68, 2011.

SCMITZ, Arno Paulo; BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo. O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico: Roberto Campos *versus* Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.23, n.3 (54), pp.577-609, dez.2014.

SECRETO, María Verónica. Legislação sobre Terras no Brasil do oitocentos: definindo a propriedade. **Raízes**, Campina Grande, vol. 26, nº 1 e 2, pp. 10–20, jan./dez. 2007.

SEN, Amartya. **Sobre a Ética e Economia**. São Paulo: Companhia de Bolso, 1999.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SERRATTI, Jorge Luis Nassif Magalhães. **Tráfico Internacional e Interno de Pessoas Para Exploração Sexual, Como Forma Moderna de Trabalho com Redução à Condição Análoga à de Escravo**. 2012. 313f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, São Paulo, 2012.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, n. 7, pp. 1-21, 2005.

SILVA, Deir Nazareth Andrade Costa da. **A viabilidade técnica e econômica do uso do bambu: a utilização do “Bambusa vulgaris” como entramado nas construções em taipa**. 2011.22f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Programa de Pós-Graduação na área de Gestão do Ambiente Construído. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, Judson Jorge da. **Caldeirão e Assentamento 10 de Abril: passado e presente na luta por terra no Cariri cearense**. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós -Graduação em Geografia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVA, Ligia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850.** Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Maria do Socorro. **A História das Nossas Raízes: Itinerário das Lutas dos Trabalhadores (as) Rurais no Brasil e o Surgimento do Sindicalismo Rural,** 2006. Disponível:<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:EYREqSpDufAJ:www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/67/Historia-das-nossas-raizes-itinerario-das-lutas-dos-trabalhadores--socorro-silva---2006.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso: 02 dez.2016.

SILVA, Márcia Cristina Lopes. A Formação de educadores na Amazônia Paraense: o caso da Licenciatura em Educação do Campo PROCAMPO/IFPA. In: **VII Jornada Internacional Políticas Públicas – JOINPP, 7., 2015, São Luís. Anais...** São Luis: JOINPP, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, pp. 155-163, 2010.

SILVA, Sandro Pereira. Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil. **Texto para Discussão.** Brasília (DF): IPEA, 2013b.

SILVA, Sidney A. da. Bolivianos em São Paulo. Dinâmica Cultural e Processos Identitários. In: BAENINGER, Rosana (org.) **Imigração Boliviana no Brasil.** Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

SILVA, Thiago Moreira Melo. A Presença das Ligas Camponesas na Região Nordeste **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária,** São Paulo, pp. 1-29, 2009.

SOARES, Sergey Suarez Dillon. Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004, com Ênfase no Período entre 2001 e 2004. **Texto para discussão.** Brasília (DF): IPEA, 2006.

SOUSA, Raimunda Aurilia Ferreira de. O lugar do Crato no século XX: morfologia e funções urbanas da aglomeração em estudo. **GEOSABERES-Revista de Estudos Geoeducacionais.** Fortaleza,v. 6, n. 3, pp. 454-468, 2016.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias.** Porto Alegre, v. 8, n. 16, pp. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Cláudio Renê Garcia de; ANJOS, Flávio Sacco dos. Impacto dos Programas de Eletrificação Rural em Comunidades Rurais de Arroio Grande, RS. **Extensão Rural,** n. 14, pp. 37-64, 2007.

SOUZA, José Weyne de Freitas. Política e Seca no Ceará (1869-1905). In: - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 25., 2009. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2009.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP). **Rev. Econ. Sociol. Rural,** Brasília, vol. 52, supl.1, pp. 205-222, 2014.

SOUZA, Jose Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, n. 52, pp.178-219, jan.-abr., 2015

SOUZA, Valmiene Florindo Farias. **Eletrificação Rural no Baixo-Amazonas: da concepção da política às mudanças nas condições de vida dos idosos impactados pelo Programa “Luz para Todos”**. 2017. 254f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós –Graduação em Políticas Públicas - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAVARES, Iris Mariano. **Entre a sacramentalização católica e outros arranjos parentais: a vida familiar dos escravizados do Crato – CE (1871-1884)**. 2013. 190f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós - Graduação em História, João Pessoa, 2013.

TEIXEIRA, Dedé. Resultados se Transformam em Lei. **São José em Destaque**. Fortaleza, pp.1-26, mai., 2016.

TERCEIRO NETO, Dorgival. **Noções Preliminares de Direito Agrário**. 3. ed. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1994.

VARGAS, Marcelo Coutinho. O Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos como Problema Socioambiental. **Ambiente & Sociedade**. Ano II, n. 5. Campinas: Nepam, pp.109-134, 1999.

VASCONCELOS, Juscelândia Machado; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. **Fontes para história educacional da cidade de Crato-CE**. Disponível em: [www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/.../BpirqMeW.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../BpirqMeW.doc). Acesso em: 27 mai.2016.

VASCONCELOS, Paulo Henrique Castanheira. Uma História feita de Açúcar e Álcool: apontamentos para uma discussão. **Revista Crase. edu**, v. 1, n. 1, pp. 61- 68, 2010.

VELARDE, Jacinto Garrido; ALISEDA, Julián Mora. A Proposal of Resilience Indicators for Monfragüe National Park. **InternationalJournalofGeology**, v.9, pp.15-24, 2015.

VÉRAS, Mário Leno Martins; ANDRADE, Alexandre de Figueiredo; ALVES, Lunara de Souza; IRINEU, Toni Halan da Silva; SILVA, Francineide Pereira. Movimentos Migratórios no Município de Catolé do Rocha – PB. **Revista Terceiro Incluído**, v. 4, n. 2, pp. 137-148, 2014.

VIA CAMPESINA. **¿Quién somos?: La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo**. 2011. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44/iquisomos-mainmenu-45/1108-la-voz-de-las-campesinas-y-de-los-campesinos-del-mundo>>. Acesso: 03 jan. 2016.



VIEIRA, Flávia Braga. **Dos Proletários Unidos à Globalização da Esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalho**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. **Políticas Públicas, Direitos Fundamentais e Controle Judicial**. Prefácio de Marcos Juruena Villela Souto. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

ZANCANER, Weida. Planos Econômicos e Responsabilidade do Estado. In: BLANCHAT, Luis Alberto; HAGEM, Daniel Wunder; SANTIAGO, Ana Claudia (coord.). **Estado, Direito e Políticas Públicas—Homenagem ao professor Romeu Felipe Bacellar Filho: Anais do Seminário de Integração do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná**. Curitiba: Ithlala, 2014.

WALRAS, Léon. **Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura**. São Paulo: Nova Cultural, Ltda., 1996.

WOOD, Ellen Meiksins. **A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

YASBEK, Maria Carmelita. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, pp. 104-112, 2004.

\_\_\_\_\_. Estado e políticas sociais. **Praia Vermelha**, v. 18, n. 1, 2008.